



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA CLAUDIA DUARTE PINHEIRO

**TRANSFORMAÇÕES PAISAGÍSTICAS DA REGIÃO DO
MARCO ZERO NA CIDADE DE LONDRINA – PARANÁ:
UMA ANÁLISE HEMERÓBICA**

Londrina
2017

ANA CLAUDIA DUARTE PINHEIRO

**TRANSFORMAÇÕES PAISAGÍSTICAS DA REGIÃO DO
MARCO ZERO NA CIDADE DE LONDRINA – PARANÁ:
UMA ANÁLISE HEMERÓBICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Nilza Aparecida Freres Stipp.

Londrina
2017

ANA CLAUDIA DUARTE PINHEIRO

**TRANSFORMAÇÕES PAISAGÍSTICAS DA REGIÃO DO MARCO
ZERO NA CIDADE DE LONDRINA – PARANÁ:
UMA ANÁLISE HEMERÓBICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Nilza Aparecida Freres
Stipp
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Luciano Nardini Gomes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Irene Domenes Zapparoli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Marcelo Eduardo Freres Stipp
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná – UTFPR

Londrina, 25 de setembro de 2017.

Às duas cidades que permanecem em meu coração:

Lages – Santa Catarina – Brasil, impressa indelévelmente nas origens de nossa família.

Londrina – Paraná – Brasil, que assim como a muitos, recebeu minha família, e a mim, ainda criança... Marcou nossas vidas para sempre!

AGRADECIMENTOS

O temor a Deus, onipotente, onisciente e onipresente, me faz reconhecer que sem Ele no comando, nada seria possível. Colocando em meu caminho cada um dos que aqui mencionarei, muitos dos quais sem nominar, e também minha família, foi decisivo em nossos destinos. Ele fez de nós, companheiros de uma jornada maravilhosa, pois juntos construímos nossa trajetória e ajudamo-nos mutuamente, contando com Sua presença e proteção indispensáveis e constantes.

Quantas pessoas marcam nossa caminhada, e certamente acabamos por cometer a injustiça de não agradecer quando possível ou deixamos de mencionar o reconhecimento quando necessário... Talvez seja esse o momento, sem nominar, de agradecer, de coração. Então, mesmo que poucos cheguem a saber, a todos que, nas mais diversas circunstâncias, compartilharam algum momento de suas vidas comigo, os meus melhores pensamentos e minhas sinceras orações...

Certamente não poderia deixar de agradecer aos meus professores – ao longo de tanto tempo foram muitos que tive a honra de conhecer – do jardim da infância até a pós-graduação. Todos deixaram um pouco de sua influência em mim. E, algumas vezes, de um jeito ou de outro, me reconheço neles. Hoje, entendo muitos dos seus abnegados exemplos. Nessa oportunidade rendo minhas homenagens à Prof^a. Dr^a. Nilza Aparecida Freres Stipp, que aceitou o desafio da orientação e cujos ensinamentos foram fundamentais para desenvolver a pesquisa e promover a interação de conhecimentos. Agradeço aos docentes do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina e aos docentes componentes da banca de qualificação e de defesa de doutorado que contribuíram tão carinhosamente com seus conhecimentos e fizeram do encontro de avaliação um dos momentos mais ricos e gratificantes da minha vida.

Um especial agradecimento aos alunos que, na sua maioria aos vinte e poucos anos, com seus olhos cheios de curiosidade, e em muitos deles vi, algumas vezes, certa admiração, me permitiram compartilhar momentos especiais que só a sala de aula proporciona.

Aos meus colegas de trabalho – dentre docentes e demais servidores da Universidade Estadual de Londrina – agradeço, pois em sua maioria são verdadeiramente dignos, honrados e honestos. Meu reconhecimento pelo exemplo

de bem desempenharem seu trabalho, muito além da simples obrigação cotidiana e, assim, reiteram o meu orgulho e satisfação de pertencer, na condição de docente, da renomada instituição de ensino superior, cujos méritos são reconhecidos além das fronteiras estaduais e nacionais.

É preciso mencionar um singelo agradecimento aos amigos e amigas do percurso de uma vida inteira... Quantas lembranças! Sempre contamos uns com os outros e com a mútua e verdadeira amizade que aquece nossos corações.

Incluo, neste momento, a Nina e o Luc os dois cachorrinhos que em sua infinita sabedoria animal, compartilham conosco a simplicidade e a leveza da vida. Além da Kika e da Duda, que, em sua trajetória, para nós humanos considerada tão curta, deixaram apenas boas lembranças...

A distância que tanto tempo nos separou de nossos parentes não é mais empecilho para o encontro pelas redes sociais, que têm nos proporcionado momentos inesperados de fraterna amizade entre tios e primos.

Mas a família, principal fortaleza e sustentáculo, presente nas horas mais especiais da minha vida, é o grande personagem que merece particular destaque. A confiança, nem sempre minha companheira, foi inabalável no coração de meus queridos familiares. E, não posso negar, sustentou os momentos mais difíceis que enfrentei tanto pessoais quanto profissionais.

Nesse caso, somente movida pelo imenso amor devo nominá-los para expressar minhas homenagens: meus sobrinhos Guilherme e Denise o elo perene de amor de nossa pequena família; e meus irmãos Junior e Marta, carinhosos e bons, sempre prestimosos e disponíveis. Meu pai, Jacy Pinheiro, cuja lembrança e as saudades são permanentes e minha mãe, Tite Pinheiro, cuja presença e amor me fortalecem, ambos, semeadores de bondade e honradez. Meu companheiro de venturas e aventuras, Edson Luiz, um amor da juventude e que chega à maturidade assim, confiante e parceiro. Que bom tê-los em minha vida! Conforta o meu coração...

“Caminhemos cantando: que as nossas lutas e a nossa preocupação por este planeta não nos tirem a alegria da esperança.”

(Papa Francisco - Laudato Si')

PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. Transformações Paisagísticas da Região do Marco Zero na Cidade de Londrina – Paraná: uma análise hemeróbica. 281 fls. (Tese apresentada ao programa de Doutorado em Geografia em Dinâmica Socioambiental da Universidade Estadual de Londrina) Londrina-Paraná. 2017.

RESUMO

Sob a metodologia denominada de hemerobia e tendo como objetivo apurar e determinar o grau e o nível de interferência tecnológica imposto às transformações paisagísticas ocorridas na zona leste do Município de Londrina, Estado do Paraná – Brasil nas áreas denominadas de mata do Marco Zero, Complexo Empresarial Marco Zero e Córrego Água das Pedras é que se desenvolveu esta pesquisa que demandou registro fotográfico como atividade de campo e que possibilitou verificar a existência de uma realidade típica das periferias urbanas, ainda hostil, em virtude das disparidades sociais existentes. Foram identificadas de forma pormenorizada as Unidades de Paisagem e respectivas Subunidades que compõem o cenário de pesquisa, uma das regiões mais movimentadas da cidade, senão em virtude do alto adensamento populacional, em razão da existência de equipamentos públicos de grande importância para a região metropolitana, além da proximidade com a área central da cidade. O estudo da paisagem pode fornecer contribuições para a melhoria da qualidade ambiental e funcionar como indicador da necessidade de transformações em certas áreas. Assim elaborou-se uma classificação que possibilitou indicar o nível de hemerobia de cada Unidade de Paisagem, baseada no grau de dependência tecnológica que cada uma delas alcança. A totalidade da área de estudo, demonstrou significativas disparidades no uso e parcelamento do solo urbano que refletem, muitas vezes, vantagens individuais em detrimento de grande parcela da sociedade, que sofre os reflexos das ações que lhe desfavorecem, acentuando ainda mais as já problemáticas relações. As diversas realidades, humanas, sociais e paisagísticas são apresentadas em documentos cartográficos e imagens e as múltiplas concepções da realidade e a convergência e complementaridade das áreas de conhecimento apresentadas – a Geografia e o Direito – permeadas pela História, e por outros ramos científicos, são indicadores que demonstraram o caminho para a compreensão das transformações impostas ao norte paranaense tão hostil e inóspito no início do século XX e tão urbano e desenvolvido no terceiro milênio.

Palavras-chave: Hemerobia; Urbanização; Globalização; Sustentabilidade; Londrina; Geografia e Direito.

PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. **Landmark transformations of the Marco Zero Region in the city of Londrina - Paraná: a hemeroby analysis.** 281 p. Thesis (Doctoral in Geography). – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

This research was done under the methodology named hemeroby. Its purpose is to examine and determine the level of the technological interference which were imposed to the landscape changes that occurred in the East area of Londrina city, which is located in Parana State, Brazil. In particular, the areas studied were the following landscape units: Marco Zero (Zero Mark) in the city of Londrina, a business complex also called Marco Zero and a stream named Água das Pedras (Stone Waters). This research demanded a photographic record as a field activity and enabled us to identify the existence of a hostile environment, which is a typical reality in urban peripheries due to the existing social disparities. The Landscape Units and their Subunits were identified in detail as one of the busiest areas in the city perhaps due to the high population density, or as a result of the existence of important public facilities for the metropolitan region. Besides, it is close to the central area of the city. Landscape studies can provide contributions in order to improve environmental quality and indicate the need for transformations in certain areas. Therefore, we elaborated a system of classification that allowed us to indicate the level of hemeroby from each Landscape Unity, according to the degree of technological dependence that each of them reach. The totality of the field of study shows significant disparities concerning the use and division of urban land that, many times, reflect individual advantages to the detriment of a large part of the society which suffers the consequences of actions that accentuate already troubled relations. The diverse realities, such as human, social and landscape are presented in cartographic documents and images. The multiple conceptions of reality and the convergence and complementarity from both areas presented here (Geography and Law) permeated by History and by other scientific fields are indicators that express the way to try to understand the path of the transformation that were imposed to North Paraná that was so hostile in the beginning of the 20th century and so urban and developed in the third millennium.

Key words: Hemeroby. Urbanization. Globalization. Sustainability. Londrina. Geography and Law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Recorte a Região Leste da Cidade de Londrina	60
Figura 2 – Mata do Marco Zero e Lápide Comemorativa do Jubileu de Ouro de Londrina	61
Figura 3 – Retrato de fotografia exposta na Biblioteca Pública Municipal de Londrina – Sala Londrina.....	67
Figura 4 – Capela Ecumênica – Réplica da Primeira Igreja Católica de Londrina.....	67
Figura 5 – Vista da parte de trás da Catedral Metropolitana de Londrina.....	68
Figura 6 – Parte do mural localizado em frente à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina	71
Figura 7 – Parte do mural localizado em frente à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina	72
Figura 8 – Mural localizado na parede da atual sede da Secretaria Municipal de Cultura e Biblioteca Infantil	74
Figura 9 – Retrato da Fotografia do Campus da Universidade Estadual de Londrina exposta no Museu Histórico Padre Carlos Weiss.....	81
Figura 10 – Vista panorâmica do Terminal Rodoviário José Garcia Villar	84
Figura 11 – Entorno da Rotatória onde se encontra o monumento O Passageiro	87
Figura 12 – Vista Parcial do Entorno da Rotatória onde se encontra o monumento O Passageiro	88
Figura 13 – Ponte sobre o Córrego Água das Pedras	100
Figura 14 – Vista parcial da Escola Municipal Abdias do Nascimento	100
Figura 15 – Muro dos fundos da Escola Municipal Abdias do Nascimento.....	101
Figura 16 – Parte frontal do Boulevard Londrina Shopping Center. Avenida Theodoro Victorelli.....	102

Figura 17 – Vista parcial do Córrego Água das Pedras a partir da ponte para o lado direito	109
Figura 18 – Vista parcial do Córrego Água das Pedras a partir da ponte para o lado esquerdo	109
Figura 19 – Conjunto Habitacional Pindorama em fase de Construção	125
Figura 20 – Viela ao lado da mata do Marco Zero	130
Figura 21 – Mata do Marco Zero e Viela	130
Figura 22 – Mata do Marco Zero e Avenida	131
Figura 23 – Mata do Marco Zero e Complexo Empresarial.....	131
Figura 24 – Vigas Estruturais do Teatro Municipal.....	135
Figura 25 – Vista Aérea Parcial da Cidade a Partir da Região da Mata e do Complexo Marco Zero	137
Figura 26 – Representação Esquemática da Localização da Área de Estudo	148
Figura 27 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Perímetro e Imagem do Google Earth Pro.....	149
Figura 28 – Lápide Comemorativa do Marco Zero	162
Figura 29 – Prédio em construção da Unicesumar	192
Figura 30 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Carta Geral das Unidades de Paisagens	205
Figura 31 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Carta de Detalhamento da Unidade de Paisagem 1 – Vegetação Nativa em Regeneração.....	207
Figura 32 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Carta de Detalhamento da Unidade de Paisagem 2 – Áreas de Circulação Pública	209
Figura 33 – Área do Marco Zero – Londrina – Paraná: Carta de Detalhamento da Unidade de Paisagem 3 – Residencial / Comercial.....	211
Figura 34 – Geofotografia da Região do Marco Zero – Londrina – Paraná	219

Figura 35 – Área do Marco Zero - Londrina – Paraná: Carta de Detalhamento das Unidades de Paisagem e Subunidades e Classes de Hemerobia	231
Figura 36 – UP1. Mata do Marco Zero	232
Figura 37 – UP1 e UP3-SUB1. Entorno da Mata do Marco Zero	232
Figura 38 – UP1 e UP3-SUB3. Ponte sobre o Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama.....	234
Figura 39 – UP1 e UP3-SUB1 e 3. Conjunto Pindorama, margens do Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama.....	234
Figura 40 – UP2-SUB1. Boulevard Londrina Shopping Center	236
Figura 41 – UP2-SUB1. Antigos Galpões e Novas Construções.....	236
Figura 42 – UP2-SUB2. Grades Estruturais do Teatro Municipal.....	237
Figura 43 – UP2-SUB2. Antiga Chaminé	237
Figura 44 – UP3-SUB2. Av. Theodoro Victorelli	239
Figura 45 – UP3-SUB2 Empreendimentos	239
Figura 46 – UP3-SUB2 Avenida Dez de Dezembro.....	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do Grau de Dependência Tecnológica	58
Quadro 2 – Classificação Hemeróbica – Grau de Dependência Tecnológica	218
Quadro 3 – Classificação Geofotográfica das Unidades de Paisagem e Subunidades	221
Quadro 4 – Classificação Geofotográfica e Descrição Hemeróbica	223
Quadro 5 – Classificação Descritiva das Unidades de Paisagens e Subunidades e o Correspondente Nível Hemeróbico.....	224
Quadro 6 – Classificação das Unidades de Paisagens e Subunidades por Semelhança de Nível Hemeróbico	225
Quadro 7 – Roteiro das Fotografias Utilizadas no Texto e que Pertencem às Respektivas Unidades de Paisagem	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresenta a área total com as Unidades de Paisagem nela inseridas	213
Tabela 2 – Apresenta o detalhamento da Unidade de Paisagem 2 com suas duas Subunidades	214
Tabela 3 – Apresenta o detalhamento da Unidade de Paisagem 3 com suas três Subunidades	215
Tabela 4 – Apresenta o detalhamento de todas as Unidades de Paisagem com suas respectivas Subunidades	216

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A GEOGRAFIA, O DIREITO, A PAISAGEM E A FOTOGRAFIA	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1	Materiais e Métodos	57
4	O USO E A OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA DO MARCO ZERO	61
4.1	A Dinâmica da Paisagem Londrinense	66
4.2	As Restrições Legais e Conflitos do Uso da Terra na Área do Marco Zero	90
4.3	A Legislação, a Política e o Planejamento Urbano	106
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	127
5.1	Localização da Área de Estudo e suas Principais Características	146
5.2	Marco Zero em Londrina: As Transformações Recentes	155
	A) Primeira e Segunda Fases: 1984 a 1995 e 1996 a 2003	160
	B) Terceira Fase: 2004 a 2017	167
5.3	Divergências Políticas e Jurídicas	173
6	ANÁLISE HEMERÓBICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	196
6.1	As Unidades de Paisagem	201
6.2	Resultados da Análise	216
6.2.1	Classificação geofotográfica	217
6.2.2	Classificação dos níveis hemeróbicos	222
6.2.3	Seleção das imagens fotográficas e respectivos níveis hemeróbicos	229
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	265

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta, foi desenvolvida em uma das áreas mais antigas de Londrina no Estado do Paraná, que tem como marca histórica as origens não apenas da cidade, mas de toda uma região, onde a primeira caravana instalou-se para dar início à comercialização de terras no norte paranaense.

A reflexão que se pretendeu foi permeada pela História além de autores da Economia, Sociologia, Filosofia, Jornalismo, Educação e Serviço Social, dentre outros, incorporados ao estudo para contribuir na compreensão da rede de relações construídas ao longo da trajetória da cidade e que culminaram com as mudanças impostas a um recorte espacial na zona leste de Londrina, nas localidades objeto do estudo que se inicia com a Mata do Marco Zero, o Complexo Empresarial Marco Zero e o Córrego Água das Pedras. A paisagem, retratada fotograficamente foi, em alguns pontos previamente escolhidos, e utilizou-se do conceito de hemerobia para mensurar o uso e ocupação das Unidades de Paisagem (UPs) na área de estudo.

Apesar da proximidade com a área central da cidade e outras regiões consideradas melhor desenvolvidas, mantém suas características periféricas, cuja condição de existência é explicada, por muitos autores, em virtude justamente da pouca distância que a separa de localidades bem desenvolvidas como ocorre com o centro que possui grandes e expressivos empreendimentos comerciais e residenciais, muitos dos quais atrativos aos trabalhadores de baixa renda oriundos dos bairros daquele pedaço da zona leste.

A discussão proposta justifica-se em virtude das significativas transformações paisagísticas impostas a essa região e que, apesar de algumas projeções destacadas midiaticamente em virtude da publicidade dada ao empreendimento privado (Complexo Empresarial), não se refletiram completa e concretamente de forma efetiva em termos de qualidade urbanística. Mantiveram-se situações de degradação típicas das regiões periféricas urbanas, apesar de sua proximidade com a área central da cidade, especialmente no entorno do Córrego e da Mata, locais em que a realidade social continua hostil.

A problemática que se evidencia dos estudos realizados, indica que as modificações, impostas sobre essa área objeto de estudo, não se restringem ao cenário de transformações paisagístico apenas. Esse conjunto é composto por

elementos sociais, econômicos e ambientais que potencializam paradoxos e antagonismos que se refletem na paisagem à medida que empreendedores públicos e privados se omitem ou atuam em desfavor do interesse público, muitas vezes com um discurso que encobre as reais intenções dos diversos atores envolvidos, e até deturpando o conjunto normativo vigente – tema especialmente considerado pelo Direito – em prol de interesses que não refletem o bem comum, mas que permanecem camuflados para atender ao poder do capital.

O questionamento metodológico que emerge de tais apontamentos se refere ao nível e grau das mudanças impostas à região, apurados por meio dos registros fotográficos realizados em vários trabalhos de campo, utilizados como recurso de análise da paisagem e que descortinam as condições antagônicas em que se encontram a mata do Marco Zero, o Complexo Empresarial e o entorno do Córrego Água das Pedras.

Localizados na zona leste, são três os pontos objeto de estudo. Primeiro, o exato local que serviu de acampamento naqueles dias remotos de 1929, apontado nas comemorações do cinquentenário do município, pelo próprio George Craigh Smith, chefe da primeira caravana que aí aportou. Trata-se de uma mata, de floresta remanescente, em regeneração, porém, não totalmente original, que foi batizada – nas comemorações do Jubileu de Ouro do município, como Marco Zero.

O segundo ponto, diz respeito ao Complexo Empresarial Marco Zero, composto por uma série de empreendimentos privados como um shopping, um hotel, uma loja de departamentos de materiais de construção – já inaugurados e em pleno funcionamento. Compõem o cenário do Complexo, torres residenciais e comerciais, ainda não construídas e um teatro, cuja construção já se iniciou, mas as obras permanecem mais tempo paralisadas do que em andamento e são de responsabilidade do poder público municipal em parceria com o Ministério da Cultura.

O terceiro ponto refere-se ao Córrego Água das Pedras, manancial hídrico altamente degradado que se origina na área onde se encontra instalada a Estação Rodoviária José Garcia Villar, próximo ao Estádio Vitorino Gonçalves Dias e se estende até depois da ocupação conhecida por Favela Pindorama e também do Conjunto Habitacional de mesmo nome, ambos locais conhecidos pelas condições econômicas precárias da população que lá sobrevive.

A demarcação nesses três pontos principais que juntos formam o cenário deste estudo, engloba realidades distintas que têm em comum as disparidades típicas da

sociedade capitalista hoje globalizada, onde se revelam muitas das extraordinárias e irreversíveis transformações paisagísticas que compõem aquele contexto.

Os discursos obtidos por meio da pesquisa documental jornalística, que compila pouco mais de trinta e dois anos da história daquela área pinçada da região leste da cidade de Londrina, demonstram a estreita articulação entre os interesses privados e o capital, ao mesmo tempo em que, por consequência, se descortina a inexistência de vontade política, por parte de alguns, em promover uma cidade mais humanizada.

A Geografia e o Direito se identificam nos interesses em comum e que compartilham na medida em que podem unir forças, a partir de conhecimentos diversificados e obtidos com o desenvolvimento do estudo científico, para desvendar as múltiplas ações e omissões dos atores envolvidos nesse cenário desde os primórdios até a atualidade.

A academia, por sua vez, pode e deve fazer parte do conjunto de instituições que promovem e participam de discussões que intencionam construir uma cidade melhor para todos. Daí a interação das áreas de conhecimento e da capacidade técnica desenvolvida ao longo de anos de estudo acadêmico e posta a serviço dos melhores interesses para a população como um todo e não apenas para alguns seguimentos mais poderosos política e economicamente da sociedade.

A proposta de estudar esse recorte espacial, portanto, se deve às grandes mudanças aí ocorridas nas últimas décadas, pois embora muito próxima da área central da cidade, a região ficou relegada na consciência da população, do poder público, da política e dos empresários às condições periféricas de outrora e, apesar de sua visibilidade com tantos empreendimentos já estabelecidos, goza de pouco reconhecimento quando comparada com outras regiões.

As condições de degradação e pobreza, que sempre se evidenciaram em sua paisagem passaram por alterações com as obras públicas a partir das décadas de 1970 e 1980 relatadas ao longo das seções deste trabalho. Mesmo com a recuperação de algumas das áreas, ainda assim a região continuou com o estigma de periferia desvalorizada e pouco atraente mercadologicamente em muitas oportunidades.

As mudanças impostas no entorno dos locais objetos de pesquisa, como a criação de conjuntos habitacionais além de outras obras de grande porte como avenidas, hospital público, terminal rodoviário, e mais recentemente instituições de

ensino superior pública e privada, além do crescimento da cidade como um todo em direção a outras regiões, acabou por aproximar aquela tríade, ainda mais, da área central, permanecendo, porém, vinculada a uma região até agora considerada como uma parcela degradada do centro de Londrina.

Com as primeiras notícias de um grande empreendimento privado, localizado em um dos pontos mais conhecidos da região, cuja campanha publicitária chamava a atenção para as grandes transformações paisagísticas que aconteceriam, as atenções se voltaram, durante certo tempo, para o local, pois se acreditava que resultariam em desenvolvimento e modificações profundas também nas condições de pobreza e degradação da área como um todo. Não apenas por iniciativa privada, mas pela atuação do próprio poder público municipal.

Portanto, para além das modificações da paisagem periférica que continua a representar e expressar esperava-se que todo aquele cenário se transformasse de forma completa e irreversível e compusesse uma nova e emergente parte valorizada do centro de Londrina.

Alguns dos apontamentos decorrentes das transformações promovidas naquela paisagem e que mobilizaram este estudo dizem respeito aos benefícios da propalada transformação paisagística, assim como o efetivo desenvolvimento para a região que permanece periférica e, de certa forma, desprezada do centro da cidade, ainda que integre um novo patamar de consideração e valorização urbanística na medida em que vem atraindo novos empreendimentos e especulação.

O complexo empresarial, construído onde se encontrava desde meados do século XX uma indústria de grãos – Anderson Clayton, sucedida pela empresa de mesma atividade econômica Coimbra S.A., e cuja logística contava, inclusive com malha ferroviária no local, para transporte e transbordo de mercadorias, provocou, de fato, intensas modificações paisagísticas. As fotografias colacionadas ao trabalho o demonstram. Entretanto, não se observou grandes mudanças na condição periférica daquelas áreas no que se refere a questões socioeconômicas. Sobretudo na área próxima em que se encontra o Córrego Água das Pedras e, inclusive, naquela compreendida pela mata do Marco Zero, localizada às portas do complexo empresarial.

Referido empreendimento que já teve parte de suas obras realizadas, é cercado de inconsistências jurídicas que ainda não foram dirimidas e, por sua magnitude não o serão, futuramente, com facilidade. Ali estão representados altos

interesses do capital. Ao discorrer sobre as projeções e a realização das obras, até depois da inauguração das primeiras empresas e apresentar os documentos jornalísticos que embasam a pesquisa, é possível observar, nas entrelinhas, o jogo de interesses e poder que sobressai no cenário londrinense a exemplo de tantos outros lugares.

Daí a importância do estudo proposto, tendo por objetivo demonstrar que as transformações ocorreram sim, porém não apenas de natureza paisagística. Esta pesquisa, como se esperava, vai mais além, pois observa que as modificações se deram muitas vezes em desfavor das melhores condições urbanísticas e em diversas oportunidades, não tiveram o condão de alterar o estigma periférico da região, inclusive mantendo-se a realidade econômica e social observada desde sempre, embora paradoxalmente, mercadologicamente haja significativa valorização imobiliária.

Buscou-se desvendar a rede de relações que compõem esse complexo empresarial, desde o seu início até a atualidade para demonstrar não apenas o grau, nível e intensidade de transformações paisagísticas, mas o seu impacto social, econômico e, por fim, urbanístico, tendo por compromisso identificar o alcance da interface entre a Geografia e o Direito, contextualizando os reflexos da relação entre as duas áreas de conhecimento a fim de apontar novos paradigmas de análise que possam contribuir com a melhoria da paisagem urbana.

A utilização de documentos jornalísticos historiando pouco mais dos últimos trinta e dois anos da cidade de Londrina, dá o tom investigativo ao trabalho, ao mesmo tempo em que se identifica a rede de relações que marcaram a trajetória política e econômica da cidade culminando com a sua realidade atual, em que se observa uma série de antagonismos e paradoxos, com repercussões jurídicas que aqui merecem destaque.

Necessário em algumas oportunidades que a discussão teórica enveredasse ao plano conceitual, pois é inegável a importância de bem definir as expressões utilizadas cotidianamente, com o objetivo precípuo de esclarecer a respeito das características e peculiaridades que devem e merecem ser expostas e reconhecidas quando do estreitamento da relação entre áreas de conhecimento, como é o presente caso em que se buscou promover a interface entre a Geografia e o Direito, permeados pela História e complementadas por outras ciências.

A análise normativa formulada revela de forma subliminar os interesses então

dominantes do passado assim como do presente. Na relação repleta de elementos específicos de cada área, são identificadas as nuances axiológicas consideradas indispensáveis aos rumos tomados pelo crescimento da cidade, bem como as escolhas que foram efetivamente feitas para regular e promover o desenvolvimento urbanístico do município.

Os interesses capitalistas que levaram o norte do Paraná a ser um centro de expansão agrícola e que deveria ser desbravado culminaram com uma terra de muitos matizes. Não apenas vermelha, ou roxa como é conhecida desde então, mas agregadora de muitas origens que contribuíram para o atual perfil de múltiplas faces e cores.

O trabalho está dividido em sete secções, dentre as quais se incluem a introdução e as considerações finais. Pontuado na sexta secção verifica-se o objetivo geral, uma vez que apresenta a análise metodológica proposta. As secções dois, três, quatro e cinco, expressam os objetivos específicos, os passos considerados imprescindíveis a consecução da pesquisa.

Na primeira etapa, secção dois, inicia-se a discussão teórica que fundamenta o estudo, reconhecendo a importância da paisagem para a Geografia e, também, da utilização da fotografia como recurso para o desenvolvimento do trabalho. Referida discussão objetiva expor a interface entre a Geografia e o Direito e os objetos de interesse comum. Ressalte-se, porém, que a fundamentação teórica não se restringe a este estágio da apresentação. Ao contrário, está contida em todo o percurso da reflexão desenvolvida ao longo da pesquisa.

Em seguida, a secção três, discorre sobre os procedimentos metodológicos, momento que tem por objetivo apresentar as importantes exigências da pesquisa bibliográfica histórica, geral e específica, necessária em todo o percurso de elaboração da tese. Aliás, a fundamentação se inicia antes mesmo da propositura do projeto de pesquisa e contribui para a construção teórica que se corporifica a partir da introdução, encerrando-se nas considerações finais.

Evidencia-se na fundamentação teórica, com a elaboração da redação, desde o seu início até a sua efetiva finalização, incluindo-se, neste trajeto, o imprescindível trabalho de campo, realizado para a captação e a coleta imagética, para posterior escolha e apresentação, a profusão de autores da Geografia e do Direito, bem como de áreas afins mencionadas, cuja reflexão contribuiu para a compreensão da trajetória do município.

Ainda na etapa dos procedimentos metodológicos, encaminha-se para a apresentação descritiva pormenorizada dos materiais e métodos utilizados para desenvolvimento da pesquisa, tendo como ponto de partida uma base de dados obtida tecnologicamente e que são apresentados, ao longo da explanação, por intermédio do conjunto de cartas geográficas e respectivas descrições, além das tabelas com detalhamento de Unidades de Paisagem e Subunidades e as figuras e ilustrações com apontamentos que esclarecem aspectos relevantes para o trabalho e para as localidades objeto de pesquisa. Tudo sob a perspectiva hemeróbica.

Importante reconhecer nos procedimentos metodológicos as vertentes que permeiam a pesquisa bibliográfica, pois além do indispensável levantamento histórico que permite entender as condições e contradições para a criação e o desenvolvimento da cidade de Londrina e do recorte estabelecido na região objeto de estudo, é também, imprescindível direcionar os conhecimentos angariados para as discussões que perpassam por um conteúdo teórico abrangente e, por vezes eclético, que analisa diferentes visões de mundo em preparação para a compreensão da ordem política, econômica, cultural, social e, também normativa e jurídica local e que de alguma forma alcançaram e influenciaram, desde os primórdios, até os dias atuais – segunda década do milênio, a realidade londrinense e a vida dos seus cidadãos.

As transformações impostas, desde as primeiras cenas da cidade estão na secção quatro que tem por objetivo observar primeiramente a dinâmica de desenvolvimento paisagístico da cidade e suas repercussões geográficas que se potencializam a partir do momento em que se constata a existência de uma rede de interesses, muitos dos quais em desfavor das condições consideradas teoricamente importantes e ligadas a temas como limitações na utilização do solo urbano, a necessidade de preservação de mananciais hídricos, as dificuldades impostas pelas condições sócio econômicas da população, enfim, um conjunto de informações relacionadas tanto à Geografia Física, quanto à Geografia Humana e ao próprio Direito.

A repercussão na esfera jurídica, conforme será possível verificar, se intensifica na medida em que não há o respeito às condições ambientais que exigem uma construção normativa que não se efetiva, ou ainda, mesmo que exista uma série de instrumentos normativos muitos não são observados, ou são utilizados de maneira inadequada. A trajetória legislativa do município relativamente ao

planejamento urbano e as influências políticas e econômicas inerentes mostram as consequências inexoráveis dos conflitos de interesses.

Ainda que não se possa descartar a importância da apuração do nível de alterações antropogênicas, é salutar indicar que foi preciso ir mais além e considerar no ambiente urbano pesquisado e analisado por meio da hemerobia, o grau de dependência tecnológica que as alterações paisagísticas revelaram. Tal levantamento tem as indicações da metodologia hemeróbica em seu conteúdo que, embora seja possível, para este trabalho não se exigiu o exercício comparativo entre o passado e o presente, o que se revelou de forma textual mediante a reprodução fotográfica da paisagem atual apenas e respectivos comentários descritivos. Traduziram-se, pois, referidos registros e descrições em instrumentos fundamentais à consecução da análise metodológica proposta.

A seguir na quinta seção o plano teórico descritivo proposto permite um resgate histórico que tem por objetivo apresentar a formação da cidade de Londrina desde antes de tornar-se município, até a atualidade com intensas modificações impostas em sua paisagem urbana. Prioriza-se, nesta etapa, porém, o interregno dos últimos pouco mais de trinta e dois anos – de 1984 a 2017. O estudo em tais etapas é conduzido sob a perspectiva, principalmente, da Geografia Humana, permeada pelo Direito e, em algumas oportunidades por outras áreas de conhecimento que contribuem para a construção da fundamentação teórica que, ao final, respalda a análise metodológica.

As áreas de estudo que compõem a região leste da cidade de Londrina estão delimitadas e descritas pormenorizadamente, enfatizando-se as características atuais e as transformações mais recentes ocorridas nas localidades bem como as influências sofridas ao longo do período de trinta e dois anos. Embora o referido período possa ser analisado em três etapas, é justamente o final em sua última parte que se consubstancia o conjunto imagético apresentado ao longo de toda a exposição. A seção, que se utiliza de um conjunto jornalístico consistente, se encerra apresentando o cenário de divergências políticas e jurídicas que nem sempre se evidenciam de forma escancarada no dia a dia da cidade.

Por fim, a sexta seção apresenta a metodologia de análise – hemerobia – e respectivos resultados, relativamente à mudança paisagística imposta a um cenário específico, composto por três áreas, das quais se destaca aquela que em virtude de sua importância para as origens da cidade exigiu que se realizasse o estudo histórico

e sua interação com uma sucessão de acontecimentos que culminam com as circunstâncias mais recentes que foram objeto de análise das transformações paisagísticas da região do Marco Zero, traduzindo-se no objetivo da pesquisa empreendida.

A contribuição histórica foi relevante, portanto, para a compreensão das nuances do desenvolvimento da cidade como um todo e, principalmente, na região em que se concentram as áreas objeto de estudo em que tanto na escala social, como na política e econômica se verifica importantes elementos que contribuíram para as condições encontradas.

A partir do conjunto de conhecimentos obtidos com tais informações é realizada a análise hemeróbica das localidades escolhidas para a execução da pesquisa com a tarefa de desvendar as particularidades das modificações promovidas na paisagem local. Referida análise consubstancia-se a partir das imagens atuais, sem comparação com imagens remotas, embora tenham sido resgatadas a título de ferramentas de consolidação pessoal do conhecimento relativo ao conjunto imagético contemporâneo, servindo apenas de referência, porém não utilizadas no corpo da pesquisa.

Importante ressaltar que concomitantemente aos estudos e à discussão, se estabeleceu a delimitação das Unidades de Paisagem (UP) definidas a partir de características específicas e especiais importantes para a consecução do trabalho, observadas nos diferentes pontos escolhidos no território demarcado e que engloba as três localidades objetos de estudo. As UPs foram registradas fotograficamente e, posteriormente, dentre as imagens escolhidas, foi elaborada a classificação dos níveis hemeróbicos apresentados junto com os resultados, encerrando a análise metodológica proposta.

Quanto à fundamentação teórica, ainda merece ser ressaltado novamente, que desde as primeiras linhas, até seu encerramento permeou todas as seções do trabalho, ora enfaticamente, ora de forma sutil, valorizando, mediante a doutrina apresentada, cada etapa da exposição. Para a sexta seção, a maior ênfase ao conteúdo retórico do significado da palavra hemerobia, norteando assim, a compreensão dos resultados apresentados, relativos à pesquisa de campo.

Após muita reflexão buscou-se a integração das áreas de conhecimento – Geografia e Direito permeadas pela História, de tal forma que se complementassem para um melhor desenvolvimento e entendimento da pesquisa. O programa de

Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina e a formação da pesquisadora nas áreas de Direito e de Serviço Social proporcionaram tal interação, pois impossível desprender-se, total e completamente dos conteúdos intrínsecos obtidos ao longo da formação individual. Contudo, é exatamente esta relação que permite a interface do conhecimento, valorizando-se com isto a multidisciplinaridade que a temática permite.

A realidade observada a olho nu, nem sempre evidenciou a rede de relações – positivas e negativas – construídas no cenário de investigação e que impactaram sobremaneira sua configuração e as relações que lhe são intrínsecas. A ciência, em seu esforço contínuo de desvendar o universo, portanto, mais uma vez pretende contribuir para desvendar e expor um pedaço diminuto, daquela realidade tão intensa e importante. Que seja, portanto, a presente pesquisa, apenas mais uma das muitas contribuições que a ciência, em seus incontáveis caminhos, pode oferecer para melhorar a vida em sociedade.

2 A GEOGRAFIA, O DIREITO, A PAISAGEM E A FOTOGRAFIA

De um modo geral é cada vez mais premente oportunizar o maior aprofundamento do conhecimento bem como das questões que permeiam o estudo e que são fundamentais para desvendar os caminhos que delineiam as temáticas em discussão, especialmente a partir do momento em que há o reconhecimento de novos paradigmas norteadores das escolhas axiológicas. Nesse passo, um exemplo é a Geografia e seus objetos que se tornam interesses para o Direito e daí a interface das áreas de conhecimento em um movimento holístico que contribui para a multidisciplinaridade.

No presente estudo, são discutidas importantes questões ligadas à Geografia Física e que serão tratadas quando da discussão metodológica especialmente no que se refere às Unidades de Paisagem – UP e a respectiva classificação dos níveis hemeróbicos. Apresentam-se, também, algumas relevantes informações relativas às relações de natureza social e econômica, portanto, mais ligadas à Geografia Humana, cuja discussão contribui significativamente com a fundamentação teórica da pesquisa.

Embora Milton Santos ressalte os interesses da Geografia, seu raciocínio aqui destacado, pode ser aproveitado para as outras áreas de pesquisa, incluindo o Direito. É a transcendência dos interesses que afirma existir entre os objetos que primeiro interessam à Geografia Física e depois à Geografia Humana.

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram. (SANTOS, 2004, p. 72)

Exatamente os objetos apontados pelo autor como de interesse da Geografia Física e Geografia Humana são também, interesses do Direito que por intermédio do ordenamento jurídico, como instrumento estatal e a partir das contribuições trazidas pela ciência geográfica e por outros ramos científicos, constrói uma série de normas de proteção e tutela. Assim é possível afirmar a existência de pontos de inter-relacionamento entre as diversas áreas de conhecimento, inclusive, para a pesquisa aqui desenvolvida.

Torres (2003, p. 32) ao discutir a relação entre a Geografia e a História aponta “que para a Geografia Moderna existe a necessidade de uma visão global e explicativa dos fenômenos naturais e suas interações”. E explicando o afastamento então existente entre as referidas ciências afirma que datam do início da década de 1970 “estudos relativos a uma visão integrada entre a Ecologia e a História (...) num panorama mundial de crise relacionada ao meio ambiente”. (TORRES, 2003, p. 32)

Continua em sua explanação, ao concordar com autores como Molina, 1993 *apud* Passos, 2001 e afirma que:

O homem passa a ser considerado como um agente natural da paisagem, desta forma a ciência da paisagem não pode conceber a ruptura entre a Geografia Física e a Humana, trata-se de um espaço com dimensões naturais, sociais e históricas.

Outro ponto interessante, dentro desta discussão, é que o fato do homem ser um agente social (e, mais especificamente, quando encontra-se no coletivo) recebe uma conotação pejorativa pela mídia a partir dos anos 70. Todos os “desastres” ecológicos ocasionados pela atividade humana recebem o termo “ação antrópica”, numa conotação negativa e generalizada a todas as mudanças ambientais. A questão refere-se a combater os exageros e não a retirar as reflexões críticas e (necessárias) da ciência geográfica, por exemplo. (TORRES, 2003, p. 33)

Ao realizar a necessária tarefa de pesquisar para tentar compreender a complexidade do mundo e das relações a ele inerentes, se consubstancia o exercício de ir mais além do pensamento simplista para então se permitir novas possibilidades de se organizar para desenvolver um conhecimento mais abrangente ao mesmo tempo em que se compreendem as incontáveis nuances que o saber proporciona.

Na tentativa de promover as interações necessárias para a compreensão das modificações impostas à paisagem sob análise, tendo por fio condutor a Geografia em estreita relação com o Direito é pertinente trazer novamente a reflexão de Milton Santos ao expor os desafios que pretendia enfrentar em sua obra “A Natureza do Espaço”. Discutiu a inter-relação entre as disciplinas:

O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o controle da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar e teorizar. (SANTOS, 2004, p. 20)

Relevante ressaltar a importância e vastidão de tais temas, para ambas as abordagens apresentadas na Geografia – Humana e Física – e em conjunto com as informações de natureza jurídico-legislativa. São fundamentais e de grande significado para a compreensão daquele contexto.

A estreita relação entre a Geografia e o Direito, nem sempre é observada ou entendida, mas muitas vezes seus efeitos e consequências são sentidos pela população. Ao discorrer sobre ao que chama entre aspas de “Geografia oficial”, como “sendo uma técnica estatal, a primeira a ser edificada em um país, pois sem mapas nada se constrói, em lugar algum se chega, o país se torna desconhecido”, o autor Luiz Ugeda (2017, p. 30) afirma, ainda, que, “não há como exercer plenamente a soberania ou mesmo a cidadania” institutos previstos constitucionalmente.

No que tange à organização territorial, considerado o território em sua dimensão geográfica e jurídica, ela é essencial para viabilizar o desenvolvimento das outras infraestruturas: energia, saneamento, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saúde, educação etc., bem como o ordenamento ambiental, urbano, rural, dentre outros. E essa perspectiva técnica contribui para constatar uma Geografia com sólida organicidade, pronta para o diálogo aberto com qualquer ramo científico, bem como um Direito devidamente contextualizado no espaço. (UGEDA, 2017, p.30)

Estudar a paisagem sob a perspectiva da Geografia permite estreitar a relação entre as características das localidades objeto de estudo, apontando desde suas condições ambientais até as referências sociais, culturais, políticas e econômicas. Torres (2003, p. 36) ao discorrer sobre a escola francesa aponta Vidal de La Blache como o principal expoente que inspirou o retorno do conceito de paisagem para a ciência geográfica com um olhar “mais científico” sobre seu conteúdo. E sobre a paisagem afirma:

Para os estudos geográficos da paisagem, ficam claros três elementos básicos de análise: as características do geossistema, o tamanho (escala espacial) e o tempo (escala temporal). Somado a estes elementos deve-se ter a escala social, pois, a ação antrópica pode transformar uma dada realidade de várias formas. “*A Paisagem é, desde a origem, um produto socializado*”. (BERTRAND, 1978) (sic).

Assim, a natureza pode existir simplesmente e independentemente dos anseios humanos, já a paisagem só existe em relação ao homem ao percebê-la e transformá-la ao longo da história.

Desta forma, ao levar em conta a escala social, os estudos de paisagem ficam mais próximos da ciência geográfica. (TORRES, 2003, p. 37)

A Geografia nas suas variadas vertentes discute as transformações do espaço, das possíveis origens até as consequências que lhe são inerentes, ou surpreendentes. As diferentes escalas que o olhar geográfico proporciona, relativas ao tempo e ao espaço bem como o alcance da ação antrópica, são fundamentais para a compreensão das mutações impostas à paisagem. A relevância das discussões fica ainda mais evidente na medida em que se descortinam mais e mais oportunidades de conhecimento a partir dos conceitos mais elementares até as informações mais técnicas e pormenorizadas.

– (GEO = terra, grafia = descrição) Ciência que teve originariamente por objeto de estudo a descrição da superfície da Terra, e modernamente abrangendo os seguintes estudos: (1) das transformações ambientais, sobre a superfície da Terra, sejam elas naturais ou artificiais, relacionadas com o espaço em que ocorrem; (2) dos seus acidentes físicos, como os CLIMAS, OS SOLOS, O RELEVO e os tipos de vegetação; (3) das relações entre os grupos humanos e o meio ambiente. Em síntese, é a ciência que estuda o ESPAÇO ambiental e os fenômenos de transformação deste espaço na superfície da Terra, transformações estas relacionadas de alguma forma com o lugar, quer sejam de origem natural ou artificial. Ainda não há consenso se a denominação Geografia será estendida aos estudos equivalentes em outros planetas. (SILVA, 2002, p.123)

A discussão multidisciplinar capitaneada pela Geografia ao longo da exposição exige pontuar a sua diversidade temática que interage com tantas outras áreas de conhecimento e, devido a repercussões jurídicas, estreita-se com o Direito. Assim como o Dicionário Geográfico acima, o Atlas *National Geographic* também apresenta, sinteticamente, algumas das múltiplas áreas de atuação da Geografia.

Geografia. Ciência interdisciplinar que analisa e explica a localização e a distribuição no espaço dos elementos da superfície terrestre e a sua relação com o habitat humano. Engloba diversos ramos. A geografia aplicada utiliza os métodos geográficos (pesquisa, cartografia) para prever e explicar problemas de alcance global (subdesenvolvimento, superpopulação), regional (regiões pobres) e local (urbanismo). A geografia física estuda a forma e o relevo da superfície terrestre. Costuma dividir-se em geomorfologia, climatologia e hidrogeografia. A geografia humana ocupa-se das atividades humanas em relação ao meio físico (população e comportamento demográfico, estrutura social, migrações etc.). Conforme a perspectiva pode dividir-se em geografia social e econômica. A geografia social ocupa-se da evolução e organização dos grupos humanos; engloba a geografia cultural (que estuda as tecnologias econômicas, a avaliação dos recursos e as áreas culturais humanas) e a geografia política (que se ocupa dos grupos humanos do ponto de vista da sua organização em países). A geografia econômica estuda os resultados da atividade do homem como agente produtor (processos da distribuição econômica que afetam a superfície da Terra). Quanto à geografia histórica, sua definição é polêmica: para uns, consiste na reconstituição das mudanças das condições ambientais no decurso da história, enquanto para outros é a análise das geografias regionais do passado e da evolução das paisagens. (ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC, 2008, p. 23)

As múltiplas faces reconhecidas na Geografia permitem afirmá-la estratégica e associá-la à temática que envereda para as discussões propostas pela Geografia Urbana, pois discute o espaço sob tal perspectiva. Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013, p. 7) afirmam que “o espaço da cidade capitalista, particularmente da grande cidade, caracteriza-se, entre outros aspectos, por ser fragmentado”.

Tal fracionamento, dizem os autores, dá origem a um mosaico irregular, “com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, assim gerados por distintos processos espaciais e agentes sociais”. (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013, p. 7) E tais características refletem o grau de complexidade da sociedade e que se expressa também nas múltiplas condições do cenário urbano e de sua paisagem mutante.

Continuam a discussão entendendo que a fragmentação do espaço urbano capitalista se dá mediante a divisão econômica e a divisão social:

(...) A primeira deriva da complexa espacialidade das atividades econômicas, originando terminais de transporte, depósitos, fábricas, estabelecimentos atacadistas e varejistas, escritórios de serviços, hospitais e escolas. A espacialidade de cada uma dessas atividades responde a uma lógica própria, vigente no momento de sua implementação ou que, por eficiência continuada ou ainda por inércia, garante a localização de cada atividade. Zonas portuárias, áreas industriais, antigas e novas, espontâneas ou planejadas, áreas comerciais hierarquizadas ou dotadas de especialização funcional são o resultado dos intrincados processos que originam a divisão econômica do espaço urbano.

Já a divisão social do espaço urbano traduz-se em numerosas áreas sociais, cada uma caracterizada por uma relativa homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas. Atributos como renda, instrução, ocupação, faixa etária, fecundidade, etnicidade, religião, *status* migratórios e qualidade da habitação definem o conteúdo de cada área. Há um mosaico social na cidade, com distintas formas e conteúdo sociais. O preço da terra, expressão cabal da valorização da propriedade fundiária, e a proximidade dos centros de negócios – área central, subcentros e áreas especializadas – , assim como das áreas de amenidades naturais ou socialmente criadas e das áreas fabris, desempenham papéis fundamentais na estruturação desse mosaico social. (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013, p. 7 e 8)

Ao discorrer e descortinar conceitos exige-se que desde logo, se apresente a reflexão sobre o termo *hemerobia*, uma vez que diretamente ligado à análise paisagística e ao mosaico social e econômico apontado pelos autores mencionados e que resultam em transformações constantes do cenário urbano. Neste momento busca-se indicar a interação entre a metodologia proposta para o presente estudo e a discussão relativa ao termo *paisagem*:

(...) o estudo da paisagem surge como uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e ser indicador da necessidade de mudanças nos espaços urbanos, especialmente quando estes colocam em risco a saúde e o bem estar humano devido à exposição diária aos altos níveis de artificialidades presentes nas grandes cidades. A mensuração dos níveis de artificialidade e ou naturalidade de um espaço faz parte do estudo da paisagem, e é basicamente a definição do conceito de *hemerobia*. (PEREIRA, SILVA e VEIGA, 2011, p.127)

As discussões a respeito do termo *paisagem*, seu conceito e seu conteúdo tornaram-se relevantes na medida em que a ciência reconheceu a sua importante contribuição na compreensão das transformações impostas aos cenários – urbano e rural. Os autores Georges e Claude Bertrand tecem longa e relevante crítica quanto ao que chamam de *ebulição paisagística dos anos 1980-1990*. Entretanto ressaltam sua importância e afirmam:

A paisagem se impôs à pesquisa mais que a pesquisa se impôs à paisagem. Em menos de duas décadas, ela tornou-se um tema central da sociedade. Ela acompanha o triunfo da imagem e a sensibilidade, do formal e das aparências, do efeito-decoração e do efeito-imagem. Criadora da identidade, ela participa do patrimônio dos indivíduos e das sociedades. Ela tornou-se uma das facetas culturais do meio ambiente. Para muitos pesquisadores, geógrafos aí compreendidos, é uma revolução cultural e científica. É preciso liberar do domínio cientificista e objetivista, das finalidades naturalistas (nem sempre admitidas), para ascender ao mundo das representações e do vivido. Antes de ser um problema de “natureza”, a paisagem, e através do seu meio ambiente, torna-se uma questão de cultura..., mas não somente. No fundo da paisagem resta sempre alguma coisa de natural. (BERTRAND, 2007, p. 211)

Para Passos (2013, p. 34) “a partir do século XIX, o termo ‘paisagem’ é profundamente utilizado em Geografia e, em geral se concebe como o conjunto de formas que caracterizam um setor determinado da superfície terrestre”. Entretanto, alerta o autor “a conceitualização da paisagem como um objeto próprio e generalizado, foi definida somente recentemente, graças a uma conjunção de dados científicos e exteriores à Geografia”. (2013, p. 35)

Antes de aprofundar o conteúdo relacionado aos recursos fotográficos utilizados no presente estudo, é importante destacar na pesquisa teórica desenvolvida a fundamental discussão sobre a paisagem como expressão utilizada em larga escala pela Geografia. A temática, portanto, se desenvolve em torno da paisagem e suas incontáveis e nem sempre imediatas, mas quase sempre evidentes transformações. É uma palavra comum que a partir do momento que seja utilizada cientificamente assume novas perspectivas.

A paisagem passa a constituir uma categoria de análise desde 1968, como apontava Georges Bertrand, sendo designada como uma porção do espaço em que a combinação entre elementos físicos, biológicos e antrópicos, reajam dialeticamente entre si, resultando desta relação um conjunto único e indissociável, em constante evolução.

Assim, a categoria de análise da paisagem abarca fenômenos e elementos naturais e também sociais e econômicos, sendo os mesmos, esculpidos ao longo de um dado período na fisionomia da paisagem que tendo em vista a complexidade da paisagem, as diferentes imagens e as inúmeras bandas, constituem uma forma eficaz de síntese global da mesma. Compreender a organização espacial e o funcionamento de uma paisagem depende de uma apreensão integrada dos elementos, estejam eles perceptíveis ou não aos olhos. (TORRES, 2003, p. 63)

Souza (2013, p. 48 e 49) ressalta que “o fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável “desconfiar” da paisagem”. Afirma, ainda, que “é

conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência”. Nesse sentido discorre com exemplos que remetem a repercussões jurídicas:

A paisagem é uma *forma*, uma *aparência*. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos “sugere”. Uma paisagem meio “bucólica”, dominada pelo verde de matas residuais ou mesmo de pastos com algumas cabeças de gado, em uma *franja rural-urbana* (também chamada de *espaço periurbano* – mas não confundir com o conceito de *periferia urbana* propriamente dito) parece indicar que estamos em presença de um espaço rural. Porém, será assim mesmo? O olhar pode não revelar, mas uma pesquisa baseada em entrevistas (ou distribuição de questionários) e consulta a documentos diversos poderá revelar que, apesar das aparências, a lógica do uso do solo é, há bastante tempo, urbana. O pasto pode ser nada mais que um verniz de ruralidade, para justificar o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), muito mais barato que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Umhas poucas cabeças de gado, vastas extensões incultas, abandonadas ao mato: terras em “pousio sócia”, como gostava de dizer o geógrafo brasileiro Orlando Valverde, inspirado no termo alemão *Sozialbrache*, discutido pelo geógrafo alemão Wolfgang Hartke. Em suma: terrenos mantidos como reserva de valor, objeto de especulação. (SOUZA, 2013, p. 46 e 47)

Para Zacharias (2010, p. 52) “a palavra paisagem possui, assim, conotações diversas em razão do contexto e da pessoa que a usa. Pintores, geógrafos, ecólogos, geólogos, biólogos, arquitetos, todos têm uma interpretação própria do que seja paisagem”.

Embora tenha sofrido modificações importantes mediadas pelas concepções que surgiram ao longo do tempo, uma coisa é certa: o sentido original da palavra é utilizado por muitos ainda hoje.

No âmbito científico, o estudo da paisagem foi introduzido na geografia, sob a perspectiva dos naturalistas, no início do século XIX, a partir das contribuições da consagrada obra do geobotânico Alexander von Humboldt - Viagem às regiões equinociais – como conceito geográfico, naturalista e científico (...) (ZACHARIAS, 2010, p. 52)

O que se verifica é a utilização da mesma palavra, com a possibilidade de conceder-lhe diversos conceitos de acordo com as áreas de conhecimento. Souza afirma:

(...) Privilegiar um determinado conceito, aprioristicamente e à revelia das circunstâncias concretas, em detrimento dos demais, me parece algo tão bizarro quanto um artesão que, independentemente do trabalho almejado e do material, insiste em só trabalhar com uma única ferramenta. Deve ficar claro que, na pesquisa, isso tende a produzir interpretações que são autênticos aleijões analíticos. Por certo que dominar os princípios de cada “ferramenta” conceitual e saber combinar inteligentemente as várias “ferramentas” não será, ainda, garantia de sucesso na pesquisa. Mas sem isso, o fracasso estará pré-programado. (SOUZA, 2013, p. 11)

A paisagem enfatizada por Humboldt durante todo o século XIX se fundamenta somente no seu aspecto natural enquanto Carl Sauer a partir do início do século XX analisava a paisagem sob os aspectos culturais e sociais. Foram, ambos, as grandes influências sobre o pensamento científico-geográfico.

Com a evolução do conhecimento geográfico, inúmeras propostas foram apresentadas para definir, delinear, estudar e até mesmo representar graficamente a paisagem. Todavia, desde os tempos em que os geógrafos conseguiram explicar sua gênese, fizeram dela “seu domínio especializado” (JUILLARD, 1965).

Nesse caso, não há como negar a grande contribuição da geografia física, sobretudo da geomorfologia e da biogeografia, o estudo da paisagem. Tal afirmação torna-se nitidamente perceptível nos numerosos trabalhos de natureza biogeomorfológica, que trouxeram para a geografia diferentes teorias, paradigmas e procedimentos metodológicos com o propósito de promover uma discussão sobre a paisagem, explicá-la e apresentar uma proposição sobre sua dinâmica. Como também não se pode negar que, ao tentar explicar a dinâmica da paisagem, dentro do contexto ambiental cabe à geografia física o mérito das primeiras representações cartográficas que, ao tentar correlacionar seus elementos, sempre buscou possibilidades de descrevê-las por meio de cenários gráficos. (ZACHARIAS, 2010, p. 54 e 55)

Ao explicar a evolução do pensamento científico-geográfico, Zacharias indica a existência e as origens de diversas teorias, paradigmas e procedimentos metodológicos utilizados pela Geografia. Afirma que:

Mesmo apresentando concepções diferentes entre si, principalmente no que concerne ao enfoque da dinâmica da paisagem e a sua representação cartográfica, todas essas teorias convergem para um ponto comum: a busca por explicações e sustentabilidade. Em todos os casos, a noção de espaço – e da inter-relação do homem com seu ambiente – está incutida na maior parte das definições. (ZACHARIAS, 2010, p. 56)

Após discussão sobre as diferentes propostas metodológicas e tentar discorrer sobre a definição da expressão paisagem, a autora apropria-se, por fim, das reflexões de alguns autores bastante reconhecidos na Geografia:

Mas, afinal o que é paisagem? Paisagem é o que vemos diante de nós. É a realidade visível (AB'SABER, 1969, p. 4). Destaca-se por suas propriedades visuais, por seu caráter dinâmico e por suas peculiaridades às mudanças sociais, abrigando formas (do passado, do presente e as possíveis tendências ao futuro), funções, estruturas e processos distintos (SANTOS, 1986, p. 37). Sua produção e transformação contínuas estão associadas, basicamente, a fatores sociais (interesses humanos), os quais produzem e reproduzem, em diferentes escalas espaciais e temporais, os contextos culturais e históricos da sociedade. (ZACHARIAS, 2010, p. 56)

A definição de Paisagem dada pelo Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais: “porção de um cenário ou terreno, geralmente ampla, que se abrange com a visão” (SILVA, 2002, p. 173), ou ainda, a apresentada pelo Moderno Dicionário da Língua Portuguesa que numa de suas definições indica como: “extensão de território que se abrange num lance de vista” (MICHAELIS, 1998, p.1529), ainda que elucidativas, tornam-se, até certo ponto, superficiais, diante das considerações dos autores mencionados.

A palavra é, também, relevante para o Direito, uma vez que há repercussões jurídicas dela decorrentes na medida em que interessados diversos se envolvem com a possibilidade de manter ou não as condições de visibilidade de certa paisagem, bem como para manter as condições inerentes ao exercício do direito de propriedade. Segundo Luciano Alvarenga (2016, p. 133):

O termo “paisagem” tem sido referido, não sem alguma confusão conceitual, em normas nacionais e internacionais. Nesse segundo domínio, destaca-se a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), que organiza a proteção, a gestão, o ordenamento e a cooperação nessa temática no âmbito comunitário europeu.

Ao se lançar um olhar para o direito brasileiro, vê-se a expressão em diferentes pontos do sistema normativo. Na CRFB, principal estatuto da partilha dos deveres administrativos entre a União, Estados e Municípios determina-se que todos eles têm competência para proteger as “paisagens naturais notáveis”. Noutro lugar, dispõe-se que União, Estados e Distrito Federal têm como atribuições comuns legislar sobre “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico” e sobre a responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico turístico e paisagístico. Os Municípios, por sua vez, não ficam à parte dessas tarefas legislativas: incumbe-lhes complementar as lei federais e estaduais para tratar dos sítios geopaisagísticos de interesse (preponderantemente) local. (ALVARENGA, 2016,p.132/133)

Seu valor estético é fundamental à qualidade de vida humana. Assim define De Plácido e Silva (2014, p. 1006)

Paisagem. De *país*, assim se entende a porção de terreno, ou o espaço de terreno, considerado em seu aspecto estético ou agradável, que se pode divisar ou se ver de determinada posição. A *paisagem*, pois, indica a *vista que se tem do horizonte*, ou a *vista de certo trecho da natureza*. E a respeito das construções, a *paisagem* que delas se pode descortinar, através de suas janelas ou mirantes pode constituir de *servidão de vista*. Por ela, então, pode o dono do prédio dominante impedir que o dono do prédio serviente lhe tire a vista, por onde vislumbra a paisagem, ou por onde divisa o horizonte. (SILVA, 2014, p. 1006)¹

Passos, (2013, p. 41) por sua vez, entende que “além do debate em torno das definições, se coloca a questão do ‘retorno’ da paisagem. Indica, portanto, o autor que há muito tempo esquecida, a paisagem tornou-se atualmente uma preocupação tanto ecológica e econômica como cultural, interferindo com as problemáticas do meio ambiente e da gestão do território”.

É preciso construir um sistema a partir dos diferentes elementos. É mais que um simples agregar. É preciso utilizar a geografia para atravessar as outras disciplinas com a condição de traçar um caminho. Como diz Antonio Machado (2013): ‘O caminho, a gente o faz caminhando’. É preciso considerar que desde que a gente fala de paisagem, de meio ambiente, de gestão, de ordenamento, ou de território, a gente fala sempre do mesmo objeto. É um conjunto que a gente não pode utilizar com uma única metodologia. É um paradigma que toma em consideração todos os elementos e híbrido dos contrários (exemplo: natureza/sociedade, individual/coletivo, e ordinário/extraordinário). É uma entrada particular no território que é função de cada um. (PASSOS, 2013, p. 41)

É, pois, a partir de um olhar antecipadamente preparado – que mesmo não tendo vivenciado, sabe do passado, participa do presente e pretende contribuir para o futuro – sempre eivado de um número sem fim de elementos e fatores, que se buscou observar muito além da transformação meramente visível.

A tarefa de captar, desvendar, delimitar, conhecer e reconhecer as diferentes escalas, padrões e graus de modificações impostas à paisagem do cenário objeto de estudo se deu a partir da metodologia estabelecida previamente e denominada de hemerobia que utilizando o recurso da imagem registrada por fotografia contribuiu para a compreensão do processo de desenvolvimento urbano no recorte espacial

¹ **SERVIDÃO.** Do latim *servitudo*, de *servus* (sujeito, submetido, dependente) trazendo originariamente o sentido de *sujeição*, *escravidão*, *submissão*, *subordinação* revela o vocábulo o conceito de um *encargo*, de uma *obrigação*, ou de um *dever*, a que se acham submetidas, ou sujeitas, coisas e pessoas. (...) (SILVA, 2014, p. 1293) A palavra *servidão* é tratada, na obra, a partir da página 1293 até a página 1298.

proposto. Muito além da estética, desvenda o alcance e o impacto das mudanças.

Ao direcionar o estudo sobre a paisagem local para descobrir as transformações a ela impostas e, ao mesmo tempo, identificar o grau de mutabilidade das características ao longo de anos e especialmente focando as duas primeiras décadas do século XXI, é possível discutir e entender a relevância que o progresso representa para o meio ambiente urbano, uma pequena partícula do universo que em seu cotidiano atual de cidade metrópole – em 2017 – vivencia um conjunto infundável de influências que, assim como aconteceu no passado, são determinantes para o seu futuro. Conhecer as relações construídas ao longo do tempo permite compreendê-las e contextualizá-las na dinâmica da vida urbana.

Morin (2013, p. 21) afirma que “o conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere”. Ao apresentar, portanto, o complexo de informações, organizadas de forma sistemática, contextualizadas no tempo e no espaço – desde os primórdios até os dias atuais – busca-se contribuir para a compreensão da dinâmica que se incorpora, às vezes de maneira sutil, às vezes violentamente e outras tantas inesperadamente, ao processo de desenvolvimento urbano de qualquer cidade, inclusive de Londrina, marcadamente na sua paisagem, e principalmente na paisagem das localidades especificadas da zona leste.

Costa (2014, p. 81 e 82) afirma sobre a relação entre a memória e as imagens:

O lugar, a paisagem, o território e até mesmo um recorte regional recebem a marca de um grupo, correspondem a um modo de vida ativo histórico [ou gênero de vida] e, reciprocamente, produzem esse mesmo grupo. Esses enclaves do espaço guardam sentidos, ritos, tradições, visões, imagens e imaginários próprios do grupo que os produzem. (...) Envolvida pelo vir a ser da história, por um “eterno retorno”, a paisagem escancara ao indivíduo como um suporte material das lembranças, das diferenças, das angústias e dos embates pela sobrevivência – o esforço para essa apreensão é do próprio indivíduo mundano. (...) A memória social e a paisagem, juntas, então, são produtos e produtoras do olhar e do trabalho. Olhar nostálgico que as pessoas mais velhas lançam por sobre a história do seu ciclo, em busca de suporte existencial. (COSTA, 2014, p. 81 e 82)

Continuando a lição, o autor afirma “a paisagem enquanto suporte material das lembranças assenta afetividades e efetiva acontecimentos, grupos sociais e saberes-fazer, guarda as marcas do tempo, o movimento da história”. (COSTA, 2014, p. 82)

As transformações observadas a partir da ação antrópica demonstram a importância dos recursos existentes na natureza para a sobrevivência do ser humano

sobre a face da Terra. Soethe (2013, p. 14) afirma que “na luta por sua sobrevivência o homem faz uso e ocupa a terra com diferentes atividades econômicas e desde os tempos mais primitivos” (...).

As áreas em que o estudo se desenvolveu, localizadas na zona leste de Londrina foram passando por transformações que refletem em sua paisagem as relações nelas desenvolvidas ao longo do tempo – de natureza social, econômica, cultural, ambiental etc. Algumas dessas mudanças registradas fotograficamente foram destacadas ao longo da explanação, e outras foram escolhidas para fazerem parte do conjunto que culmina com a apresentação dos resultados analisados a partir da metodologia hemeróbica. O conjunto imagético apresentado é fundamental para a compreensão do grau de transformação paisagístico daquele ambiente urbano.

A discussão se posta na importância da imagem registrada. Assim, uma vez contextualizada deve ser compreendida dentro de uma sequência de acontecimentos, a fotografia, então, torna-se conhecimento, mais do que mera informação.

Mesmo sem a intenção de enveredar por tema tão complexo e que exigiria ainda mais esforço teórico, correndo o risco de afastamento da discussão, enveredando por caminhos não propostos na pesquisa, faz-se necessária, para contribuir ainda mais com o estudo da paisagem, a indicação da reflexão de Santaella (2004) ao apresentar a importância dos signos na representação do objeto e explicar sobre o mérito da imagem capturada pela fotografia:

Quando pronunciamos uma frase, nossas palavras falam de alguma coisa, se referem a algo, se aplicam a uma determinada situação ou estado de coisas. Elas têm um contexto. Esse algo a que elas reportam é o seu objeto dinâmico. A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o objeto dinâmico. Quando olhamos para uma fotografia, lá se apresenta uma imagem. Essa imagem é o signo e o objeto dinâmico é aquilo que a foto capturou no ato da tomada a que a imagem na foto corresponde. Quando ouvimos uma música, o objeto dinâmico é tudo aquilo que as sequências de sons são capazes de sugerir para a nossa escuta.

Ora, quaisquer que sejam os casos, uma frase, uma foto ou uma música, ou seja lá o que for, os signos só podem se reportar a algo, porque de alguma maneira, esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo. O modo como o signo representa, indica, se assemelha, sugere, evoca aquilo a que ele se refere, é o objeto imediato. Ele se chama imediato porque só temos acesso ao objeto dinâmico através do objeto imediato, pois, na sua função mediadora, é sempre o signo que nos coloca em contato com tudo aquilo que costumamos chamar de realidade. (sic) (SANTAELLA, 2004, p.15)

A utilização da palavra escrita como ferramenta que permitirá elucidar dúvidas

além de contextualizar as imagens aos acontecimentos é, também, fundamental. Sobre a associação entre a imagem e o texto, é válida a reflexão de Assis:

Outro aspecto que deve ser considerado é a composição das imagens com textos. A partir do momento que a imagem é inserida em um contexto permeado por texto, pode modificar sua “leitura” transformando os sentidos. Kossoy (1999) ressalta esse aspecto ao afirmar: (...) *obtem-se assim, por meio da composição da imagem-texto, um conteúdo transferido de contexto: um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos, os quais passam a ter uma nova trama, uma nova realidade, uma outra verdade. Mais uma ficção documental* (KOSSOY, 1999, p. 55)

Ao vincular imagem e texto, pode acontecer uma reelaboração de significado, direcionando as percepções dos receptores, o que pode induzir a novas interpretações. Portanto, para que a análise ocorra de maneira completa, torna-se necessário considerar a partir do documento fotográfico (segunda realidade), o contexto em que aquele momento aconteceu (primeira realidade), por meio dos aspectos indicativos que proporcionarão uma interpretação além da que está “escrita” na fotografia. (ASSIS, 2016, p. 235)

Importa lembrar que a existência de uma dinâmica urbana muito específica e peculiar na localidade objeto de estudo, engloba fatores múltiplos que nem sempre são retratados fidedignamente nos registros fotográficos. Tal pode ocorrer também nos registros feitos durante os trabalhos de campo, sem que isso comprometa a qualidade do material coletado. Implicará sim, em um conjunto de cuidados para que a paisagem captada e reduzida a uma imagem permaneça passível de análise.

Destacam-se para a presente explanação dois pontos que estão inseridos no contexto da discussão que trata das transformações ocorridas no cenário urbano. Primeiro a utilização do recurso proposto no presente estudo, qual seja a fotografia que tem o condão de expor as condições paisagísticas, em suas diversas escalas, dos locais escolhidos e retirados dos cenários objetos de estudo. Em segundo lugar a relação da paisagem, pontuada fotograficamente, com o meio ambiente e algumas das incontáveis questões que dele fazem parte.

- Sobre o plano técnico, a generalização da foto-interpretação e o avanço da teledetecção, que fornecem documentos particularmente adaptados ao exame global da paisagem;

- Enfim, não se entenderia o desenvolvimento da Ciência da Paisagem fora dos problemas do meio ambiente, a organização dos recursos naturais e a proteção da natureza que colocam, em termos novos e graves, a questão das relações entre os indivíduos, as sociedades e os meios ecológicos. (PASSOS, 2013, p. 35)

Ao discutir a importante trajetória da fotografia, desde o daguerreótipo² até a imagem digital Rouillé afirmou que “a fotografia provoca uma reviravolta radical do olhar no mundo. Ela o traz do Céu para a Terra. E é por isso, mais do que pelas suas capacidades descritivas, que a fotografia produz novas visibilidades”. (ROUILLÉ, 2009, p. 60)

As fotografias objeto de análise são analógicas, as mais antigas – registradas basicamente no século XX quando ainda não existia a tecnologia digital³ que é muito recente. Há cerca de dez ou quinze anos as imagens passaram para tal método, considerado revolucionário. As primeiras pertencem a acervos diversos e passaram para o modo digital quando novamente fotografadas para o desenvolvimento da presente pesquisa e as últimas pertencem ao acervo da pesquisadora. Vale ressaltar que as fotografias alheias, serviram para análise comparativa, mas não foram colocadas ao corpo do trabalho, uma vez que não se pretendeu realizar o exercício comparativo entre fotografias do passado e do presente.

Trata-se de uma realidade em constante modificação. Uma cidade ainda jovem, como é o caso de Londrina, e que mutante em suas características, provoca incontáveis ações e reações que merecem ser estudadas nas mais diversas áreas de conhecimento. “A cidade de hoje ainda é matéria nova para todos os especialistas” (TAKAHASHI, 2017, p.10). São múltiplos os acontecimentos, assim como são incontáveis as condições e fatores que levam à pesquisa exploratória e à busca de desvendar os espaços urbanos e suas infinitas possibilidades.

A disparidade da paisagem objeto de estudo reflete as diferenças típicas de uma sociedade que, mesmo em desenvolvimento, permanece em crise e mantendo-se antagônica, muitas vezes não enxerga ou despreza os grandes abismos existentes entre os seguimentos sociais. O século XX, segundo Mendonça (2002) guarda:

² **Daguerreótipo** Processo fotográfico em que o material sensível se constituía de uma camada de nitrato de prata aplicada sobre uma base de cobre. Por uma simples exposição na câmara, produzia-se uma imagem positiva, em seguida “revelada” com mercúrio. A imagem tornava-se permanente pela imersão da placa numa solução de cloreto de sódio ou numa solução fraca de tiosulfato de sódio. (HEDGE COE, 1982, p. 326)

³ **Imagem digital.** As câmeras digitais mudaram completamente a maneira de trabalhar da maioria dos fotógrafos. Apresenta resultados instantâneos e baixo custo. Na opinião de muitos profissionais, a vantagem real das imagens digitais sobre o filme é a facilidade com que os computadores permitem armazenar, transmitir e manipular fotografias. As fotos podem ser facilmente vistas e mostradas via e-mail ou web e, sobretudo para os repórteres fotográficos, transmitidas diretamente e copiadas, antes mesmo de retornarem à redação. (HEDGE COE, 2013, p. 368)

Cenário de intensa crise e de profundas mudanças, a mais profunda crise da humanidade (MONTEIRO, 1988) e da civilização (HOBSBAWN, 1995), o final do século XX e início do XXI desafia a sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente e do futuro. (MENDONÇA, 2002, p. 121)

A discussão multidisciplinar encabeçada pela Geografia realizada ao longo da exposição permitiu constatar a importância das escolhas pontuadas desde o início. São diversas as situações que afetam negativamente o meio ambiente e é preciso reconhecer a interação entre as áreas científicas e a contribuição que o Direito, como ciência e como disciplina, pode oferecer no sentido de criar regras jurídicas que permitam proteção ambiental, ou minimização e até extinção de tais problemas inclusive a responsabilização advinda das sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

No espaço interdisciplinar em que direito e ciências da terra e da vida dialogam acerca da crise socioambiental contemporânea, é lugar-comum a presença de uma lógica de desenvolvimento não antinômica perante as condições geológicas de conservação da biosfera. Desmatamentos, queimadas e poluições de diversos tipos potencializam as perdas na biodiversidade e as mudanças climáticas globais; a intensificação de processos erosivos e o uso de agrotóxicos implicam perda de solos e contaminação de ecossistemas, a qual afeta gravemente toda a cadeia trófica, incluindo o homem; a extração mineral sem limites gera lucros para empresas e arrecadação para os cofres públicos, mas também dilapidação de paisagens e imensas pilhas ou lagos de rejeitos tóxicos. Em face desses processos, que compõem uma problemática ampla, espera-se que normas jurídicas e saberes científicos, conjugando-se a posturas político-administrativas e sociais engajadas, ofereçam contributos consistentes à concepção e à efetivação de formas de desenvolvimento e modos de vida assentes no cuidado permanente com os patrimônios natural e cultural. (ALVARENGA, 2016, p. 115 e 116)

Mendonça (2002, p. 126) em sua discussão conceitual sobre meio ambiente e ambientalismo, especialmente para a Geografia, aponta para a importante participação da sociedade “enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea”, e, continuando suas reflexões evidencia os desafios da abordagem ambiental sob a perspectiva humana, dentre os quais se inclui, ainda que não mencionado pelo autor, o Direito:

Ainda que tenha sido ampliado e se tornado mais abrangente o termo meio ambiente – ou ambiente – (estes sim podem ser tomados como sinônimos) parece não conseguir desprender-se de uma gênese e uma história fortemente marcadas por princípios naturalistas, o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/fator. Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo. (MENDONÇA, 2002, p. 125)

Para identificar as condições e graus de transformação, na medida do progresso imposto à região tendo por parâmetro a sustentabilidade, é que se verificou a possibilidade de realizar a análise hemeróbica da área objeto de estudo, ou seja, parte da zona leste composta pela mata do Marco Zero, pelo Complexo Empresarial Marco Zero e pelo Córrego Água das Pedras, a partir, da identificação de Unidades de Paisagem – Ups e suas características, tendo como parâmetros para mensuração as diferenças paisagísticas observadas entre as localidades.

Necessário foi, portanto, indicar as Unidades de Paisagem - UPs e as subunidades inseridas nas respectivas unidades que somente foram definidas a partir da imagem obtida por satélite via Google Earth. As imagens obtidas por satélite “são documentos que contém informação, mas as mesmas devem ser interpretadas e terem valores atribuídos para saber-se a formação da mesma”. (TORRES, 2003, p. 37)

Ainda para Torres (2003) “unidade de paisagem é uma porção do espaço que se apresenta de formas homogêneas, mas heterogêneas se comparadas com áreas vizinhas”. Ao discorrer sobre o tema, a autora apresenta outros aspectos ressaltados por diversos autores:

Botron, Luginbuhl e Cros (1991) apud Le Du (1995) assinalam, todavia, que “(...) As unidades de paisagem podem ser divididas em sub-unidades paisagísticas que se distinguem, umas das outras, pela diferença de sua organização e de sua forma”. (sic) (apud TORRES, 2003, p. 51)

Continuar com a análise imagética por meio dos registros fotográficos, preferencialmente do acervo próprio, estabelecendo a classificação dos níveis e graus de transformação impostos aos locais já identificados e subdivididos em unidades de paisagem e respectivas subunidades, foi a etapa subsequente, e que exigiu um olhar abrangente e articulado com os acontecimentos. Afinal um estudo da

paisagem precisa da interdisciplinaridade para que seja o mais fiel possível. (TORRES, 2003, p. 53)

Oportunamente, ao delimitar a área de estudo, foi necessário identificar por intermédio de mapas, as Unidades de Paisagem – UP e suas respectivas subunidades – SUB, de maneira a esclarecer as condições de cada uma das áreas. Os quadros contendo os dados, as imagens e respectivas análises, confrontados com os mapas de localização apresentados na sequência, permitiram entender o alcance, o nível e o grau de transformação impostos nas localidades objeto de estudo. Tais informações estão colacionadas aos resultados da pesquisa.

Indagações e reflexões destacadas por Santos (2013) são pertinentes para as discussões que se iniciam tanto no que se refere às influências ideológicas, certamente inerentes à ciência, como na escolha metodológica indispensável ao desenvolvimento da pesquisa:

Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixa de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica? Reconhecer esse problema não corresponde de todo à confissão de uma fraude. Vemos a realidade através da óptica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações.

A questão está em saber se queremos limitar-nos a uma maneira fixa de interpretação, isto é, a uma forma única de raciocínio, ou se nos propomos evoluir juntamente com as mudanças que sobrevêm na superfície do globo. Os documentos, sejam eles oficiais ou não, falam por si sós. Se quisermos tirar partido deles mediante uma análise, é necessário primeiro poder manejá-lo na posse de uma metodologia. (...) (SANTOS, 2013, p. 9)

Diante da imensidão de importantes informações coletadas, não foi possível deixar de realizar escolhas, direcionando a pesquisa para o caminho considerado mais profícuo ao objetivo que se pretendeu alcançar que era o estudo das transformações paisagísticas de parte da zona leste que abrange a região reconhecida como Marco Zero em Londrina, a partir das últimas décadas do século XX, mediante o levantamento documental histórico primeiro e, posteriormente, utilizando o registro fotográfico a partir de uma metodologia específica e que permite demonstrar a intervenção antrópica e a dependência tecnológica: a hemerobia.

Boni (2004) em sua reflexão sobre as incontáveis opções que a pesquisa histórica demanda atenua eventual angústia:

Em razão da escolha de uma linha norteadora, alguns fatos foram preteridos ou tratados muito superficialmente. E é exatamente em razão dessas “escolhas” que a História nunca se esgota, pois outros pesquisadores poderão produzir outros trabalhos priorizando como norte tais fatos. Com certeza, muitas informações direta ou indiretamente relacionadas à organização também deixaram de ser privilegiadas neste trabalho. Esgotar a História é impossível. Talvez seja isso que a torna tão fascinante. (BONI, 2004, p. 360)

São três, portanto, áreas de conhecimento envolvidas na pesquisa – a Geografia, o Direito, permeados pela História – que convergem e se complementam no desenvolvimento do estudo, com a pretensão de contribuir para a compreensão e entendimento dos rumos do progresso regional e que provocaram significativas alterações paisagísticas no território da região norte do Paraná, inóspito do começo do século XX, até a segunda década do século XXI, então altamente desenvolvido.

A história, como um elemento de ligação, desvenda um cenário conjuntural que permite compreender a rede de influências e relações, sociais, políticas, culturais, econômicas, enfim que engendram a gestão da cidade. As discussões perpassam por visões de mundo que captam de diferentes formas a memória individual e coletiva para legitimar ou não a ordem das referidas relações, do início até a atualidade. Pesquisas foram e ainda são desenvolvidas com o intuito de desvendar os fatores e elementos que permeiam uma imensidão de acontecimentos e que geraram tantas e inimagináveis consequências.

São estudos que pretenderam e pretendem realizar não apenas o levantamento histórico, mas promover o conhecimento e contribuir para a transformação, pois,

Jamais o passado morre completamente para o homem. O homem pode bem esquecer-lo, mas ele o guarda sempre consigo, porque o seu estado, tal como se apresenta em cada época, é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se o homem descer ao fundo de sua alma, nela poderá encontrar e distinguir essas diferentes épocas, segundo o que cada uma delas nele deixou. (FUSTEL DE COULANGES, 2011, p. 17)

Ao propor o estudo que ora se inicia, sob a perspectiva das duas importantes áreas de conhecimento, a Geografia e o Direito, permeadas pela História, é relevante destacar Souza (2014, p. 1552) que afirma “que na literatura que trata da história do pensamento geográfico brasileiro, são poucas, ou mesmo inexistentes, referências aos autores e obras nacionais que trabalham a relação entre Geografia e Direito”.

É, portanto, um desafio – de natureza teórica – e que exige a aproximação de

conceitos de ambas as áreas para a consecução dos objetivos, além do intercâmbio de ideias, apropriação das linguagens e conceitos, conhecimento histórico dos fatos e acontecimentos, enfim.

Discorrer historicamente exige que a pesquisa percorra o mesmo caminho de muitos e, ainda assim, seja viável apresentar um novo olhar. Para Abreu (2103, p. 21) “o Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo”. Noticia um movimento de resgate histórico questionando qual seria o termo mais adequado - memória urbana ou memória das cidades e suas diversas dimensões e reconhece “independente do que estaria por trás desse movimento de preservação da herança (histórica ou construída) do passado (...) como elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar”.

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. (ABREU, 2013, p. 23)

Entretanto esta não é uma verdade absoluta. Londrina tem perdido alguns exemplares importantes de sua história e cultura, sobretudo aqueles pertencentes ao patrimônio particular, mediante negócios comerciais. Residências cujo valor é inestimável adquiridas em tais negócios foram demolidas e substituídas por construções que não refletem a história da cidade. Neste sentido ressalva o autor:

Não podemos discutir aqui todas as dimensões explicativas e interpretativas dessa busca da “memória urbana” que caracteriza os dias atuais. É importante constatar, entretanto, que ela é multifacetada e que nem sempre é motivada por razões identitárias (Fowler, 1992). Desde o século XIX que se descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria, que ela pode ser mercantilizada e pode dar grandes lucros, notadamente com o turismo. (Kearns e Philo, 1993). Não foram poucos os casos de cidades europeias que, já em plena era industrial, se transformaram em (ou voltaram a ser) burgos medievais murados para melhor atrair os visitantes. Isso sem falar de “cidades” cuja herança é totalmente artificial, posto que foram criadas do nada e com o objetivo precípua de dar lucros. É o caso de Saint Augustine, na Flórida norte-americana, verdadeiro parque de diversões que, pretensamente, reproduz a homônima seiscentista fundada pelos espanhóis. (ABREU, 2013, p. 23)

Diferente de outras regiões mais antigas, a história de Londrina é recente, pois sequer completou um século de existência e já teve em um dos locais da zona leste importante movimento que resgatou o local demarcado como o início da cidade e que

é objeto de estudo – qual seja a mata do Marco Zero. Entretanto, desde então, o Poder Público pouco fez para preservá-lo como monumento histórico que é.

O resgate daquele espaço, dando a ele o valor histórico que merece é, também, a tarefa da Geografia e do Direito. Daí a necessidade de discorrer mais pormenorizadamente sobre as nuances que fazem parte daquele cenário. Por sua vez, Costa e Rocha (2010, p. 26), ao discutirem sobre as contribuições que a Geografia oferece à sociedade, ao longo do tempo, a partir de conceitos cientificamente fundamentais, afirmam que:

Debater e refletir sobre o desenvolvimento histórico da Geografia, mesmo que isto já tenha sido realizado por inúmeros estudiosos, nunca é demais, visto que proporciona um melhor entendimento sobre o tema. É relevante o resgate e a revisão de importantes pensamentos e pensadores, pois permite novos olhares sobre essa dinâmica e importante ciência. (2010, p. 26)

São múltiplas as concepções de uma dada realidade e a convergência e complementaridade das três áreas de conhecimento, sob uma ótica comum – a História, a Geografia e o Direito – são indicadores que expressam o caminho para tentar compreender os rumos das transformações impostas à paisagem do norte paranaense, tão hostil e rudimentar no início do século XX e tão urbano e desenvolvido no terceiro milênio. NUNES *et al* (2006) afirmam que

...o espaço geográfico é formado pelo menos por dois elementos: a materialidade e as relações sociais (simbólicas). A materialidade se constitui nas formas herdadas do passado, associada ao presente, através das constantes modificações realizadas pela dinâmica da sociedade.

Já as relações sociais são as diferentes formas políticas, econômicas culturais e ambientais que a sociedade manifesta concretamente, principalmente na escala geográfica local. (NUNES, *et al.* p. 127, 2006)

Para realizar o estudo, necessário o seu planejamento que, apresentado a seguir, esclarece a importância do tema a partir de sua fundamentação teórica, pontuada em toda a extensão do trabalho e contextualizada em cada uma de suas etapas. Importante, ainda, na etapa que se inicia, esclarecer a respeito dos materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta refere-se ao estudo específico que aborda as transformações paisagísticas de parte da zona leste da cidade de Londrina, na atualidade identificada como região do Marco Zero, englobando três pontos próximos entre si: a mata do Marco Zero e o Complexo Empresarial Marco Zero e a pouca distância dos dois primeiros o Córrego Água das Pedras.

A análise está consubstanciada na paisagem atual dos espaços designados, mediante registro fotográfico, pois, segundo Passos “a generalização e o uso utilitário da fotografia constituíram, ao longo dos anos, uma ferramenta de registro e de restituição de paisagens” (...), e continua o autor “as fotos se prestam para explicitar como o processo de ocupação do território se materializou na paisagem”. (PASSOS, 2004, p. 177 e 178) Afinal, pois, é um produto da dinâmica social.

Inicialmente, como o primeiro passo dentro dos procedimentos metodológicos desenvolveram-se como técnicas de pesquisa aplicada ao estudo proposto, as fontes bibliográficas históricas que compuseram o conjunto de informações que permitiu construir um quadro de acontecimentos voltados, primeiro, para a formação e, posteriormente para o desenvolvimento da região norte do Paraná e, em especial, do Município de Londrina.

O que moveu a escolha do universo da pesquisa foi o nome então dado à mata, expressivo e peculiar e ao mesmo tempo comumente utilizado em várias outras cidades como Curitiba, São Paulo, Recife, Salvador entre tantas, também para homenagear os respectivos locais em que se originaram. Em Londrina, a denominação de Marco Zero acabou sendo incorporada lentamente pela população e somente a partir dos anos 2000 com o início da construção do complexo empresarial que se apropriou do nome é que se verificou certa atenção pela região e o reconhecimento daquela mata na história de origem da cidade.

O levantamento bibliográfico geral foi o segundo passo, objetivando formular uma reflexão crítica adequada aos eventos que se sucederam ao longo do tempo e de modo especial, discutiu-se, embasada em tais elementos a condição urbana geral e, posteriormente, específica da cidade de Londrina.

Neste ponto em que foram discutidos aspectos relacionados a dinâmica urbana – apresentando os autores da Geografia e do Direito na condição de expoentes da temática com um conjunto de fundamentos que contribuiriam para a compreensão do

tema – norteou-se a reflexão tendo em perspectiva a análise de resultados a partir do registro imagético.

O terceiro passo se deu com o levantamento jornalístico a partir da data demarcada como sendo o período de efetivo interesse para o desenvolvimento do trabalho, ou seja, o ano de 1984 – quando a mata foi batizada de Marco Zero até o ano 2017. O relato dos acontecimentos, mediante pesquisa jornalística, aliada ao levantamento histórico e a base geral de estudos permitiu vislumbrar o jogo de poder e as forças políticas e econômicas que preponderaram no cenário urbano londrinense.

Tal etapa, verificou diversos periódicos locais, entretanto as principais fontes jornalísticas foram o Jornal de Londrina extinto em 2015 e o Jornal Folha de Londrina. Em comemoração ao aniversário do diário Romeu Saccani (2017, p.2) afirmou que “A Folha de Londrina, ao lado de outras importantes entidades, criou as condições para a pujança desta cidade e daqueles que aqui escolheram viver e trabalhar.”

Embora o estudo visasse demonstrar as transformações paisagísticas com referência a localidades específicas que têm dinâmica própria e peculiar, além de características que serviram como elementos de motivação para buscar as respostas às indagações relativas às referidas modificações ocorridas naquele cenário, antes de partir para campo e buscar os registros fotográficos para posterior análise, realizou-se a maior parte da pesquisa bibliográfica “por ser uma modalidade de estudo que contempla análise de documentos de conteúdo científico, distinguindo-se por ser um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos e fenômenos da realidade”. (OLIVEIRA, 2007, p. 69)

Tais levantamentos são denominados de fontes secundárias, pois “abrangem toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outras”. (LAKATOS e MARCONI, 1993, p.183)

Em seguida, porém sem deixar de dar continuidade ao levantamento bibliográfico geral, histórico e específico, além de documental, partiu-se para o registro fotográfico, que exigiu a saída para campo e a posterior realização de estudo e análise imagética para dar conta da proposta metodológica e, a partir daí, estabelecer os níveis e graus de transformação hemeróbica nas localidades definidas previamente.

As imagens capturadas por profissionais da fotografia, ou por pessoas

comuns no passado remoto e também recente são elementos eventuais no contexto. Neste ponto, destaca-se a profusão imagética da cidade de Londrina em todos os seus ângulos e nos mais diversos interesses. Uma vez escolhidas as imagens do acervo particular da pesquisadora, é que se desenvolveu a análise metodológica a fim de esclarecer o grau de transformação e o nível de dependência tecnológica da paisagem objeto de estudo, ao longo do tempo, e principalmente, a partir do novo milênio.

É relevante destacar que a pesquisa bibliográfica foi dividida em duas etapas, embora por diversas vezes tenham sido procedidas de forma concomitante. O levantamento histórico – uma das etapas – norteou o passo seguinte relativo ao levantamento bibliográfico geral cujo conteúdo retórico serviu de fundamentação teórica, aproveitado e contextualizado ao longo de todo o trabalho. Conjugados – levantamento bibliográfico histórico e geral – consubstanciaram uma parte do viés teórico do trabalho, completado com a reflexão referente às questões de natureza urbana.

Nas duas etapas foram pesquisados autores das três áreas de conhecimento – Geografia, História e Direito – porém, não apenas tais áreas subsidiaram a pesquisa bibliográfica, cujo ecletismo se evidenciou por diversas oportunidades, sem que tal representasse perda do foco: análise das transformações paisagísticas de parte da zona leste de Londrina, abrangendo o Córrego Água das Pedras, a mata do Marco Zero e o complexo empresarial de mesmo nome, sob a perspectiva metodológica da hemerobia.

A somatória de autores nas mais diversas áreas de conhecimento com abrangência multidisciplinar contribuiu enormemente para a fundamentação da construção teórica – a dinâmica urbana e a transformação paisagística – incessantemente buscada em todo o percurso de leitura e reflexão culminando com a redação final.

Dada a reunião das duas áreas de conhecimento – Geografia e Direito – permeadas pela História, a pesquisa bibliográfica buscou apresentar autores das referidas áreas que contribuíssem com o objeto de interesse e com o objetivo proposto. A transformação da paisagem urbana ao longo do tempo e principalmente nas últimas três décadas é permeada pela Geografia com seu conjunto técnico e análise tanto física como humana que fundamenta e pode e deve contribuir para a formulação de políticas envoltas em conteúdo jurídico a partir das normas que

consubstanciam e direcionam a vida do município e o cenário urbano.

Ao discorrer sobre a importância e o avanço das ciências geográficas e o seu incrível alcance a partir de tecnologias altamente avançadas e a importante interação com o Direito e a necessária atuação estatal Luiz Ugeda (2017, p. 387 e 388) afirma:

Nesse cenário, os estados devem desenvolver infraestrutura geográfica, sendo mais reguladores e menos produtores de mapas. São os geógrafos, por meio de trabalhos de perícia e de planejamento, os cientistas que melhor poderão conferir respostas sobre questões como uso e manejo das informações, utilização das informações, utilização das propriedades, preservação do meio ambiente, ordenamento das cidades, formas de aplicação tecnológica e todas as demais repercussões que demandem uma aprofundada compreensão do critério espacial das coisas.

(...)

Afinal, compreender a ciência jurídica, de maneira interdisciplinar, conferirá ao geógrafo e ao cartógrafo sua contextualização perante o Estado, por meio da absorção da lógica constitucional, das fontes do Direito, da Filosofia, da Sociologia Jurídica e da Teoria Geral do Estado, clarificando e desenvolvendo os instrumentos de intervenção coercitiva no espaço.

A importância da pesquisa bibliográfica não se restringiu, portanto, aos aspectos históricos tão somente. Conforme mencionado, vasta abrangência de pensamentos permanece do início ao fim contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, norteando a construção teórica, pois as ideias já existiam, necessário realizá-las e solvê-las, mediante o caminho científico delimitado pela Geografia e que tem larga repercussão para o Direito tanto no que se refere à construção normativa como no que se refere à existência e posterior solução de conflitos. Sobre as ideias e respectivas soluções, Santos (1988) afirmou:

(...) Digo isto porque o processo de produção de ideias é lento. As ideias não são geradas do dia para a noite, mas resultam de uma elaboração demorada, lenta, cheia de percalços... no primeiro momento do trabalho intelectual não sabemos como propor os problemas. Não esqueçamos, porém, que cada vez que somos capazes de propor um problema, ele já está quase resolvido... (sic) (SANTOS, 1988, p. 1)

O levantamento jornalístico foi uma das mais importantes etapas de natureza documental cujo exame permitiu desvendar e confirmar as contradições do abandono da mata e do córrego, bem como as expectativas para a realização do empreendimento denominado de Complexo Marco Zero que apesar das transformações impostas à região está marcado por inconsistências jurídicas que perduram até os dias atuais, embora, de certa forma, tenham caído no esquecimento de grande parcela da população já que o assunto não foi retomado recentemente

pela imprensa. Certamente os Poderes Legislativo, Executivo e o Ministério Público, espera-se, continuarão atuando no sentido de encontrar a melhor solução para o caso.

Questões relacionadas à urbanização, sistema viário, habitação de interesse social e moradia, plano diretor, políticas públicas urbanas em nível federal, estadual e local são alguns dos temas que mereceram destaque em virtude da relevância documental observada a partir do levantamento promovido junto aos jornais do município. Tais questões se evidenciaram não apenas no relato jornalístico, mas antecipadamente quando apresentada a evolução legal e jurídica da dinâmica urbana londrinense.

A partir da definição prévia, foram feitos os registros fotográficos da região que é de fácil acesso, porém bastante movimentada e devido ao trânsito de veículos exige certos cuidados. Antes de realizar a intervenção fotográfica, foram desenvolvidos estudos relativamente à imagem retirada do *GOOGLE EARTH PRO*⁴. Trata-se de um recurso fundamental no sentido de propiciar a delimitação do universo da pesquisa em seus limites territoriais para a futura análise metodológica que se apresenta por intermédio das Unidades de Paisagem (UPs).

Refere-se a uma região periférica, mas bastante próxima do centro da cidade, que possui diversos serviços públicos e privados. Em virtude de tantos serviços, e de vias públicas de boa qualidade a população flutuante possui certa facilidade de circulação em toda a zona leste e imediações.

As vias de acesso – Avenida Leste-Oeste, Rua Benjamin Constant Avenida Dez de Dezembro, Avenida Theodoro Victorelli – costumam fluir com certa facilidade, o que permite chegar em pouco tempo, de qualquer outra região do município, ao Estádio Vitorino Gonçalves Dias, ao Terminal Rodoviário José Garcia Villar, ao Hospital Universitário, à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ao Aeroporto José Richa e ao Complexo Marco Zero, além da mata do Marco Zero e do Córrego

⁴ **Google Earth** é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense do Google cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS 3D. Desta forma, o programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens presentes no Planeta Terra. Com isso, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos. O programa é similar, embora mais complexo, ao serviço também oferecido pelo Google conhecido como Google Maps. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth Acesso em 26/12/2016

Água das Pedras. Guardadas, claro, as devidas distâncias e o respeito aos limites de velocidade e regras de trânsito. Lembrando, porém que se trata de uma das regiões de maior movimento na cidade, intensificado ainda mais com os novos empreendimentos que estão surgindo.

As fotografias se restringiram a espaços específicos, definidos com antecedência, sem grande aproximação, pois o foco de análise diz respeito às transformações paisagísticas do local. É preciso um olhar mais abrangente e menos específico, porém atento aos detalhes para realização metodológica. Assim, por meio de registro digital foram captadas as imagens aproximadamente a partir dos seguintes pontos, que se traduzem em universo da pesquisa:

- Estádio Vitorino Gonçalves Dias e Terminal Rodoviário de Londrina (Rua Jacobe Bartolomeu Minati na esquina com a Avenida Jorge Casoni e adentrando na Rua Potiguares);
- Complexo Empresarial Marco Zero (aos fundos pela Rua Martiniano do Valle Filho no Jardim Carlota e à frente pela Avenida Theodoro Victorelli) que passa em frente à Mata do Marco Zero onde está a lápide comemorativa ao Jubileu de Ouro de Londrina;
- Avenida Dez de Dezembro nas proximidades do Terminal Rodoviário de um lado e do *Boulevard Londrina Shopping Center* do outro;
- Monumento “O Passageiro” – Rotatória da Avenida Dez de Dezembro e Avenida Theodoro Victorelli;
- Avenida Theodoro Victorelli entre a Avenida Dez de Dezembro e a Rua Santa Terezinha, passando pela Loja *Leroy Merlin*;
- Ruas, avenidas e vielas do entorno da Mata do Marco Zero;
- Córrego Água das Pedras e ponte de acesso, próximo da Escola Municipal Abdias do Nascimento (passando pela Rua Santa Fé, passando pelas Ruas Santa Marta, Santa Margarida, Santa Francisca e Santa Rosa pertencentes ao Conjunto Habitacional Pindorama e prosseguindo até a Rua Flor de Jesus pertencente à Vila Ricardo quando então muda para a direção sul pela Rua Flor de Abril até a Rua

Cajá no Jardim Panorama).

Ao apresentar a discussão mediante a utilização da fotografia como recurso que dá consistência à retórica, buscou-se demonstrar por intermédio das imagens, as transformações paisagísticas nas condições ambientais da localidade objeto de estudo. Para tanto, foi realizada pesquisa com imagens disponibilizadas na internet, a título de coleta de dados, principalmente por intermédio do grupo de *facebook* denominado LONDRINA EM FOTOS. O exercício foi meramente comparativo e não integra o conteúdo do trabalho.

Foram realizadas, ainda, algumas visitas ao Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss para pesquisa do acervo fotográfico, uma vez que lá se encontra a coleção de diversos fotógrafos dentre profissionais e amadores, que passaram ou viveram na cidade e registraram locais e momentos desde os primeiros tempos, que permanecerão para sempre na memória londrinense. Muitas cenas são bastante conhecidas por grande parte da população.

Referido acervo tem importância fundamental nesta etapa de coleta de dados, pois as imagens mais remotas da área pesquisada e dos locais eleitos como universo da pesquisa estão lá catalogadas para contribuir com a preservação histórica da cidade. Entretanto, tais fotografias não foram colacionadas ao trabalho.

Somente as imagens atuais do acervo da própria pesquisadora é que foram analisadas e não se utilizou no trabalho imagens do passado remoto da cidade. A grande maioria das fotografias é do acervo próprio e não tratou de análise comparativa de imagens do passado com as do presente, mas foi efetuada uma análise descritiva das condições atuais, mediante registros que apresentam as características definidas no tempo presente.

A análise hemeróbica especifica as condições atuais de naturalidade ou de artificialidade de determinado local. Para o presente estudo, relevante também, foi demonstrar a intensidade da intervenção tecnológica e o respectivo grau de dependência que permitiu inferir, nas diversas áreas escolhidas para realização da pesquisa, as condições da participação antrópica.

Durante a pesquisa bibliográfica, assim como na pesquisa jornalística, foi encontrada uma diversidade de registros fotográficos de cenários pontuais, relacionados ao universo da pesquisa e que servem também de elementos de análise para desvendar as transformações ocorridas no decorrer do tempo. Entretanto, não foram utilizados no texto da tese, pois embora importantes, não se

adequavam, por diversos motivos, aos propósitos da pesquisa em desenvolvimento, especialmente em virtude das condições mencionadas.

Na sequência, após as visitas de campo, prosseguiu-se com a tarefa de indicar o conjunto imagético mais significativo para a composição pretendida e que viesse a integrar de forma substancial tudo o que foi tratado ao longo do desenvolvimento teórico e, sobretudo, as imagens que se coadunassem com a análise metodológica indicada e denominada de hemerobia.

Primeiramente foi necessário estabelecer um limite mínimo e um limite máximo de registros para depois partir para a escolha das imagens fotográficas. Essas fotos retratam o cotidiano, paralisadas num momento, para o autor-fotógrafo, sempre especial, contudo nem sempre o momento retratado é esclarecedor por si só. Ocorre por vezes a necessidade de discorrer sobre a imagem. Nesse caso, aquele que registra determinado fato, induz e influencia o entendimento daquele que recebe a imagem pronta, acabada e comentada.

Discorrer sobre as imagens captadas fotograficamente exigiu preparação antecipada. Tratou-se do planejamento meticuloso de cada uma das etapas que compuseram a análise do objeto da pesquisa, antes mesmo de partir para campo a fim de realizar o trabalho de captação das cenas propriamente ditas e que serviram de elemento de análise da paisagem.

Planejar, portanto, é fundamental não apenas para superar as adversidades inesperadas, embora comuns à pesquisa, mas, também, e principalmente, para desenvolver o caminho pretendido, para alcançar os objetivos propostos. No caso presente, identificar e analisar o grau das transformações ocorridas na paisagem urbana, previamente delimitada, é o objetivo que permite realizar o trabalho cumprindo a metodologia proposta e denominada de hemerobia.

Por algumas raras oportunidades foram utilizadas imagens semelhantes em momentos de análises diferentes. Tal ocorre em virtude de determinadas localidades terem que ser captadas em um determinado ângulo, em momentos diferentes e que se sobrepõe aos demais. Portanto, faz parte do planejamento a captação e utilização de mais de uma imagem referente a um ponto específico e antecipadamente determinado.

A paisagem, impressa nas imagens captadas com vistas a atender o planejamento, é analisada em suas diversas faces e resultam das incontáveis

interferências sofridas ao longo do tempo e que são representadas nas características observadas na atualidade. Sobre planejamento Vanya Sant'Anna (2015) resume apropriando-se, por vezes, das ponderações de outros autores:

Pode-se reter o conceito básico de planejamento como sendo o conjunto dos atos e decisões pelos quais se define “onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência” (DRUCKER, 1969).

(...)

Historicamente, o embrião do conceito moderno de planejamento nasceu da formulação teórica da estratégia militar. É usual atribuir-se a um Sun Tzu o enunciado dos princípios básicos do planejamento, que aparecia como voltado para a capacidade de conhecer o inimigo (“Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo lutará cem batalhas sem perigo de derrota”).

(...)

Nas ciências sociais, o grande passo foi dado por Max Weber no início do século 20. O planejamento é a materialização do conceito de ação racional com relação a fins, por ele elaborado em sua sociologia da ação social. O sujeito da ação, considerando a existência do outro, escolhe entre fins alternativos o que pode lhe fornecer o melhor resultado. Ao mesmo tempo, escolhe os meios mais adequados para atingir esses fins. O conceito de ação racional com relação a fins é central em todas as técnicas de planejamento (...) (SANT'ANNA, 2015, p. 670 e 671)

Planejar é uma ação antecipada com vistas a alcançar um objetivo também proposto com antecedência. Cada uma das etapas previstas deve seguir uma sequência predeterminada, contribuindo assim, para a necessária interação e integração que deve existir entre elas. Há certo rigor lógico que pode se revelar em maior ou menor grau conforme o objetivo a ser alcançado, ou mesmo de acordo com a pesquisa a ser desenvolvida e seu alcance, assim como a formação do pesquisador é importante para os resultados pretendidos.

Embora o acervo fotográfico com a respectiva análise descritiva tenha sido alvo de exposição ao longo do trabalho, não se realizou a análise hemeróbica neste percurso. Somente acontecerá na etapa em que os resultados serão apresentados, com imagens especialmente captadas e escolhidas para tal.

Entretanto, é nesta etapa que se faz necessário tecer alguns esclarecimentos de natureza teórica e didática sobre a metodologia escolhida e que norteou o estudo desenvolvido, a partir da conjunção de áreas de conhecimento que exigem um olhar diferenciado e abrangente.

O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o controle da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar e teorizar. (SANTOS, 2004, p. 20)

Uma diversidade de temas foram aqui destacados como globalização, crises econômicas, meio ambiente, urbanização, desenvolvimento, políticas públicas, enfim e que permitiram a percepção da importância do tempo em sua dinâmica sucessão de acontecimentos, muitos dos quais ensejados pela ação humana. A descrição dada pelo autor indiano Amartya Sen, sobre o século XX contribui, de certa forma, junto com os demais pensadores trazidos a baila, para nortear a discussão, com seus paradoxos e antagonismos que chegam ao século XXI e refletem um pouco da realidade encontrada nos locais estudados:

Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo que teria sido difícil de imaginar um ou dois séculos atrás. Também tem havido mudanças notáveis para além da esfera econômica. O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política hoje são parte da retórica prevaiente. As pessoas vivem em média muito mais tempo do que no passado. Além disso, as diferentes regiões do globo estão mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos.

Entretanto, vivemos igualmente um mundo de privações, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres. (sic) (SEN, 2000, p. 9)

A cidade de Londrina com sua diversidade de forças destacadas em diversos momentos traduz-se num espaço de grande multiplicidade e a zona leste possui as características deste conjunto tão diversificado, um microcosmo repleto “de interferências na vida dos indivíduos e na qualidade ambiental e que exigem estudos, acompanhamento e avaliação das mudanças no uso e na cobertura da terra”. (PEREIRA, SILVA e VEIGA, 2011, p. 129)

Santos (2012, p. 289), ao discutir a definição de espaço, afirma que “cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social”. E continua o autor: “é necessário entender sua realidade a partir de forças que, frequentemente, não são visíveis a olho nu”. Assim é a realidade objeto de estudo e cujas imagens, devidamente comentadas expressam tal conteúdo.

As vantagens mencionadas sobre a zona leste, espaço de grande importância para o contexto urbano, indicam a existência na realidade urbana de um conjunto de forças nem sempre perceptível, mas que serviram de atrativo para o empreendimento batizado de Complexo Empresarial Marco Zero, uma incorporação imobiliária, típica da era globalizada, encabeçada por imobiliária da cidade, representante de um grupo denominado de Sonae Sierra Brasil.

A Sonae Sierra Brasil é uma empresa especialista em *Shopping Centers* e uma das principais proprietárias, desenvolvedoras e administradoras do Brasil, com foco na excelência em qualidade. É uma empresa cotada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e tem como acionistas controladores a europeia Sonae Sierra e o investidor alemão Alexander Otto.⁵

Ao mesmo tempo, outro conjunto de forças expõe as incontáveis diversidades existentes na zona leste como um todo e se evidenciam nas mesmas localidades objeto de estudo, na medida em que revelam os antagonismos e paradoxos da sociedade urbana contemporânea e globalizada em que num espaço restrito da cidade convivem lado a lado, a pobreza e a riqueza como se dependessem uma da outra.

A seguir, importante destacar as condições para realização da pesquisa proposta, por meio do material e métodos eleitos para desenvolvê-la e mediante o recorte de um espaço previamente delimitado e subdividido em Unidades de Paisagem e respectivas Subunidades, cuja análise terá seus resultados oportunamente expostos.

3.1 Materiais e Métodos

Utilizou-se para o desenvolvimento desta pesquisa um recorte espacial

⁵ Disponível em <http://www.sonaesierra.com.br/pt/sobre-nos/quem-somos/> Acesso em 26/09/2016

elaborado a partir da imagem de satélite do *Google Earth Pro*, obtida em 28/09/2016 sobre a zona leste da cidade de Londrina, delimitada na parte que engloba a área específica dos três pontos de estudo e que compreende a área da mata do Marco Zero, do Complexo Empresarial de mesma denominação e de parte da área de abrangência do Córrego Água das Pedras.

Conforme se verifica na Figura 1 a seguir colacionada, a demarcação abrange uma área total de 988.352,86 m², que foram subdivididas em Unidades de Paisagem – Ups e respectivas subunidades – SUB que serão oportunamente apresentadas. A relação de escala verificada na referida Figura 1 é observada na linha graduada, na qual a relação entre as distâncias reais e as representadas nas cartas é dada por um segmento de reta em que uma unidade medida na reta corresponde a uma determinada medida real.

De acordo com os conceitos estudados foram delimitadas as paisagens segundo classes de hemerobia pertinentes a cada uma das UPs analisadas e, para tanto, levou-se em conta o uso e cobertura do solo e interferências sobre o funcionamento de cada uma das Unidades de Paisagem. Foram definidas as UPs e os níveis de hemerobia por meio de uma escala numérica composta conforme estabelecido no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Classificação do Grau de Dependência Tecnológica

<i>Alto Nível de Hemerobia</i>	Possui maior dependência de tecnologias no sentido de manter seu funcionamento, com adensamento urbano.
<i>Médio Nível de Hemerobia</i>	Possui dependências de tecnologias. Sem necessidade de manutenção regular. Pode funcionar sem interferência da ação antrópica.
<i>Baixo Nível de Hemerobia</i>	Exige pouca dependência de tecnologias. Funciona sem nenhuma intervenção da ação antrópica.

Quadro formulado com base nos estudos de Belem e Nucci (Jun/2014) e nos estudos de Barbara, Valaski e Nucci (set/2014). Organização, PINHEIRO, 2017

Para a convalidação dos níveis obtidos, foram selecionados pontos de confrontação dos dados técnicos com a realidade durante os trabalhos de campo, de forma que ao se comparar as imagens com a paisagem *in loco* fosse possível ajustá-las para uma melhor representação do ambiente. Esse trabalho permitiu elucidar dúvidas, confirmar a interpretação e atualizar os dados das imagens conforme a demanda. Levantamentos de campo foram realizados, por diversas oportunidades, para a aquisição de fotografias das diferentes Unidades de Paisagem a fim de produzir a geofotografia que contribui para a compreensão da classificação hemeróbica.

Posteriormente, a partir da delimitação das UPs e mediante a classificação dos níveis de hemerobia definidos em três escalas – nível alto, nível médio e nível baixo – conforme o Quadro 1, os dados foram transportados para uma base georreferenciada na qual se realizou a vetorização e que permitiu a compreensão das diferentes características de cada uma das áreas das referidas UPs e SUBs. Essa vetorização foi realizada manualmente de forma direta em tela do computador utilizando-se do *mouse* como *cursor*. Deste modo, portanto, se efetuou o transporte de elementos da imagem de satélite que foi realizada em desenho com o mouse.

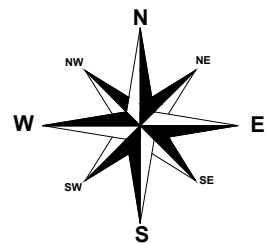
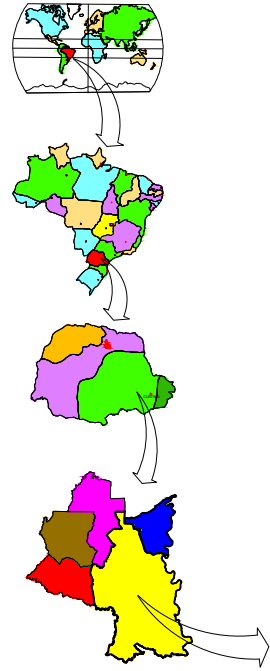
Foi realizada e, posteriormente, apresentada nos resultados, a descrição das características de cada uma das UPs, junto a uma fotografia respectiva, em continuidade à definição metodológica. No conjunto imagético especificamente utilizado para a análise proposta, foram feitos os apontamentos relativos aos níveis de hemerobia apresentados conforme a classificação delimitada no Quadro 1: alto nível, médio nível e baixo nível.

Além da análise hemeróbica procedida, ao longo da exposição, foram acrescentadas outras fotografias que ilustram essas UPs e as Sub-UPs tendo como referência os pontos específicos que estão inseridos na área de estudo. Tudo para uma melhor visualização e percepção dos níveis de hemerobia apurados.

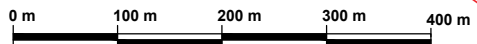
Em síntese, com base nas diferentes paisagens identificadas na interpretação da imagem de satélite, representada na Figura 1, é que foi possível definir as diferenças expressivas ou sutis das Unidades de Paisagem e das Subunidades. Organizou-se a partir daí uma chave de classificação dos graus de hemerobia, representada no Quadro 1 e apurados na imagem de satélite apresentada a seguir, com o objetivo de identificar o cenário de estudo, porém sem a demarcação completa da área.

FIGURA 1: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ

RECORTE DA REGIÃO LESTE DA CIDADE DE LONDRINA



Escala Gráfica



COORDENADAS = UTM
SIRGAS 2000 - MC 51°

FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

4 USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA DO MARCO ZERO

Destaca-se a área de abrangência proposta para o estudo, qual seja, a localidade atualmente identificada como Marco Zero na cidade de Londrina e seu entorno próximo, compondo uma parte da zona leste do município, concentrada nos limites cuja principal referência para o estudo é a mata do Marco Zero, seguida do Complexo Empresarial Marco Zero e pelo Córrego Água das Pedras.

Figura 2 – Mata do Marco Zero e Lápide Comemorativa do Jubileu de Ouro de Londrina



Lápide comemorativa ao Jubileu de Ouro de Londrina em 1984. Localizada na mata do Marco Zero, lá permanece até os dias atuais, porém quase que esquecida pela totalidade da população. PINHEIRO, 2016.

O estudo abrange o conjunto acima indicado e as localidades a seguir descritas. O início está demarcado pelo Estádio Vitorino Gonçalves Dias – VGD e pelo Terminal Rodoviário de Londrina denominado de José Garcia Villar, local onde a microbacia do Córrego Água das Pedras tem sua origem. A partir da Rua Amazonas esquina com a Rua Potiguares em frente à entrada principal do VGD, situado mais ao centro da cidade. A Avenida Jorge Casoni que segue do Estádio VGD e passa pela Estação Rodoviária. Da Rua Potiguares prossegue em direção à zona leste, porém mais voltado para o norte da mata do Marco Zero margeando o

Córrego Água das Pedras pela Rua Santa Fé, passando pelas Ruas Santa Marta, Santa Margarida, Santa Francisca e Santa Rosa pertencentes ao Conjunto Habitacional Pindorama e prosseguindo até a Rua Flor de Jesus pertencente à Vila Ricardo quando então muda para a direção sul pela a Rua Flor de Abril até a Rua Cajá no jardim Panorama até à Avenida Theodoro Victorelli. Prossegue passando pela Avenida Laranjeiras até a Rua Limão, passando pelo Condomínio Marco dos Pioneiros e chegando na Rua dos Coqueiros todas no Jardim Morumbi. A partir daí prossegue para direção sul, pela Rua Carmela Dutra no mesmo bairro, chegando a Avenida Celso Garcia Cid que contorna o *Boulevard Londrina Shopping Center* em direção ao centro da cidade. Até a Rua Dib Libos no Conjunto Boa Vista adentrando à rua paralela a Avenida Celso Garcia Cid que é a Rua Martiniano do Valle Filho no Jardim Carlota em direção a Avenida Dez de Dezembro. Após atravessá-la, prossegue até a Rua Norman Prochet e chega na rua Jacobe Bartolomeu Minati e adentra na Rua Amazonas no centro da cidade até a Rua Potiguares, fechando a área de abrangência da pesquisa e que congrega os locais destacados como objeto de estudo.

Vale ressaltar que o Conjunto Habitacional Pindorama é formado por cinco ruas que se comunicam com a o Córrego Água das Pedras de um lado da margem e a ocupação denominada de Favela Pindorama do outro lado da margem. Uma ponte precária de madeira é a passagem utilizada pelos moradores. Localiza-se atrás de uma escola municipal de ensino fundamental denominada de Abdias do Nascimento, instalada na Rua Santa Rosa e cuja construção não respeita a distância mínima estabelecida nos diplomas legais pátrios – Código Florestal, da margem do Córrego ao muro.

A análise foi pontuada pela trajetória do município de Londrina⁶ de forma geral

⁶ Situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre 50°52'23" e 51°19'11" a Oeste de Greenwich, o Município de Londrina ocupa, segundo a Resolução nº 05, de 10/10/ 2002, do IBGE, 1.650, 809 km², cerca de 1% da área total do Estado do Paraná. O ponto mais alto do Município tem uma altitude de 820 – 844 m e fica próximo a Lerroville, à leste, na estrada em direção à represa. Localiza-se em um espigão, não sendo perceptível, uma vez que não é um morro mas apenas um ponto demarcado. O solo da região é de origem basáltica, entretanto, conforme a sua localização, em topografia mais plana e acidentada, apresenta tipos de solos diferentes, conseqüentemente, de fertilidade variável. A camada de solo é de profundidade variável, indo de várias dezenas de metros, nos espigões, até menos de um metro, próximo aos ribeirões, onde, na maioria das vezes, a água flui sobre a superfície compacta do basalto. No Município, são poucas as áreas remanescentes da formação vegetal natural (mata pluvial tropical e subtropical) que recobria a região. A mata dos Godoy (Reserva Florestal Estadual) e a Reserva Indígena do Apucarantina são formações florestais que demonstram a variedade de gêneros e espécies de vegetação que se encontravam na região. Disp. <http://www.londrina.pr.gov.br> Acesso em 06/09/2016.

e, posteriormente, concentrada na localidade específica mediante pesquisa bibliográfica com apontamentos históricos, geográficos, jurídicos além de levantamento fotográfico comparativo e descritivo dos registros atuais, para destacar, sob a metodologia denominada hemerobia, o grau e o nível de transformação e de dependência tecnológica evidenciado na paisagem que “representa o espaço-tempo da cultura, da arte, da estética, do simbólico e do místico”. (PASSOS, 2013, p. 23)

Em um primeiro momento, as localidades e, sobretudo, a paisagem escolhida para desenvolvimento da pesquisa sujeitaram-se às condições impostas pela internacionalização, na medida em que a região absorveu tantos fenômenos e acontecimentos absolutamente incontroláveis de magnitude mundial como as guerras e crises econômicas. Nos dias atuais se apresenta profundamente inserida nos interesse do capital que concentra e direciona, de forma globalizada, sua ação para o lucro, como é o caso da especulação decorrente da incorporação imobiliária que tanto no início do século XX, como neste início de novo milênio, interferiram de forma substancial na região, mediante a ação conjunta de grupos estrangeiros, nacionais e locais.

A pesquisa quando se propôs a desvendar as transformações paisagísticas exigiu pontuar as nuances de duas fases bem distintas. Na primeira etapa da história, que marca o início do município, nas primeiras décadas do século XX, quando nem se imaginava o alcance da transformação da cidade e sequer se cogitava o nome Marco Zero para identificar o local exato em que se instalou a primeira caravana e a segunda fase, ao final do mesmo século XX, repleta de noção e conhecimento dos impactos gerados pela ação humana, e, também, da passagem do tempo. Agora a partir da denominação, cunhada sem grandes pretensões, mas apenas com o interesse de homenagear aquele local até então pouco destacado na história municipal e que em pouco tempo, serviu de mote de uma campanha privada que resultou em grande especulação imobiliária e em mudanças pontuais no cenário.

Em ambos os momentos destacados da história londrinense procurou-se englobar o reconhecimento da importância do local propriamente identificado e de seu entorno próximo, utilizando-se, inclusive da geofotografia atualizada num primeiro enfoque, mas contextualizada na sua relação com a passagem do tempo, ao longo do trabalho.

Em um segundo momento, um novo conjunto fotográfico mediante

metodologia específica denominada de Hemerobia, ainda pouco utilizada para as análises das paisagens locais, foi colacionado para a análise do grau e nível de transformação imposto à região. Entretanto, ressalta-se, a maioria das fotografias utilizadas ao longo do trabalho e as fotografias escolhidas para a análise hemeróbica são somente as atuais e quase todas pertencentes ao acervo pessoal da pesquisadora que obteve quase todas por meio de trabalho de campo.

Neste cenário de transformações impostas pelo desenvolvimento buscou-se a fundamentação teórica que permitisse discutir sobre o alcance e a importância da Geografia e do Direito no cenário contemporâneo com as perspectivas e transformação também no conhecimento. Sob tal perspectiva Moreira (2007, p. 7) afirma:

As décadas finais do século XIX marcam a passagem do capitalismo à sua fase superior: o imperialismo. E o nascimento do imperialismo traduzir-se-á, no plano da política internacional, como intensa luta entre potências imperialistas pela divisão dos continentes em “zonas de influência”. Dessa forma, a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações na geografia, no plano da realidade e, conseqüentemente, no plano do saber. (MOREIRA, 2007, p. 7)

É na pesquisa proposta, desenvolvida com metodologia própria da Geografia – denominada de Hemerobia – mediante análise fotográfica, com as contribuições também do Direito, que implica em levantamento bibliográfico, histórico, legislativo e doutrinário, que aconteceu a interação entre a Geografia e o Direito, a partir da narrativa apresentada pela História. Ainda que saberes separados, se complementam:

A elaboração sistemática da experiência, contudo, nasce sob um plano mais amplo, que é o plano conceitual (filosofia). Geografia e história nascem de um mesmo processo, o da localização dos fenômenos, porém nascem separadas. A Geografia é a localização do fenômeno no espaço e a história é a sua localização no tempo. Espaço e tempo são lugares conceituais distintos, mesmo quando se combinam. A Geografia e a história são, portanto, saberes separados. (MOREIRA, 2007, p. 24)

A abrangência e o alcance da pesquisa são infinitos e cada pesquisador escolhe seu objeto, pontuando as nuances que pretende destacar como preponderantes ao estudo que se desenvolve de forma dinâmica e progressiva. Ao discutir a dinâmica social relativa às transformações ocorridas na região que abrange o entorno e o próprio local denominado de Marco Zero na cidade de Londrina, pontuada por elementos históricos, a Geografia foi a disciplina norteadora do estudo,

com seus conceitos próprios e cuja metodologia conhecida como *hemerobia* embasou a pesquisa, considerando-se o “Direito como uma expressão constante da experiência social”. (REALE, 2002, p. 3), na medida em que se destacou no estudo como um elemento de influência no cenário urbano a partir da importância dos diversos componentes daquele cenário, que uma vez valorizados foram juridicizados.

Originando-se de múltiplas fontes inspiradoras, a partir de estudos de natureza psicológica ou sociológica, bem como da Filosofia dos Valores, é inegável que a Axiologia, em nossos dias, sob a influência de pensadores e cientistas das mais diversas tendências, desde fenomenólogos a pragmatistas, de existencialistas e neocontratualistas a culturalistas, se desenvolve em dois planos: um *filosófico*, sobre os valores em si mesmo ou em objetividade, sendo esta concebida em diversos modos; e um outro *positivo*, relativo às “experiências valorativas”, à sua estrutura, condicionamento social, suas inter-relações etc.

Partindo-se da observação básica de que toda regra de Direito visa um *valor*, reconhece-se que a *pluralidade dos valores* é consubstancial à experiência jurídica. Utilidade, tranquilidade, saúde, conforto, intimidade e infinitos outros valores fundam as normas jurídicas. Estas normas, por sua vez, pressupõem outros valores como o da *liberdade* (sem o qual não haveria possibilidade de se escolher entre valores, nem de se atualizar uma valoração *in concreto*) ou os da *igualdade*, da *ordem*, e da *segurança*, sem os quais a liberdade redundaria em arbítrio. (REALE, 2002, p. 374 e 375)

Na relação entre a Geografia e o Direito, que tem por liame a História externaliza-se a opção agregadora da discussão que ora se apresenta e que é desafiadora, pois “a complexidade só é mais bem considerada por um olhar transdisciplinar”. (PONZILACQUA, 2015, p. 16). A interação de saberes se dá mediante valores axiológicos fundamentais inerentes ao conteúdo que se vai desvendar, pois como Gomes (2002, p. 5) afirma: “é ao longo da história, que se elaboram os elementos componentes da cultura humana”. E que reconhecem importância em novos bens que vão sendo protegidos e tutelados em virtude do reconhecimento de seu valor intrínseco e, por vezes de suas repercussões de envergadura jurídica.

Marcio Ponzilaqua (2015, p.16) ao discutir sobre temas relevantes para a Ciência do Direito e a importante relação com outras áreas de conhecimento, afirma: “somente um sistema de direito essencialmente aberto pode dar conta, aliado aos demais saberes acadêmicos, culturais e sociais, dos enormes desafios que se antepõe à Ciência Jurídica”.

O presente não se desvincula do passado, mesmo quando olha para o futuro e

além de sua reconhecida importância, o referencial histórico para Santos (2012, p. 250) possui certas peculiaridades:

Algumas áreas dispõem de um longo passado histórico, constituindo acumulações mais carregadas de história. Em outras, esse tecido é mais tênue. Em todos os casos as rugosidades, isto é, as heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação das novas variáveis.

As influências históricas e geográficas permitiram, ainda, uma análise jurídica e revelaram os interesses então dominantes do passado e do presente e, quem sabe, permitam vislumbrar o futuro. Nesta relação repleta de elementos específicos de cada área, é que preponderam as nuances axiológicas indispensáveis aos rumos que o conhecimento permite tomar.

4.1 A Dinâmica da Paisagem Londrinense

Ao fincar as primeiras estacas no local que um dia viria a ser reconhecido como o início do município de Londrina e uma das maiores cidades do Paraná, a caravana pioneira liderada por George Craig Smith, jamais poderia imaginar, que em menos de um século – adentrando ao terceiro milênio – referida localidade seria palco, apenas inicial, de tantas transformações e controvérsias.

Mas as estacas fincadas naquela mata ainda preservada e hoje denominada de Marco Zero não tiveram o condão de dar início efetivamente à cidade. Naqueles tempos, serviu apenas como local de acampamento. A cidade começou a ser construída mais adiante, em torno do espigão em que se encontra instalada a Catedral Metropolitana de Londrina a seguir retratada em três perspectivas: a Figura três apresenta um retrato da fotografia feita no dia de inauguração da Igreja Matriz Católica, em seguida na Figura quatro um retrato da réplica que se encontra no campus da Universidade Estadual de Londrina e a Figura cinco destaca a atual Catedral Metropolitana de Londrina em um ângulo em que é possível identificar parte da zona leste onde se localiza *Boulevard Londrina Shopping Center* no lado esquerdo da fotografia.

Figura 3 – Retrato de fotografia exposta na Biblioteca Pública Municipal de Londrina – Sala Londrina



Uma grande festa no dia 19 de agosto de 1934 marcou a inauguração solene da Igreja Matriz abençoada pelo P. Erasmo Raabe, representando o Bispo de Jacarezinho. Autor desconhecido <http://www.catedrallondrina.com.br/historias/index.htm> Acesso em 24/01/2017.

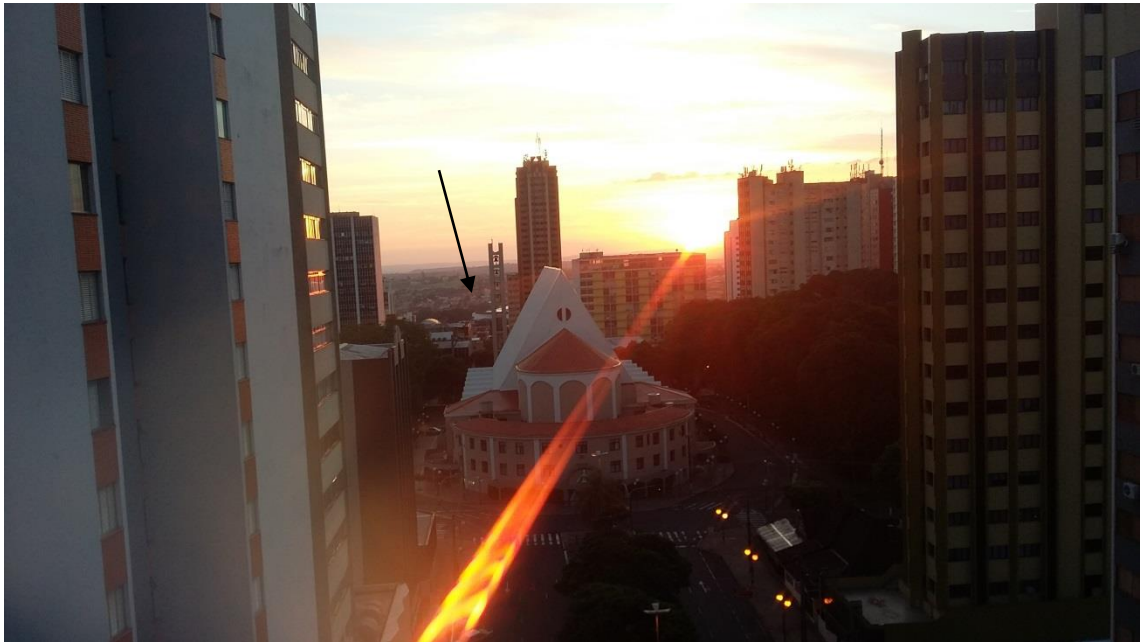
Figura 4 – Capela Ecumênica – Réplica da primeira Igreja Católica de Londrina



No campus da Universidade Estadual de Londrina, encontra-se a réplica da primeira Igreja Matriz Católica da cidade de Londrina. (Divulgação/Uel)⁷ www.uel.br Acesso em 24/jan/2017

⁷ Erigida em 1996, a capela é uma réplica da primeira Catedral de Londrina, construída em 1934. Ela fica entre o Centro de Ciências Exatas (CCE) e o Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), no campus da UEL. O local é utilizado para manifestações religiosas ecumênicas e atividades culturais.

Figura 5 – Vista da parte de trás da Catedral Metropolitana de Londrina



Amanhecer. Ao fundo a zona leste. Na foto o destaque para uma pequenina parte do Londrina Boulevard Shopping Center do lado esquerdo da torre de sinos que compõe a Catedral. PINHEIRO, 2016

Apesar de sua proximidade com a área central da cidade, é possível de se vislumbrar pelo destaque de um dos locais sob estudo, na Figura cinco, cujas características periféricas permanecem até a atualidade. A paisagem que se observou por muito tempo mostrou a convivência bastante próxima de moradores, trabalhadores na sua maioria de baixa renda e atividades de pouca expressão econômica e até geradoras de degradação ambiental, como é o caso de ferros velhos, postos de gasolina, oficinas automotivas, junto com barracões industriais, ainda existentes naquela localidade.

Um cenário diverso do que se encontra no centro de Londrina, em que se pode observar, mesmo depois do advento dos comércios condominiais reservados aos múltiplos *Shopping Centers* construídos a partir da década de 1990 e dos condomínios residenciais de alto luxo, localizados na periferia, resquícios significativos de uma estruturação espacial com valorização da área central, como apontam Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013, p. 8): “nas cidades latino-americanas, e sobretudo, nas da Europa Continental, a proximidade dos centros é valorizada e as periferias são em geral desvalorizadas e estigmatizadas”.

Corrêa (2013, p. 39) ao tratar sobre o tema segregação residencial tece considerações sobre as diferentes características do espaço ao que denomina de

fragmentação urbana:

O espaço urbano caracteriza-se, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas distintas entre si no que diz respeito a gênese e dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas. Essas áreas, por outro lado, são vivenciadas, percebidas e representadas de modo distinto pelos diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela.

(...)

A segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano (CORRÊA, 1979). As áreas sociais são a sua manifestação espacial, a forma resultante do processo. Forma e processo levaram Timms (1971) a ver a cidade como um “mosaico social”. A partir da segregação e das áreas sociais originam-se inúmeras atividades econômicas espacialmente diferentes, como centros comerciais e áreas industriais. O inverso é também verdadeiro: a partir da concentração de indústrias na cidade podem se formar bairros operários. (CORRÊA, 2013, p. 39)

O processo de urbanização crescente levou a região como um todo a vivenciar diversas intervenções a partir da década de 1970 e, posteriormente em meados de 1980. Entretanto permaneceu na condição de periferia da área central. Uma das grandes transformações se deu a partir da ação empresarial e nas proximidades da mata do Marco Zero cujas prospecções se iniciaram antes do final da década de 1990. Já na primeira e segunda décadas dos anos 2000, novos empreendimentos promoveram intensas modificações, como foi o caso da instalação da Universidade Federal Tecnológica e da Unicesumar, além do Complexo Empresarial Marco Zero.

Pouco a pouco a paisagem urbana se modifica a partir do irrefreável estímulo de ordem capitalista. Harvey (2013, p.307) em sua obra *Condição Pós-Moderna* no vigésimo terceiro capítulo intitulado “A lógica transformativa e especulativa do capital”, expõe:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis.

Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de trabalho (trabalho familiar, sistemas fabris, círculos de qualidade, participação do trabalhador) etc. Há muitas maneiras de obter lucros. As racionalizações *post hoc* da atividade especulativa dependem de uma resposta positiva à pergunta: “Foi lucrativo?” Diferentes empreendedores, espaços inteiros da economia mundial, geram diferentes soluções para essa questão, e as novas respostas derrubam as antigas à medida que uma onda especulativa vai engolfando a outra. (HARVEY, 2013, p. 307)

Aquela primeira caravana, que adentrou na mata, e abriu uma picada no local onde reconheceu a existência de três nascentes – dando-lhe por isto a denominação de Três Bocas – sendo que somente em 1932 o então “Patrimônio Três Bocas muda o nome para Londrina” (VIEIRA, 2014, p. 141) – tinha objetivo precipuamente especulativo, pois representava os interesses da Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP, subsidiária da *Paraná Plantation Ltd.* que por sua vez, era sucessora da *Brazil Plantation Syndicate Ltd.* A lógica capitalista se impôs logo nos primeiros sinais, iniciando-se desde já o projeto de colonização, reconhecendo, primeiramente, o espaço e promovendo imediata demarcação de terras, para em seguida “começar a construir a infraestrutura para receber os primeiros compradores”. (BONI 2014, p. 24)

Para Fresca o planejamento dos processos de ocupação das terras no norte do Paraná e decorrente estruturação da rede urbana tiveram início antes da virada do século e “muito embora a ênfase da ocupação em termos de área, aumento populacional, importância da produção, tenha ocorrido a partir dos anos de 1930, o fato é que, afirma a autora, em uma etapa moderna, ela foi iniciada a partir de meados do século XIX, sendo completada em meados do século XX”. (FRESCA, 2004, p. 46)

Especial destaque nessa fase de estruturação da rede urbana deve ser dado a Londrina, com gênese em 1929 e sendo a primeira ocupação de uma fase vindoura: a dos grandes projetos de loteamentos. Embora situada no período de 1900 a 1929, em que as características sociais, econômicas, etc, eram outras, Londrina é o marco da nova etapa.

(...)

A terceira etapa da ocupação, originada a partir de 1930, corresponde ao período da ocupação e fundação de cidades lideradas por companhias imobiliárias, a exemplo da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. (FRESCA, 2004, p. 48 e 49)

O cenário regional foi se modificando de forma ousada e vertiginosa. As Figuras seis e sete inseridas em um mesmo painel e separadas por um brasão, bem demonstram a mudança da paisagem de um cenário antes florestal para rural e urbano em pouco tempo. As primeiras expectativas de especulação foram largamente ultrapassadas em poucos anos, tanto devido a intensa atividade rural que a partir de então se desenvolveu com as grandes fazendas de café, quanto pela formação de diversos municípios, que davam suporte às atividades do campo, conforme constava no planejamento da CTNP, e que contribuíram para o progresso e desenvolvimento regional.

Figura 6 – Parte do mural localizado em frente à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina



O Mural retrata o início da cidade de Londrina, com a derrubada da mata nativa na fotografia da Figura 6 e a década de 1950 na fotografia da Figura 7, com a cidade em processo de acelerada urbanização. PINHEIRO, 2015.

Figura 7 – Parte do mural localizado em frente à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina



Logo abaixo do brasão que separa os dois períodos, está escrita a frase: Homenagem da Prefeitura à cidade de Londrina por ocasião do 25º aniversário de sua fundação. Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho. Entretanto, não há anotação de autoria⁸ PINHEIRO, 2015.

Em decorrência de grandes interesses capitalistas do passado, a significativa parcela deste rincão de terras norte paranaense expandiu-se e desenvolveu-se, ainda que diferentemente em suas regiões, de acordo com as características e especificidades. O Brasil expandiu-se e interiorizou-se e o Paraná também, especialmente o norte. Santos (2012, p. 249) ao abordar a extensão e a condição territorial do Brasil afirma que “é desse modo que hoje o Brasil dispõe de um território fisiograficamente diferenciado, com uma grande variedade de sistemas naturais sobre os quais a história foi se fazendo de um modo também diferenciado”.

A grandeza, portanto, não é apenas territorial. Vai mais além, pois tem um conteúdo histórico que revela as lembranças locais. Ambos, local (espaço) e história (tempo) devem ter sentido juntos. Abreu (2013, p. 32) afirma que:

⁸ Ao lado direito de quem observa o painel registrado nas figuras encontram-se as seguintes informações: RESTAURADO EM 1981. Alunos: Cláudia B. M. Machado, João C. Batistela. Marcos T. Gomes, Osvaldo Canizares. Sandro Fábio Cesar. Sebastião A. Bonatto. Professor: Laerte Matias. Reitor: José Carlos Pinotti. Vice-Reitor: Marco Antônio Fiori. PINHEIRO, 2015

O resgate da memória de um lugar, da memória de uma cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos que aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a Geografia proporciona.

Consolidando-se e ultrapassando as expectativas iniciais, na segunda década do século XXI, a cidade de Londrina também fez história ao superar a marca de quinhentos mil habitantes, “o que genericamente a situa num estrato superior ao que se convencionou chamar de cidade de médio porte no Brasil, classificação conferida a cidades com até 500 mil habitantes” (SILVA, 2013, p. 197) e, em virtude de compor uma região metropolitana formada por vinte e cinco municípios, cujas origens são muito próximas, ultrapassou o número de um milhão.

O início da cidade de Londrina, entretanto, é marcado por um cenário de intensas e, muitas vezes, dramáticas transformações ao redor do mundo e do próprio Brasil que em menos de um século deixa de ser uma das mais ricas e exploradas colônias portuguesas para tornar-se independente e, decorridos 67 anos, encerra o período monárquico para então iniciar-se a República, poucos anos antes da virada do século, sistema que persiste até a atualidade.

A colonização da região norte do Paraná tem sido alvo de estudos das mais diversas áreas de conhecimento. A mesma terra fértil encontrada pelos primeiros colonizadores e pioneiros tem servido de palco para as pesquisas de historiadores, geógrafos, sociólogos. E em virtude da fertilidade de ideias e de acontecimentos, assim como o solo vermelho garante produção diversificada, a reflexão teórica deu origem a ideias divergentes:

Os trabalhos sociológicos, historiográficos e literários sobre o desenvolvimento do norte do Paraná e o surgimento da cidade de Londrina se dividem em duas tendências: aqueles que o atribuem à iniciativa particular do grande empreendedor escocês, Lord Lovat, e ao projeto de colonização da Companhia criada por ele (CTNP), e aqueles que interpretam que as ocupações foram intencionais por parte dos governos brasileiro e inglês, visando à Inglaterra garantias reais para a consolidação do pagamento da dívida brasileira. (ALVES, 2013, p. 37)

Considerando a sucessão de acontecimentos, certo é que os interesses se completaram e sem dúvida a marcante atuação da CTNP ao divulgar os encantos e, sobretudo, a fertilidade das terras, aliada a necessidade de populações de diversas origens encontrarem um novo local para sobreviver e criar seus filhos, foi fundamental para as transformações históricas, geográficas, sociais, culturais e

econômicas avassaladoras que, depois de decorridos oitenta anos, ainda causam espanto. A Figura 8 a seguir, retrata as transformações ocorridas na paisagem londrinense, no período de sessenta anos.

Figura 8 – Mural localizado na parede da atual sede da Secretaria Municipal de Cultura e Biblioteca Infantil.



O Painel retrata o início da urbanização de Londrina nas primeiras décadas, do lado esquerdo e o acelerado processo de verticalização da cidade já na década de 1980 do lado direito. PINHEIRO, 2015

A convergência de interesses deu início à saga, então meteórica, de ocupação da terra roxa. E, merece destaque, foi responsável por mudanças significativas na paisagem sertaneja do norte do Paraná. Arruda ao prefaciá-la obra de André destaca:

Esse foi o processo de incorporação do interior do país, dos chamados sertões, especialmente sul/sudeste, à modernidade, em que os territórios e a natureza, foram transformados em mercadorias e colocados em circulação no mercado. O resultado foi uma radical transformação da paisagem, por meio da mudança das formas de apropriação da natureza, com o surgimento de centenas de pequenas cidades naquele espaço. (ANDRÉ, 2014, p. 15)

Antes de voltar os olhos para a região, porém, vários episódios podem ser apontados como importantes na história da humanidade, sobretudo a partir do século XVIII que, de certa maneira, influenciaram a busca por novos horizontes até que no início do século XX os olhares estrangeiros foram atraídos para as ainda virgens terras do norte paranaense. Famílias inteiras – juntas de uma vez ou

separadamente aos poucos – deslocaram-se de suas raízes e iniciaram uma nova etapa das histórias de suas vidas no norte do Paraná.

Tanto a primeira Guerra, como a Segunda Guerra foram episódios de intensas e marcantes consequências. Santos (2012) ressalta as mudanças decorrentes do último conflito de proporções tão abrangentes e que impactaram a sociedade internacional, inclusive os países então chamados de subdesenvolvidos com suas carências e importantes diferenças na forma de seu desenvolvimento e de seu processo de urbanização, quando feita comparação com países europeus.

A nova economia internacional, que se manifesta depois da Segunda Guerra Mundial, apresenta, entre outras, as seguintes características: internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre países industriais, domínio sobre os países subdesenvolvidos), modificações da estrutura e força do consumo. O *efeito demonstração*, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos tem um papel importante nos países subdesenvolvidos por contribuir para a atração dos homens pelas cidades, local de novas atividades; no entanto, não só as indústrias são aí raras como também, em todo caso, os empregos permanentes não são suficientes para atender à demanda. Não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária. Somente depois, evidentemente com exceções é que a grande cidade provoca a criação de indústrias. Todavia, países como a Argentina, o Brasil e o México conheciam já uma certa urbanização antes da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, ainda que possuam uma indústria mais desenvolvida, esses países não escapam à dependência a que estão submetidos os países subdesenvolvidos, inclusive a esse “êxodo da miséria e da esperança”. (SANTOS, 2012, p. 23 e 24)

Outro importante evento foi a queda da bolsa de valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, em outubro de 1929, cerca de dois meses antes, no mesmo ano chegava a caravana pioneira às terras norte paranaenses. Mesmo distante, ou talvez por isto, iniciava-se uma das ocupações mais rápidas e expressivas do território brasileiro. Aquela pequena picada e todo o seu entorno se tornariam, em 1934, o município de Londrina, “cujo nome significa pequena Londres, justamente pela influência inglesa de sua colonização”. (ALVES, 2013, p. 29)

A queda da bolsa de valores americana também tem sua importância como um acontecimento marcante para a História, ocorrido entre os dois grandes conflitos bélicos, e que representou significativo impacto tanto para a economia brasileira como para a mundial.

A crise explodiu em 24 de outubro, quando uma grande venda de ações não encontrou compradores. Os investidores atemorizados tentaram livrar-se dos papéis, originando uma verdadeira avalanche de oferta de ações, que derrubaram velozmente os preços arruinando a todos (...). Sua difusão contou com dois elementos básicos: a redução das importações norte-americanas, que afetou duramente os países que dependiam de seu mercado (o café brasileiro é um exemplo), e o repatriamento de capitais norte-americanos investidos em outros países. (VICENTINO, p. 374 e 375)

Embora separados no tempo e no espaço, tais episódios históricos, entretanto, estão inter-relacionados, pois apesar do distanciamento, certamente se influenciaram entre si e, sobremaneira, exerceram substancial importância para a realidade econômica e social brasileira, bem como para a colonização de todo o norte do Paraná, no início do século XX, e repercutiram, por muito tempo, inclusive no que se refere ao crescimento populacional.

Muitas são as influências que formaram a cultura e os costumes londrinenses desde aqueles dias remotos do fim da década de 1920 até os dias atuais, no terceiro milênio, quando ainda continua recebendo muitos representantes de outros povos que chegam ao norte do Paraná em busca de novas perspectivas de vida e acabam contribuindo para que a sociedade incorpore novos comportamentos.

Santos (2012) discute as condições, características e efeitos das migrações internas e externas. Sobre a primeira afirma que “são movimentos de população, que se fazem não somente num quadro nacional como também regional”. Sobre a segunda afirma que “esse tipo de migração é acompanhado, geralmente, da penetração capitalista”. (SANTOS, 2012, p. 39).

Resgatar os acontecimentos que culminaram com o nascimento de Londrina, sobretudo no que se refere a sua formação multirracial e ocupação territorial foi de suma importância. Permitiu interligar a história do mundo com a história local e entender o percurso de sua trajetória. Desde o início, até os dias atuais, o desenvolvimento associado à riqueza e à pobreza permite a continuidade da dominação. O ar de contemporaneidade deste jogo de poder capitalista, segundo Santos (2011, p.15)⁹ é a importante atuação do Estado e do planejamento para dar suporte ao capital.

⁹ Nota da obra: Do original em inglês *Planning Underdevelopment and Poverty*, versão modificada de “*Planning versus History*”, conferência pública pronunciada na Universidade de Columbia, Nova York, em 1º de março de 1977. Publicado em *Antipode, A Radical Journal of Geography*, vol. X, 1978. (SANTOS, 2011, p. 13)

A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética: em suma, à dependência e à dominação: à dominação através da dependência.

(...)

A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro Mundo. Tarefa fácil, uma vez que pessoas aparentemente bem intencionadas haviam lançado esse termo. O subdesenvolvimento foi, então discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido.

A pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Forneceram números, índices para provar a distância entre os países ricos e pobres e para inferir que estes últimos deveriam imitar os primeiros se quisessem superá-la. Isso foi o mesmo que criar a necessidade de se obter tudo do Exterior, desde o capital até os alimentos e conduzir a uma doutrina sobre a ajuda promovida como uma atitude generosa dos países ricos, quando, de fato, constitui uma questão de interesses ocultos, de conquista e de dominação econômica. (SANTOS, 2011, p. 15)

Ao apresentar as transformações impostas à região e ao Marco Zero em Londrina, é necessário destacar as condições ditadas pelo sistema capitalista de produção e consumo tanto no início do século XX, quanto no início do terceiro milênio e que de tão intensas “afetaram as relações entre o homem e o mundo a sua volta” (PIRES, 2017, p. 15).

A passagem de menos de um século, com suas importantes mudanças, contribuiu para intensificar primeiramente a organização da região e, posteriormente as mudanças que advieram. Afirma Bost (2015, p. 256) que, “todo país em algum momento de sua existência é confrontado a desafios econômicos e sociais maiores, os quais implicam escolhas radicais para as populações e as gerações futuras”.

Desvendar a ação e a dinâmica passagem do tempo, as características e as condições que levaram a uma tão grande e, ao mesmo tempo, rápida transformação, se destaca em virtude da importância da “alavanca histórica que permeia a construção (...) dada sua incalculável relevância” (PELLENS e PINHEIRO, 2016, p. 173) para a compreensão das múltiplas faces da cidade atual.

Dos 20 ou 30 mil habitantes inicialmente previstos, Londrina chegou ao terceiro milênio com a marca impensável para aquela época, de 506.645 mil,

segundo o Censo do IBGE (2010)¹⁰. A Região Metropolitana formada por 25 municípios soma, atualmente, aproximadamente 1.076.437 habitantes (IBGE – estimativa 2015)¹¹.

A Companhia de Terras ao longo de todo o tempo em que esteve instalada no norte do Paraná permaneceu responsável por contribuir com o suporte necessário em termos de infraestrutura para o desenvolvimento da cidade. Se assim não fosse, certamente a CTNP não teria obtido o sucesso que alcançou, desde o início, com a comercialização de terras e criação de novos municípios. Até meados da década de 1940, conforme descreve o professor Boni, permaneceu na região:

No início da década de 40 – pressionados pelo governo que exigia repatriação de investimentos em razão dos altíssimos gastos decorrentes com a participação da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial – os ingleses colocaram a Companhia de Terras Norte do Paraná à venda. Depois de dois anos de negociações, um grupo de empresários paulistas liderados por Gastão Vidigal, fechou negócio com os ingleses e assumiu o controle acionário da Companhia. Somente em 1951, sete anos mais tarde, é que a razão social da empresa foi alterada para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A decisão da mudança foi tomada em Assembléia Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 1951. Em 6 de março do mesmo ano, o contrato com a nova razão social foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo. (sic) (BONI, 2004, p. 40/41)

A atuação da Companhia de Terras em todo o norte do Paraná foi fundamental para o desenvolvimento regional. O crescimento econômico da cidade de Londrina, evidenciado nos primeiros anos, parece não ter fim. A década de 1960 colocou em evidência a modernização tecnológica ao redor do mundo. Desde a Primeira Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII o mundo se transformou de forma jamais imaginada, com os novos recursos decorrentes do desenvolvimento tecnológico e científico.

Embora sentindo o impacto da crise econômica mundial, uma vez que importava petróleo e bens de capital, ainda assim, os anos de 1970 – em pleno regime militar – são apontados como de grande progresso nacional, resultante do

¹⁰ Londrina é um município brasileiro localizado no norte e interior do estado do Paraná, a 369 km da capital paranaense, Curitiba. Considerada uma cidade grande, tem uma população estimada de 506.701 habitantes (IBGE/2010) é a quarta cidade mais populosa da região Sul do Brasil. Importante polo de desenvolvimento regional e nacional, Londrina exerce grande influência sobre o norte do Paraná e é uma das cinco cidades mais importantes da região Sul, juntamente com Curitiba, Porto Alegre, Joinville e Caxias do Sul. Londrina é sede de sua região metropolitana e um centro regional sendo composta por comércio, serviços, agroindústrias e uma densa qualidade na educação pública. <http://www.londrina.pr.gov.br> Acesso em 06/09/2016

¹¹ <http://www.londrina.pr.gov.br> Acesso em 6/09/2016

endividamento externo – recurso utilizado pelos países pobres, junto ao mercado financeiro europeu que, na época, praticava juros baixos. (SOUZA FILHO, 2011, p. 144)

O Brasil, para continuar em crescimento econômico, utilizou-se de tais suportes financeiros para atender sua demanda econômica. Em plena ditadura militar, portanto, consubstanciou-se importante transformação ao cenário econômico brasileiro e que repercutiu em toda a sociedade, mediante largo estímulo à industrialização e institucionalização das relações trabalhistas. Entretanto, vale ressaltar, as consequências se tornariam, em futuro não tão distante, praticamente insuportáveis.

No Brasil, com a “crise do milagre”, esboçada a partir de 1973, vindo no contexto da crise mundial do capitalismo, o controle social imposto pelo regime militar começa a entrar em declínio.

No entanto, no início da década de 1970, o Brasil conseguiu passar pela crise econômica, através do processo de endividamento externo. O endividamento serviu para enfrentar a elevação dos preços do petróleo e dos bens de capital e continuar estimulando e apoiando o crescimento econômico pautado no processo de industrialização. (...) Nesse contexto, o processo de “modernização conservadora”, implementado pela ditadura militar, tanto no período conhecido como “milagre econômico” quanto ao longo do governo Geisel, produziu a aceleração do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Com isso, trouxe à tona um novo quadro de relações sociais e de organização sociopolítica. O novo operariado, o trabalhador rural sindicalizado, a nova classe média e os moradores dos bairros populares, entre outros, complexificaram o tecido social do Brasil pós-1970. (SOUZA FILHO, 2011, p. 144)

O panorama de expansão capitalista não provoca grandes mudanças nas condições de desigualdade social brasileira. Ao contrário, há intensificação e aprofundamento da exploração pela escassez de trabalho e por inexistir “organização autônoma e forte o suficiente dos trabalhadores”. (SOUZA FILHO, 2011, p. 146)

Nesse contexto, é reafirmada a opção da burguesia brasileira de se aliar ao capital internacional, mantendo, mesmo que de forma subordinada as oligarquias agrárias no poder, em detrimento de uma aliança progressista com a classe trabalhadora voltada para um projeto nacional democrático. Portanto, a emergência desse novo quadro sócio político não eliminou a existência da tradição arcaica e patrimonialista das instituições, da cultura política e dos procedimentos que sempre inviabilizaram a possibilidade de a sociedade brasileira romper e superar o seu passado escravagista e oligárquico. (SOUZA FILHO, 2011, p. 146)

As décadas de 1960 e 1970 mostraram um desenvolvimento intenso,

coordenado pelo Regime Militar em todo o Brasil e Londrina, por sua vez, continua em seu objetivo expansionista, entretanto, importa ressaltar que, sem um projeto consistente de industrialização, continuaria dependente da agricultura e pecuária, atividades que passavam por transformações que abalaram intensamente as perspectivas econômicas e sociais. Alves (2013, p. 96) destaca:

A partir da década de 1960 e 1970, com a substituição do café, mecanização das lavouras e concentração de terras, ocorreu a liberação de um crescente contingente populacional da área rural, que se dirigiu para a zona urbana incapaz de absorver toda mão de obra, gerando uma população desempregada, cuja miséria foi crescendo.

(...)

Percebe-se que no período compreendido entre o início da década de 1950 e final de 1960, a população rural do município diminuiu em número e em percentual em relação à população urbana. O crescimento da população urbana, naturalmente provocado pelo êxodo rural demonstra por sua vez que essa população migrante não foi absorvida pela rede de empregos na zona urbana de Londrina. Isso se conclui pelo crescimento da população suburbana no período, ou seja, a população migrou para locais marginais da cidade, passando a residir em áreas não saneadas, sem infraestrutura suficiente, e até mesmo em ocupações urbanas e em favelas. (ALVES 2013, p. 96)

Ainda assim, merece lembrar que a cidade inicia a década de 1970, a partir da criação em 28 de janeiro, pelo então governador Paulo Pimentel, de instituição de ensino superior retratada na Fotografia nove e que posteriormente seria estadualizada e hoje denominada de Universidade Estadual de Londrina. No ano seguinte, na zona leste da cidade, em decorrência da recém-criada instituição de ensino superior, o Hospital Universitário é ativado.

Figura 9 – Retrato da Fotografia do Campus da Universidade Estadual de Londrina exposta no Museu Histórico Padre Carlos Weiss.



Vista área parcial da Universidade Estadual de Londrina. Acervo do Museu Histórico Padre Carlos Weiss – Janeiro de 1979. Autor desconhecido. PINHEIRO, 2016

Em 1973, é inaugurado *Shopping Center Center Com-tour*, primeiro do interior do país e em 1977 é inaugurada a Via Expressa Norte-Sul e que passa pela zona leste e leva o nome de Avenida Dez de Dezembro, em homenagem à data de comemoração do aniversário da cidade. (VIEIRA, 2014, p. 144/145).

A década de 1970 é marcada por grandes transformações econômicas impostas pelo regime militar que somente se retira de cena a partir da década seguinte, em 1985, quando se apresentam novas perspectivas políticas e o Estado do Paraná “deixou de ser rural para tornar-se urbano. A população urbana cresceu a uma taxa expressiva, enquanto a rural encolheu e continuou neste ritmo”. (POZZOBON, 2006, p. 152)

A despeito das incontáveis crises econômicas sofridas pelo município, quase todas resultantes das intempéries – fortes geadas, muitas das quais agravadas pela oscilação da economia brasileira – Londrina se destacou no processo de verticalização iniciado no ano de 1949 e consolidado na década seguinte, quando os primeiros edifícios foram construídos no centro da cidade. Desde então a expansão vertical é uma realidade e atualmente, alcança as regiões periféricas da área urbana que se expandiu territorialmente nos últimos anos para atender a uma demanda cada vez mais crescente.

Suzuki (2011, p. 48) ao apresentar o início da verticalização no município afirma que “a prosperidade econômica produzida pela cultura cafeeira possibilitou a transferência de capitais do meio rural para o urbano, modificando rapidamente a fisionomia da cidade. É nesse contexto que surge o primeiro edifício alto em Londrina”.

Destacam-se dois momentos importantes para a economia da cidade; o primeiro, identificado em virtude das condições climáticas em que as baixas temperaturas praticamente impedem o desenvolvimento da verticalização; e o segundo, ao contrário, em que ocorre a abundância de lucratividade, permitindo, assim, a retomada do processo com investimento na construção de edifícios, tanto comerciais, quanto residenciais e, inclusive, mistos.

O processo de verticalização da cidade de Londrina muda completamente o cenário urbano ao longo de três décadas. De 1970, quando existiam prédios de até 4 pavimentos até os anos 2000 foram construídos 1.670 edifícios, quase todos com número bastante superior de pavimentos.

Diante de tantos agentes e edifícios construídos, um aspecto de extrema relevância que cabe destacar é a grande disparidade entre os três períodos estudados no que se refere a quantidade de edifícios construídos. Os 131 edifícios construídos no período entre 1970-1980, foi significativo para uma cidade que não apresentava problemas de falta de áreas para sua expansão horizontal, mesmo passando por rápido crescimento populacional, mediante êxodo rural. Mais significativo ainda foi o período entre 1981-1990, com 939 construções. (...) Entre 1991-2000 tivemos uma sensível queda no número de construções quando comparada à década anterior, mesmo assim muito se construiu em Londrina, sendo 600 novos edifícios. (PASSOS, 2007, p. 74)

Uma nova composição paisagística se delineou na cidade, embora não tenha alcançado todos os recantos. A verticalização iniciada por volta da década de 1950 cresceu vertiginosamente nas décadas seguintes e expressava o desenvolvimento do município em virtude do poder econômico de uma parcela da população. No tocante a zona leste e em especial a área objeto de estudo, tais modificações não envolveram sua paisagem. Corrêa (2013, p. 43) ao diferenciar a segregação imposta da segregação induzida afirma:

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe, gerada por aqueles que detêm o poder, controlando diferentes meios de produção. É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro dos limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis. Ressalte-se, contudo, que o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolvesse na outra. (CORRÊA, 2013, p.43)

O cenário econômico da década de 1990 mostrava-se promissor, sobretudo após a implantação do Plano Real. Londrina continua sua trajetória de progresso e expansão. Enfrentando os desafios inerentes às crises políticas e econômicas ao longo do século XX. Ultrapassou crises e planos econômicos, sobreviveu ao totalitarismo e se engajou na luta pela Democracia, em favor do movimento *Diretas Já*.

O crescimento e desenvolvimento do município continuaram avançando e modificando a paisagem urbana. Ao discutir as perspectivas que as regiões norte, noroeste e nordeste representavam a partir da década de 1970, relativamente às possibilidades de habitação, Beidack (2009, p. 2) lembrou que “a construção de grandes obras de infraestrutura, como a BR-369, o Estádio do Café, o Terminal Rodoviário, a Avenida Dez de Dezembro”, destacou a autora, “entre tantas outras, contribuíram para a expansão urbana em sentido norte e uma integração desta com o restante da cidade”.

Duas das grandes obras acima mencionadas, estão localizadas nas proximidades da região central, praticamente na divisa com a zona leste. O então novo Terminal Rodoviário José Garcia Villar e uma parte da Avenida Dez de Dezembro, também conhecida como Via Expressa. Trata-se de importantes marcos de transformação paisagística daquela área, uma das mais antigas da cidade e pouco valorizada no contexto urbano, sobretudo no que se refere ao interesse do capital e da especulação imobiliária. A Figura dez retrata a Estação Rodoviária e seu entorno próximo com destaque para o Estádio Vitorino Gonçalves Dias no canto direito em cima e a Avenida Dez de Dezembro na parte de baixo. Embora diferente e menor do que fora projetado, sua imagem impressiona.

Figura 10 – Vista Panorâmica do Terminal Rodoviário José Garcia Villar



Fotografia retirada do Álbum de Fotos da página do Terminal Rodoviário de Londrina. Ao fundo à direita Estádio Vitorino Gonçalves Dias e à frente a Avenida Dez de Dezembro. <http://trl.londrina.pr.gov.br/index.php/imagens/4-trl/detail/13-panoramica.html> Acesso em 24/01/17¹²

A ocupação horizontalizada só irá se modificar, verticalizando-se, com a chegada do novo milênio, porém ainda não de forma expressiva como em outras regiões. A paisagem local ainda lembra a condição de periferia da região central. Apesar da existência de moradias populares, os conjuntos habitacionais lá existentes, são, ainda, horizontais, naquele pedaço da cidade. Em outras regiões do país os empreendimentos populares verticais já são uma realidade. Raquel Rolnik (2015, p. 281) ao discutir sobre o financiamento habitacional declara:

¹² A atual Rodoviária de Londrina, que é a quinta, localiza-se na confluência das Avenidas Leste-Oeste e Dez de Dezembro. Projetada pelo Arquiteto Oscar Niemayer e com algumas alterações no projeto original pelo prefeito Wilson Moreira, a atual Rodoviária de Londrina José Garcia Villar foi construída em uma área de 57.615,80 m² de propriedade da Prefeitura Municipal de Londrina. Atualmente a Rodoviária de Londrina José Garcia Villar é considerada uma das mais funcionais e belas rodoviárias do Brasil. Obteve em 2003 a premiação máxima de melhor rodoviária entre seus congêneres, conquista que orgulha todos os cidadãos londrinenses, que direta ou indiretamente participaram desta história. <http://trl.londrina.pr.gov.br/index.php/imagens/4-trl/detail/13-panoramica.html> Acesso em 24/01/17

Embora já existisse um mercado de apartamentos lançados para a venda desde o final dos anos 1920, no Rio de Janeiro, e dos anos 1940 em São Paulo, é o período após a Segunda Guerra Mundial que um setor de incorporação imobiliária especializado e profissionalizado passa a atuar como verdadeiro mercado de residências próprias.

Uma das principais mudanças ocorridas em Londrina já no início da década de 1990 se deu com a inauguração do *Catuaí Shopping Center*. Polo comercial que representou um dos maiores desafios aos empreendedores e lojistas, uma vez que a região de Londrina não contava com um empreendimento de tal porte e que promoveu mudança de forma substancial nos costumes dos consumidores.

Trata-se de uma das regiões de maior evidência em Londrina. A partir da construção do *Catuaí Shopping Center*, valoriza-se ainda mais todo o entorno do Lago Igapó e da então desconhecida Gleba Palhano que “até pouco tempo atrás sua ocupação era feita quase exclusivamente por chácaras e outras propriedades rurais de maior tamanho” (BORTOLO, 2010, p. 157). Afirma Bortolo (2010, p.157) que “é nesta área que atualmente vêm sendo construídos edifícios residenciais verticais e condomínios horizontais voltados para a população de mais alto poder aquisitivo”.

Além de tais empreendimentos residenciais, foram construídos, também, os condomínios verticais comerciais, que juntos impulsionaram o desenvolvimento do comércio e de serviços com características de alto poder aquisitivo em toda a região, para atender a população que passou a residir e trabalhar naquela localidade. Merece, portanto, destacar a afirmação de Bortolo (2010, p. 173): “podemos observar que as construtoras e incorporadoras que atuam no entorno do Lago Igapó em áreas denominadas de Gleba Palhano não tem interesse em produzir habitação para camadas mais populares”.

Do outro lado da cidade, novo empreendimento estava em vias de ser iniciado, antes da finalização da primeira década do novo milênio. Em matéria datada de 20 de agosto de 2008, publicada no Jornal de Londrina, afirma o gestor do empreendimento a regularidade dos procedimentos necessários para a realização das obras do então denominado “Complexo Empresarial Marco Zero”.

As obras do Complexo Marco Zero, que envolve a construção de *Boulevard*, *Shopping Center*, torres residenciais e comerciais, hotel, centro de convenções, faculdade e hospital começam hoje. Ontem, o terreno da antiga Anderson Clayton, na zona leste de Londrina, começou a receber máquinas e tratores para dar início à primeira etapa do empreendimento, a de infraestrutura – rede de energia, esgoto, continuação da Avenida dos Pioneiros e duplicação da Rua Santa Terezinha, ambas vizinhas ao Complexo -, o *Boulevard* e a construção do *Shopping Center* (ZANON, 2008, p. 3)

A partir dos anos 2000 foram construídos em diferentes regiões da cidade, outros *Shopping Centers* indicando novas formas de vivenciar o consumo. Para muitos a chegada de tais empreendimentos implica em desenvolvimento da região, pois atrai novos negócios, bem como investimentos públicos em termos de melhorias e benfeitorias. Tudo isto provoca a valorização imobiliária nas regiões e proximidades. As projeções para o Complexo Empresarial Marco Zero seguiam as perspectivas otimistas de empreendimentos semelhantes realizados em outros locais da cidade.

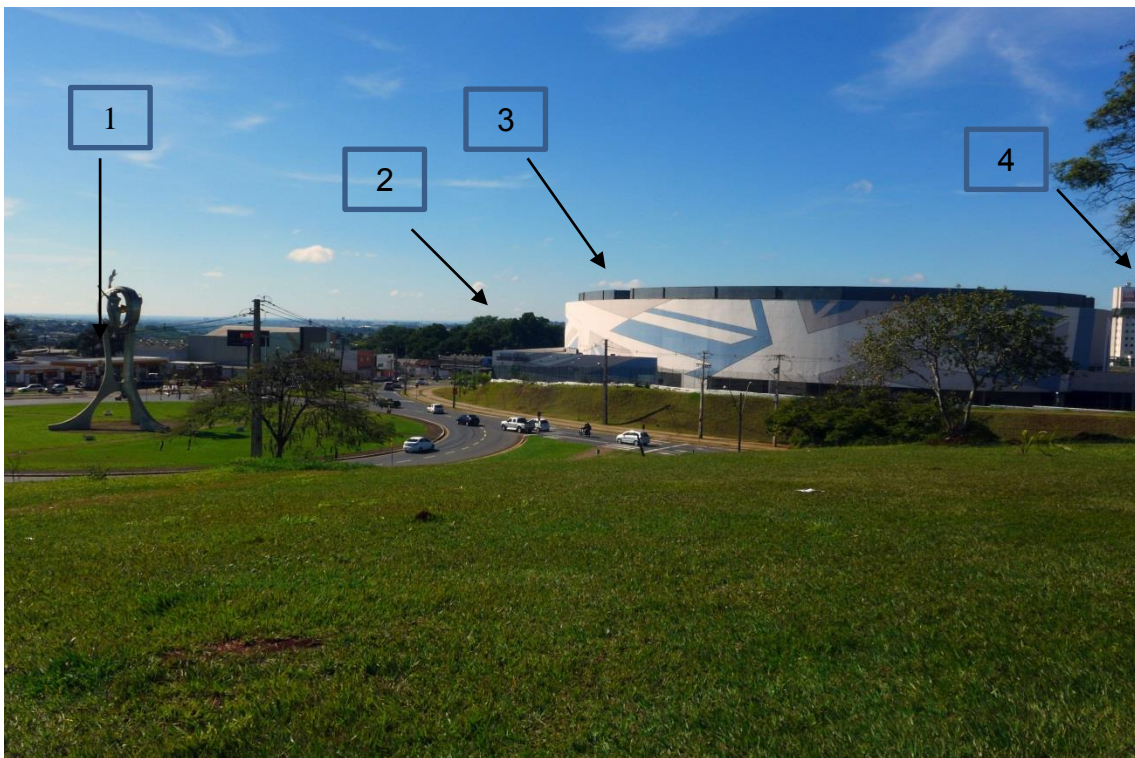
No caso do empreendimento denominado Complexo Marco Zero, em que obras públicas e privadas foram previstas, até agora somente foram finalizadas algumas das obras particulares. As públicas estão sendo lentamente continuadas e por algum tempo permaneceram paralisadas, foram retomadas por certo período e novamente interrompidas. Entretanto já se observa algumas mudanças, sobretudo viárias que, porém, não tiveram o condão de desafogar o trânsito do local que se tornou ainda mais intenso. Um dos locais mais difíceis para o trânsito de veículos e de pedestres é a rotatória onde se encontra o monumento “O Passageiro”¹³, cujas fotos 11 e 12 a seguir retratam também o entorno do local com destaque para os empreendimentos recentes – comerciais e residenciais e para as condições viárias que, apesar do grande movimento diário, podem ser consideradas adequadas e bem conservadas.

É válido ressaltar que a Figura 12 é mais antiga que a Figura 11, portanto os

¹³ Foi inaugurado no dia 10/12/87, em comemoração ao 55º aniversário da Viação Garcia, localizando-se em frente ao Terminal Rodoviário de Londrina. A Escultura tem 15 metros de altura. Segundo o artista plástico Henrique Aragão, criador do monumento, as duas figuras humanas, simbolizam os viajantes que procuram uma integridade interior e a unidade entre Eros (desejo) e Tanatus (morte). Assim o artista procurou retratar o que ele chama de Homem Completo. Uma das figuras busca o interior, pois esta voltada para dentro. E a outra busca uma interação com o infinito e com o cósmico, pois tem toda a sua abertura para fora. A semente que fica no centro do monumento significa segundo o artista, "tudo o que se cria, tudo o que nasce e tudo o que se transforma". <http://www.londrina.pr.gov.br> Acesso em 20/02/2017

edifícios em construção que aparecem naquela Figura, já se encontram com as obras bastante adiantadas, porém o Teatro Municipal permanece nas mesmas condições, ou seja, com as vigas estruturais erguidas e sofrendo a ação do tempo. A Figura 11 apresenta um conjunto de elementos que circundam o Complexo Empresarial. A Figura 12 é complementar expondo as condições da obra paralizada do Teatro Municipal e que é parte importante do Complexo Marco Zero, em virtude da campanha publicitária realizada para atração de negócios a fim de emplacar com sucesso o empreendimento.

Figura 11 – Entorno da Rotatória onde se encontra o monumento O Passageiro



A partir do centro da cidade em direção ao Londrina *Boulevard Shopping Center* que está localizado à direita, sendo possível observar um prédio ao fundo à direita. À esquerda um posto de combustíveis com a mata do Marco Zero ao fundo. É necessário passar pela rotatória e pelo monumento “O Passageiro”. Sempre dinâmico e devido a muitos novos empreendimentos na região, este local tem sido um dos mais movimentados da cidade. 1 – Posto de Combustíveis, 2 – Mata do Marco Zero, 3 - *Boulevard Shopping Center*, 4 – edifício. HENRIQUES, 2017

Figura 12 – Vista Parcial do Entorno da Rotatória onde se encontra o monumento O Passageiro



A vista parcial da Rotatória e do Londrina *Boulevard Shopping Center* permite observar as vigas estruturais do Teatro Municipal, cujas obras estão paralisadas. Um pouco mais ao fundo dois edifícios em construção. 1 – edifícios em construção, 2 – Vigas estruturais do Teatro Municipal. PINHEIRO, 2016.

Ao promover o estudo de uma determinada localidade, discutindo um de seus elementos e pontuando suas características, peculiaridades e especificidades, é necessário seguir um rumo determinado. Ao propor um estudo sistematizado sobre as transformações paisagísticas ocorridas na região do Marco Zero em Londrina (pontuando o complexo empresarial, a mata e o manancial hídrico), observou-se a exigência de que a escolha para o estudo desenvolvido se direcionasse em torno da criação e desenvolvimento da cidade, quando múltiplos aspectos podem ser estudados, para depois especificar a inter-relação dos elementos indicados aos pontos mais relevantes para a pesquisa, pois:

A cidade, apenas como objeto de estudo, pode ser analisada em um momento por seu conteúdo físico e num segundo momento por seu conteúdo social. Na vida urbana, esses conteúdos devem se entrelaçar, não permitindo análises fragmentadas ou dicotômicas, visto a complementaridade entre as dinâmicas e processos que os constituem.

(...)

O processo de produção do espaço contém como pressuposto a natureza, envolvendo um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora e transformadora. (BORTOLO, 2010, p. 45)

O crescimento populacional, a industrialização a mudança de culturas agrícolas entre outros fatores e a despeito das incontáveis crises nacionais e mundiais, típicas do processo de internacionalização primeiro e posteriormente da globalização, contribuíram para as transformações urbanas do município de Londrina.

Esta realidade marcou também a zona leste e os pontos eleitos como objeto de estudo. Em alguns espaços matem-se a condição de segregação, em outros, porém, verifica-se o processo de gentrificação, que representa a saída dos antigos moradores e a substituição por novos com uma condição econômica superior, evidenciando-se a segregação no bojo da especulação imobiliária, ressaltada como “um dos institutos que reforçam a segregação socioespacial”.(sic) (LOPES, 2017, P. 8).

Em breve relato Silva (2013, p. 199) resume as quatro últimas décadas do século XX, tendo como parâmetro as transformações ocorridas no norte do Paraná e que impactaram não apenas Londrina, mas outros municípios.

A partir dos anos de 1960, percebe-se que a população urbana cresce aceleradamente, tendo como pano de fundo a conjuntura nacional, sobretudo o processo de industrialização, que também se territorializou no campo, e que, associado a outros fatores de ordem climática, governamental e concorrencial, induziu a substituição da cultura do café por culturas mecanizáveis como as de soja, trigo, milho e algodão, que passaram a ser predominantes nos campos do norte do Paraná. Esse fato, aliado à ampliação da concentração de terras, repeliu a população do campo e expandiu enormemente os fluxos migratórios a partir dos pequenos municípios da região, que apresentaram, em sua maioria, um decréscimo populacional. Muitos foram os destinos dessa população, incluindo as novas zonas de fronteira agrícola nos Estado de Mato Grosso e Rondônia, mas também a cidade de Londrina, que absorveu grande contingente de migrantes, o que se expressa a partir dos anos de 1970 no aumento da população e na aceleração da produção da cidade.

Essa situação prossegue até os anos de 1980, período em que a cidade de Londrina apresentou um acelerado crescimento populacional de moradias em conjuntos habitacionais, tendo início também o processo de verticalização, que obteve relativo destaque no cenário nacional.

Nos anos 1990, assim como no restante do país, a crise provocada pela estagnação econômica da década anterior começa a se manifestar, com a ampliação dos problemas urbanos, como violência e déficit habitacional. Nesse período, o município encontra seus maiores índices de urbanização, registrando, em 2000, 97% de população urbana. (SILVA, 2013, p. 199)

Assim se deu o caminho percorrido pela cidade de Londrina para chegar até a contemporaneidade. Desafios foram enfrentados nessa histórica trajetória e que contribuíram para o melhor entendimento de muitos dos acontecimentos locais.

As características iniciais foram se perdendo evidenciando a ação do progresso. A natureza foi sendo substituída pelas construções de madeira, depois vieram as de alvenaria. Posteriormente os prédios de quatro pavimentos e no final do milênio surgem novos bairros, conjuntos habitacionais, além da favelização,

movimentos típicos da expansão urbana. A verticalização é uma realidade, tanto para os empreendimentos de alto padrão como para a população menos abastada. Londrina é uma paisagem diferenciada e cada vez mais comum, com muitos edifícios com mais de quinze andares e o novo milênio apresenta ainda mais crescimento, agora com arranha-céus de mais de vinte andares.

É necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo em cada momento histórico, o ponto de intersecção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. Alguns desses processos sociais são puramente singulares e podem ser explicados no nível das realidades locais. Outros, entretanto, só podem ser compreendidos se ampliarmos a escala de análise para níveis hierarquicamente superiores, sejam eles a região, o Estado-nação ou mesmo o planeta. Entender como esses processos se entrecruzaram sincrônica e diacronicamente num determinado lugar é, portanto, o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades. (ABREU, 2013, p. 33)

A legislação e as políticas públicas voltadas para o cenário urbano municipal e que resultam de uma sucessão de fatos apresentados no decorrer da explanação deste trabalho se evidenciam a seguir.

4.2 Restrições Legais e Conflitos do Uso da Terra na Área do Marco Zero

Discorrer sobre a legislação municipal sua importância e alcance exige duas tarefas realizadas de forma, quase sempre, concomitante: a primeira é situar a realidade atual dentro de um contexto histórico maior e demonstrar as múltiplas relações existentes entre os acontecimentos do passado e as consequências observadas no presente e que serão impactantes no futuro. A segunda tarefa tem no conjunto normativo vigente em caráter nacional e na relação com a esfera municipal o objeto de estudo, tendo como paradigma a escala urbana em que os conflitos ocorrem.

Essas, portanto, são tarefas, que embora tenham um perfil eminentemente teórico, acabam por converter-se, também em ações práticas na medida em que exigem a interpretação e a interlocução de tudo o que vem sendo exposto e continuará sendo tratado ao longo da pesquisa.

Primeiramente vale apresentar Soethe (2013, p. 33) que afirma “que o conflito só existe quando é tratado na esfera jurídica, pois quem determinará ou não a sua existência é a legislação”.

Diante da constatação que para a ocorrência de conflito pressupõe a existência de um problema anterior, a legislação vigente deve servir para a solução de situações que põem em risco os ambientes naturais, tão necessários a manutenção da vida e das espécies. (SOETHE, 2013, p.37)

As peculiaridades históricas relacionadas à ocupação do solo urbano permeiam essa primeira etapa, com a pretensão de contribuir para a compreensão da relevância da ordem jurídica, sob um enfoque problematizante em sua estreita relação com a dinâmica da paisagem. O tema merece uma ressalva no que diz respeito aos parâmetros designados pela história na medida em que é necessário elucidar diferentes conceitos.

Milton Santos nos adverte que devemos distinguir a História Urbana da História da Cidade. Segundo ele, não se deve confundir o urbano com a cidade. O urbano teria como referencial o abstrato, o geral, o externo. A cidade diria respeito ao particular, ao concreto, ao interno.

Em outras palavras, a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria, portanto, a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão de trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na(s) cidade(s) que nela ocorre. A História da Cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. Segundo o mesmo autor, o conjunto dessas duas histórias nos daria “a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias, (SANTOS, 1994, p.69-70) (ABREU, 2013, p. 32)

Ambas, História da Cidade e História Urbana interagem na medida em que geram consequências e exigem a atuação do Estado. A reflexão apresentada por Fernandes (2004, p. 103) ao discutir sobre a dimensão jurídica do impacto socioambiental em áreas urbanas, é um alerta que demonstra irrisignada preocupação com os conflitos iminentes:

O Direito ainda é visto tão somente como um sistema objetivo, fechado em si próprio, e que se presta a resolução de conflitos. Implícita em tal visão do Direito se encontra uma dada concepção do Estado (neutro, atuando em nome do interesse geral), uma concepção da sociedade (composta tão somente por indivíduos com iguais direitos), e uma correspondente visão da relação Estado-sociedade, que reduz a ordem pública à ordem estatal. (FERNANDES, 2004, p. 103)

Por tudo que foi colacionado à pesquisa, impossível permanecer impassível diante da constatação de que o Estado não é neutro e a sociedade não é igualitária,

portanto não deveria o Direito, ser meramente legalista, nem tão pouco um simples instrumento de interesses dominantes em detrimento dos anseios e necessidades sociais.

Continuando sua explanação, Fernandes apresenta uma provocação a ser enfrentada a partir de uma verdadeira mudança de paradigmas:

O grande desafio colocado a juristas e demais cientistas sociais, bem como aos administradores públicos, urbanistas e ambientalistas, é o de problematizar o Direito para colocá-lo no mundo da vida – de forma a compreender que o Direito tem criado tantos conflitos quanto os que tem se proposto a resolver. É imperativa a necessidade de ir além da visão instrumental e legalista tradicional, para ver e compreender o Direito também como um processo sociopolítico fundamental, isto é, como uma arena central onde os interesses distintos e conflitantes (sobretudo quanto à utilização da terra urbana e seus recursos) podem buscar alguma forma de equilíbrio. Para tanto, é preciso demolir velhos mitos e desmascarar ideologias inquestionadas, bem como identificar “problemas jurídicos” – para assim compreender as possibilidades de mudança que o Direito propicia.

Nesse contexto, a discussão ampla sobre o Direito deve compreender não somente o exame crítico das leis em vigor, seus princípios e normas, seus instrumentos e mecanismos, as relações e os conflitos entre elas – mas também a qualidade política do processo de produção da leis – no sentido de aferir a legitimidade sociopolítica das leis; os obstáculos e condições para o cumprimento das leis, bem como os efeitos do seu descumprimento; e uma compreensão profunda do papel determinante que a ordem jurídica tem tido na própria produção da ordem – crescente – da ilegalidade. (FERNANDES, 2004, p. 103 e 104)

Na discussão proposta pelo autor, fica clara sua percepção de que o Direito deve ir mais além do que efetivamente valer simplesmente como *suporte jurídico* (2004, p. 104) para dirimir conflitos, ou até evitá-los. Aliás, neste papel somente, o Direito apenas confirma o poder aos poderosos e a submissão ou marginalidade aos demais.

Em especial, tal discussão crítica sobre o Direito deve buscar compreender o papel determinante que a ordem jurídica tem tido na determinação do padrão de acesso à terra urbana e à moradia, bem como das condições de utilização dos recursos naturais. Em outras palavras, na determinação dos processos combinados de segregação sócio-espacial e degradação socioambiental. (FERNANDES, 2004, p. 104)

A segunda etapa, por sua vez, ultrapassada a discussão preliminar relativa ao papel do Direito, objetiva analisar o conjunto normativo vigente em caráter nacional e sua estreita relação com a esfera municipal. Esse é o objeto de estudo do capítulo, e que, certamente, contribuirá com o entendimento e compreensão da

realidade municipal contemporânea, especialmente no caso de Londrina e no que se refere ao uso e ocupação do solo, inclusive na região do Marco Zero e seu entorno.

Santos (2012, p. 247) ao discutir e refletir sobre território dentre outros aspectos, não despreza a importância de se considerar a passagem do tempo em suas circunstâncias históricas para desvendar os mistérios de cada localidade e afirma que “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana”. E continua: “isto é, o trabalho e a política”.

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas.

É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS, 2012, p. 247-248)

Inicialmente projetada para vinte ou trinta mil habitantes – há certa divergência entre os autores, entretanto, a passagem do tempo, permite não valorizar sobremaneira a precisão das projeções iniciais, pois tal número, otimista para a época, inesperadamente, foi rapidamente alcançado e ultrapassado em muitas vezes em curto espaço de tempo. Londrina é a expressão de um crescente desenvolvimento, estratificado desde seu início e permanentemente ordenado.

Os diferentes estratos sociais que aqui se localizavam influenciaram o desenho da cidade desde a colonização, na qual havia a presença de distintas camadas sociais, compostas pela alta e média burguesias, e pelas camadas mais baixas. A alta burguesia era formada pelos homens responsáveis pelo empreendimento, além dos fazendeiros e banqueiros, enquanto que a média burguesia consistia nos comerciantes locais e regionais, profissionais liberais e pequenos proprietários rurais. As camadas inferiores eram formadas por trabalhadores rurais, peões, volantes da agricultura, empreiteiros e corretores, além de camelôs e dos chamados “picaretas”. (CASTELNOU, 2002, p. 68)

Em pouco mais de oito décadas, a região desenvolveu-se e transformou-se

completa e irremediavelmente. Consolidou-se entre as cidades, criadas praticamente na mesma época, uma relação de intensa troca, tendo Londrina, como referência. Todas projetadas sob o manto da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, como parte de um programa de expansão agrícola que se firmava no crescimento da exploração imobiliária rural primordialmente, e urbana como elemento de suporte à atividade ligada ao campo.

Embora a projeção pareça tímida, para aqueles tempos, sem dúvida, a ideia de trinta mil habitantes era bastante otimista e, superava, em muito, e suplanta ainda, a grande maioria das cidades brasileiras não apenas do passado, mas, também, da atualidade. Esperava-se de Londrina um desenvolvimento significativo e muito além do comum para a época.

Vencidas foram as projeções iniciais, porém, em tempo considerado expressivamente pequeno, o que surpreendeu, inclusive, os mais otimistas de outrora. Schwartz lembrou que “à exceção das cidades projetadas para serem capitais, construídas com dinheiro público, nenhuma outra cresceu tanto e se modernizou igual a Londrina no mesmo tempo”. (SCHWARTZ, 2014, p. 145)

Foi uma aliança de grandes interesses capitalistas entre cidadãos ingleses, o governo Inglês, o governo federal do Brasil, o governo do Estado do Paraná e, enfim, os brasileiros e estrangeiros que buscavam novos rumos e conquistas e que culminaram com o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a consolidação de uma cidade, desde sempre considerada extraordinária e imponente. Sem aprofundar qualquer história individual, pois são muitas e nem todas são de sucesso ou de fracasso, o que se pode afirmar é que Londrina vingou. Aquela forma de colonização, por alguns chamada de reforma agrária, do início do século XX deu certo e resultou na segunda maior cidade do Estado e destaque dentre tantas do sul do país.

O crescimento vertiginoso do município exigiu, também, sua expansão territorial urbana. Do início até a atualidade o limite territorial modificou-se brutalmente e conflitos inerentes a tal ampliação foram sentidos. Segundo Mascarenhas (2015, p. 71) “na expansão territorial das cidades percebe-se o grande interesse da conversão das terras da área rural em terras da área urbana, que exercem pressão frente aos municípios”.

Isso reflete sem dúvida nas definições da legislação de uso de solo, nos zoneamentos urbanos, alterando assim os planos diretores dos municípios e gerando conflitos entre a legislação vigente e a ocupação do solo. Esses fatores acabam por favorecer a degradação ambiental, com as modificações que a sociedade proporciona aos sistemas ecológicos naturais. Sabe-se que a preservação dos recursos naturais está prevista tanto nas constituições estaduais quanto na legislação sobre o uso dos solos dos municípios que têm o dever de dar soluções para os conflitos que colocam em risco os sistemas naturais necessários à manutenção e qualidade de vida nos seus espaços territoriais. (MASCARENHAS, 2015, p. 71 e 72)

As condições urbanísticas do município, em muitas localidades dentro de seus limites territoriais expandidos, refletem as projeções de outrora, que embora avançadas para a época, foram pensadas para uma população não superior aos vinte ou trinta mil habitantes.

A malha urbana londrinense estava cortada pelas principais vias de circulação, além da espinha dorsal de penetração (rodovia-ferrovia), seguindo um padrão rígido em rede ortogonal, de contornos definidos e sem declividades excessivas, com ruas de nove metros nos dois sentidos. Na área central, também a mais alta pela topografia local, estabelecia-se a igreja-matriz em uma implantação de contorno elipsoidal. Inicialmente, estava prevista uma população de 30.000 habitantes, para a qual se estabeleciam os serviços comuns nos bairros, tais como escolas, postos de saúde, lojas comerciais e um parque, assim como uma área colocada nas proximidades da estrada de ferro – mais ao norte do traçado original – destinada à futura instalação de indústrias, o que realmente aconteceu posteriormente, a partir dos anos 60. No centro, concentravam-se os escritórios e serviços comerciais, em uma organização por partes separadas, o que favorecia a realização gradual e a ampliação sucessiva do centro urbano. (CASTELNOU, 2002, p. 68)

Apesar do expressivo crescimento da cidade, o planejamento urbano estabelecido para o início do século XX, conforme mencionado anteriormente, tinha a “função específica de apoiar as áreas rurais”. (NUNES, 2010, p. 51) Castelnou ao discorrer sobre o desenvolvimento arquitetônico da cidade, lembra que:

No final da década de 1940, começaram a surgir as primeiras preocupações com a ocupação do solo londrinense, quando entrava em ruína a aparente ordem que o capital inglês definiu para o crescimento da cidade. Ao redor do perímetro urbano, a CTNP havia planejado uma faixa de terras a serem cortadas em lotes de um a três alqueires, com a finalidade de serem abertas clareiras para hortas, granjas e pequenas culturas. Entretanto, com o crescimento da cidade, estas chácaras que serviriam de “cinturão verde” desapareceram, dando lugar a loteamentos que atendiam aos interesses dos investidores e sem uma orientação geral. (CASTELNOU, 2002, p. 89)

Por outro lado, a despeito das dificuldades que a Europa vivia na fase em que

enfrentava o conflito bélico e na segunda metade da década de 1940, em que se recuperava da guerra, a trajetória de desenvolvimento do município permanece, e sem dúvida, refletiu nas moradias que inicialmente eram de madeira, passaram para alvenaria e posteriormente passaram de horizontais para verticais, conforme explana Silva:

Ainda analisando a questão das formas, de maneira bem sintética, verifica-se que no processo de estruturação urbana de Londrina, encontrou-se no período inicial, a produção de construções em madeira, sobretudo com a utilização de palmito para as casas sobre o chão batido (anos de 1930), passando em seguida para os prédios de alvenaria, no estilo arquitetônico *art déco* (anos de 1940), e o surgimento, a partir dos anos de 1950, de edificações em estilo modernista, com características monumentais que refletiam a pujança do crescimento econômico de Londrina, considerada então o “Novo Eldorado” (CASTELNOU NETO, 2004; 2002; WADA, 1984).

Desse período (década de 1950) em diante, passaram a ser erguidos prédios altos, num processo acelerado de verticalização que atribuiu a Londrina características bastante particulares, pois de um total de 60 edifícios construídos no período 1971-1980, o número subiu para 1.174, no intervalo entre 1991 e 1996 (FERREIRA JUNIOR E FRESCA, 2004) (SILVA, 2013, p. 208)

Ao discutir as influências arquitetônicas para a elaboração da planta inicial de Londrina, e que, merece destaque, ainda hoje tem seu traçado mantido, “em que as ruas já apareciam com seus nomes definidos e algumas áreas tiveram seus usos pré-estabelecidos, tais como o parcelamento do seu centro que consistiu em um eixo semicircular no qual se localizaria a igreja e as praças”, Takeda (sic) (2004, p. 62) pontua:

A maneira como foi estabelecida a planta da cidade de Londrina, através de seu rígido traçado geométrico em forma de tabuleiro de xadrez e com algumas áreas possuindo uso pré-estabelecido, pode nos evidenciar uma relação existente entre o modelo urbanístico adotado pela CTNP com a elaboração conceitual européia a cerca da cidade da era industrial, do começo do século XX. (sic) (TAKEDA, 2004, p. 63)

Uma das personalidades mais importantes na formação do município e, sobretudo, na sua configuração urbana, foi o engenheiro agrimensor geodesta¹⁴, de origem russa, contratado pela Paraná Plantations como responsável pela formação de todas as cidades de Londrina a Maringá, Dr. Alexandre Rasgulaeff. Verdadeiro

¹⁴ Geodesia – 1. Ciência que se ocupa da forma e das dimensões da Terra, ou duma parte da sua superfície. 2. Arte de medir e dividir as terras. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Folha de São Paulo. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1995. p. 321

desbravador chegou à localidade hoje conhecida por mata do Marco Zero, em Londrina, junto com o primeiro grupo liderado por George Craig Smith, em 1929.

Em 21 de setembro de 1972, discorreu para o Museu Histórico Padre Carlos Weiss a respeito do seu trabalho. Em seu relato, não deixa dúvidas sobre a grande responsabilidade que exercia, e embora necessitasse de autorização de superiores para realizar seus projetos, impunha-se quando entendia ser impossível submeter-se aos desígnios do comando.

Ao longo de todo o processo de colonização, evidenciou-se a dinâmica capitalista seguida à risca pela Companhia de Terra, e por todos aqueles que com ela negociaram – tanto da iniciativa pública quanto da iniciativa privada. Exemplo disto é demonstrado de forma cristalina, a partir do depoimento do engenheiro que teceu diversas considerações a respeito das mudanças procedidas em seus projetos. Tais alterações, foram justificadas por argumentos que mais do que explicar a natureza essencialmente comercial do empreendimento, confirmam seu caráter mercantil:

(...) A cidade é muito mal projetada, mas a culpa não é minha, eu vou dizer a verdade. Quando projetei a cidade com as avenidas de 30 metros e as ruas de 24 e apresentei esta planta, o presidente que chegou lá naquele tempo, o General Asquith falou: bom nós vamos levar a planta para estudo na Inglaterra e depois de lá você recebe a ordem de executar, e veio a ordem que esse Alexandre é louco. Uma cidade você sabe, no meio do mato, abre ruas com 30 metros de largura, ruas com 24 metros não convém. Quem vai construir ruas? Nós. Quem vai pagar impostos? Nós. Não, não. Então mandaram diminuir, ruas de 16 metros, o máximo que aceitei. Eles queriam 12 metros. Máximo que aceitei, avenidas com 24 metros. (NUNES, 2010, p. 51)

Ações modernizadoras são necessárias para atender a realidade atual. Afinal, as projeções urbanísticas daquela época, foram feitas para atender a uma população que atingiria o número de 50 mil habitantes em meio século, se chegasse a tal desenvolvimento. Pelas projeções da Companhia, impostas aos que se instalaram nas terras norte paranaense, muito provavelmente, àquela época, os empreendedores, colonizadores e pioneiros acreditavam que o município de Londrina e todos os demais que foram criados a partir de então, permaneceriam ligados, econômica, social, culturalmente, enfim, à vida rural. O que não se concretizou totalmente, embora a dinâmica regional se fortaleça ainda hoje, pela atividade agropecuária. Entretanto, na atualidade, muitos dos municípios próximos têm na atividade industrial o seu esteio econômico. Londrina, na atualidade, já possui um polo industrial.

Muitos dos primeiros projetos já sofreram alterações em desfavor das projeções iniciais e, certamente acompanhando o desenvolvimento que adveio de forma célere e inesperada. Ao final da década de 1930, ou seja, antes de completar dez anos, o município já contava com mais de 30 mil habitantes. Ao finalizar o século XX o cenário paisagístico da cidade quase não apresenta semelhanças com os primeiros tempos, mas é possível analisar as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Qualquer mudança que se pretenda realizar, para acompanhar o desenvolvimento e atender às incontáveis demandas e necessidades da população exige cuidados, pois é imprescindível evitar, principalmente, eventuais privilégios por vezes, inclusive, de evidente ilegalidade, a pessoas ou a determinados seguimentos da sociedade nem sempre tão vulneráveis a ponto de merecerem quaisquer favorecimentos. Se um seguimento qualquer, por sua condição de vulnerabilidade, seja ela qual for, merecer tratamento favorecido, este deverá ser, sempre, dentro dos parâmetros da legalidade, com intuito de promover a igualdade e a justiça social, princípios constitucionais que regem a sociedade brasileira.

A organização da cidade, na atualidade, exige um grande esforço de adaptação para ultrapassar o modelo proposto no passado, ainda recente, sem descaracterizar ou desprezar sua história ou os monumentos que a representam, e depende da vontade política tanto da população, como das autoridades públicas, dos empreendedores públicos e privados, e de todos os que se envolvem ou, até daqueles que estejam distanciados, do processo de desenvolvimento municipal, para promover, cada vez mais, as melhores condições de vida para todos.

Políticas públicas podem e devem ser direcionadas para evitar conflitos e contribuir para melhorar cada vez mais as condições da cidade e de sua população. “As políticas públicas colocam tantos desafios quanto oportunidades”, afirma Soethe (2013, p. 37)

orém, quando as políticas públicas são pensadas na perspectiva de uma base local de vida dos seres humanos, ela depende de seu tamanho e porte populacional, sua situação geográfica, geopolítica e ambiental, seu perfil de atividades produtivas, além dos seus aspectos culturais. Mas, antes de tudo as políticas públicas dependem da cultura de sua gente, da qualidade política e capacidade administrativa de seus líderes, do grau de organização da sociedade civil, para que de fato possam surtir efeito, ou o efeito desejado, sobre os lugares vividos pelas pessoas. (SOETHE, 2013, p.37)

A realidade do município nem sempre expressa o senso de responsabilidade e de ética que se espera tanto das diversas parcelas sociais que compõem a

comunidade, quanto àquelas beneficiadas por vantagens, muitas vezes espúrias, e também, do poder público.

Por algumas oportunidades durante o processo de desenvolvimento do município, ao longo de seus oitenta anos, observaram-se privilégios no atendimento de interesses de determinados seguimentos sociais, em detrimento de outros para os quais bastava, apenas, o efetivo cumprimento da lei para atender às necessidades da população interessada e, na maioria das vezes, muito superior numericamente se comparada aos setores da sociedade que receberam privilégios.

A política de classe que gera a segregação imposta e induzida é efetivada de modo explícito. Após a sua realização no espaço urbano torna-se muito difícil reverter os padrões espaciais das áreas segregadas: a expulsão à força é um dos meios bastante conhecidos, realizando-se uma “limpeza social”. Explicitamente, a política em tela se faz por meio da legislação que estabelece normas urbanísticas e tributação diferenciadas no espaço urbano, assim como por meio de obras públicas distintas direcionadas para os diferentes grupos sociais. O controle da terra urbana, especialmente aquela localizada na periferia, viabiliza explícitas políticas de segregação imposta ou induzida. (Corrêa, 2013, p. 43)

Os conflitos urbanos são crescentes e escancaram a infinidade de problemas e de interesses em jogo e de atores envolvidos e, sem dúvida, o domínio do poder, primeiramente econômico e posteriormente político. Ao explanar sobre os agentes da produção do espaço Corrêa (2013, p. 43) deduz:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intra-urbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado Hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2013, p.43)

A sequência de quatro imagens a seguir, retratam realidades distintas e que refletem a discussão até aqui realizada. São as contradições urbanas que se evidenciam na paisagem de contrastes de uma mesma região da cidade, distanciadas por alguns poucos quilômetros. As Figuras 13,14,15 e 16 nas localidades objeto de estudo, confirmam a discussão sobre os conflitos tipicamente urbanos que a região absorve a partir do jogo de interesse comum à cidade.

Figura 13 – Ponte sobre o Córrego Água das Pedras.



A ponte precária liga a Favela Pindorama ao Conjunto Pindorama próximo à Escola Municipal Abdias do Nascimento. Ao fundo cerca também precária dos dois lados, formando ao meio uma rua de terra. 1 – cerca à esquerda, 2 – rua de terra em continuação à ponte, 3, cerca à direita. PINHEIRO, 2016

Figura 14 – Vista Parcial da Escola Municipal Abdias do Nascimento



Escola Municipal Abdias do Nascimento na Rua Santa Rosa, pertencente ao Conjunto Pindorama. Observa-se no canto direito em baixo, lixo acumulado e o caminho de terra que leva até a ponte sobre o Córrego Água das Pedras. Um alambrado cercado um pequeno campo e ao fundo o muro que prossegue para o lado esquerdo da foto que mostra na parte frontal da escola a calçada com uma placa de trânsito, um ponto de ônibus e um orelhão. Parte do asfalto ainda em bom estado. 1 – calçada e ponto de ônibus, 2 – muro, 3 – lixo acumulado, 4 – alambrado . PINHEIRO, 2016.

Figura 15 – Muro dos fundos da Escola Municipal Abdias do Nascimento



Muro e parede da parte de trás da Escola Municipal Abdias do Nascimento, a poucos metros do Córrego Água das Pedras que separa o Conjunto Pindorama da Favela de mesmo nome. 1 – parede dos fundos da escola, 2 – distância entre a parte de trás da escola e margens do Córrego. PINHEIRO, 2016

Figura 16 – Parte frontal do *Boulevard Londrina Shopping Center Center*. Avenida Theodoro Victorelli.



A imagem do *Boulevard Londrina Shopping Center* mostra um cenário de riqueza e incentivo ao consumo em contraste com a realidade da Favela Pindorama às margens do Córrego Água das Pedras. Paisagens tão próximas e ao mesmo tempo, tão distantes. PINHEIRO, 2016.

Tem-se discutido, muito sobre a crise urbana, partindo das evidências que demonstram o tratamento dado a populações de diferentes condições econômicas e sociais, tanto no que se refere ao cumprimento, quanto ao descumprimento da legislação vigente.¹⁵

Londrina serve de exemplo na medida em que a ilegalidade é incorporada em seu Plano Diretor para camuflar as irregularidades praticadas por cidadãos ricos e poderosos, que construíram suas mansões às margens do Lago Igapó, enquanto a população carente permanece desassistida e impossibilitada de mudar sua condição e perspectivas, ou, ainda, mesmo quando ocorre a atuação do Poder Público, poucas vezes se traduz em bons resultados. (MORAES E PINHEIRO, 2016, p. 449)

A regularização de determinadas ocupações contemplou os mais privilegiados economicamente, portanto considerados poderosos no cenário urbano, enquanto que a população empobrecida, efetivamente fragilizada, permaneceu desassistida. Muitas das famílias, jamais puderam contar com os equipamentos públicos tradicionais,

¹⁵ Artigo “Londrina: A Cidade Clandestina a Serviço da Cidade Legalizada” apresentado na XXXII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e 1º Encontro de Tecnologias Geográficas e Contemporaneidades, eventos realizados em junho de 2016.

justamente por habitarem em locais que o Poder Público não atua. A chegada de equipamentos públicos em áreas irregulares poderá, em casos tais, dar a falsa sensação de legalidade e regularização de determinadas áreas que não devem ser utilizadas para a habitação e outras atividades, típicas da vida urbana. Cabe ao ente público municipal designar espaços habitacionais dentro dos parâmetros da legalidade.

No exemplo que ora se apresenta a população, constituída por famílias de evidente fragilidade econômica, foi expulsa de suas casas, onde moravam há muitas décadas, por viverem à beira do Lago Igapó, em ocupações irregulares de áreas de preservação permanente. Ao contrário, as famílias abastada, que viviam a pouca distância daqueles que foram retirados, vivendo também às margens do mesmo Lago Igapó sequer foram questionadas, ou mesmo orientadas, talvez até por já saberem da sua condição de evidente irregularidade, tanto quanto sabem do seu poder perante a sociedade. Simplesmente se mantiveram em suas mansões, sem nenhuma preocupação por habitarem em áreas verdadeiramente ilegais, respaldadas no Plano Diretor que contrariava e ainda contraria o Código Florestal e a própria Constituição da República Federativa do Brasil.

Corrêa (2013, p. 45) afirma que *O Estado Capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço*. E dentre as diversas possibilidades elencadas de ação do Estado, indica que em primeiro lugar está o de “estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e de uso do espaço”. E continua pontuando outras ações, porém alerta:

Essa multiplicidade de papéis também se efetiva na escala da rede urbana. Tanto na escala como no espaço intraurbano estabelecem-se relações com outros agentes sociais como empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terra. Nessas relações entram em jogo mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo, aos quais a corrupção não é estranha. (CORRÊA, 2013, p. 47)

Sendo simplesmente levadas para novos empreendimentos públicos, de qualidade questionável, as famílias pobres expulsas de suas casas, localizadas nas proximidades das mansões também irregulares, são obrigadas a assumir, abruptamente, um novo modo de vida, muitas vezes longe de seus vizinhos, de seus parentes e de todas as referências construídas ao longo de toda a vida e, quase sempre, sem a mínima estrutura de equipamentos públicos necessários ao pleno

exercício da cidadania, em decorrência da falta de planejamento do Poder Público.

Em Londrina-PR, um estudo (SCALCO, et. al., 2013) realizado pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná, denominado “Diagnóstico da ocupação irregular de áreas de APPs no entorno dos Lagos Igapó I e II e suas consequências para a população de Londrina – PR”, demonstrou de que forma a “posterior regularização” das ocupações irregulares de alto padrão se deu nestas áreas do território municipal.

Um dos principais bairros apontados pelo estudo é o Jardim Bela Suíça. Situado às margens do Lago Igapó, cartão postal da cidade, o bairro possui a maior renda do Estado do Paraná (5.346 reais de renda média mensal per capita). Ao contrário do caso das populações pobres, que ocupam áreas ambientalmente frágeis por falta de alternativas, os moradores optaram por ali se instalar em função da bela paisagem e do lazer. (SCALCO, et. al., 2013, p. 2722-2723)

Além do impedimento do acesso da população à margem do lago ocupado, as mansões ocasionam o assoreamento do lago, e invadem Área de Preservação Permanente (APP), de acordo com o estabelecido no Código Florestal Brasileiro (BRASIL, Lei 12.651, art.4, cap. II, seção I).

Apesar da flagrante ilegalidade, o estudo demonstrou que o “município de Londrina, não só descumpra o código, como também autoriza formalmente seu descumprimento, de acordo com o zoneamento ambiental” (SCALCO, et. al., 2013, p. 2721).

Em uma grande parte das margens do Lago Igapó, onde apenas deveria haver vegetação, o plano diretor do município editado em 2008, autoriza alguns tipos de construções (SCALCO, et. al., 2013, p. 2721).

Trata-se de um exemplo evidente de construção irregular pelos “não-pobres”, assim como de convivência do Estado em relação a ela. (MORAES e PINHEIRO, 2016, p. 459)

Ainda que a pesquisa acima destacada dispense maiores comentários, é impossível deixar de constatar, com certo pesar, que ao mesmo tempo em que se cumpriu o comando legal em relação à população de menor poder aquisitivo, na parte ocupada pelos poderosos econômica e socialmente da mencionada região do Lago Igapó – locais separados por alguns poucos quilômetros – o Plano Diretor do município, regularizou as áreas das mansões, em flagrante ilegalidade e, contrariamente, cumpriu-se com os rigores da lei retirando a população pobre.

Muitos dos que se instalaram nessas terras férteis, inóspitas e longínquas do norte do Paraná, deram sua parcela de contribuição para que o município se tornasse referência em desenvolvimento em todo o sul do país, sendo, inclusive, reconhecido no cenário nacional e até internacional, primeiro por suas terras altamente produtivas e segundo por seu quase instantâneo desenvolvimento.

Uma das maiores cidades do sul do país e palco de grandes empreendimentos

regionais e nacionais marcantes para a sociedade brasileira, desde o seu início até os dias atuais, Londrina é cenário de lutas e transformações. Sofreu, no planejamento urbano, a repercussão dos conflitos armados com a chegada de estrangeiros, buscando novos horizontes, ou, sobretudo no período relativo à Segunda Grande Guerra, em que houve limitações aos investimentos. Em artigo intitulado Mudanças Recentes na expansão físico-territorial de Londrina, Fresca (2012) ressaltou:

Embora a caracterização da expansão urbana esteja sendo elaborada por décadas não se pode deixar de registrar a influencia da II Guerra Mundial, na redução do número de loteamentos registrados na Prefeitura Municipal de Londrina no intervalo 1939-1945. Após o encerramento do conflito, da retomada das exportações de café, gêneros alimentícios e matérias-primas, a expansão urbana voltou a ser acelerada, registrando, no ano de 1946, a aprovação de cinco loteamentos; em 1947 de 16 loteamentos. (LINARDI, 1995, p.187)

É uma cidade polo, metrópole que congrega uma região com 24 municípios a sua volta e em constante interação o que motivou a criação de uma Região Metropolitana, totalizando 25 cidades, por intermédio da Lei Complementar Estadual 81 de 17 de junho de 1998.¹⁶ Silva (2013, p. 68), entretanto, alerta a respeito da instituição da Região Metropolitana:

No entanto, ainda que de acordo com a Lei Estadual Complementar n. 81, de 17/06/98, acrescida pela Lei Estadual Complementar n.91, de 5/6/2002, tenha se instituído a Região Metropolitana de Londrina, cabe reconhecer que ela não se realiza de fato, pois sua área de influência direta é relativa à sua região imediata, e a intensidade das relações regionais não justifica o uso do conceito metrópole, conforme discussão realizada nas teses de doutorado de Cunha (2005) e Ribeiro (2006), e por Ribeiro (2007), a qual conduziu Moura (2004) a empregar o termo “regiões metropolitanas sem metrópoles”.

¹⁶ Região – Geografia. Parte do planeta dominada por uma ou mais características bióticas, abióticas ou econômico-sociais. P.ex., região do planalto central (dominada pelo tipo de relevo – planalto) região de florestas (dominada pela presença de florestas), região dos lagos (dominada pela presença dos lagos), região desconhecida (dominada pelo desconhecido), (...). Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais. Pág. 199

(...) região metropolitana (dominada pela presença de metrópole), região Norte (sob o domínio da posição geográfica) etc. Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais. Pág.199

Distritos Administrativos: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. **Municípios Limítrofes:** Marilândia do Sul, Apucarana, Arapongas, Assaí, Cambé, Ibiporã, São Jerônimo da Serra, Sertanópolis e Tamarana. **Municípios da Região Metropolitana:** Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis e Tamarana e Uraí. **Londrina** é sede da Microrregião Geográfica 011 (IBGE, 2002). <http://www1.londrina.pr.gov.br> – Acesso em 06/09/16

É, entretanto, uma cidade que desempenha papéis de articulação, os quais permitem a dinamização de relações e processos entre as cidades pequenas e as metrópoles. Para melhor desenvolver sua caracterização, há que se realizar uma análise mais acurada de seu processo de produção legislativa, e de sua organização interna.

4.3 A Legislação, a Política e o Planejamento Urbano

No início do terceiro milênio, a sociedade está repleta de noção e conhecimento dos impactos gerados pela ação humana, e, também, da importância da passagem do tempo e das inexoráveis consequências advindas do desprezo ao meio ambiente, pontuado, muitas vezes pelos conflitos de interesses.

O Município, ente federativo, exercendo sua competência estabelecida na Constituição Federal, deve criar um sistema de leis, fundamentadas no Estatuto das Cidades – Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Código de Postura, Código Ambiental, dentre tantas outras, todas decorrentes de imposição constitucional que se corporificarão em políticas públicas que farão parte de um sistema de proteção de interesses, integrados nas diversas esferas dos entes públicos e com repercussões substanciais para as entidades privadas e para a vida da população.

A utilização dos instrumentos urbanísticos presentes no estatuto deve seguir os princípios norteadores da lei. São eles que garantem uma cidade mais justa, com distribuição mais equitativa da melhoria da qualidade do espaço urbano.

Cidades justas precisam de boas práticas de zoneamento, tem que conciliar ofertas de moraias, para diferentes classes de renda, em áreas onde também estejam presentes oportunidades econômicas, sistemas de transporte, educação e saúde. (PONGELUPE, 2017, p. 19)

Giovanni e Nogueira (2015, p. 19) afirmam que a “política pública passa a ser tratada como uma forma de exercício do poder em sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade”.

Cada sociedade tem um padrão de políticas públicas, seja no sentido da reprodução de certos modos de conceber e fazer, de financiar e gastar, seja no sentido das carências e dos problemas que buscam enfrentar. Fixaram-se nas sociedades contemporâneas, em maior ou menor grau a partir da segunda metade do século 20, acompanhando a transição demográfica que se associou à industrialização, à urbanização, à revolução tecnológica no campo das comunicações, à expansão dos sistemas educacionais, à secularização crescente da via coletiva, à transformação das relações entre gêneros, à modificação no modo de vida – expressando, em suma, tudo aquilo que pode ser vinculado à complexificação, diferenciação e fragmentação das sociedades. Precisamente por isso, passaram a ser progressivamente definidas como intervenções estatais, por uma pluralidade de atores, de natureza e origens diversas e portadores de interesses específicos (contraditórios ou não). (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2015, p. 19 e 20)

Tal conjunto normativo que se obriga aos municípios instituir, nem sempre resulta em efetiva proteção ao panorama urbano. É o caso da área objeto de estudo, localizada na zona leste de Londrina, onde está inserida a mata do Marco Zero, o Complexo Empresarial Marco Zero e o Córrego Água das Pedras, componente hídrico daquele cenário e que tem importância para todos que habitam aquela região das mais populosas da cidade e que sofre com a degradação e o desrespeito à legislação, principalmente relacionada ao Código Florestal.

Apesar dos méritos reconhecidos aos recursos hídricos de um modo geral, o Córrego Água das Pedras continua apresentando condições de alta degradação, resultante do desprezo da população e do poder público. A legislação municipal vigente, e evidentemente pouco aplicada, não tem se mostrado suficiente para a recuperação e preservação daquele corpo hídrico em total descompasso com as normas constitucionais e infraconstitucionais e, principalmente, aos interesses vitais da humanidade e que não devem ser desprezados, sob pena de provocar conflitos e comprometer a continuidade da vida.

No caso das águas, a situação é ainda mais acentuada e problemática por ser bem vital e essencial. As sociedades humanas, como os demais agrupamentos vivos, se desenvolvem com base nas reservas de água. Não é sem propósito que as bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, e especialmente em São Paulo, servem de referenciais regionais e de pontos de apoio para o adensamento demográfico. A crise de abastecimento de água do sudeste brasileiro, a exemplo do que ocorre há mais de século no nordeste, ilustra os desafios sociojurídicos e de conflitos em torno do bem natural. (PONZILACQUA, 2015, p.16)

Soethe (2013, p. 35 e 36) discorre sucintamente sobre os marcos regulatórios que fundamentam as políticas públicas municipais, desde o Código Florestal que não se restringe a localidades rurais ou distante de centros urbanos, mas se refere

também às cidades, como também, leis como Plano Diretor que tem um enfoque essencialmente urbano e ações voltadas para o saneamento básico:

A proteção das faixas marginais dos rios reduz problemas ambientais ao longo de toda a bacia hidrográfica, dada sua importância às diferentes funções que a mesma desempenha, prevista na legislação vigente como um dos temas centrais da discussão, classificada como área de preservação permanente no Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei 7.803 de 18 de julho de 1989 e revogado pela Lei 12.651 de 2012.

Os estudos ambientais são importantes não somente pelo enfoque dado pela mídia, mas pela necessidade de entender a dinâmica da natureza e assim poder intervir, no sentido de recuperar ou restaurar os ambientes degradados. Dentre os instrumentos reguladores, pode ser citado o Plano Diretor, que é um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, construído a partir da participação da sociedade, como um pacto legitimado por todos sob a forma de audiências públicas, o que chancela a participação popular.

A Lei nº 10.257/01, também chamada de Estatuto da Cidade, é um instrumento que regulamenta a política urbana, contida na Constituição Federal e atribui critérios para elaboração do Plano Diretor. (...) Assim como a Lei de Saneamento Ambiental nº 11.445/2011, que dispõe sobre a política municipal de saneamento básico, que no seu artigo 1º disciplina as diretrizes, planejamento, execução e fiscalização das ações do município.

Portanto, a legislação vigente, aplicável nas questões decorrentes de problemas envolvendo o uso inadequado da terra, principalmente em áreas de bacias hidrográficas, devem ser aplicadas tanto em áreas urbanas quanto rurais em caso de conflito ambiental. (SOETHE, 2013, p. 35 e 36)

As imagens abaixo demonstram, tanto na Figura 17, quanto na Figura 18, as condições extremamente precárias do manancial hídrico e que coloca em risco a população, principalmente a que se encontra mais próxima, vivendo às margens, aproveitando e, muitas explorando e degradando em flagrante contrariedade aos dispositivos legais mencionados de âmbito nacional.

Figura 17 – Vista parcial do Córrego Água das Pedras a partir da ponte para o lado direito.



Preservação precária, com esgoto e lixo acumulado em seu leito e margens. De um ado está a Favela Pindorama e do outro o Conjunto Pindorama. PINHEIRO, 2016

Figura 18 – Vista parcial do Córrego Água das Pedras a partir da ponte para o lado esquerdo.



Preservação precária, com esgoto e lixo acumulado em seu leito e margens. O aspecto é de abandono. PINHEIRO, 2016

Dentre todos os recursos disponíveis na natureza, sem dúvida a água é um dos mais importantes e absolutamente essenciais para a manutenção da vida. Vale dizer que na atualidade, grandes corporações já reconheceram as qualidades desse recurso e tentam mercantilizá-lo, mais do que protegê-lo e preservá-lo. É, portanto, necessária e premente a conscientização da população para que exija que o poder

público atue no sentido de recuperar e proteger os mananciais hídricos. Mas não basta a atuação do Estado. A população tem o seu papel não apenas reivindicatório, pois “pequenas atitudes contribuem para as grandes crises ou catástrofes.” (PAVON FILHO, 2017, p. 64)

Ressalta Santos Júnior (2007, p. 13):

Em todos os continentes do planeta explodem conflitos sociais envolvendo a água. Nesse cenário, torna-se cada vez mais urgente discutir a água incorporando uma visão mais integrada, social e ambientalmente, tendo em vista a necessidade de levar em consideração a inserção dos sistemas de água e de saneamento ambiental em ecossistemas e em tradições histórico-culturais e seus impactos na dinâmica das cidades, no meio ambiente e na saúde da população.

A questão é que, de fato, a água não é apenas um bem essencial para a natureza e para a natureza humana. A água, quando subordinada ao interesse do capital, é fonte de lucro e riqueza. E, por isso, crescentemente podemos constatar a explosão de conflitos envolvendo grandes corporações interessadas no controle desse bem a fim de transformá-lo em recurso econômico e capital.

Em vários recantos do mundo, organizações sociais vêm se articulando para se contrapor à lógica das grandes corporações, na defesa da água como bem essencial à vida, o que se traduz em diversas concepções, dentre as quais se destacam a água como direito humano, direito à cidade e direito à cultura. (SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 13)

Antes, porém, de tratar sobre a legislação urbana do município de Londrina, desde suas origens até os dias atuais, e tendo exposto aspectos da legislação nacional vigente, merece destaque no texto constitucional de 1988, o artigo 3º e incisos que expressa como objetivos a serem alcançados pela República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantindo o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais; e promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Alcançados tais objetivos, a população terá desenvolvido alto nível de conhecimento e conscientização, mostrando-se uma sociedade preparada para enfrentar os incontáveis desafios da era contemporânea, seja de ordem política, econômica, social, cultural etc.

As políticas públicas se traduzem em instrumentos para alcançar tal conjunto de propostas inseridas no artigo mencionado do texto constitucional, objetivamente delimitadas pelo Estado brasileiro e que expressam condições fundamentais para o

exercício da dignidade e da cidadania. Ao discutir a importância de criar boas políticas, que viabilizem o efetivo combate à pobreza, um dos problemas mais significativos e impactantes da vida contemporânea, Santos (2013, p. 35) afirma:

Nos últimos anos, a discussão sobre os fenômenos da pobreza tem sido intimamente ligada ao que é chamado de teoria da marginalidade que os dois termos quase se tornaram sinônimos. De fato, a palavra marginalidade, criada pelos sociólogos latino-americanos com a bênção das instituições e universidades internacionais, tornou-se um novo slogan no arsenal das ideias-força, substituindo praticamente a palavra tradicional pobreza no vocabulário acadêmico oficial.

A despeito de muitos esforços, a antiga, e, entretanto ativa, discussão desse problema não resultou na elaboração de nenhuma teoria real. A imensa literatura sobre o assunto ainda não conseguiu oferecer a inspiração necessária para a solução do problema. Serviu, sem dúvida, para criar uma consciência do problema, mas agora é preciso ir além das meras discussões e tentar estudar os processos, a fim de ajudar a formular uma teoria válida para, em seguida, elaborar uma política coerente. (SANTOS, 2013, p. 35)

O crescimento desordenado e a necessidade de planejar o desenvolvimento dos centros urbanos, foram questões que, a partir de 1988, tiveram presença marcante na Constituição da República Federativa do Brasil que erigiu o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, a exemplo de diversos outros países.

O artigo 225 do Texto Magno inaugura um capítulo específico ao tema e impõe a todos os cidadãos e, também, ao poder público, a obrigação de preservá-lo e defendê-lo, elevando o meio ambiente a condição de direito fundamental consubstanciado também na “educação como ferramenta promissora capaz de tornar possível que se alcance a conscientização coletiva” (ALCÂNTARA, 2017, p.18). Possivelmente, o texto constitucional, construído naquele momento histórico próximo, tenha sido influenciado por acontecimentos que impactaram o mundo todo. É, portanto a tentativa de elaborar uma política coerente com a intenção de assegurar o desenvolvimento pleno e sustentável das cidades, aliado ao processo de esclarecimento da população e a promoção do exercício pleno da cidadania e da dignidade.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Além do mencionado dispositivo, outros merecem ser carreados para contemplar a condição de direito fundamental que o meio ambiente passou a ter. É o caso dos artigos 182 e 183 inseridos no capítulo da Política Urbana e que bem demonstram a exigência e necessidade da “criação de mecanismos legais que possibilitassem a mitigação ou eliminação dos problemas existentes.” (VALERA, 2016, p. 962). Para a discussão que segue, destaca-se o artigo 182.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988)

Referido artigo inserido na Constituição Federal, portanto, atendendo ao conjunto de ideias ambientalistas de sustentabilidade, objetiva organizar a expansão, o desenvolvimento e o crescimento dos centros urbanos, mediante um conjunto de políticas públicas construídas a partir do reconhecimento de que “o interesse social se configura como grande mentor das definições das políticas públicas, especialmente no que concerne à aplicação de investimentos, verbas públicas e da própria atenção da Administração Pública”. (SOUZA, 2012, p. 65)

É sabido que o êxodo rural patrocinado pelo crescimento industrial das cidades provocou problemas de toda sorte, tais como crescimento desordenado das cidades, favelização, criminalidade, falta de saneamento básico, destruição ambiental, entre outros. Tal quadro passou a exigir do poder público (em sentido amplo) a criação de mecanismos legais que possibilitem a mitigação ou eliminação dos problemas existentes. Procurou-se, com os dois dispositivos constitucionais, ordenar a expansão urbana, fixando-se normas e diretrizes que impeçam a perpetuação do atual quadro, possibilitando um planejamento mais eficaz. (VALERA, 2016, p. 962)

Os dispositivos mencionados fazem parte de um conjunto normativo constitucional formado por vários outros elementos que delimitam “as diretrizes do desenvolvimento urbano (arts. 21, XX, e 182) sobre preservação ambiental (arts. 23, III, IV, VI e VII; 24, VII e VIII; e 225), sobre planos urbanísticos (arts 21, IX; 30, VIII; e 182) e sobre a função urbanística da propriedade urbana”. (SILVA, 2006, p. 57)

São norteadores da política urbana na medida em que servem de fundamento para um conjunto normativo específico que tem no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, a regulamentação da referida política em nível federal, cabendo aos

municípios criar os mecanismos e instrumentos locais de implantação de políticas de desenvolvimento urbano embasados num desenho de competências disposto na Constituição Federal e na referida lei.

Assim, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.2001) é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados tanto pela União, como pelos Estados e Municípios, sendo o município o principal ente federado na execução da política urbana, tendo como instrumento básico o Plano Diretor. (ANGRISANI, 2016, p. 50)

Todos os instrumentos legais até aqui mencionados, fazem parte de um conjunto normativo que além de contribuir para um melhor planejamento da cidade, prestam-se, também, ao atendimento dos dispositivos mencionados do texto constitucional e que primam por uma sociedade equilibrada a partir do exercício de direitos essenciais e inerentes à condição humana, como a vida e a dignidade.

Para tanto, é condição fundamental aos municípios com mais de vinte mil habitantes, ou que contem com atividades econômicas consideradas relevantes, a instituição do plano diretor, fixando “as regras que necessitam ser atendidas para que possam ser levados a efeito planos de desenvolvimento e expansão, os quais, por óbvio, dado ao princípio da simetria, subordinar-se-ão, ainda, à legislação federal e estadual de regência”. (VALERA, 2016, p. 964)

Importante alerta deve ser feito quanto ao requisito de legitimidade para eficácia do plano diretor. Trata-se da participação popular, que deve ser voluntária e subsidiada por técnicos que devem contribuir para elucidar dúvidas e orientar a respeito das pretensões dos cidadãos, dos interesses de determinados segmentos e dos poderes Legislativo e Executivo.

É, ainda, tema do texto constitucional o parcelamento do solo urbano, e assim “o ente público municipal pode promover o loteamento e a divisão da área urbana, adequando-a a sua função social” (VALERA, 2016, p. 964), caso seja necessário tal medida se dará em desfavor do proprietário de imóvel urbano que não utilize sua propriedade de forma racional e dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos.

Além do conjunto normativo colacionado, especificamente tratando sobre o Córrego Água das Pedras como importante recurso hídrico, e sem desprezo a mata do Marco Zero que tem seis nascentes e é reconhecida em boa parte como área de

preservação permanente, merece destaque, novamente, o Código Florestal – Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que se presta também ao cenário urbano, pois “a legislação geral de proteção às florestas e demais formas de vegetação nativa foi avançando em direção às cidades com o estabelecimento de inúmeras regras” (...) (ANTUNES, 2013, p. 4)

Antunes (2013) tece considerações e críticas referentes ao diploma normativo, especialmente no que se refere ao artigo 4º que trata das áreas de preservação permanente.

O conceito legal de APP se divide em dois grandes elementos formadores: (i) área sob proteção legal, a qual se subdivide em (a) coberta ou (ii) não por vegetação nativa e (ii) com a função ambiental de preservação dos (a) recursos hídricos, (b) a paisagem, (c) estabilidade geológica, (d) biodiversidade, (e) facilitar o fluxo gênico da flora e fauna, (f) proteger o solo e (g) assegurar o bem-estar das populações humanas. (ANTUNES, 2013, p. 65)

A matéria é polêmica e há divergências doutrinárias que repercutem negativamente no seu entendimento, tornando-a ainda mais complexa e gerando dúvidas interpretativas que podem acabar sendo dirimidas somente nos tribunais. O próprio autor ANTUNES (2013) destaca a divergência de opiniões, quando menciona o posicionamento de outro reconhecido jurista da área ambiental, MACHADO (apud Antunes) que “ao examinar as Áreas de Preservação Permanente não realça a questão da existência da função ambiental, limitando-se a reconhecer que qualquer área que esteja localizada nos termos da legislação deve ser reconhecida como de preservação permanente”. (ANTUNES, 2013, p. 66)

A legislação municipal, por sua vez, deve cumprir a sua tarefa e proteger os interesses da sociedade que em muitas oportunidades são pouco relevantes no contexto ambiental e “A ação predatória e dominadora com que se trata o ecossistema terrestre é prova da incapacidade dos humanos em lidar com os recursos que permitem sua própria existência.” (PAVON FILHO, 2017, p. 14)

O conjunto normativo municipal não pode furtar-se à obrigação de delimitar, nortear e se conduzir na construção de políticas públicas que contemplem e protejam os bens ambientais, limitando comportamentos, pois certamente “haverá interesses locais em choque e, muitas vezes, encontraremos o interesse local pelo desenvolvimento econômico não sustentado ou imediatista, em antagonismo com o interesse local, pela conservação do meio ambiente”. (MACHADO, 2015, p. 445)

Diante dos mencionados interesses não deverá preponderar o que contempla o aspecto meramente econômico, pois certamente atenderá a uma parcela diminuta da sociedade. Contudo, se ainda assim alcançar um número considerado significativo da população é preciso analisar se as próximas gerações terão o benefício também ou se apenas perderão a qualidade do recurso ambiental ou o próprio recurso, além de não terem mais a vantagem econômica que motivou a degradação.

A temática ambiental deve ser analisada sob diversas perspectivas e “a legislação vigente deve servir para solução de situações que põem em risco os ambientes naturais, tão necessários a manutenção da vida e das espécies”. (SOETHE, 2013, p. 37)

O planejamento urbanístico do município de Londrina foi implementado desde o início, sob a responsabilidade da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Marcada por intenso crescimento urbano, a cidade se expandiu ao longo das décadas subsequentes. Fresca (2002, p. 242) sintetiza tais modificações:

Com gênese em 1929, ao longo da década de 1930, a cidade estava em construção.¹⁷ Como parte integrante do empreendimento levado a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP – era fundamental para o sucesso do loteamento rural, a presença de um núcleo urbano que garantisse condições mínimas aos pequenos proprietários rurais em termos de coleta, beneficiamento e transporte da produção, oferta de bens e serviços de atendimento às demandas básicas da população rural. Como forma de garantir tais condições à realização da especulação fundiária, foi criada a cidade de Londrina com planta urbana previamente elaborada anterior ao ato da fundação. Esta planta urbana seguia o padrão do tabuleiro de xadrez, constituída por cerca de 250 quadras de aproximadamente 10.000 m² cada. Tendo em vista as perspectivas da companhia em termos de realização dos negócios, a cidade foi implantada para abrigar até 20.000 habitantes. (FRESCA, 2002, p. 242)

Segundo Castelnou (2002, p. 45), “foi no final dos anos 40 que começaram a surgir as primeiras preocupações com o uso e a ocupação do solo”, mas somente em 07 de dezembro de 1951 é que a Lei de número 133 disciplinou o arruamento e zoneamento, loteamentos, logradouros, nomenclaturas, respeitando os padrões municipais pretéritos e projetando a organização futura. “O primeiro plano diretor urbano de Londrina foi elaborado pelo engenheiro Prestes Maia, ex-prefeito de São

¹⁷ A autora Tânia Maria Fresca (2002, p. 243) explica, em outra passagem: “Assim, quando se afirma que ao longo da década de 1930 a cidade estava em construção, refere-se especificamente ao fato dos desmatamentos estarem em curso, das ruas estarem sendo abertas, das primeiras casas estarem sendo construídas (...)”

Paulo, e seu principal objetivo era o de planejar e ordenar a ocupação e a expansão urbana de nossa cidade”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 94)

O plano proposto para Londrina incorporou experiências do planejamento de São Paulo. Prestes Maia trouxe uma visão dos problemas e conflitos metropolitanos provocados pela alta taxa de concentração populacional, uma realidade diferente de Londrina, cidade recém-fundada e de baixa densidade. A Lei nº 133/51 foi muito criticada na época, principalmente pelos loteadores e incorporadores urbanos que exigiram na eleição do novo prefeito algumas alterações. O paradigma de São Paulo incorporado na lei não se ajustava ao modo dos londrinenses, acostumados com a conquista da “terra prometida” e a improvisação. Passados os anos, esta lei foi extremamente importante para manter uma estrutura coerente e de qualidade na expansão de Londrina. As alterações feitas na lei não comprometeram os princípios urbanísticos racionalistas da época moderna, muito usados na Europa. (BORTOLOTTI, 2007, p. 94)

Considerada indispensável, apesar das pressões, a lei foi mantida e norteou o ordenamento da expansão urbana. “Entre as questões por ela abordadas, estavam as do aumento da área do loteamento destinada às praças públicas e da maior severidade quanto às exigências para aprovação de loteamentos (...)”, explica Castelnou (2002, p. 46).

Continuando a explanação, afirma que a nova legislação exigia ainda mais dos empreendedores no que se refere às “obras de infraestrutura na área loteável e a previsão de arborização no plano de arruamento”. (CASTELNOU, 2002, p. 46)

Contudo, apesar de ser uma regulamentação detalhada, essa lei já se demonstrava elitista, pois setorizava as áreas urbanas segundo as classes sociais. A região central era tida como a sede do capital comercial e da política administrativa, o que fazia as classes dominantes localizarem-se neste quadrilátero. Dividia ainda a cidade em três zonas, das quais na primeira – que compreendia a Avenida Paraná, a Avenida Higienópolis, a Rua Minas Gerais, a Rua Sergipe e a Rua Benjamin Constant – somente deveriam ser permitidas casas de alvenaria. Nas outras duas áreas, era permitida a construção de casas de madeira, até então a grande maioria da paisagem da cidade. (CASTENOU, 2002, p. 46)

Posteriormente, a Assessoria de Planejamento – ASPLAN, empresa sediada em São Paulo, foi a vencedora de um concurso promovido em nível nacional para elaborar o Plano Diretor do município, que foi fixado pela Lei 1.444 de 1968, que entrou em vigor em 06 de fevereiro de 1969, portanto muito antes da vigência da atual Constituição Federal e em plena Ditadura Militar.

“O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Londrina instituiu os seus objetivos e suas diretrizes básicas referentes ao desenvolvimento urbano global nos

aspectos de uso do solo, da circulação, dos equipamentos básicos, dos equipamentos sociais e da paisagem urbana”. (PERANDRÉA JÚNIOR, 2015, p. 35 e 36)

Entretanto “de toda a legislação que institucionalizaria o plano, somente a lei de Zoneamento foi aprovada pela Câmara”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 117) Prossegue, ainda, Bortolotti (2007, p. 118) que “tanto na Lei nº 133/51 do Plano de Prestes Maia quanto no Plano Diretor da ASPLAN de 1968, os fundos de vale tiveram função unicamente sanitária e viária, sem outros destinos. Embora definidos como espaços “non-aedificandi”, esses espaços continuavam de posse e domínio dos proprietários”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 118)

O próximo Plano Diretor, já sob a égide da nova Constituição Federal, vinte nove anos depois, foi instituído pela Lei 7.482/1998, sendo então, fixado “como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, abrangendo as funções da vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho circulação e lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade local”. (PERANDRÉA JÚNIOR, 2015, p. 38)

Referido Plano Diretor, passou por revisão dez anos mais tarde a partir da Lei 10.637/2008, ainda vigente, cuja qualidade preponderante é seu caráter participativo, aliás, obrigatório. O diploma normativo, todavia, foi alterado ao longo do tempo, por um conjunto de leis municipais referentes aos seguintes códigos: “ Ambiental (Lei nº 11471/2012), de Obras (Lei nº 11381/2011), de Posturas (Lei nº 11468/2011), de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade (Lei nº 11188/2011), do novo sistema Viário (Lei nº 229/2013) e do Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 228/2013, do Zoneamento)”. (PERANDRÉA JÚNIOR, 2015, p. 35)

Em 24 de dezembro de 2008 foi instituída a Lei nº 10.637/2008, que fixa as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município que, na realidade, apenas revisa o Plano Diretor anterior (Lei nº 7.482/1998), que incorpora as diretrizes estabelecidas pelo artigo 182 da Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2001) e pela Lei Orgânica Municipal, e a ele se integram as leis do Perímetro Urbano, do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei Municipal nº 7.483/1998), do Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6.766/1979), de Preservação do Patrimônio Cultural, do Sistema Viário, o Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas e o Código Ambiental. (PERANDRÉA JÚNIOR, 2015, p. 43)

Conforme se observa o município de Londrina possui um conjunto normativo

consistente que, de certa maneira, atende às necessidades típicas de um centro urbano de médio a grande porte e que, atualmente, compõe uma região metropolitana com vinte e cinco municípios.

Entretanto nem todos os setores, nem todas as regiões, nem todos os aspectos, nem todos os interesses são regulados como deveriam ser. Conforme destacado muitas vezes há privilégios para alguns seguimentos sociais em detrimento de outros. Outro exemplo disto se verifica na localidade objeto de estudo – Marco Zero (mata e complexo empresarial) e seu entorno, abrangendo o Córrego Água das Pedras, em que se configuram condições de desenvolvimento e prosperidade de um lado e pobreza e marginalidade de outro, e, em ambos os casos se verifica certa degradação ambiental, embora esta se sobressaia justamente nas áreas de maior pobreza.

A atuação e a omissão da máquina pública, somada à insensibilidade da sociedade que fecha os olhos aos problemas sociais, enquanto estes não atingem a certos seguimentos, contribuem, ainda mais, para as condições de degradação ambiental que se apresenta naquela e em outras regiões da cidade. Pior ainda torna-se o cenário, quando se observa as condições de vulnerabilidade social que alcança tantas pessoas e um sem número de situações que afetam a população empobrecida e respingam, de vez em quando, em outras parcelas da população.

Ambas, vulnerabilidade social e degradação ambiental se agigantam com a passagem do tempo afetando principalmente aos mais frágeis economicamente, sujeitos que estão à falta de recursos próprios e às condições mais nefastas, impostas pelo desequilíbrio ambiental e social e pelas limitações inerentes às políticas públicas que não conseguem alcançar a totalidade das questões postas a sua frente.

Mendonça ao discutir sobre os problemas socioambientais da cidade expõe:

Assim, uma situação paradoxal e desconfortável se instala na contemporaneidade, aquela que evidencia que mesmo ante a um aparato tecnológico arrojado, a maior parcela da humanidade vivencia cotidianamente uma existência de pobre a miserável, destituída das mínimas condições de vida digna e altamente vulnerável às intempéries e catástrofe naturais. (MENDONÇA, 2004, p. 186)

O alcance dos impactos ao meio ambiente é muito mais abrangente e devastador do que se possa imaginar, na maioria das vezes, e não se intimida por

eventuais barreiras naturais, ou impostas pelo ser humano. Por isso não se restringem a uma única localidade ou população nem a um determinado período de tempo. Transcendem quaisquer limites, exigindo da sociedade e dos poderes instituídos, ações no sentido de evitar que ocorram e provoquem perdas irreparáveis.

Na última década do segundo milênio, interesses mercadológicos de natureza imobiliária acabaram por promover, rapidamente, modificações substanciais no entorno do Marco Zero, a partir de uma campanha privada que destacou a importância do local, porém com objetivos estritamente mercantis. Tais alterações, porém não alcançaram o Córrego Água das Pedras que permanece em condições de precariedade ambiental e social, mantendo-se nos arredores a comunidade além de conjuntos habitacionais populares que estão concentrados nas cercanias.

Da ação promovida por entidade privada, transformações foram, de fato, frutificando e, na atualidade, observa-se grande especulação da área que já possuía significativa densidade populacional e passou a concentrar maior número de moradores, com a construção de condomínios verticais e horizontais, inclusive fora dos limites territoriais do complexo empresarial, mas situados nas proximidades.

Afirma Fresca (2002, p. 257) em sua análise relativa aos bairros de alto padrão que surgiram posteriormente à construção do *Shopping Center Catuaí* na região sudoeste da cidade que “discutir as práticas e estratégias dos promotores imobiliários enquanto agentes sociais que produzem o espaço urbano significa adentrar numa complexidade de ações e distintos agentes concretos” que, segundo a autora, “tem como objetivo precípua, a produção de habitação para uma demanda solvável”. (FRESCA, 2002, p. 257)

As discussões realizadas anteriormente dão conta das intrincadas relações que acompanham a ação dos promotores imobiliários, mas é importante acrescentar que dentre este grupo estão inclusos agentes concretos que realizam diversas operações como: incorporação, financiamento, estudos técnicos, produção física do imóvel e comercialização dos imóveis (CORRÊA, 1995, p. 20-21).

Ações estas, sempre dirigidas para classes e grupos sociais que têm condições de pagar, especialmente a construção de imóveis de elevado status. As estratégias destes agentes, para Corrêa (1995), tem forte rebatimento espacial na medida em que as ações estão sempre vinculadas ao elevado preço da terra e ao status elevado do bairro, à garantia de acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte, às amenidades naturais ou socialmente criadas, ao esgotamento dos terrenos para a construção em dadas áreas e a criação de novas áreas nobres. (FRESCA, 2002, p. 257)

A análise da autora diz respeito a uma região da cidade que não possuía equipamentos públicos como atrativos do porte dos que existem na zona leste desde as décadas de 1970 e 1980. Referida região sudoeste era eminentemente rural e em pouco mais de duas décadas, mudou completamente seu perfil, passando a fazer parte dos limites urbanos com a expansão territorial e a ser densamente povoada, contando com investimentos habitacionais de alto valor no mercado imobiliário e que representam alta rentabilidade aos empreendedores.

A região leste encerra o século com alta densidade demográfica e com importantes equipamentos públicos já bastante conhecidos e outros em desenvolvimento. O Complexo Empresarial é para a região, apenas mais uma das muitas iniciativas da força privada. Embora importante, não serviu para incrementar o cenário urbanístico, tampouco a realidade socioeconômica.

As desigualdades sociais que se evidenciaram ao longo de décadas, com empreendimentos públicos de grande porte inicialmente e privados posteriormente, ainda que não se demonstrem de forma escancarada, acentuaram-se. Em uma única região e áreas muito próximas, verificam-se disparidades sociais e econômicas enormes, além de ambientais.

Outra questão recorrente, ligada à pobreza e à marginalidade na região e que afeta diretamente a favela e se expande para as redondezas, diz respeito à presença de usuários de drogas ilícitas que se utilizam do espaço específico do Marco Zero, área em regeneração, por concentrar um remanescente de mata, não totalmente intocada e nem completamente original que facilita não apenas a utilização da droga, mas a fuga e esconderijo de pessoas, artefatos e substâncias. Neste sentido Nakashima (2003, p. 53) informa:

Uma das graves questões sociais que é comum nas áreas de baixo poder aquisitivo, é a crescente proliferação da prática de distribuição de drogas. Segundo o ex-presidente da Associação de Bairro, durante 1972 e 1976, José Divino Gonzaga (71 anos), um dos fundadores do bairro Pindorama, esse quadro de contravenção vem se agravando principalmente a partir dos meados da década de 1980. (NAKASHIMA, 2003, p. 53)

Estabeleceram-se também aí empreendimentos privados de grande porte como o segundo maior *Shopping Center* da cidade, batizado com o nome de Londrina *Boulevard Shopping*, inaugurado em 2013, além de um complexo que conta com uma filial da multinacional francesa *Leroy Merlin*, que atua no ramo de casa e

construção, um hotel da rede Ibis e, ainda, em processo de construção, sob responsabilidade do poder público municipal, um teatro, sonho antigo de artistas e de empreendedores ligados à cultura e talvez o maior dos atrativos do empreendimento. Convivem, a poucos quilômetros de distância dali com a degradação e o descaso social, observados no entorno do Córrego Água das Pedras.

Além do que, os estudos sobre o empreendimento revelaram a existência de uma série de incompatibilidades com os comandos legais e que ainda não foram totalmente apurados e dirimidos. O conjunto de tais empreendimentos, denominado de Complexo Marco Zero, não teve o condão de eliminar as condições precárias observadas na área do Córrego Água das Pedras, tanto ambientais, como sociais.

Sobre o município de Londrina, afirma Pustilnik (2017, p. 22) que “não existem muitos dados quanto aos índices de poluição ou status do nível de preservação ambiental dos recursos naturais”. Apesar da falta de informações específicas é possível, segundo a autora, apontar uma lista de problemas ambientais em descumprimento à legislação como “ocupação irregular em áreas de fundo de vale, ocupações em áreas de risco, ocupações em áreas protegidas junto a nascentes e rios, lançamento de dejetos e fossas rudimentares diretamente nos cursos d’água, impermeabilização de grandes áreas construídas.” (PUSTINIK, 2017, p. 22). Tais situações, muitas vezes expressam a precariedades das condições sociais e econômicas da população.

Se houver futuramente mudanças na localidade, talvez decorram da expulsão dos moradores da comunidade designada como favela para locais mais distantes, a pretexto de cumprir a lei, como acontece em muitas oportunidades. Ao invés de buscar soluções no sentido de contribuir para o desenvolvimento daquela população carente e do seu local de origem, simplesmente descartam-na em bairros distantes e muitas vezes sem qualquer infraestrutura. E a história se repete:

No Brasil o planejamento urbano surgiu em decorrência da necessidade de políticas de saúde coletiva que justificavam a destruição das construções decadentes e urbanisticamente desordenadas, em um modelo que favorecia a disseminação de doenças infecto-contagiosas.

As moradias degradadas e densamente ocupadas eram demolidas a fim de que novas construções fossem realizadas favorecendo iluminação e ventilação. Contudo, essas novas construções resultaram no encarecimento dos imóveis e expulsão da população de baixa renda para locais distantes, carentes de transporte e infraestrutura.

Nesse contexto, a Reforma Passos, ocorrida no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, é um exemplo da concepção higienista de planejamento urbano. A cidade contava com mais e 500 mil habitantes e a sede do governo federal passava por sérios problemas de saúde pública além da degradação da área central. A pedido do então Presidente da República e atendendo aos anseios da classe dominante da população, o prefeito Pereira Passos comandou um projeto de remodelação e embelezamento, empreendendo diversas obras de infraestrutura e requalificação do centro. Como consequência, as habitações populares foram removidas e a população de baixa renda deslocada para áreas mais distantes, sem qualquer benefício ou melhoria de condição de vida. (THOMÉ, 2016, p. 252)

Enquanto isto, os empreendimentos conviverão com uma das faces mais cruéis da pobreza, ainda que decorra não exclusivamente dela, que é o crime em virtude do tráfico e utilização das drogas e que alcança toda a sociedade e desponta, hoje, como uma das piores chagas da era contemporânea, ceifando vidas e destruindo famílias.

As condições ambientais, assim como sociais são observadas por meio de registros que permitem avaliar a realidade resultante da atuação humana e até da omissão, ao longo do tempo e que culminam no atual cenário de urbanização. A região objeto de estudo, apesar de sua importância histórica assumiu características periféricas, absorvendo, desde o início, uma população de classe média-baixa e baixa de recursos bastante limitados.

É um cenário, que nas palavras de Milton Santos e mencionadas anteriormente, cujas rugosidades refletem os interesses então dominantes do passado bem como do presente. Parece que mais convergem do que divergem, sob uma perspectiva de economia de mercado de influência capitalista que incidiu também na formação e desenvolvimento da cidade e que ainda hoje, influencia o panorama urbano.

No Brasil a evolução histórica do uso e ocupação do solo urbano demonstra que nunca houve preocupação com a forma de desenvolvimento dos centros urbanos. E essa ausência de planejamento estratégico, apesar do crescimento econômico, resultou no crescimento da pobreza. (THOMÉ, 2016, p. 350)

Tornou-se, referida região, densamente povoada já nas primeiras décadas de existência do município, porém com habitações horizontais, que nos últimos anos – a partir de 2010 – vem, ainda que lentamente, dando lugar aos prédios verticais de mais de dez ou quinze andares, também destinados a uma população de recursos médios.

Antes das apontadas mudanças, o que se observou indica certa redução nas áreas de atividades rurais, assim como nas de vazios urbanos. Abrangendo boa parte da zona leste, Fresca discorreu sobre a intensidade das mudanças que ocorreram:

Em sentido leste a expansão físico-territorial foi mais intensa que à oeste, favorecida pela disponibilidade de áreas. Esta expansão não é recente, tendo em vista que desde os anos 1980 já conformava uma aglomeração entre Londrina e Ibiporã, especificamente ao longo da BR 369. Contudo, ao longo dos anos 1990, esta expansão foi intensificada por conjuntos habitacionais, por loteamentos implantados pela iniciativa privada e por aumento do número de plantas industriais implantadas ao longo da citada BR. (FRESCA, 2002, p. 252)

Ao descrever a microbacia Água das Pedras, Nakashima (2003, p. 55), em dissertação de mestrado confeccionada cerca de um ano após o artigo anteriormente mencionado ressaltou, sobre a zona leste, sua heterogeneidade, pois “mesmo estando na área urbana, apresenta áreas agropastoris, vazios urbanos, intensas áreas urbanizadas, favelas, indústrias, comércio, lagos e outros”.

A região passou por intensa especulação imobiliária, menos de dez anos depois dos referidos trabalhos, devido não apenas aos empreendimentos do Complexo Marco Zero, mas também à recém-criada Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ainda assim, o processo de urbanização prossegue com certa precariedade e muitas vezes em desfavor da população de baixa renda. Ao discutir sobre os excluídos sociais, Fresca (2002, p. 256) explica:

A análise e discussão dos grupos sociais excluídos como agentes da produção do espaço urbano, constitui-se em temática bastante complexa e relevante do ponto de vista da Geografia. Isto porque, na sociedade capitalista, ocorrem profundas diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços entre as classes e frações sociais. Do ponto de vista da análise no presente trabalho, a questão do acesso à moradia torna-se o foco central deste item, tendo em vista que a habitação é um destes bens cujo acesso é altamente seletivo. Vinculado à capacidade que as pessoas têm para pagar por esta mercadoria. Ao mesmo tempo, o rendimento, ou simplesmente renda, não é obtida por elevada parcela da população que não consegue sequer ter acesso a um trabalho, explicitando a exclusão social e a não condição de morar a partir de caminhos regulares e usuais na sociedade capitalista.

(...)

Estes elementos são para ter em conta que além das invasões – tomadas como favelas, assentamentos ou ocupações – serem o caminho para a produção do espaço pelos grupos sociais excluídos, rapidamente as áreas próximas acabam se tornando preferenciais para expansão na periferia, por novas invasões, por conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público local ou por loteamentos privados voltados à população de baixo poder aquisitivo. Tais práticas acabam por reiterar a ação do poder público e outros agentes sociais em colocar a população carente sempre em áreas bastante distante, em terrenos de péssima topografia e quase nunca atendidos em termos de infra-estrutura e serviço públicos. (sic) (FRESCA, 2002, p. 256 e 257)

Instalou-se, há muito, na região, uma das ocupações irregulares existentes na cidade de Londrina, denominada de Favela Pindorama. Mesmo após significativa transformação ocorrida a partir da ação empresarial e das obras públicas nas proximidades da área de mata ainda exuberante denominada de Marco Zero, a comunidade instalada na favela, permanece com as mesmas características de ocupação. Em suas proximidades, dentre outros, está um bairro que leva o nome de Conjunto Pindorama, formado por apenas cinco ruas, e cuja construção é retratada na Figura 19.

Figura 19 – Conjunto Habitacional Pindorama em Fase de Construção

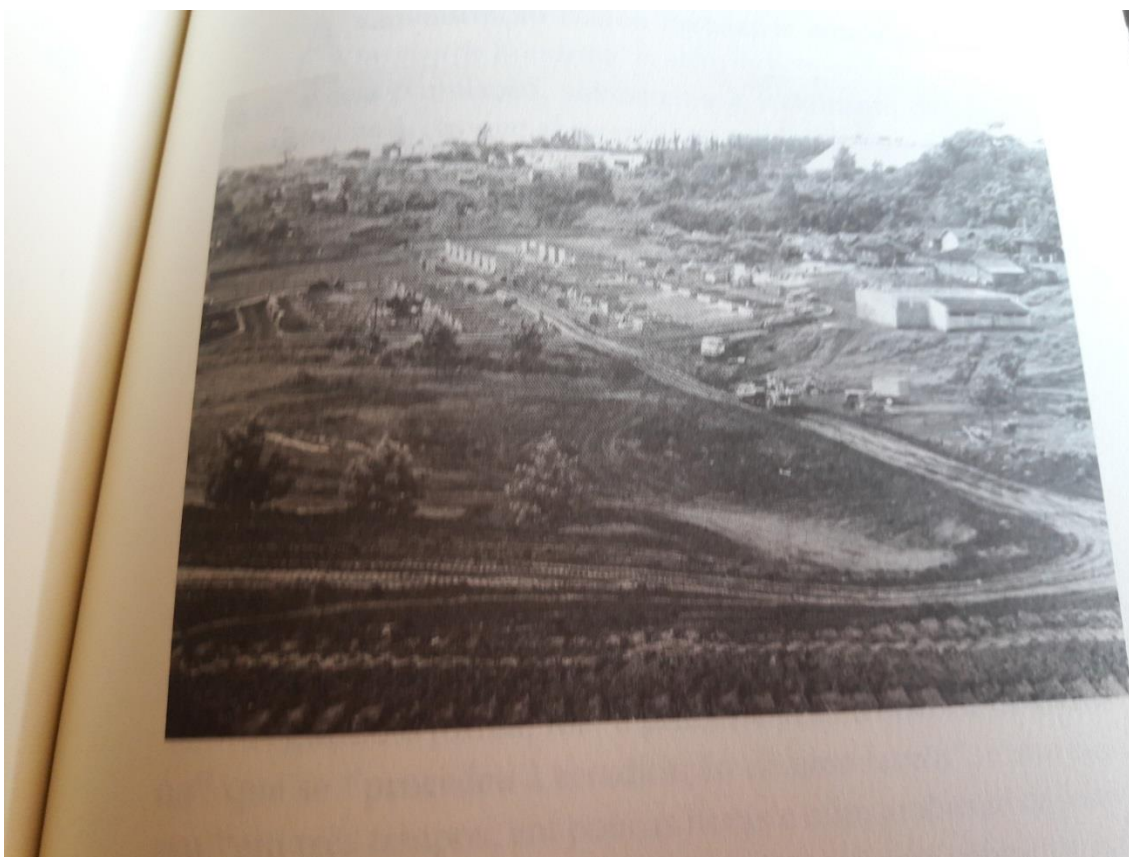


Imagem do Conjunto Pindorama em construção. Autor desconhecido. Publicada no livro Dalton Paranaguá e a construção do futuro. O conjunto foi construído durante a gestão do Prefeito Dalton Paranaguá, no ano de 1971. PINHEIRO, 2017

Todos os conjuntos da região são bastante populosos e com muitas similaridades no que se refere ao perfil socioeconômico. O Conjunto Pindorama foi construído atendendo a um projeto de erradicação de favelas durante a gestão do então prefeito Dalton Paranaguá. Na época, eram oito favelas na cidade e a Pindorama sequer existia: Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marisa (PEDRIALI, 2008, p. 148)

Convênio assinado em dezembro de 1971 com o Banco Nacional da Habitação – no valor de 2.462.616 cruzeiros – previa o desfavelamento total de Londrina até o final do ano seguinte. (...) A segunda etapa do desfavelamento beneficiou os moradores da Vila Grilo e Boa Esperança, transferidos em 04 de maio de 1972 para o Conjunto Pindorama, dotado de 116 casas, com 31 metros quadrados cada. (...) A construção do conjunto Pindorama consumiu 1 milhão de cruzeiros em saneamento, custo do qual a Prefeitura se encarregou, investindo ainda mais 244.520 cruzeiros. O BNH participou com 623.816 cruzeiros e a Cohab-LD, com 179.988. (PEDRIALI, 2008, p. 150 e 151)

Merece ressalva a localização da Favela e do Conjunto – ambos denominados de Pindorama, pois na década de 1970, estavam localizados em um local periférico e até distante do centro e com poucos equipamentos públicos. Equipamentos públicos de grande importância foram criados no decorrer das décadas de 1970 e também durante os anos 1980. Somente na década de 1990 uma parte da região localizada um pouco mais adiante, onde foram construídos condomínios horizontais privados, fez parte do programa de expansão urbana.

Todavia, ainda assim, se encontram nas proximidades da região central da cidade o que pode representar benefícios por um lado, se o poder público municipal estiver sensível às necessidades da população e tiver condições de atendê-las. Nesse sentido é importante a reflexão de Corrêa (2013, p. 47):

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população.

Dependendo das ações oriundas do poder público, as mudanças que estão acontecendo nas proximidades do bairro e da favela poderão servir para a expulsão da população para locais mais distantes, periféricos e precários, modificando-se, completamente o perfil da população. Assim mantidos os empreendimentos lá existentes e promovendo-se a valorização imobiliária novas características serão assimiladas na região.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Ao indicar como objeto de estudo a área localizada na zona leste da cidade de Londrina, estabeleceu-se os limites territoriais compostos por uma mata batizada em 1984 de Marco Zero e de um complexo empresarial e residencial, denominado, cerca de vinte e cinco anos depois, também de Marco Zero e pelo Córrego Água das Pedras, desde sua nascente. O primeiro aspecto apontado como relevante foi a transformação da paisagem resultante principalmente de empreendimentos privados, até então considerados, antes de iniciado o estudo propriamente, como sendo mais relevantes do que as obras públicas já existentes na região, recentemente construídas ou até mais antigas.

Porém, a partir das pesquisas iniciais, a arena de estudos foi permitindo a compreensão de que diversos elementos, anteriores aos empreendimentos privados poderiam ser, também, considerados relevantes para a pesquisa. São significativos e merecem destaque para as tantas transformações ocorridas naquela região como um todo. As intervenções realizadas pelo poder público foram, também, muito importantes para a transformação paisagística da zona leste.

Além dos empreendimentos públicos existentes naquela região de Londrina e mencionados oportunamente (Aeroporto, Hospital Universitário, Terminal Rodoviário e mais recentemente a UTFPR), a existência de conjuntos habitacionais populares oriundos de financiamento habitacional federal principalmente e a existência de vias de acesso, que ligam as várias regiões da cidade, e a proximidade com a área central despertaram, aos poucos, o interesse de empreendedores.

A Zona Leste constituía-se, até recentemente, numa área de pouca atenção por parte do setor imobiliário, sendo a ocupação efetivada por segmentos de médio-baixo e baixo poder aquisitivo, além disso, constitui-se na segunda Zona da cidade em efetivos de conjuntos habitacionais construídos pelo poder público. Contudo, os processos evidenciados nas duas últimas décadas têm revigorado a valorização imobiliária da área, demandando inclusive novas infraestruturas urbanas, ao que, encontrando assim o “respaldo” por parte do poder público local, o setor imobiliário vem apontando-a como uma nova área de empreendimentos e incorporações imobiliárias. (sic) (AMORIM, 2011, p. 208)

Somando-se, portanto, às iniciativas públicas, os empreendimentos privados contribuíram para a importante e significativa mudança do padrão paisagístico, ao longo do tempo – oitenta e dois anos. Todavia, destacam-se, sobretudo nas duas

primeiras décadas do século XXI, e em parte do conjunto objeto de estudo, as modificações impostas que resultaram em transformação de um cenário importante para a história londrinense.

Em comemoração aos oitenta e dois anos do município de Londrina, o jornal Folha de Londrina publicou matéria, em 10 de dezembro de 2016, na qual destacou o que o jornalista apontou como sendo vocação universitária da cidade, “com 15 instituições de ensino superior, que ofertam ao todo 235 cursos de graduação e 373 de pós, incluindo especializações, residências, mestrados e doutorados”. (GONÇALVES, 2016, p. 9).

Na matéria, em quadro especial há o alerta sobre o papel da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como agente de transformação da zona leste. Gonçalves (2016, p. 9) menciona os planos de expansão institucional e que certamente influenciarão no entorno.

(...) Assim como a UEL cujo campus era considerado distante de área urbana e hoje é cercado pela urbanização, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) tem feito a zona leste da cidade se desenvolver.

O campus da UTFPR foi implantado em fevereiro de 2007, funcionando inicialmente no centro da cidade. A partir de 2009, teve suas atividades transferidas para as instalações definitivas na Gleba Lindóia, continuação da Estrada dos Pioneiros. “A partir do momento que viemos para cá, aumentou o interesse da cidade pela região. Não tinha nem asfalto e hoje já tem condomínios fechados sendo construídos”, conta o diretor-geral do campus, Marcos Massaki Imamura.

Com as obras do Arco-Leste, que vai ligar a região da UTFPR à PR 445, ele acredita que o desenvolvimento por lá deve se intensificar. “Indústrias devem se instalar aqui e se juntar ao movimento de alunos e docentes que a universidade atrai de fora”, prevê.

Prestes a comemorar 10 anos em Londrina, a universidade já passou por duas expansões e pretende passar por muitas mais. “Como dependemos do governo federal, em curto prazo não deve ocorrer, mas sempre planejamos expandir, criar novos cursos”, revela. Uma dessas expansões deve se dar na verticalização da pós-graduação. “Queremos ampliar a grade de mestrados e criar programas de doutorado, para, mais do que formar mão de obra, focarmos no desenvolvimento de pesquisas”, conta Imamura. (GONÇALVES, 2016, p. 9)

Amorim (2011, p. 219) em sua dissertação de Mestrado ao discutir sobre o processo de valorização imobiliária em diversas regiões da cidade de Londrina apresenta uma breve descrição dos bairros situados na zona leste, lembrando que os bairros “Aeroporto e Brasília estão localizados nas proximidades do Aeroporto, enquanto que o Conjunto Antares situa-se na área mais consolidada da zona leste,

onde inclusive, em fins da década passada e início da atual, ocorreu a incorporação dos primeiros condomínios fechados da Zona”. (AMORIM, 2011, p. 219)

Como grande fator de valorização dessa área no final da década de 1990, destaca-se a construção dos Condomínios Residenciais Horizontais Gralha Azul I, II e III, pelo Grupo Gralha Azul – Habes Fuad Salle. Os três condomínios foram edificados em terreno de 15.000 m², adquirido no ano de 1991 por um preço de R\$ 80.000,00, quando ainda fazia parte da Zona de Expansão Urbana. Regozija-se a proprietária da empresa Gralha Azul – cuja principal atividade é do ramo de mudanças – de ter sido a primeira a acreditar no potencial da área e investir no local, a qual ainda não era alvo de outros investimentos, a não ser aqueles destinados aos segmentos de baixo poder aquisitivo, como os conjuntos habitacionais implantados em áreas ainda mais periféricas a leste, porém, separados do local do condomínio por trecho de aproximadamente 1000 metros, coexistindo na área intermediária sítios e algumas chácaras. O primeiro condomínio foi entregue em 1995, com 16 casas de 140 m² de área construída e comercializadas por R\$ 55.000,00 na época. No ano de 1996, ao lado do Gralha Azul I, a construtora lançou o Gralha Azul II, com 17 casas de 200 m² de área construída. Em 1998, a construtora lançou o Gralha Azul III, com 28 casas de 200 m². De acordo com a proprietária do Grupo Gralha Azul, atualmente estas casas são vendidas por seus atuais proprietários não por menos de R\$ 300.000,00. (AMORIM, 2011, p.219)

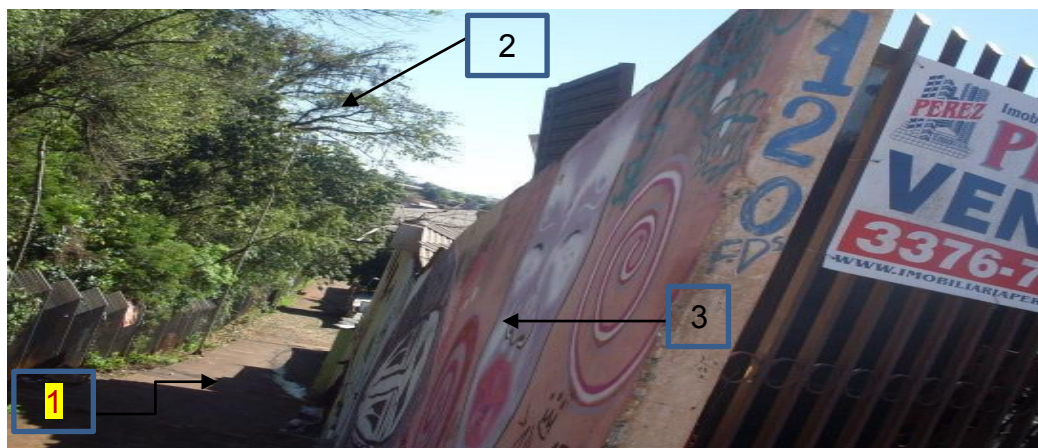
Destaca-se na referida dissertação a evolução dos preços dos imóveis e para a zona leste afirma que nos anos de 2004 e 2005 apresentou-se um mercado promissor baseado na “existência das expectativas de valorização por antecipação que se refletem, portanto, nos preços ofertados”. Afirma, ainda, que “tais expectativas estão ancoradas em futuros empreendimentos imobiliários públicos e privados, (...) começaram a aparecer na mídia local por volta do ano de 2004 e 2005”. (AMORIM, 2011, p. 219) Trata-se das primeiras referências midiáticas relativas ao Complexo Marco Zero, cuja primeira etapa de obras previstas seria entregue nos anos de 2012 e 2013.

Corroborando as promessas, antevistas na primeira década do milênio, de bons negócios na área imobiliária para a zona leste, em matéria publicada no jornal Folha de Londrina na data de 11 de fevereiro de 2017, intitulada “Um mercado independente e em crescimento”, a jornalista Amanda de Santa ressalta as modificações ocorridas na zona norte de Londrina. Porém, transcreve a opinião do presidente do Sindicato da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon Norte/PR), Rodrigo Zacaria que menciona “que as regiões norte e leste da cidade são as que mais têm espaço para crescer” (SANTA, 2017, p. 1).

O conjunto imagético abaixo retrata a partir de um mesmo ponto o entorno da mata do Marco Zero. As Figuras 20 e 21 expõem uma ruela composta de casebres

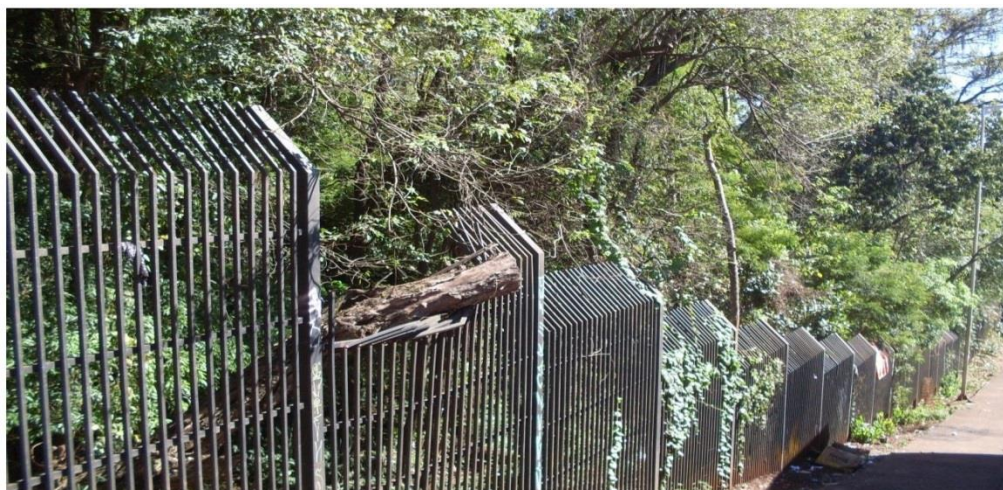
em condições muito precárias de conservação, a pequena distância da mata. A Figura 22 do mesmo ponto das fotografias anteriores mostra a Avenida Theodoro Victorelli, construída em duas pistas e fazendo frente com o Complexo Empresarial, que é destacado na Figura 23. Em um espaço tão próximo, realidades tão díspares.

Figura 20 – Viela ao lado da mata do Marco Zero



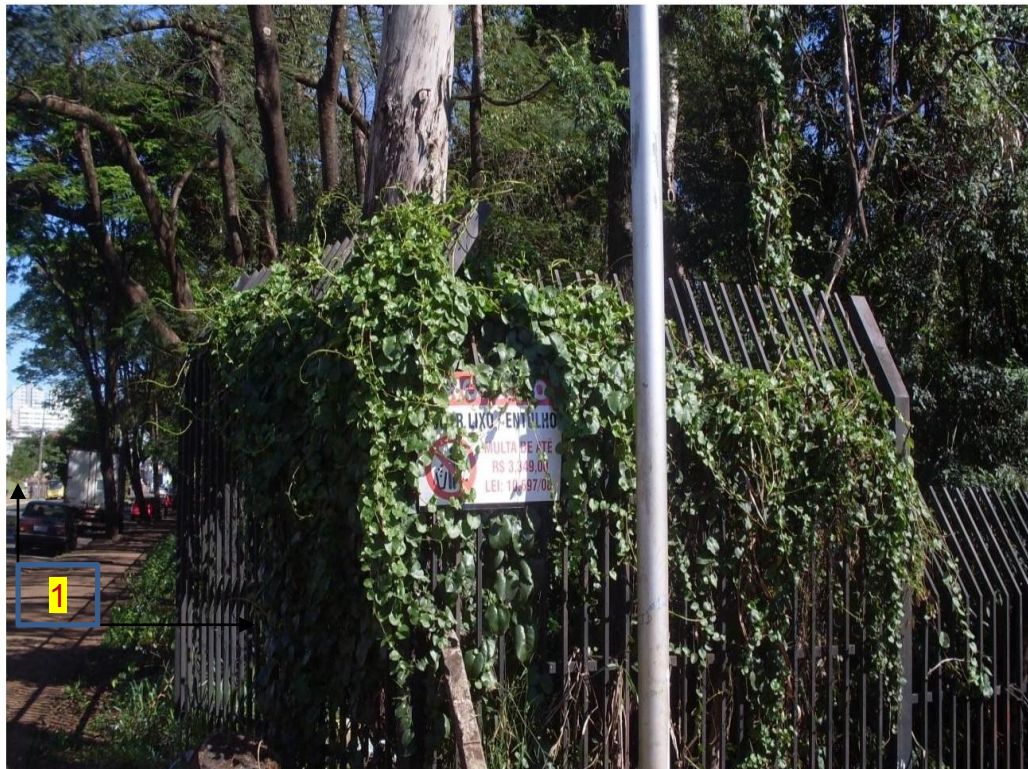
Viela ao lado da mata do Marco Zero. Não consta o nome da rua em nenhum documento. Casebres mal conservados. 1 – viela, 2 – mata, 3 – residências. PINHEIRO, 2016.

Figuras 21 - Mata do Marco Zero e Viela



Viela ao lado da mata do Marco Zero. Nota-se tronco de árvore caído sobre a cerca. PINHEIRO, 2016

Figura 22 – Mata do Marco Zero e Avenida



Do mesmo ponto de referência, vista da frente para a Av. Theodoro Victorelli e do lado direito para a viela. 1 – Mata e Avenida. PINHEIRO, 2016.

Figura 23 – Mata do Marco Zero e Complexo Empresarial



A partir do canteiro central da Avenida Theodoro Victorelli em frente da viela acima retratada, o contraste de realidades econômicas, sociais e ambientais distintas e convivendo lado a lado.

1 – Sentido centro-bairros da zona leste, 2 – Sentido bairros da zona leste-centro. PINHEIRO, 2016.

A realidade paradoxal que se avizinha aos pontos escolhidos para desenvolver o estudo abarca outros interesses de pesquisa, também relevantes, e que não podem ser deixados de lado em razão de sua proximidade e das condições observadas: o Córrego Água das Pedras por ser o representante hídrico da região e a mata remanescente, não totalmente nativa com seis, e não três nascentes que lhe conferem a condição de Área de Preservação Permanente¹⁸ em metade de sua extensão e que em 1984 foi batizada de Marco Zero.

São áreas de grande relevância para o estudo proposto, apesar de não terem merecido até o corrente ano de 2017, os cuidados necessários para a sua preservação. Senão pela importância histórica, os dois pontos mencionados deveriam ser contemplados pelo poder público ao menos pelo fato de contar com um dos recursos mais importantes para a sobrevivência da humanidade, da fauna e da flora e do Planeta como um todo: a água.

Sobre a água e sua inestimável importância para a manutenção da vida os autores Zulmar Fachin e Deise Marcelino da Silva defendem a tese de que se trata de “um direito fundamental de sexta dimensão. Ressaltam, entretanto, a condição de potabilidade da água para o efetivo exercício do direito”.

¹⁸ **APP** – Área de Preservação Permanente. Nos termos do Código Florestal, refere-se à área protegida coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (THOMÉ, 2016, p. 300)

Entende-se por *água potável* aquela conveniente para o consumo humano. Isenta de quantidades apreciáveis de sais minerais ou de microorganismos nocivos, diz-se daquela que conserva seu potencial para o consumo de modo a não causar prejuízos ao organismo. Potável é a qualidade da água que pode ser consumida por pessoas e animais sem riscos de adquirirem doenças por contaminação. Ela pode ser oferecida à população urbana ou rural, com ou sem tratamento, dependendo da origem do manancial. O tratamento de água visa a reduzir a concentração de poluentes até o ponto em que não apresentem riscos para a saúde pública.

A Organização Mundial da Saúde estabeleceu padrões de potabilidade da água para o consumo humano. Neste contexto, o Ministério da Saúde considera potável a água utilizada para consumo humano e cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde (Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, art. 4º)

O acesso à água potável é um direito fundamental. Nessa condição, ele necessita receber expressa proteção jurídica. Tal proteção deve estar primeiramente na Constituição Federal, porquanto esta é o *locus* específico para abranger tais direitos. Registre-se que a Constituição brasileira, promulgada em cinco de outubro de 1988, não inseriu o acesso à água potável expressamente no catálogo específico dos direitos e garantias fundamentais (Arts. 5º a 17º); contudo esta omissão não impede que o mencionado direito seja compreendido como fundamental. Os documentos internacionais concebem o acesso à água potável como direito fundamental. É o que pode ser encontrado no Relatório de Desenvolvimento Humano (2006), publicado pela ONU (...) (FACHIN, 2012, p. 75 e 76)¹⁹

Ainda que a realidade seja díspar, apresentando-se a miséria de um lado e empreendimentos de alto custo de outro, a importância da região, reconhecida desde o primeiro acampamento, por suas características naturais, é destacada por Amorim que aponta outros aspectos como relevantes para empreendimentos de um modo geral:

Em Londrina, a reestruturação espacial de áreas que apresentam estruturas morfológicas obsoletas tem encontrado um exemplo paradigmático no caso do futuro Complexo Marco Zero. No local funcionou por várias décadas uma antiga refinaria de óleo de soja pertencente ao grupo norte-americano Anderson Clayton Corp. Estrategicamente localizado e dotado de vantagens locais e logísticas excepcionais, o empreendimento exercerá grande centralidade na cidade toda, engendrando profundas modificações na estruturação do espaço intra-urbano pelos próximos anos. (AMORIM, 2011, p. 225)

Apesar do potencial da região, ambos os locais – mata do Marco Zero e Córrego Água das Pedras – vale ressaltar, apresentam-se em condições de significativa degradação, contrastando com as obras inauguradas a partir de 2012 do

¹⁹ Dimensões de Direitos – teoria que reconhece a universalidade e ampliação de direitos considerados fundamentais.

referido empreendimento comercial e residencial. Ao descrever a região em sua dissertação de Mestrado o autor afirma:

(...) as já removidas edificações da antiga refinaria pertencente ao grupo Anderson Clayton Corp, e a proximidade com o Marco Zero da cidade, porção de mata nativa imediatamente ao norte do terreno, onde se localiza a pedra fundamental, exatamente onde o topógrafo da CTNP, o russo Alexander Razgulaeff, fincou o primeiro marco de madeira no ano de 1929, daí o nome do empreendimento. Todavia, compondo esse quadro logístico estrategicamente otimizado, vem conjugar-se contrastes (...) pois, antes que se cogitassem os planos para a área em questão, suas imediações, nas direções norte, nordeste e leste, constituem-se em áreas espacialmente deterioradas e economicamente depreciadas, com a presença inclusive de aglomerados subnormais e de moradias precárias. (AMORIM, 2011, p. 228)

Interessa lembrar que a parte da obra do complexo empresarial cuja responsabilidade é pública, qual seja, o teatro municipal, continua apenas com as vigas estruturais já erguidas e sujeitas a ação do tempo e suas intempéries e sem notícias recentes de continuidade dos trabalhos. Ao tratar sobre o projeto empresarial, Amorim (2011, p. 228) menciona matéria de site que disponibilizava as informações fornecidas pelo imobiliário empreendedor Raul Fulgêncio:

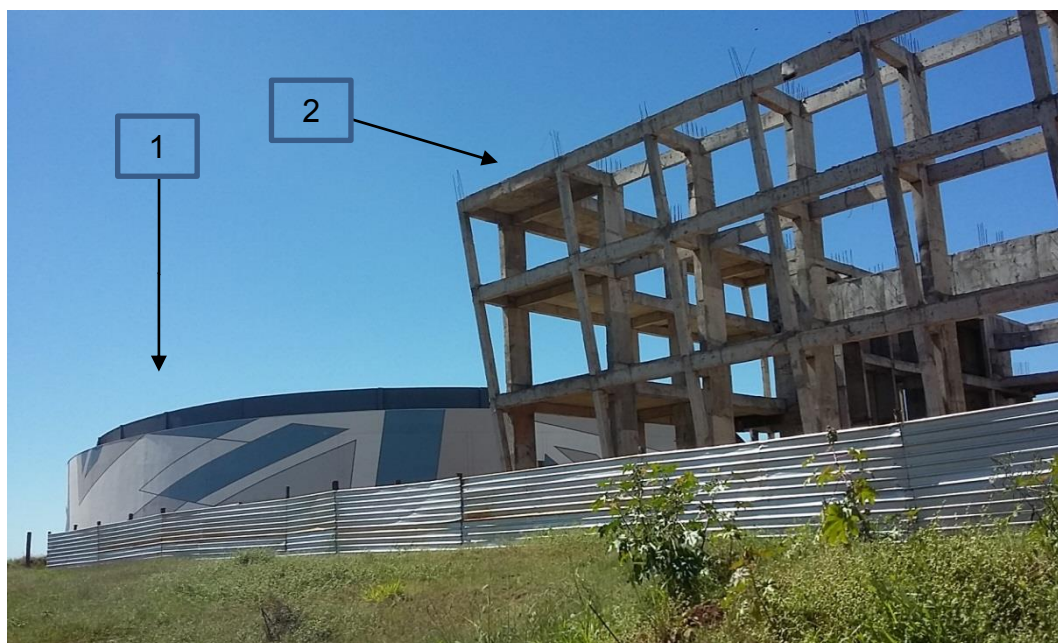
O Complexo Marco Zero irá se constituir num centro empresarial, cultural e comercial, pois, abrigará: o Teatro Municipal; o *Shopping Center Boulevard* com mais de 300 lojas, 12 salas de cinema, sete lojas âncoras; um hipermercado; um centro de convenções para três mil pessoas; sete torres comerciais e residenciais; além de outros empreendimentos privados. (AMORIM, 2011, p. 128)

Mencionado em primeiro lugar, o Teatro Municipal é uma das principais e mais atrativas obras do empreendimento e está sob a responsabilidade do Município a sua construção. Ressalta Amorim (2011), continuando sua explanação, a importância da participação do poder público para viabilização daquele empreendimento:

As condições necessárias para sua viabilização foram criadas pela iniciativa privada, sobretudo, pela intermediação de incorporadores locais na gestão do empreendimento. Contudo, o poder público, ao assegurar a construção do Teatro Municipal no local – o que se deu após longa polêmica por conta de localizá-lo ao lado de um grande empreendimento privado –, tornou ainda mais interessante e possível a viabilidade do empreendimento todo. Além da presença do poder público local na construção do futuro Teatro Municipal no mesmo local, há também empresários da cidade e de outros lugares, como por exemplo, o Grupo Wall Mart que atuará no local com a implantação de um hipermercado. A Raul Fulgêncio – Negócios Imobiliários, o grande grupo gestor de toda a obra, está desde o início das negociações na vanguarda das decisões, foi este grupo quem, inclusive, adquiriu o terreno doando parcela à PML, para a construção do Teatro Municipal. (sic) (AMORIM, 2011, p. 128)

A Figura 24 refere-se ao registro fotográfico que apresenta o conjunto formado por uma parte do Londrina *Boulevard Shopping* já em funcionamento e uma parte das obras do Teatro Municipal e que não têm data definida para o seu término.

Figura 24 – Vigas Estruturais do Teatro Municipal



Vista parcial do Londrina *Boulevard Shopping Center* com destaque para as vigas estruturais da obra paralisada do Teatro Municipal. 1 – *Boulevard Shopping Center*, 2 – Vigas estruturais do Teatro Municipal. PINHEIRO, 2016.

Um dos atrativos do local, certamente se refere à sua proximidade com a região central da cidade e, também, ao fato de estar próxima a uma das entradas do município. O intenso fluxo humano em decorrência de tantos elementos importantes para o cenário urbano da mencionada localidade faz daquela, uma das regiões de maior movimento da cidade.

O terreno onde será edificado o Complexo Marco Zero encontra-se privilegiado em sua localização, pois está próximo a duas grandes avenidas que conectam a cidade de norte a sul e de leste a oeste, respectivamente as avenidas Dez de Dezembro e Leste-Oeste, dois grandes corredores de tráfego que permitem uma facilidade em termos logísticos e de deslocamento viário, interligados por uma rotatória, sendo esta a mais movimentada da cidade. O terreno também está muito próximo do Terminal Rodoviário José Garcia Villar, além, é claro, de situar-se a 900 metros do centro comercial da cidade, sendo por isso mais compreendido como um processo de desdobramento da área central que um processo particular e específico à Zona Leste da cidade apenas. (...) há uma concentração de empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais nas proximidades do Complexo, instalados em diferentes momentos e atinentes a outros períodos da valorização imobiliária local. (sic) (AMORIM, 2011, p. 227)

Entretanto, tal proximidade com o centro urbano não tem sido suficiente para modificar o perfil econômico dos consumidores e moradores da região. São aproximadamente dez quadras entre o complexo empresarial e a Catedral Metropolitana de Londrina. O comércio daquela área é bastante intenso, diversificado e ao mesmo tempo há muitos estabelecimentos com um perfil mais simplificado, sem sofisticação, próprio para atender a um consumidor de poucos recursos financeiros em comparação com outras localidades. Na fotografia 25 a seguir é possível confirmar a proximidade das três localidades objeto de estudo na zona leste, com a região central.

Figura 25 – Vista Aérea Parcial da Cidade a Partir da Região da Mata e do Complexo Marco Zero.



À esquerda o *Boulevard Londrina Shopping Center*, à direita o Terminal Rodoviário e uma parte do Estádio Vitorino Gonçalves Dias, à frente o monumento O Passageiro, acima o centro da cidade, e no espigão central a Catedral Metropolitana e abaixo uma pequena parte da mata do Marco Zero. Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em 20/02/2017 1 – parte da Mata do Marco Zero, 2 - *Boulevard Londrina Shopping Center*, 3 – Monumento O Passageiro localizado na rotatória, 4 – Catedral Metropolitana de Londrina, 5 – Terminal Rodoviário José Garcia Villar 6 – Estádio Vitorino Gonçalves Dias.

Em 03 de janeiro de 2017, o jornal Folha de Londrina destaca página inteira em matéria confeccionada pelo jornalista Vitor Ogawa, tratando sobre uma nova ferramenta de internet denominada Google Earth Engine – Time Lapse (<https://earthengine.google.com/timelapse/>) que mostra a evolução urbana de Londrina de 1984 aos dias atuais.

Não por acaso o título da matéria é: Do Jubileu de Ouro à ocupação do Flores do Campo. Na referida matéria, entre outros aspectos discutidos, o autor faz uma descrição, até certo ponto incrívelulo com a evolução tecnológica, de como é “possível acompanhar esses 32 anos de mudanças do alto em menos de 4 segundos”. (OGAWA, 2017, Folha Cidades, p.1)

É como se fosse possível viajar no tempo. Por meio dela é possível perceber que o tecido urbano londrinense teve um representativo aumento em sua área. Pelas imagens é possível perceber que um dos bairros mais recentes é o Residencial Flores do Campo (zona norte), que foi ocupado em 2016, implantado em meio a plantações de soja. (OGAWA, 2017, Folha Cidades, p.1)

Ainda na mesma página destaca-se o pensamento e o sentimento de muitos dos moradores de regiões afastadas e precárias em equipamentos públicos e que acompanharam o desenvolvimento da cidade e viram grandes transformações ocorrerem em seus próprios bairros. Entretanto nem sempre as mudanças foram benéficas para a população. É o caso do relato a seguir feito em quadro especial com o título Sentimentos Contrastantes em que moradores da área central, em localidade muito próxima da zona leste desabafam:

Em outro canto da cidade, a funcionária pública Cleusa das Graças Carvalho, de 64 anos, que mora na Vila Casoni (área central),relata que vive em Londrina desde 1973. “Eu me lembro da construção da Rodoviária. A gente estranhou muito porque era muito espaço em comparação com a antiga, que era muito pequena. Foi uma coisa estrondosa na época. É uma das rodoviárias mais bonitas do Brasil”, opina. Ela conta que quando chegou a Londrina ainda não havia o monumento do Marco Zero, que foi inaugurado em 1984. E que a região valorizou muito depois que um *Shopping Center* chegou à região. “O movimento mudou muito. Já tinha o movimento da Rodoviária, mas agora o volume de carros aumentou mais ainda. É o progresso que não para. Londrina é uma máquina locomotiva, que não tem o que segure o seu desenvolvimento”, diz.

O representante comercial aposentado Pedro Movio, de 72 anos, mora perto dali e só lamenta que o Terminal Rodoviário tenha atraído “um outro público” para o local. “Ficou um bairro complicado com a violência. Tem muito andarilho e usuário de drogas nessa região. Já fomos assaltados três vezes aqui”, reclama. (OGAWA, 2017, Folha Cidades, p.1)

Aliás, apesar da existência dos empreendimentos descritos, localizados na zona leste, verifica-se um cenário de poucas mudanças de caráter social e segundo alguns moradores locais, determinados empreendimentos acentuaram o grau de violência existente na região, pois aumentou a circulação de dependentes de substâncias ilícitas bem como os índices de tráfico propriamente dito.

Em matéria que relata a violência urbana e intitulada “Londrina tem uma morte violenta a cada três dias” publicada pelo jornal Folha de Londrina na data de 30 de janeiro de 2017, os jornalistas Celso Felizardo e Paulo Monteiro informam que um “levantamento exclusivo elaborado em parceria pelos jornais Folha de Londrina e Nosso Dia”, constatou o registro de 116 casos de morte em “uma lista que inclui homicídios, latrocínios (roubo seguido de morte), casos de lesão corporal e confrontos com a polícia”. (FELIZARDO e MONTEIRO, 2017, p. 5) A zona leste está inserida em segundo lugar no levantamento, com 27 mortes.

A zona norte permanece em primeiro lugar com 42 mortes, a zona sul e a região central em terceiro e quarto lugar com 25 mortes e com 10 mortes,

respectivamente. Referida matéria, porém informa que “por meio de nota, a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) informa que não reconhece como oficiais os números apresentados na reportagem”. (FELIZARDO e MONTEIRO, 2017, p. 5)

Considerada a precariedade do levantamento realizado pelos veículos de imprensa e que não foi corroborado pelo poder público e, ainda, as diferenças inerentes a cada localidade, comparativamente as regiões sul e leste estão muito próximas em número de homicídios. No caso da zona leste, as informações corroboram, porém, a sensação apontada anteriormente pelos moradores ao mencionarem o aumento da violência no local.

Amorim ressalta a existência de antagonismos e paradoxos na zona leste de Londrina e que merecem ser destacados:

O caso da Zona Leste é profícuo em demonstrar essa diacronia, pois, num mesmo espaço fragmentado e segregador convivem diferentes segmentos sócio-econômicos, qual diacronia tende a se acentuar aceleradamente nos próximos anos tendo em vista os processos que apenas se iniciam no local. O exemplo do Complexo Marco Zero é bastante ilustre ao se situar numa área envolta por bairros de população de baixa renda, como é o caso dos bairros Fraternidade e Interlagos, adjacentes ao local. (sic) (AMORIM, 2011, p. 230)

A partir de tais considerações pontuadas em todo o contexto do trabalho e apenas reforçadas nesse momento, é que se desenvolveu a pesquisa cujos procedimentos metodológicos, bem como materiais e métodos já foram oportunamente apresentados. Importante salientar a seguir algumas das características da região objeto de estudos, a partir do perfil socioassistencial de Londrina, especialmente para 2012 por ter sido esse o ano de inauguração do primeiro empreendimento do Complexo Marco Zero – a loja *Leroy Merlin* – seguida pela finalização da obra do Londrina *Boulevard Shopping Center* somente em 2013.

Antes, porém, de apresentar as informações disponibilizadas no estudo, a ressalva de Benach (2017) serve como alerta no sentido de refletir sobre a importância dos dados e, ao mesmo tempo, as limitações inerentes aos levantamentos que procuram apontar uma diversidade de indicadores e que, ainda assim, não demonstram a realidade cruel da desigualdade social:

(...) fazemos referência à questão de como a evidência da exacerbação da desigualdade social urbana gerou uma considerável proliferação de índices, indicadores e conceitos de difícil leitura, que vêm sendo utilizados pela administração, pelo mundo acadêmico, pelos meios de comunicação e inclusive pelos próprios movimentos sociais que parecem buscar neles argumentos a seu favor. Todavia, argumentaremos aqui que esses índices e conceitos (algarismos e letras) apresentam a crueza da realidade de uma forma muito superficial, pois centrando-se em apenas uns poucos aspectos tendem à estigmatização de determinadas áreas que, no melhor das hipóteses, serão beneficiadas por medidas assistencialistas, e não deveriam substituir o conhecimento de primeira mão daqueles que ali moram. (BENACH, 2017, p. 18)

Referido documento foi produzido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIRETORIA DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e GERÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO da Prefeitura do Município de Londrina.²⁰

Os aspectos relevantes do referido documento, a serem destacados, dizem respeito ao acesso à infraestrutura urbana e às condições habitacionais. Verdadeiros problemas, geram conflitos de toda ordem. São informações que se complementam e interagem, conforme relata o documento quando trata dos aspectos educacionais, apontando as comunidades com realidades mais enfraquecidas e que por isso mesmo apresentam uma série de problemas encadeados entre si, na medida em que “as diversas vulnerabilidades sociais possuem uma íntima relação, não resta dúvida de que se concentra onde o acesso aos demais serviços públicos é mais precário, ou seja, nas famílias anteriormente mencionadas, que vivem em habitações precárias, sem acesso à rede de esgoto e/ou de água”. (PREFEITURA DE LONDRINA, 2012, p. 14)

O documento revela primeiramente sobre o acesso à infraestrutura urbana com alguns gargalos que acometem de forma consistente, a população carente:

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 98,1% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 96,0% dos domicílios particulares permanentes e 86,3% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado (MDS, 2012). Para este estudo interessa, contudo, destacar que ainda restam no município 13,7% de domicílios que

²⁰ Disponível em

http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Perfil%20Socioassistencial_set.%202012_vers%C3%A3o%20preliminar.pdf> Acesso em 19/12/2016

não possuem sistema de esgoto, e 4% que não têm cobertura da rede de abastecimento de água. Tomando-se a média municipal de moradores por domicílio, que é de 3,06 (IBGE, 2010), e o número total de domicílios (particulares permanentes), que é 164.902 (IBGE, 2010, dados do universo) chega-se a um número de 22.595 domicílios sem rede de esgoto (aproximadamente 69.130 pessoas), e 6.596 domicílios sem abastecimento de água (20.184 pessoas). Olhando por este ângulo temos um forte indicativo de que este aspecto da realidade municipal (esta falta) merece uma atenção especial por parte do gestor municipal. (sic) (Prefeitura de Londrina, 2012, p. 13)

O próximo item tratado, cuja fonte, abaixo transcrita é a informação retirada de documento produzido pela COHAB-LONDRINA, apresenta, a seguir as condições habitacionais do município, mencionando-se política pública prevista por lei federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, relativamente ao Plano de Habitação de Interesse Social e que dará origem nos municípios brasileiros, ao Plano Local de Habitação de Interesse Social – vinculados ao Ministério das Cidades.

Tais planos estão diretamente ligados ao desenvolvimento de uma política, “com a finalidade específica de criação de moradia, direito fundamental social, na forma do art. 6º da CRFB”. (CARDOSO, 2016, p. 231)²¹

Alguns indicadores de condições habitacionais das famílias pobres do município corroboram os dados acima, acerca da falta de acesso de uma parcela nada desprezível da população à infraestrutura urbana básica e evidenciam a sua situação de exclusão social. De acordo com dados de um estudo diagnóstico realizado recentemente para a formulação do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, ao longo dos anos, Londrina tem realizado vários investimentos em habitações para população de baixa renda, que não foram suficientes, uma vez que em 2010 ainda existiam no município 61 assentamentos precários e/ou ocupações irregulares. Apenas um se localiza fora da sede municipal, no Distrito de Guaravera. Nessas habitações viviam 4.709 famílias (aproximadamente 14.409 pessoas) em condições inadequadas e de precariedade tanto em relação aos domicílios quanto à posse da terra. Essas famílias estão assim distribuídas pelas regiões da cidade: centro: 106; norte: 888; sul:1487; leste: 1851; oeste: 329; e rural: 48. **A zona leste é responsável pela concentração da maior quantidade de famílias, com 39,31% do total de 4.709, nos seus 26 aglomerados.** Em segundo lugar, está a zona sul com a concentração de 1.487 famílias (31,58%) em 15 aglomerados. **Segundo o mencionado estudo, a localização privilegiada da região leste pode estar justificando o maior número de assentamentos e famílias no local. A proximidade com a região central da cidade liberando, eventualmente, da utilização do transporte público pode estar se constituindo em atrativo para escolha desta região.** (COHAB- LONDRINA, 2011, p. 304). (sic) (Grifos nossos) (PREFEITURA DE LONDRINA, 2012, p. 13)

²¹ Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Confirmando as disparidades sociais existentes na região, matéria publicada no jornal Folha de Londrina, em 05 de abril de 2016 e assinada pelo jornalista Vitor Ogawa, revela as informações obtidas junto à COHAB-LD de “que o município de Londrina precisa escriturar 2.752 lotes sem escritura distribuídos em 27 núcleos regularizados, 16 núcleos prontos para regularização e outros 6 localizados em distritos ou patrimônios na zona rural”. (2016, p. 1)

Quem também esperou décadas para receber a escritura é o segurança aposentado Maurício Faustini da Silva, de 67 anos, morador do jardim Leste-Oeste (zona Leste) desde 1975. Ele conseguiu regularizar a sua situação somente no ano passado, ou seja, demorou 40 anos para ver o seu sonho realizado. “Quando cheguei aqui, todas as casas eram barracos de madeira; era uma favela. Essa escritura representa tudo para mim. Antigamente eu não era proprietário; sem escritura eu tinha medo de ser despejado a qualquer momento.” (OGAWA, 2016, p.1)

Algumas considerações sobre a zona leste são, ainda, pertinentes. Apesar das disparidades sociais evidenciadas e mencionadas em diversas oportunidades ao longo da discussão jornalística, bem como os dados oficiais obtidos em fontes vinculadas ao município e apresentadas textualmente, é importante reconhecer que a região despertou, assim como em outras localidades, o interesse de empreendimentos imobiliários de natureza residencial e comercial. Corroborando, Souza (2012) ressalta que:

A partir dos levantamentos realizados em campo, procuramos compreender e analisar os intensos e profundos pontos relativos ao debate relacionado ao estudo urbano em volta do papel do poder público e do mercado imobiliário em sua (re)produção da cidade, compreendemos estes, suas lógicas e seus atores de produção do espaço, que estavam nos últimos anos juntamente na Zona Norte – a partir da inauguração, no final de 2012, do Londrina Norte *Shopping Center* – tornaram-se as regiões, ou seja, as Zona Norte e Leste, as “queridinhas” dos agentes imobiliários, sendo portanto as mais valorizadas de Londrina nos últimos 24 meses e, conseqüentemente, as de maior expansão das atividades imobiliárias.

Observamos, ainda, que os atuais empreendimentos imobiliários nas mencionadas zonas, são de grande interesse dos agentes imobiliários e dos investidores privados, dinamizando áreas vazias, depreciadas e de pouco interesse comercial até então, que aliado com os novos e altos investimentos imobiliários e de infraestrutura, tornaram-se novas regiões para investimentos comerciais, residenciais e de serviços, para novos e antigos segmentos de consumo e para o consumidor, ávido por novidades no perímetro urbano londrinense. Os novos investimentos das zonas, sobretudo a partir, do Complexo Marco Zero, do Teatro Municipal, da *Leroy Merlin* e do Londrina Norte *Shopping Center*, vem modificando boa parte da estrutura urbana da cidade e consolidando novos “filões”, expressão usada pelos investidores para as áreas recém “descobertas” pelo capital imobiliário (local, regional e internacional). (sic) (SOUZA, 2012, p. 77 e 78)

Entretanto, diante dos apontamentos acima e da realidade que tem se evidenciado naquela localidade, três aspectos merecem ser considerados: primeiro o interesse que se verificou sobre a zona leste na primeira década do século XXI, não parece permanecer com a mesma profusão de outrora, na década subsequente.

Motivados pela especulação, empreendedores provavelmente aguardam o momento certo para valorização e assim comercializar seus imóveis ou, quem sabe, a desvalorização para então adquirir novos terrenos, em um ciclo nem sempre virtuoso que beneficia ainda mais o capital e atende aos interesses do momento e desfavorece a maioria, sobretudo a população empobrecida.

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo em problema para uma enorme parcela da população. (CORRÊA, 2013, p.47)

Em segundo lugar, os empreendimentos voltados para a habitação, seja horizontal, seja vertical não modificaram de forma significativa, o perfil dos moradores da região, conforme anteriormente pontuado, em especial nas campanhas de marketing dos empreendimentos privados e que angariaram valorização em seus imóveis. Os bairros são, ainda, compostos basicamente pela classe média-baixa, ou baixa apenas. Souza acena (2012) que:

Apesar disso, ou seja, destes investimentos iniciais na Zona Leste, sobremaneira nas proximidades da rotatória da rodoviária de Londrina, percebemos que na região deste entorno, vem demonstrando uma forte segregação social comparada com as demais regiões (ou zonas) da cidade, seja pelo seu modo de ocupação do solo ou pelas diversas classes sociais que se encontram na região, desde favelas, passando por instituições de ensino superior até condomínios de classe média baixa, pois ao mesmo tempo em que contrasta o luxo nas áreas próximas da Av. Santos Dumont, nos deparamos com áreas de extrema pobreza e a habitações subumanas ao longo do fundo dos vales da região, ou ainda pelas práticas especulativas aliadas as necessidades sociais fundamentais não atendidas pelo poder público, pondo em discussão os conflitos sociais e de interesses econômicos, produzindo na região um "palco" banal entre os poderes público e privado, desencadeando cada vez mais uma cidade prolixa na carência por equipamentos sociais de usos coletivos para a população "excluída" ao direito à cidade. (sic) (SOUZA, 2012, p. 77)

Diferente, portanto, do que ocorreu na Gleba Palhano e no entorno do Catuaí

Shopping Center, que por quase vinte anos em substituição às propriedades rurais então existentes, foram atraídos empreendimentos de alto padrão – tanto residencial como comercial e novos bairros foram formados a partir de então.

Já existente, a zona leste, por sua vez, permanece com o perfil economicamente inferior nos mesmos moldes dos habitantes e do comércio anteriormente instalados, dos quais muitos permanecem, ainda que tenha atraído novos moradores e, até, novos comércios, muitos dos quais em substituição aos antigos que se retiraram do local. Ao mencionar o bairro Aeroporto, pertencente à zona leste, o autor ressalta o exemplo escancarado referente às disparidades socioeconômicas, pois separadas por alguns poucos quilômetros de distância, realidades sociais completamente antagônicas convivem.

O terceiro ponto a se destacar é que não se observou, até o momento, apesar das transformações lá ocorridas, inovações urbanísticas de significativa importância, relativas à infraestrutura urbana como aconteceu nas proximidades do *Catuaí Shopping Center* ao longo dos vinte anos subsequentes. Vale ressaltar, porém, o sistema viário já existente e composto pelas avenidas Dez de Dezembro, Theodoro Victorelli e Leste-Oeste tem permitido fluidez ao fluxo cada vez mais intenso de veículos e somente se ressentem drasticamente em algumas horas do dia.

No Parque Guanabara, o seleiro Márcio Pereira Rezende, mais conhecido como Dunga, de 52 anos, relembra do tempo em que a Avenida Madre Leônia Milito não era duplicada e se chamava Rua Quito. “Já havia um recuo prevendo essa duplicação. Aliás, hoje todo mundo fala que aqui é a Palhano, mas para a gente que é antigo na região a Palhano começava só depois da rodovia”, relembra. Ele conta que a Avenida Higienópolis terminava no Lago Igapo. “Até hoje não acredito no que aconteceu desse lado da cidade”, relata. (OGAWA, 2017, Folha Cidades, p.1)

O *Shopping Center* Norte, por sua vez, é outro exemplo que merece destaque, pois depois de construído no início da segunda década do século XXI, incorporou, de certa forma rapidamente, uma série de mudanças em seu entorno que bem demonstram a importância do empreendimento para a região e que se refletiu a sua volta, de forma bastante consistente. Souza destaca a respeito:

(...) acreditamos que a Zona Leste se caracteriza como um novo bolsão de classe média, incluindo a média-baixa, ficando para a Zona Norte os investimentos de alto padrão. Isso fica claro ao observarmos o tipo de *Shopping Center* em instalação nesta zona estudada, ele é típico de classe média, sem o padrão/poder aquisitivo exigido no *Shopping Center* Catuaí e, também, diferente do encontrado no Londrina Norte *Shopping Center*, que se caracteriza por um *Shopping Center* mais voltado aos moradores da Zona Norte, ou seja, dos trabalhadores dos cinco conjuntos e adjacências. Desta feita, estaria, na nossa leitura, fadada a Zona Norte e seus investimentos, para ser uma típica zona de classe média. (sic) (2012, p.85)

Carlos, Volochko e Alvarez (2015) ao discorrerem sobre a realidade das cidades contemporâneas sintetizam:

A metrópole, como nível de realidade e análise, é composta por um mosaico muito diferenciado de lugares, de fragmentos que, no entanto, só ganham sentido na totalidade. Desse modo, ela comporta processos distintos de valorização, que vão desde a transformação de bairros operários em bairros de classe média por ação de pequenos capitais, associados à política de crédito imobiliário, até à produção e uma centralidade imobiliária que se realiza pela aliança entre o Estado, as incorporadoras e construtoras com capital internacional e os fundos imobiliários negociados em bolsa, o que revela de modo mais efetivo a relação entre a reprodução do espaço e a financeirização. (Carlos, Volochko e Alvarez, p.11, 2015)

A empresa Anderson Clayton e sua sucessora Coimbra S/A, sempre se aproveitaram das condições logísticas locais. Durante décadas, ambas realizavam operações comerciais que exigiam o transporte de grãos. Era comum a concentração de caminhões em parte da extensão da Avenida Theodoro Victorelli a partir da Avenida Dez de Dezembro. Tais veículos permaneciam estacionados aguardando para carregamento por cerca três ou quatro dias.

Um cenário tipicamente periférico em uma região muito próxima da área central e que mesmo após as modificações impostas ao longo do tempo continua sendo considerada pouco expressiva no contexto urbano, embora apresente incontáveis condições que permitam reconhecer sua importância num contexto de desigualdades comuns à realidade urbana.

Moradores mais antigos da região lembram que na década de 1980 houve a expansão da prostituição, servindo aos motoristas que também se utilizavam de substâncias ilícitas, promovendo intenso tráfico de entorpecentes. A empresa realizava operações de transporte e transbordo das mercadorias e os motoristas permaneciam dias a espera de carregar ou descarregar os grãos. Os problemas sociais apontados anteriormente não cessaram com o empreendimento iniciado a

partir dos anos 2000 e permanecem até os dias atuais:

(...) apesar do local do empreendimento possuir um importante e estratégico quadro logístico, a região possui numerosos contrastes sociais, (...) resultantes do início da construção do empreendimento, como a prostituição em suas vertentes, visto que a população residente após o marco zero, possui diversos problemas de estruturação urbana, o início das obras contribuiu para a ampla prostituição e venda de drogas nas proximidades do empreendimento. Em entrevista com algumas destas pessoas, as mesmas relatam que encontram na ilegalidade uma maneira de sustentar a família, visto que o abandono desta população perante os poderes públicos é marcante, há poucos investimentos municipais nas proximidades do Complexo do Marco Zero, isso antes da efetivação dele, pois depois de pronto e ocupado, o mesmo exigirá mais investimentos do poder público (...) (sic) (SOUZA, 2012, p.88)

A breve, mas necessária, contextualização da área de estudo, qual seja, a zona leste de Londrina, compreendida pelo Córrego Água das Pedras, mata do Marco Zero e Complexo Marco Zero dá lugar, a partir de agora, a caracterização e localização geográfica, informações imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

5.1 Localização da Área de Estudo e suas Principais Características

Desde o início, a zona leste de Londrina concentra uma população de trabalhadores assalariados e, na sua maioria, de poucos recursos, embora a região, geograficamente, possa ser considerada privilegiada por suas características e proximidade com a área central além da boa acessibilidade a outras regiões da cidade. Aliás, são qualidades, que atraem o interesse de populações empobrecidas que muitas vezes optam em morar em ocupações por não terem condições de viver em bairros regularizados.

Segundo informações encontradas no sítio eletrônico mantido pelo Município, Londrina foi criada e instalada em 03/12/1934 e 10/12/1934 respectivamente por intermédio do Decreto Estadual nº 2.519 de 03/12/1934.²²

O município está localizado a Latitude entre 23°08'47" e 23°55'46" Sul e Longitude entre 50°52'23" e 51°19'11" Oeste, com uma área de 1.650,809 Km² (IBGE, 2010). Sua altitude é de 608 metros no local onde se encontra a Catedral Metropolitana. O clima é Cfa (Köppen, 1948) - subtropical úmido, verão quente, com

²²Londrina é sede da Microrregião Geográfica 011 (IBGE, 2002) [Ahttp://www1.londrina.pr.gov.br](http://www1.londrina.pr.gov.br) – Acesso em: 29/11/2016

chuvas em todas as estações, sendo estas bem definidas ao longo do ano. Sua Pluviosidade anual é de 1.498,4 mm (2014).

Segundo classificação do IBGE, o bioma é composto pela Mata Atlântica com temperatura média anual de 21,8°C (IAPAR, 2014). O solo apresenta predominância de Latossolo basáltico (Terra Roxa).

O município é composto pelos seguintes Distritos Administrativos: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. Os municípios limítrofes são Marilândia do Sul, Apucarana, Araongas, Assaí, Cambé, Ibiporã, São Jerônimo da Serra, Sertanópolis e Tamarana.

O conjunto de municípios que pertencem à Região Metropolitana é: Alvorada do Sul, Araongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis e Tamarana e Uraí.

Além das mencionadas informações constantes no sítio eletrônico do município há outros aspectos que merecem ser relatados, como é o caso da estimativa do IBGE, para o ano de 2015, relativamente à população de Londrina, em torno de 548.249 hab.

Quanto à densidade demográfica, o IPARDES em 2015, na mesma página informa que são 330,95 hab/km², enquanto que a população da Região Metropolitana, também na mesma página do município, informa uma estimativa para o ano de 2015 em torno de 1.076.437 habitantes.²³

²³ <<http://www1.londrina.pr.gov.br>> – Acesso em: 29/11/2016

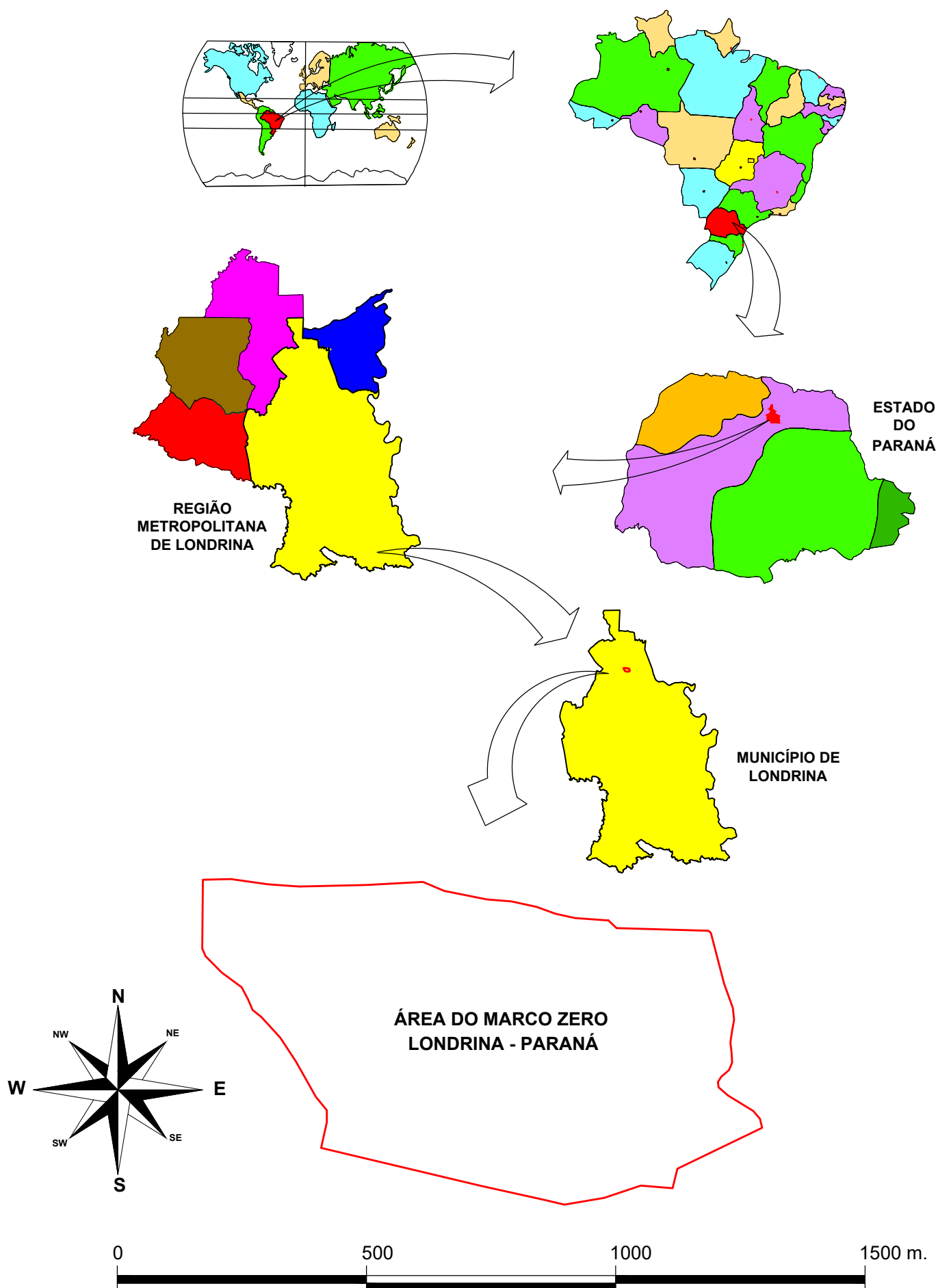
FIGURA 26: Representação Esquemática da Localização da Área de Estudo

FIGURA 27: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ
PERÍMETRO E IMAGEM DO GOOGLE EARTH PRO



A Figura 26, utilizando-se de uma representação esquemática, apresenta a localização da área objeto de estudo. Primeiramente a Figura localiza o Brasil fazendo parte do continente sul-americano, posteriormente no mapa brasileiro, aponta o Estado do Paraná e na região norte a cidade de Londrina, para dela demarcar na parte da zona leste a área sob análise.

Na sequência, a Figura 27, retirada do Satélite Google Earth Pro, destaca o perímetro da imagem, no território onde se encontram os três pontos de análise: O Córrego Água das Pedras que nasce entre o Estádio Vitorino Gonçalves Dias e o Terminal Rodoviário José Garcia Villar; a mata do Marco Zero que fica em frente ao Complexo Empresarial de mesmo nome e que é, também, objeto de análise.

Observam-se na Figura 27 as três áreas objetos de estudo, compondo parte da zona leste do município. No perímetro destacado, estão delimitadas as três Unidades de Paisagem e respectivas subunidades e que serão apresentadas oportunamente, com suas características, antagonismos e paradoxos que não são possíveis de serem identificados de imediato.

A imagem em destaque demonstra com certa nitidez, embora sem muita proximidade, as condições de cada uma das localidades. É possível verificar que na área delimitada existem pontos de permeabilidade e impermeabilidade do solo, existem aglomerados residenciais, assim como empreendimentos comerciais, porém não é possível identificar com precisão as características dos elementos que fazem parte da composição captada na imagem de satélite. Necessário pormenorizar oportunamente tais aspectos, quando da análise das Unidades de Paisagem por meio de registro fotográfico.

Há certas diferenças na paisagem, com estruturas urbanas já consolidadas e em processo de consolidação e áreas verdes em curso de regeneração. São, portanto, três áreas com três realidades diferentes entre si que convivem e se influenciam mutuamente. Para Torres (2003) “a heterogeneidade espacial, juntamente com as condições naturais e a herança histórica são fatores importantes para se entender as desigualdades de uma dada região se associadas à lógica do capital assim como aponta Méndez (2000)” (TORRES, 2003, p. 209).

Carlos, Alves e Pádua (2017, p. 9) debatem sobre os conflitos da urbanização contemporânea e indicam que “a produção do espaço, especificamente o urbano, é fundamental para a acumulação do capital, como possibilidade renovada de realização da reprodução social”.

A respeito do Marco Zero, o site mantido pelo município de Londrina oferece as seguintes informações já defasadas:

Na década de 20, a Cia. de Terras Norte do Paraná enviou seus funcionários à região onde hoje é Londrina com o fim de iniciar um empreendimento imobiliário nas terras do norte paranaense. No dia 21 de agosto de 1929, partiram de Jataí rumo às terras da C.T.N.P. na caravana cujos membros eram Craig Smith, o agrimensor russo Alexandre Razgulaeff, Alberto Loureiro e vários peões. Na tarde deste mesmo dia, após percorrerem 22 km, por um picadão, chegaram às terras da C.T.N.P., onde o Sr. Alexandre Razgulaeff fincou o Primeiro Marco (Marco Zero) da futura cidade de Londrina. Neste local abriram uma clareira e construíram ranchos para pernoite, o Hotel Campestre e o Armazém.

Hoje ali se encontram empresas Anderson Clayton e Viação Garcia. O Marco Zero fica próximo à rotatória da Rodoviária, onde está o Monumento ao Passageiro, dentro do terreno da Anderson Clayton. (ASARI, Alice Y., TUMA, Magda Madalena. Aspectos Históricos, Físicos, Econômicos E Institucionais do Município de Londrina: Documento Consulta. Londrina: PML, 1978. (<http://www.londrina.pr.gov.br> – Acesso em 29/11/2016))

Conforme se verifica acima, a informação da localização do Marco Zero, no sítio eletrônico do município, é de 1978, quando a empresa Anderson Clayton era a proprietária do imóvel onde se localiza também a mata do Marco Zero.

Aquela área, entretanto, não mais pertence à referida empresa, que foi sucedida por outra denominada de Coimbra S.A. de mesma atividade econômica. Atualmente a área onde a empresa tinha sede e também a mata estão sob a propriedade de um grupo imobiliário empreendedor que projetou o Complexo Empresarial Marco Zero, mas que não se prontificou a cuidar da área onde se encontra a mata.

Pertencente ao município de Londrina, a pouca distância da mata o Córrego Água das Pedras é uma sub-bacia do Ribeirão Lindóia. Sua nascente encontra-se próxima ao Terminal Rodoviário José Garcia Villar e ao Estádio Vitorino Gonçalves Dias, seguindo em direção NE (nordeste) até sua foz. São seus afluentes os córregos Londrina, A1, Marabá, Jaci e dos Crentes. Possui uma área de 11,6 km² e localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: 23° 16' 59,21" a 23° 19' 16,23" – Latitude Sul e 51° 05' 59,71" a 51° 10' 1,71" Longitude Oeste de Greenwich. (NAKASHIMA, 2003, p. 38).

Nakashima (2003, p. 41) ao discorrer sobre o entorno próximo do Córrego Água das Pedras apresenta a seguinte descrição:

Percorrendo as margens direita e esquerda do Córrego Água das Pedras, observamos que, de modo geral estão ocupadas por residências de baixo poder aquisitivo e sem nenhuma condição de saneamento básico. Há habitações precárias feitas de plástico, material reciclado. Além disso, constitui-se em uma área que apresenta grande perigo para crianças devido à proximidade entre as casas e pela atração que o córrego exerce sobre a população infantil. Muitas casas estão construídas bem próximas às margens do córrego. (NAKASHIMA, 2003, p. 41)

A despeito das transformações impostas à região do Marco Zero em Londrina, é necessário destacar que não houve grandes mudanças na área que compreende a microbacia do Córrego Água das Pedras. A precariedade descrita acima, em 2003 permanece até hoje, 2017. São condições atuais que advém de um passado já distanciado e se perpetuam no tempo e no espaço e representam sério risco social que, segundo afirma Yvette Veyret, “remete geralmente à segregação e à fragmentação urbana e está relacionado à insegurança”. (2015, p. 73)

O advento de empreendimentos, do porte do Complexo Empresarial Marco Zero tem grande possibilidade de impulsionar o desenvolvimento da região, pois se torna um polo de atração de novos negócios, bem como investimentos públicos em termos de melhorias e benfeitorias. Embora, vale lembrar, na região objeto de estudos haja diversos equipamentos públicos e benfeitorias antecedentes ao empreendimento que serviram de elementos de atração, chamando a atenção dos empreendedores.

Ainda que ocorra a valorização imobiliária nas regiões, proximidades e adjacências dos mencionados empreendimentos, no caso da zona leste tem se verificado que estão mantidas certas condições, como o perfil socioeconômico da população, talvez em razão dos próprios empreendimentos públicos lá estabelecidos.

O crescimento populacional, a industrialização, a mudança de culturas agrícolas entre outros fatores e a despeito das incontáveis crises nacionais e mundiais e até locais, típicas do processo de globalização e do sistema capitalista, contribuíram para as transformações urbanas do município de Londrina, que, porém, não foram lineares e equilibradas. Ao contrário, o desenvolvimento do município, na sua totalidade, se deu de forma diferenciada. Cada região, cada bairro, cada localidade tem suas próprias características e chegam a resultados muito diversos uns dos outros. É a dinâmica de desenvolvimento sujeita ao modelo econômico vigente.

Ao discutir sobre as disparidades existentes a partir dos diferentes

desenvolvimentos que os países industrializados e países do Terceiro Mundo vivenciam, Santos (2010, p. 135) esclarece de certa forma, as contradições da paisagem urbana, em qualquer outro lugar. A reflexão presta-se, inclusive para o caso de Londrina.

É sabido que as riquezas são distribuídas de forma bastante desigual entre países industrializados e países subdesenvolvidos. Homens, bens, capitais, todos os outros elementos pelos quais se mede e se avalia o peso econômico dos países, seu nível de desenvolvimento e suas chances de progresso aparecem em combinações múltiplas, mas que distinguem nitidamente o grupo dos países industrializados daqueles do vasto Terceiro Mundo. Mesmo dentro de cada um desses grandes conjuntos inexistente repartição homogênea dos elementos da economia. (SANTOS, 2010, p. 135)

A diversidade de características observadas nas tantas regiões da cidade – que fazem parte de um conjunto maior formando Londrina, que por sua vez, é também, parte de uma Região Metropolitana, permite aproveitar as palavras do autor – evidenciam as disparidades do desenvolvimento, comuns também em tantas outras cidades, tanto no Estado do Paraná, como no Brasil. Algumas destas dessemelhanças e disparidades deverão passar por um processo de reestruturação nem sempre natural, mas certamente importante para a sociedade.

Corrigir tais distorções – disparidades e antagonismos – é um dos objetivos estabelecidos pela carta constitucional de 1988 quando se destacou a política urbana, que se traduz em verdadeira novidade no cenário jurídico brasileiro que exige esforços para transformar a realidade que a todos, de uma forma ou de outra, submete.

Desafio que a realidade mostra que está apenas começando e que será enfrentado mediante esforços comuns e complementares e que envolvem a sociedade – direta e indiretamente envolvida com as questões ambientais urbanas e o poder público na condição de gestor. O Direito, por sua vez, integra o conjunto de coadjuvantes na busca por uma cidade mais sustentável. Sua atuação será tão intensa quanto as forças antagônicas o permitirem.

Edésio Fernandes (2004) ao discutir a imprescindível reforma do Direito menciona:

Por fim, deve-se ressaltar que uma discussão compreensiva e crítica sobre o Direito deve necessariamente se dar no contexto da discussão sobre as condições e possibilidades efetivas de gestão político-institucional, político-administrativa e político-social. Direito e gestão não podem mais ser dissociados. Se a promoção da reforma urbano-ambiental depende da renovação de tais processos de gestão, em última análise, tal reforma depende fundamentalmente da reforma do Direito. (FERNANDES, 2004, p. 104)

Muitos projetos poderão servir de base para alterar e sanar com as distorções. Nem todos, porém, alcançarão os propósitos estabelecidos. A realidade envolve muitos interesses antagônicos que, algumas vezes, servirão de empecilhos para afastar os bons resultados.

Exemplos existem, como é o caso contado em matéria publicada pelo jornal Folha de Londrina na data de 28 de junho de 2016. A jornalista Simoni Saris noticia a existência de um projeto pelo “Programa Municipal de Incentivo ao Verde (Proverde), criado para apoiar e financiar projetos de conservação ambiental e, para financiá-lo, o município irá repassar R\$ 39, 4 mil. O dinheiro é proveniente do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), abastecido com recursos do ICMS Ecológico”.²⁴ (SARIS, 2016, p. 1)

Londrina é uma cidade rica em recursos hídricos. São mais de 80 córregos, ribeirões e rios cortando o município apenas na zona urbana. Mas boa parte da população desconhece esse fato e adota atitudes que ao longo do tempo contribuem para poluir e degradar o meio ambiente. O projeto “A Bacia da Minha Escola” tem como principal objetivo ensinar alunos do oitavo e nono anos de escolas estaduais a reconhecer as bacias hidrográficas onde vivem, identificar problemas, apontar soluções e formar multiplicadores de conhecimento. (SARIS, 2016, p. 1)

O idealizador do projeto, Gustavo Góes, que é gestor ambiental explicou que serão escolhidas escolas localizadas nas regiões central, leste, norte e sul, a partir do interesse da direção em desenvolver o trabalho e com a participação de cento e sessenta alunos e após a etapa de reconhecimento dos problemas, “os participantes do projeto poderão reivindicar ao poder público medidas para solucionar os

²⁴ **ICMS Ecológico.** Instrumento econômico que pode ser utilizado para incentivar a proteção dos recursos naturais. A lei estadual poderá determinar que seja distribuída uma parcela do ICMS aos municípios que ofereçam, por exemplo, serviços de água tratada, coleta, tratamento ou disposição final de lixo e esgoto sanitário à população. Pode-se utilizar ainda o critério de criação e manutenção de unidades de conservação municipais, estaduais e federais no território do município para o repasse do ICMS. (THOMÉ, 2016, p. 800)

problemas”. (SARIS, 2016, p. 1)

A existência de projetos não desobriga a ação direta do poder público que, em parceria com a sociedade, deve encontrar mecanismos que possibilitem a recuperação ambiental além de ações constantes para a preservação dos recursos e, sempre que possível alicerçado na realização de obras voltadas para a educação ambiental, condição essencial para o progresso e o desenvolvimento.

A cidade de Londrina, e possivelmente muitas outras, está em constante transformação. Quando cresce, por vezes o faz desordenadamente. É o que a torna quase humana, como se viva fosse. Na verdade, transborda vida e pulsa igual a um coração de verdade. Exige de todos um esforço quase sempre grandioso para acompanhá-la. Assim segue adiante e leva consigo tudo e todos.

Por tudo isso não se pode abrir mão de regulamentar por intermédio de um conjunto normativo que tenha a necessária participação popular e a responsabilidade do poder público para que os olhares convirjam para organizar seu crescimento, contribuindo para que seu progresso se desenvolva de forma sustentável e amparado nos princípios constitucionais norteadores do Estado Democrático de Direito.

5.2 Marco Zero em Londrina: as Transformações Recentes

O Jubileu de Ouro de Londrina foi marcado por intensas comemorações. O ano era 1984 e dentre todas as festividades, a que se tornou especialmente importante em virtude do resgate da história inicial do município, foi a instalação do Marco Zero com a presença do desbravador e chefe da primeira caravana, George Craig Smith.

A história do Marco Zero de Londrina, iniciada em 1929, é retomada cinquenta anos depois. A partir daí mais decepções que alegrias marcaram o seu destino assinalado pela degradação e pouco caso. Até os dias atuais, em 2017, muito pouco se modificou em relação à mata, onde foi instalada a lápide comemorativa. Seu entorno, entretanto, mostra os antagonismos típicos da contemporaneidade, com a expressão da riqueza e da pobreza convivendo estreitamente, desarmoniosas entre si, mas interdependentes.

A zona leste de Londrina, onde está encravado o Marco Zero passou, desde os primeiros tempos, por um processo de urbanização que provocou grandes transformações em sua paisagem natural. Ao longo de pouco mais de oitenta anos muitas foram as influências que provocaram as modificações ocorridas no panorama

urbano da cidade e que revelaram diferenças, ora sutis, ora gritantes, numa diversidade enorme de cenários em todo o seu entorno.

Ao discutir os diferentes processos de urbanização vivenciados por países desenvolvidos e países do então chamado Terceiro Mundo, Milton Santos, no início da década de 1970, apontou uma série de diversidades e outro tanto de similaridades, a partir da comparação entre os dados estatísticos de regiões díspares tanto no processo como nos resultados evidenciados de desenvolvimento. Das muitas afirmações, destaca-se, a que mais se coaduna com o processo de urbanização de Londrina. O autor afirma que

Assim, enquanto nos países desenvolvidos assistimos a um processo cumulativo, nos subdesenvolvidos o processo é explosivo, mais localizado, seletivo e, por isso mesmo, criador de discontinuidades. Isso explica as diferenças tanto no espaço nacional e regional como no interior da cidade. Tais diferenças são sensíveis tanto do ponto de vista espacial como do social. (SANTOS, 2010, p. 106)

Londrina, com pouco mais de oitenta anos e seus mais de quinhentos mil habitantes, reflete o processo explosivo dos acontecimentos globais, nacionais, regionais e locais desde o início, quando da chegada da primeira caravana exploratória, que se instalou na zona leste e, depois, com a vinda dos pioneiros – brasileiros e estrangeiros – que se espalharam por muitas localidades, até a atualidade com a constante expansão dos limites do território urbano e com a ocupação nem sempre ordenada, ainda que dentro dos parâmetros legais ou distantes da legalidade.

Há diferenças e antagonismos extremos que refletem um desenvolvimento, que mesmo paradoxal, surpreende a todos – dos primeiros que aqui chegaram, até os mais recentes visitantes ou moradores. Alcança todos os cantos da área urbana e ultrapassa suas fronteiras com a formação da Região Metropolitana, composta por 25 cidades. Dentre todos os municípios, Londrina é o que centraliza a relação de interdependência com os demais. Jamais se esperava que chegasse ao grau de desenvolvimento que atualmente apresenta.

Santos (2010, p.109) expõe o conjunto de relações que envolvem o processo de urbanização, ao comparar as cidades dos países industrializados com a dos países subdesenvolvidos, o que permite, de certa forma, entender a condição de Londrina desde o início até os dias atuais e seu incomparável desenvolvimento:

Enquanto a cidade dos países industrializados é parte integrante de um território que mais ou menos a gerou e com a qual viveu, em constantes inter-relações, a mesma aventura histórica e econômica, a cidade dos países subdesenvolvidos aparece muitas vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo.

A não integração do território, impedindo a livre circulação dos elementos da economia (homens, bens, capitais), freia, por si só, o desenvolvimento. É por isso que se pode dizer que a cidade dos países subdesenvolvidos se lança à conquista do espaço a partir de duas verdadeiras alienações: a cidade mesma nasce para servir a interesses distantes e, por outro lado, sua zona de influência é, muitas vezes, um desses “espaços derivados”, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos. (SANTOS, 2010, p. 109)

A seguir apresenta-se um breve relato dos acontecimentos e das gigantescas transformações ocorridas, nas primeiras décadas do terceiro milênio, resultado do processo de desenvolvimento e urbanização, nem sempre devidamente planejados, mas que provocaram alterações significativas na região leste do município de Londrina, embora seja válido ressaltar, nem tudo tenha sido efetivamente modificado, nem tampouco o que mudou, tenha sido para melhor.

Os preparativos para as comemorações do Jubileu de Ouro do município de Londrina contemplavam uma série de eventos. Festas e bailes mobilizaram parte da sociedade londrinense que tinha muito que comemorar, pois a cidade, mesmo depois de acontecimentos como a Geada Negra, continuava se desenvolvendo e crescendo de forma, ainda, surpreendente.

De todos os eventos que mereceram destaque da mídia local à época, distinção se faz a partir de agora, à instalação do Marco Zero de Londrina, marcando de forma indelével a história e as origens da região e relacionando, logo em seguida aos últimos anos do milênio em condições, praticamente, de abandono.

Continuando a exposição, cuja pesquisa, em parte, se embasou principalmente em matérias publicadas em jornais e revistas da cidade, apresenta-se, na sequência, um relato dos acontecimentos a partir do novo século do terceiro milênio, logo em sua primeira década, com marcantes acontecimentos que levarão algumas mudanças ao cenário em questão.

A paisagem de mais de cinquenta anos, foi modificada com a saída da empresa que lá existia (Coimbra S.A., sucessora da empresa de mesmo ramo de atividade Anderson Clayton), e conseqüentemente, influenciou também a área do Marco Zero que compõe o mesmo cenário e mesmo assim, apesar das transformações impostas, continuou com sua história próxima à condição de

abandono.

Necessário esclarecer que o período de pouco mais de trinta e dois anos – escolhido para o desenvolvimento da análise da dinâmica dos acontecimentos que envolveram as localidades objeto de estudo e cujas intervenções provocaram modificações paisagísticas importantes – foi dividido em três fases distintas que não se apresentam pela definição de cada uma das décadas, mas pelos acontecimentos pontuados em cada uma das etapas. As duas primeiras fases são apresentadas, porém no mesmo tópico, destacando-se delas a terceira etapa quando o complexo empresarial começa a se tornar realidade.

A pesquisa em jornais e revistas locais permitiu acompanhar e entender a sequência de acontecimentos que envolveram desde a instalação do Marco Zero em Londrina no ano de 1984, até as transformações ocorridas no seu entorno após a aquisição da área por um grupo imobiliário no final de 2005. O projeto previa, e de fato posteriormente se concretizou em parte, uma série de empreendimentos, cujos primeiros foram inaugurados entre 2012 e 2013 e provocaram alterações irreversíveis na paisagem local e que se evidenciam cotidianamente em 2017. O empreendimento não foi, ainda, totalmente concluído.

As modificações impostas à localidade antes mesmo da construção do empreendimento residencial e comercial batizado de Complexo Marco Zero não tiveram o condão de recuperar as condições de degradação crescente da mata denominada de Marco Zero. Em nenhum momento foi observado qualquer ponto de interesse dos imobiliários empreendedores em agregar ao projeto uma contribuição, ainda que singela, em termos de recuperação e preservação da mata, que afinal, concedia o próprio nome ao polêmico complexo empresarial que estava para nascer. São encargos do Poder Público, na visão dos empreendedores.

Quanto ao Córrego Água das Pedras, vale ressaltar, em nenhuma das matérias houve qualquer menção a seu respeito, a despeito de sua proximidade com o local do empreendimento. É como se não existisse, ou existindo, não tivesse qualquer importância para o cenário em prospecção e posteriormente consolidado.

Em todo o percurso, das previsões projetadas no princípio, passando pelo efetivo início das obras, até a concretização dos primeiros elementos que compõem o Complexo Empresarial Marco Zero, verificou-se uma única atitude em relação à mata: desprezo dos empreendedores que tentaram se desvencilhar, a todo custo, das obrigações e responsabilidades decorrentes, e que seriam permanentes, uma

vez que, obviamente, exigiria aporte financeiro substancial e constante, para se compatibilizar com as exigências legais e ao nível de investimentos e de lucratividade pretendidos com o empreendimento.

Ao tentarem doar a área ao município, os empreendedores buscavam entregar à sociedade os custos que não pretendiam suportar. Assim, teriam apenas o lucro. Raciocínio tipicamente capitalista. Porém, surgiram uma série de entraves, ora burocráticos, ora jurídicos, ora políticos que serão relatados oportunamente, e que, seguramente, revelam o prejuízo maior de todos: a contínua degradação de uma área que poderia ser considerada um verdadeiro oásis no panorama urbano, impermeável e formado, principalmente, de concreto e ferro.

Se os empreendedores assumissem, a gestão do negócio também sob a perspectiva ambiental e social²⁵, a mata do Marco Zero, mais do que representar um custo, poderia significar um investimento. Deste modo, recuperar suas condições altamente degradadas e possibilitar sua utilização como espaço de integração e interação, certamente resultaria em reconhecimento por parte da sociedade e do poder público em relação à efetiva valorização da imagem empresarial. Aí sim, poderia ser concedida a redução de tributo incidente sobre a área, ou até a isenção, desde que devidamente aprovado pelo poder competente.

Ainda assim, vale ressaltar, o projeto era ambicioso e certamente traria desenvolvimento à região. Algumas etapas já foram vencidas, não sem polêmica e, até, suspeitas de irregularidades. A paisagem daquele cenário realmente transformou-se definitivamente. Entretanto, é possível identificar agora, com mais evidências o paradoxo de realidades tão díspares. A pobreza e a riqueza convivendo muito próximas uma da outra.

Apresentar, a seguir, a área objeto da pesquisa, portanto, exige lembrar as origens da denominação daquela mata que durante muito tempo – pelo menos cinquenta anos – permaneceu esquecida. Mesmo depois de batizada oficialmente, com festa e comemorações, manteve-se adormecida na memória do poder público e da sociedade.

²⁵ **Responsabilidade Socioambiental** – é aquela que estende a sua preocupação também aos danos ou males econômicos e sociais que afetam a sociedade por causa dos danos ambientais, notadamente os setores ou camadas mais pobres e desfavorecidas da população. (MILARÉ, 2013, p.668)

Somente foi lembrada de tempos em tempos, principalmente nas datas de comemoração do aniversário de Londrina, quando jornais publicavam uma ou outra matéria elaborada por um de seus jornalistas sensíveis ao local. Com o tempo tais artigos tornaram-se repetitivos, mas tiveram o mérito de não deixarem a história cair no completo esquecimento.

Com o empreendimento privado, mais do que com os importantes elementos públicos já existentes, novamente os olhares se voltaram para a zona leste de Londrina. Daí a necessidade de apresentar as origens da denominação, diretamente envolvidas com as transformações que se sucederam nas últimas décadas.

Outros empreendimentos estão sendo projetados para a região, como uma instituição de ensino superior, que, segundo relato de matéria jornalística que será oportunamente apresentada, já procedeu a aquisição do imóvel onde será instalada e iniciou a primeira etapa da construção, na Vila Santa Terezinha, englobando o Córrego Água das Pedras, local próximo a diversas comunidades carentes e que vivem em condições de precariedade econômica e social e, convivem com alto grau de degradação ambiental urbana.

A) Primeira e Segunda Fases: 1984 a 1995 – 1996 a 2003

A museóloga Marina Zuleica Scalassara, em entrevista para a revista da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Mercado em Foco de agosto de 2014, contou que escolheu, despretensiosamente, o nome daquela mata onde foi instalado o primeiro acampamento em 1929. Lembrou que:

Com o passar do tempo, a chegada da caravana ficou esquecida. Poucos conheciam os detalhes sobre aquele momento. Na época, a maior referência sobre a região e os desbravadores era George Smith. “Ele ficou fora de Londrina por um tempo e voltou em 1975. Ia muito ao museu. Tudo que ele contava, ele comprovava por meio de imagens e nós íamos comprovar *in loco*. Ele indicou o ponto do Marco Zero”, conta dona Zuleica, como é mais conhecida. (MASSA, 2014, p. 27)

As reuniões com o objetivo de preparar as comemorações e homenagens aos cinquenta anos de Londrina culminaram com a instalação de uma lápide no Marco Zero no dia 03 de dezembro de 1984, por ideia do professor de Latim Nelson Ubiali. Na organização do evento, assim como no dia de sua realização a participação de personalidades pioneiras, como José Juliani, primeiro fotógrafo da cidade, Alceu Ferraz, primeiro médico endoscopista de Londrina e o próprio George

Craig Smith, além da presença de outros pioneiros, bem como de autoridades e de estudantes foi o toque de valorização da história londrinense.

Para os pioneiros, segundo a musicista Hylea Ferraz, na mesma entrevista para a revista Mercado em Foco, eram importantes ações como aquela, pois tinham a “preocupação de preservação do local e o esquecimento das gerações posteriores. Sendo assim, acharam que o aniversário da cidade seria uma bela data para a instalação da lápide”. (Massa, 2014, p. 27)

A denominação – Marco Zero – foi cunhada tendo como referência a cidade de São Paulo que também possui uma localidade considerada como o marco zero. Apenas com o interesse de homenagear aquele local até então pouco reconhecido na tradição municipal, apesar de sua evidente importância histórica, é que foi feita a proposta de batizá-lo.

“O Marco Zero não tinha esse nome, ninguém o chamava assim. Fui eu quem escolhi o nome”, conta orgulhosa Marina Zuleica Scalassara, 81 anos, museóloga aposentada. Ela dedicou parte de sua vida ao Museu Histórico de Londrina e foi fundamental no resgate histórico do início da cidade. (MASSA, 2014, p. 27)

Mesmo assim, após receber o nome, a região permaneceu por mais de uma década sem maiores destaques no cenário urbano, apesar da existência de alguns empreendimentos públicos importantes como o Terminal Rodoviário e a Avenida Dez de Dezembro e mais recentemente, ainda que um pouco distante, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Outros elementos um pouco mais antigos são, também, destacados:

Além da efervescência, a região leste abriga duas peças fundamentais para a manutenção e desenvolvimento da infraestrutura do município. O Hospital Universitário é o único hospital público de grande ponta no norte do Paraná e atende cerca de 250 cidades do estado; e o Aeroporto José Richa, que movimenta mais de um milhão de passageiros por ano, e está em processo de ampliação e reforma completa. (CUNHA, 2013, p. 6)

A bem da verdade, até aquela data de instalação do Marco Zero, se falava das origens da cidade de Londrina, da primeira caravana, do grupo de desbravadores e dos muitos pioneiros que se dirigiram para o norte do Paraná. Entretanto, quase nunca se mencionava o local em que as estacas do primeiro acampamento foram fincadas.

Figura 28 – Lápide Comemorativa do Marco Zero



Lápide comemorativa ao Jubileu de Ouro de Londrina localizada na mata do Marco Zero, onde permanece até os dias atuais, com seu texto escrito pelo médico Alceu Ferraz e que homenageia os primeiros desbravadores. Ressalta, ao final, a importância do respeito e da preservação das origens da cidade. HENRIQUES 2017.

Resgatar a história desse local e batizá-lo de Marco Zero foi fundamental para manter o merecido destaque como o início de uma das principais cidades do sul do Brasil. Há registros fotográficos tanto das origens, do primeiro acampamento, quanto da solenidade de instalação, que bem demonstram as modificações ocorridas na paisagem local, ao longo do tempo.

Todavia, as comemorações, a solenidade de instalação e os objetivos traçados por aqueles que realizaram o evento, não foram suficientes para que as autoridades municipais e a própria sociedade reconhecessem, posteriormente, sua efetiva importância histórica no cenário municipal. Mesmo depois das comemorações,

o local só não ficou abandonado à própria sorte em virtude da presença de uma família que lá estabeleceu sua moradia.

Acompanhando a solenidade de instalação da lápide estava uma das personalidades mais marcantes para a história do Marco Zero: trata-se do senhor Pedro Dias Barbosa conhecido como Pedro da Mata. Tendo sido empregado da CTNP, proprietária da área, passou a morar na mata, acompanhado da família, com a responsabilidade de cuidar do espaço. Lá permaneceu quando a área passou para a propriedade da empresa Anderson Clayton e depois para sua sucessora a empresa Coimbra. Aos 33 anos foi, com sua mulher e seus filhos, morar e cuidar da mata e permanece até os dias atuais, embora tenha mais de 80 anos.

Hoje a rotina de seu Pedro é acordar cedo, tomar café e fazer a ronda. “Ando pela mata, olho, cato lixo. Aqui está cheio de perobinha rosa e isso é uma raridade”, observa. Mas ele cobra um olhar diferenciado também por parte das autoridades. “O progresso é bom, emprega muita gente. A cidade se desenvolve e isso não está errado. Mas tem que olhar para o outro lado também. O meio ambiente é o lado da vida, é o mais importante.”

E a preocupação de seu Pedro não é à toa. São 39 mil m² de mata, sendo a metade Área de Preservação Permanente (APP), com seis nascentes. Porém há problemas como erosões, resultantes do descaso ao longo dos anos. (...) (MASSA, 2014, p. 27)

Além de conviver com a desatenção das autoridades, o senhor Pedro da Mata conviveu, praticamente desde o início, com um misto de problemas sociais e ambientais como o desrespeito ao meio ambiente com pessoas retirando recursos da mata, sem se preocupar com a sua preservação em virtude da ignorância por desconhecimento ou talvez, simplesmente, por falta de consideração.

Com o tempo, passou a se deparar com problemas ainda piores que exigiam cuidados e sensibilidade na abordagem, uma vez que muitos usuários de drogas ilícitas acabavam se embrenhando pela mata, para se esconder e ou fazer uso das substâncias ilegais sem a preocupação de serem pegos pela polícia ou até por bandidos, ou mesmo por outros usuários. Enfrentou, portanto, quase sempre solitariamente, o desafio de cuidar daquele espaço tão marcante para a cidade. Infelizmente os problemas do passado, permanecem e se tornaram ainda mais expressivos na atualidade.

Após o cinquentenário de Londrina, o Marco Zero novamente caiu no esquecimento. A cidade se desenvolveu ainda mais, expandiu-se para todos os lados. Muitas regiões se transformaram durante as duas últimas décadas do

século XX. Porém, apesar de ter em seu entorno bairros bastante populosos e equipamentos do porte da Avenida Dez de Dezembro e do Terminal Rodoviário, além do Aeroporto, e do Hospital Universitário, poucas modificações ocorreram, a partir da década de 1980, que pudessem ser consideradas relevantes para uma transformação substancial e para impor importantes melhorias às condições da paisagem do local.

Essa região do Marco Zero passou por intensas transformações ao longo da história e possui, desde sempre, grande importância para o cenário urbano, em virtude de suas condições demográficas – pois é bastante populosa – além dos mencionados equipamentos públicos lá existentes e da sua proximidade geográfica com o centro da cidade e, também, por contar com recursos hídricos vitais para a região.

Tais condições, consideradas vantagens de relevância, podem ter sido atrativas e consubstanciaram mudanças significativas ao cenário imobiliário local, sobretudo no início dos anos 2000, depois de um período de estagnação em que permaneceu como que esquecida por empreendedores de um modo geral, durante algumas décadas. A Universidade Federal Tecnológica é mais um equipamento público que se agrega ao conjunto anteriormente mencionado e que impactou o setor imobiliário da região.

Destaca Cunha (2013, p. 6) que a existência de equipamentos como aeroporto e hospital público na região, justifica a valorização imobiliária. Entretanto os novos empreendimentos previstos devem ser adicionados ao conjunto de vantagens e “A conjugação de tais fatores contribui para a alta do preço do metro/quadrado na região – atualmente avaliada em torno de dois mil reais – e a valorização tende a crescer com a chegada de novos estabelecimentos e comodidades na Zona Leste”.

No final do milênio, a região leste da cidade ainda não despertava interesse das autoridades municipais ou dos empreendedores, nem tão pouco o Marco Zero que com toda a sua exuberância continuava abandonado quase que totalmente à própria sorte.

Em 10 de dezembro de 1996, em comemoração ao aniversário da cidade, o jornal Folha de Londrina publicou matéria do jornalista Pedro Livoratti que tratava justamente do significado histórico do Marco Zero. Começa transcrevendo a frase da lápide lá instalada doze anos antes: “Toda cidade tem o seu berço ou pelo menos

deveria ter. Este é o de Londrina.” Mas, alerta o jornalista:

A frase escrita no Marco Zero de Londrina, na rua Theodoro Victorelli, Jardim Interlagos (zona leste), não é percebida pela grande maioria da população, que praticamente esqueceu que naquele local, marcado por uma lápide simples, foi o primeiro contato dos homens da Companhia de Terras Norte do Paraná com o que mais tarde viria a ser Londrina. A cidade, que completa 62 anos de emancipação política hoje, está muito diferente do pequeno povoado que acabou originando Londrina. Localizado próximo ao centro, o Marco Zero conserva um pouco da história da Cidade. (LIVORATTI, 1996, p. 1)

A matéria ressalta a presença do senhor Pedro da Mata com sua função de guardião e protetor da mata, e ainda a existência de um projeto de revitalização em parceria entre a Secretaria de Cultura de Londrina e a empresa Anderson Clayton que, porém, não saiu do papel.

Em setembro de 1997, no jornal Paraná Notícias, foi publicada uma matéria sobre o Marco Zero que descreve o local e as condições em que se encontra. “O primeiro reservatório de abastecimento de água da cidade, ainda permanece intacto, várias minas de água jorram entre as matas. A bomba d’água, os encanamentos, ainda ligam as minas ao reservatório, embora precário sem uso, permanece ali como um fato histórico.” (VIDOTTO, 1997, p. 3)

Embora preservada a mata, muito se deve a um único cidadão: o senhor Pedro Dias Barbosa que lá permaneceu com sua esposa Nair Soriano Barbosa e seus filhos Elias Dias e Elizeu Dias Barbosa. As limitações inerentes aos poucos recursos da família evidenciaram-se ainda mais após a retirada da empresa proprietária Anderson Clayton, “que se estabeleceu na década de 50 e teve grande importância para a cidade.” (MENEGHEL, 2004, p. 4A).

Foi, então, sucedida pela empresa Coimbra Comércio e Processamento de Grãos e Oleaginosas S/A e que antes de encerrar suas atividades no local, tentou, mediante acordo, entregar a área para o Município, e receber outro lote em troca. Justificou-se a tentativa em virtude do dispêndio para mantê-lo, pois “o local representa pagamento de IPTU, em torno de R\$ 4,4 mil, e uma área que não pode ser utilizada, pois parte da mata não pode ser derrubada.” (MENEGHEL, 2004, p. 4A).

Para uma empresa, tais despesas, representam redução de lucratividade e, vale lembrar, o raciocínio capitalista, voltado para o lucro, até bem pouco tempo, não assimilava a recuperação e a preservação ambiental como uma de suas tarefas

decorrentes da responsabilidade socioambiental. Aliás, ainda hoje há certa resistência em relação a tal ideia. A empresa não logrou sucesso em seu intento de entregar parte de sua propriedade, que para ela não gerava qualquer perspectiva de lucro, ao município.

Em 1998, no dia dezesseis do mês de julho, o jornal Folha de Londrina publicou uma matéria da jornalista Jossânia Navolar sobre o Marco Zero. Descrevendo o local como calmo e silencioso. Menciona, mais uma vez, a importante missão do senhor Pedro da Mata, que em virtude, primeiro da necessidade de trabalho e depois por amor, dedicou-se a cuidar como guardião, protetor e segurança. Entretanto seu árduo e dedicado trabalho não impediu a degradação ambiental.

Os principais inimigos do Marco Zero são a erosão e o lixo. A erosão descobre as raízes das árvores, enfraquecendo-as com seu poder devastador. Pneus, garrafas plásticas de refrigerantes, roupas e papel são jogados, pela água da chuva, em pontos estratégicos da mata. A visão chega a ser triste para quem visita o lugar.

O reconhecimento do local pela comunidade é visível apenas numa placa fria de bronze, colocada em 1984, lembrando alguns nomes importantes responsáveis pelo 'nascimento' de Londrina. Mas, pelo que aparenta, não passou disso. O primeiro reservatório de água, com minas ainda funcionando, está esquecido, sendo venerado apenas pelo corajoso guardião do lugar.

A cidade se ressentida por falta de opções de lazer. Por que não aproveitar um lugar quase pronto? Por que não transformar aquilo num passeio público? Cercas protegendo o lugar de vândalos e depredadores da natureza seriam úteis para ajudar a manter as coisas mais organizadas. Uma infraestrutura que pudesse receber melhor os visitantes seria bem-vinda pelas escolas que, uma vez ou outra, levam crianças para conhecer o "berço" da cidade.

Largado à própria sorte, a história do Marco Zero vai se perdendo. A erosão, o lixo, o uso da mata como "banheiro público" e o descaso estão acabando com o lugar. A impressão que se tem é que a reserva é uma espécie de porão da casa da gente, esquecido para não dar nó na cabeça. Comunicada da sujeira, apurada pela Folha, a Autarquia do Meio Ambiente (AMA) prometeu enviar fiscais para apurar a situação. (sic, NAVOLAR, 1998, p. 1)

A área atualmente está cercada, mas as questões formuladas pela jornalista, não foram respondidas e nenhuma providência foi tomada, nem mesmo pela Autarquia do Meio Ambiente – AMA.²⁶ Incontáveis seriam as possibilidades e atividades a serem realizadas naquele local, lazer, turismo, contemplação,

²⁶ **AMA** – Autarquia Municipal do Meio Ambiente, que após envolvimento em escândalos de corrupção e desvio de verbas, foi extinta, sendo, posteriormente, criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

meditação e a educação ambiental²⁷ envolvida em todas. Serviriam para valorizar e enaltecer a história de Londrina e de todo o norte do Paraná, além de expandir os horizontes do conhecimento ambiental e promover o desenvolvimento de uma consciência ecológica.

A preservação aliada a uma política urbana consistente e bem planejada, com a participação e envolvimento da sociedade em parceria com o poder público, certamente serviria para reparar alguns erros do passado, além de contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento do município.

B) Terceira Fase: 2004 a 2017

Olhar, também, para o futuro é o que se espera. Preservar e cuidar para não perder a história e respeitar as origens é tão importante quanto construir um futuro sustentável. Não é uma tarefa somente do poder público ou de empreendedores, mas de toda a sociedade.

O que se verifica, porém, é que ainda na atualidade, nenhum dos seguimentos está disposto a enfrentar o desafio por motivos diversificados com destaque para o fator econômico, já que qualquer ação voltada à recuperação e manutenção do local exigirá dispêndios não apenas oportunos, em virtude da situação em que se encontra, mas constantes para a boa conservação das condições ao longo do tempo.

O Poder Público Municipal até reconhece a importância do local, mas ainda nada fez para valorizar e destacar o espaço. “O problema é que faltam recursos para a Prefeitura. Talvez, o espaço não tivesse o mesmo cuidado se estivesse com a Prefeitura, que não tem funcionários suficientes para cuidar do que já tem”, afirma a diretora de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Vanda de Moraes. “O Marco Zero não tem o destaque que merece. Reconhecemos que isso também é falha nossa”, ressalta. (MENEHEL, 2004, p.4A)

Em 15 de julho de 2005 a Folha de Londrina, publicou matéria expondo a respeito da existência de um projeto que buscava alternativas para revitalizar e

²⁷ **Educação Ambiental** – instituída pela Lei 9.795 de 1999, sagrou o Brasil como o primeiro país da América Latina a ter uma política nacional específica. A legislação ambiental em seu conjunto lembra repetidas vezes a necessidade de participação da coletividade na promoção da defesa e melhoria da qualidade ambiental, sendo aí secundada pelas práticas do planejamento e gestão ambiental que canonizam a necessidade do processo participativo, da conscientização e a mobilização das comunidades. (MILARÉ, 2013, p. 930 e 931)

preservar o Marco Zero e outros fundos de vale, que teriam uma integração turística. O projeto previa a “caracterização temática dos países que contribuíram com a colonização de Londrina” e os contatos já estariam sendo feitos com as embaixadas da Inglaterra, com quem ficaria o Marco Zero, além do Japão, da Itália e de Portugal. (FARO, Folha Cidades, p. 3) Efetivamente nada mais foi publicado a respeito e, provavelmente, não obtiveram o retorno esperado dos países contatados, ao menos no que se refere ao Marco Zero que permaneceu nas mesmas condições anteriores.

Uma das primeiras, reportagens publicadas sobre as transformações previstas para a zona leste da cidade de Londrina, em virtude das projeções para a construção de um complexo empresarial e desde o início, também batizado de Marco Zero, foi publicada na data de 14 de julho de 2006, de autoria da jornalista Erika Zanon.

Naquela oportunidade o imobiliário Raul Fulgêncio, na condição de representante de um grupo empresarial, visitou a sede do jornal Folha de Londrina para apresentar o projeto de um empreendimento localizado no terreno onde estava instalada uma empresa de grãos há mais de 50 anos. Evidenciou-se, naquele momento que, provavelmente, a visita fazia parte de uma estratégia inicial de planejamento publicitário.²⁸

O grupo empresarial, contou o representante ao proprietário do Jornal, José Eduardo de Andrade Vieira, havia comprado da empresa Coimbra S/A o imóvel de 257 mil metros quadrados. Na reportagem, que não identificou qual seria o tal grupo empresarial, foram divulgadas poucas informações do projeto que previa a construção de um teatro pelo município, no terreno a ser doado pelo empreendimento. Nada foi mencionado sobre a mata do Marco Zero, que, no entanto e apesar de estar separada do futuro empreendimento por uma avenida, fez parte da negociação, além de terem se apropriado do nome que já estava sedimentado na memória londrinense, o que representou uma das estratégias de “marketing e que

²⁸ **Planejamento Publicitário** - O planejamento estratégico surgiu em Londres (1968). Stanley Pollit, executivo de contas da *Pritchard Woods Partners*, começou por ter a ideia. Mas, a formalização desta função aconteceu quando Pollit, juntamente com outros publicitários entre os quais Martin Boase, Gabe Massimi e John Webster, decidiu fundar a sua própria agência: a *Boase Massimi Pollit (BMP)* em 1968 (Steel, 2000: 46). O termo *account planning* foi criado por Stephen King da J. Walter Thompson, nessa mesma época. O'Malley (1998: 43) cita duas linhas de planejamento estratégico: a da agência JWT, por Stephen King e a da agência BMP, por Stanley Pollit. Os dois publicitários seguiram perspectivas diferentes. O planejamento estratégico possui plataforma conceptual única, mas permite uma série de variantes (Staveley, 1998: 37) CARDOSO, Paulo. **Um enquadramento conceptual do planejamento estratégico publicitário**. Universidade Fernando Pessoa. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cardoso-paulo-Planeamento-publicitario.html>. Acesso em 23/11/2016

se consolidou, em breve, de forma definitiva porque a publicidade torna-se aqui uma ideologia.” (LEFEVBRE, 2001, p. 32)

O futuro tornou-se incerto para o senhor Pedro da Mata. “Em clima de despedida, ele acha que em breve perderá seu posto, pois os empresários que compraram a área doaram o Marco Zero à prefeitura.” (SANTIN, 2006, p. 1) Entretanto o secretário municipal de Cultura, Luciano Bitencourt informou que poucas alterações seriam feitas no local, apenas para estimular a visitação e afirmou que “De alguma forma ele deve permanecer ali. Temos que manter o Pedro da Mata ligado ao futuro parque. Ainda não sabemos como, mas queremos que ele fique.” (SANTIN, 2006, p. 1)

A pedido do então prefeito Nedson Micheleti, em março de 2007 foi iniciado um levantamento da área do Marco Zero, pela Secretaria Municipal do Ambiente, cujo secretário era Gerson Silva, com o objetivo de elaborar um diagnóstico do local. “Problemas como erosão, falta de iluminação interna e o lixo, depositado no entorno do Marco Zero por moradores da região, também foram apontados pelo funcionário da SEMA.” (SARIS, 2007, p.7)

Equipe multidisciplinar, formada por geógrafo, biólogo e arquiteto deveria, então, estudar uma proposta de conservação, com a intenção de abrir ao público para visitação. O inventário da fauna e da flora demonstrou o zelo e cuidados despendidos pelo senhor Pedro da Mata, pois o local estava bem conservado, segundo avaliação de Sidney Bertho, responsável pelos parques Arthur Thomas²⁹ e Daisaku Ikeda³⁰. (SARIS, 2007, p. 7)

²⁹ **Parque Arthur Thomas** - o nome é em homenagem ao desbravador e fundador de Londrina Arthur Hugh Miller Thomas, escocês, nascido em 13 de dezembro de 1889 em Edimburgo. A Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas, é localizada no estado do Paraná, na **região sul do município de Londrina**, Jardim Piza.

O acesso por via terrestre se dá pela Avenida Dez de Dezembro até a Rua da Natureza, 155. http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=196 Acesso em 24/11/2016

³⁰ **Parque Daisaku Ikeda** - A **Unidade de Conservação Parque Ecológico Dr. Daisaku Ikeda** foi criada em novembro de 1999 e inaugurada em setembro de 2000. O nome do Parque da Usina Três Bocas homenageia **Dr. Daisaku Ikeda**, líder budista, filósofo, poeta e educador, **presidente da ONG Soka Gakkai Internacional**, filiada à ONU. O Parque está localizado **à aproximadamente 12 Km do centro de Londrina**, na Rodovia João Alves da Rocha, estrada para o distrito de Maravilha, às margens do Ribeirão Três Bocas. Sua área total abrange 51, 28 alqueires e preserva como ponto turístico a antiga Usina Três Bocas, segunda usina hidrelétrica do município de Londrina, implantada em 1943 pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica e desativada em 1983. http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=243&Itemid=193 – Acesso em 24/11/2016

“A área foi doada ao município em novembro de 2005 por empresários do Grupo Marco Zero (...)”, mas a doação, apesar de ter sido oficializada, segundo informou o imobiliário Raul Fulgêncio, não teve sua escritura lavrada em nome da prefeitura. (SARIS, 2007, p. 7) De lá para cá, muitos foram os desencontros de informação e até hoje permanece, o Marco Zero de Londrina, em situação de completa indefinição.

Em dezenove de agosto de 2008, o terreno que abrigava a empresa Anderson Clayton e depois Coimbra S/A, recebeu as primeiras máquinas. Com isto se iniciava a primeira etapa – de infraestrutura – do que viria a ser o definitivamente denominado Complexo Empresarial Marco Zero e que abrigaria, conforme as projeções, “*Boulevard, Shopping Center, torres residenciais e comerciais, hotel, centro de convenções, faculdade, e hospital*”. (ZANON, 2008, p. 3)

Segundo o gestor do Marco Zero, Raul Fulgêncio, o início das obras foi atrasado porque dependia de licenças ambientais.³¹ “Agora está tudo regularizado”, afirmou Fulgêncio. A previsão é que o local seja inaugurado em março de 2010. As obras restantes do empreendimento, segundo ele, devem acontecer por etapa. No período de construção devem ser criados perto de 1,1 mil postos de trabalho. No conjunto, o espaço Marco Zero ocupa uma área com aproximadamente 250 mil metros quadrados: o espaço do *Boulevard, do Shopping Center, dos condomínios e demais empreendimentos; 20 mil do Teatro Municipal; 39 mil do Marco Zero* – esses dois últimos terrenos foram doados para a Prefeitura Municipal – e 85 mil m², ainda sem projetos definidos. (ZANON, 2008, p. 3)

Em uma breve descrição, verifica-se que em nenhum momento os empreendedores preocuparam-se em assumir a mata do Marco Zero para realizar um projeto socioambiental que viabilizasse sua recuperação e utilização como espaço de lazer e de educação ambiental. Aliás, desde o início, a previsão era de doação da mata para o município, para se desvencilharem das despesas inerentes aos cuidados necessários à sua manutenção, recuperação e preservação. Nem mesmo como estratégia de *marketing* a área foi atrativa ao projeto imobiliário. Somente seu nome serviu ao empreendimento e nada mais.

A matéria publicada na Folha de Londrina na data de 27 de janeiro de 2010

³¹ **Licenciamento Ambiental** – A legislação brasileira, como a maioria das legislações de outros países, criou um sistema de licenciamento ambiental, visando a controlar as atividades privadas e públicas que possam causar dano ao meio ambiente. (...) No licenciamento ambiental, o Poder Público intervém com a finalidade de que o meio ambiente seja minimamente lesado, ou até mesmo não sofra nenhuma lesão. (MACHADO, 2015, p. 331)

ressaltou, mais uma vez o abnegado trabalho do senhor Pedro da Mata, que permaneceu como guardião do local, mesmo após o acerto recebido da empresa Coimbra S/A, junto com os demais trabalhadores que também foram dispensados ao fim das atividades. Encerrou-se, segundo informação, no momento da dispensa, o vínculo entre o senhor Pedro Dias Barbosa como empregado e a Coimbra S/A como empregadora.

Ainda que sem maiores pretensões a reportagem começa a dar as dimensões da obscuridade que encerraria a doação pretensamente procedida pelo grupo empreendedor em favor do Município, logo após a aquisição do imóvel.

O grupo imobiliário se prontificou a doar a mata para a prefeitura de Londrina. Em novembro de 2006, os secretários de meio ambiente e de cultura da administração passada declararam que a doação estava concretizada.

Porém de acordo com o departamento de patrimônio da Secretaria de Gestão Pública da prefeitura, a área ainda não pertence oficialmente ao município por conta de entraves burocráticos. “O contrato social da empresa que é dona da área está passando por alterações. Por isso ainda não foi possível formalizar a doação”, afirmou o diretor de patrimônio do município, Sebastião Amâncio.

O gerente de desenvolvimento e investimento do grupo Marco Zero, Wellington Bacchi de Souza, rebate a informação da prefeitura. “A área já foi doada, sim. Quando se faz um loteamento é preciso doar um percentual ao município. A mata faz parte da nossa doação. tanto é que nem os impostos relativos a ela, como o IPTU, são pagos por nós”, enfatizou. (SANTIN, 2010, p. 1)

Evidente que as informações são desconexas, primeiramente é forçoso lembrar que as primeiras obras de loteamento da região foram realizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná senão antes, ao menos na década de cinquenta, quando o imóvel foi vendido à empresa Anderson Clayton.

A área de abrangência do Marco Zero, por sua vez, não se inclui, ao menos em parte – devido à qualidade de ter em seu interior uma área de preservação permanente – no conjunto de doações obrigatórias aos loteamentos em favor do município, para que possa realizar suas obras e colocar equipamentos em prol da população.

A empresa Anderson Clayton adquiriu o imóvel de grandes dimensões que incluía a área da mata do Marco Zero diretamente da CTNP. Após ser sucedida pela empresa Coimbra S/A, esta tentou, mediante acordo com o município, se desvencilhar do terreno composto pela mata, pelo fundo de vale e área de

preservação permanente, além do imposto predial e territorial urbano, incidente sobre todo o perímetro que, portanto, não pode ser utilizado para gerar lucro.

Posteriormente na primeira década do século XXI, em outro grande negócio de compra e venda, novamente a área foi adquirida por um grupo de compradores, agora da área imobiliária e que se apropriou, desde o início, da denominação dada ao Marco Zero, numa jogada publicitária que atraiu as atenções necessárias para dar início às obras e, posteriormente, entabular parcerias e alcançar interessados nos negócios advindos do empreendimento.

Desde a última aquisição, porém, se evidenciou novamente o interesse em entregar a mata, o fundo de vale e a área de preservação permanente ao Município. O local, apesar de sua importância histórica, não se consubstancia em um atrativo, ao contrário, representa despesa somente.

A parceria com uma das maiores construtoras da cidade para erguer as torres residenciais e comerciais tornou-se realidade, conforme exposto na matéria de Célia Guerra, publicada no jornal Folha de Londrina em 27 de maio de 2012. “O presidente do grupo A. Yoshii, Atsushi Yoshii, em nota enviada à FOLHA, informa que os empreendimentos imobiliários serão erguidos em um terreno de 35 mil metros quadrados, com os selos de qualidade A. Yoshii e Yticon.” (GUERRA, 2012, p. 1)

Prossegue a matéria em que Atsushi Yoshii afirma acreditar, no desenvolvimento que a região terá com a instalação do *Shopping Center*, da *Leroy Merlin* e dos demais empreendimentos na região do Marco Zero. (GUERRA, 2012, p. 1). No mesmo sentido Raul Fulgêncio afirma que o “*Shopping Center* é o vetor do desenvolvimento da região” apostando, como consequência, a “atração de outros negócios para o bairro.” (GUERRA, 2012, p. 1)

Os investimentos das obras previstas para o Marco Zero, pelos cálculos de Raul Fulgêncio, devem ultrapassar a casa e R\$ 1 bilhão. O imobiliário destaca que Londrina atrai o interesse de investidores de várias regiões do país, mas não poupa críticas ao poder público. “Vender Londrina é fácil. Difícil é a implementação dos negócios pelos entraves da administração municipal. A Lei da Muralha, por exemplo, é um inibidor do crescimento e do desenvolvimento da cidade”, alfineta. (GUERRA, 2012, p. 1)

Expressa, o imobiliário representante do grupo empreendedor, a opinião corrente entre muitos dos investidores e empreendedores que afirmam, em um entendimento nebuloso, que suas ações, mais do que beneficiá-los, beneficiam toda

a sociedade. Não aceitam que a especulação imobiliária³² – uma das vertentes da exploração econômica – junto com as demais vertentes (exploração do trabalho, exploração da produção e do serviço, dentre outras), se não forem devidamente regulamentadas e limitadas pelo Estado³³, servirão apenas para seu enriquecimento pessoal e de alguns poucos pertencentes a um sistema corporativo e dominante, em contrapartida, serve para provocar o aumento da pobreza entre aqueles que não detêm o capital, distanciando-os cada vez mais do processo de acumulação mínima que está no bojo do sistema capitalista.

5.3 Divergências Políticas e Jurídicas

A matéria do jornalista Fábio Silveira, publicada no Jornal de Londrina, expõe que a situação da mata do Marco Zero continuou repleta de conflitos que não a beneficiaram, pois município e empreendedores não se entenderam mais quanto à doação da área que está encravada “entre bairros da zona leste e uma avenida de alto fluxo – a Avenida Theodoro Victorelli”. “Hoje, a mata do Marco Zero é pressionada pela ocupação no entorno – fica próximo a uma das áreas mais carentes da cidade e sofre diversos impactos urbanos causados pela falta de controle urbano.” (SILVEIRA, 2012, p. 4)

O empresário Raul Fulgêncio, idealizador do projeto Complexo Marco Zero, afirma ter ido ao cartório e doado o terreno para a Prefeitura, mas a área ainda não faz parte do patrimônio do Município. Do outro lado, o secretário de Gestão Pública, Rogério Dias, disse que não pode receber o imóvel porque estaria envolvido em uma “dívida trabalhista”. No meio desse impasse está Pedro Dias Barbosa, mais conhecido como Pedro da Mata. Um senhor que mora no local há mais de 40 anos e que entrou na Justiça com ação trabalhista contra Fulgêncio e o grupo responsável pelo empreendimento. Nesse jogo de empurra, a única certeza é de que não há prazo para que a novela chegue ao fim. (SILVEIRA, 2013, p. 4)

³² A especulação imobiliária, basicamente, é o processo de mudança na valorização dos solos, consistindo na prática de obtenção de lucro privado a partir de investimentos realizados sobre um determinado terreno. Como sabemos, um dos efeitos do sistema capitalista sobre o espaço geográfico é a transformação do solo em mercadoria, o que o torna sujeito às variações de mercado e às leis gerais desse sistema, como a livre concorrência e a lei da oferta e da procura. A prática da especulação imobiliária no espaço da cidade é muito comum de duas principais formas: a espera pela valorização ou a realização de investimentos que estimulem essa valorização. PENA, Rodolfo F. Alves. **"Efeitos da especulação imobiliária nas cidades"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/efeitos-especulacao-imobiliaria-nas-cidades.htm>>. Acesso em 24 de novembro de 2016.

³³ Foi em razão das atrocidades aberrantes praticadas contra milhões de seres humanos pelo Estado totalitário, com poderes “sem limite”, especialmente durante o regime nazista, que a consciência ético-jurídica dos povos viu-se tocada pela necessidade de construir um novo paradigma de Estado. (GOMES, 2008, p. 275)

Ainda na mesma matéria, Edson Norder advogado de Pedro Dias Barbosa, o guardião da mata do Marco Zero de Londrina, sobre a ação trabalhista informou “que a área que o grupo tenta doar para a Prefeitura não está envolvida [no processo judicial] e nem está vinculada a nada, porque não houve execução [da ação]”.³⁴

Por sua vez, o imobiliário Raul Fulgêncio sobre o mesmo processo manifestou-se no sentido de que não tem qualquer responsabilidade de natureza trabalhista para com o senhor Pedro da Mata.

“Não poderia ser patrão de uma pessoa que mora na área há 40 anos, se comprei o terreno há 6 anos”. Fulgêncio disse que só teve contato com Pedro da Mata no dia em que foi anunciada a compra do terreno para o empreendimento do Complexo Marco Zero e negou que tenha havido qualquer relação trabalhista com ele. Enquanto a definição sobre a posse do terreno se arrasta há anos, a área do Marco Zero continua a sofrer com a degradação. (SILVEIRA, 2013, p.4)

Não bastasse tais embaraços de natureza jurídica, diretamente ligados à área da mata, e que comprometem cada vez mais a sua recuperação e preservação, o próprio empreendimento possui obras que fazem parte de um conjunto que são apontadas como irregulares. A administração do prefeito Alexandre Kireeff, entretanto, apurou uma série de irregularidades em diversas obras espalhadas por toda a cidade e não apenas no Complexo Marco Zero.

O secretário municipal de obras, Sandro Nóbrega em matéria publicada no Jornal de Londrina em julho de 2013 afirmou a existência de irregularidades em diversas obras, dando como exemplo o avanço da construção e calçamento da loja Havan, localizada na Rua Benjamin Constant e que afetará eventual projeto futuro para melhor fluxo de veículos.

³⁴ **Reclamação Trabalhista** – é o processo judicial trabalhista, também denominado dissídio individual, que objetiva dirimir conflitos nas relações de trabalho. (SILVA, 2014, p. 1166)

Nóbrega afirmou que depois que a atual administração assumiu a Prefeitura, foram identificadas várias obras irregulares e que estão sendo adotadas medidas para regularizar a situação. Ele disse, porém, que não há um levantamento sobre a quantidade de obras com problemas. “Muita coisa já foi regularizada e há muita coisa em andamento”, declarou o secretário com relação aos problemas. Nóbrega afirmou que as situações serão analisadas “caso a caso” para que sejam adotadas as medidas.

O prefeito Alexandre Kireeff (PSD) afirmou que a administração municipal analisa a situação dos empreendimentos no que diz respeito ao cumprimento da legislação. É o que Kireeff quer dizer “antes de 1º de janeiro”, ao citar os problemas herdados e que a atual gestão tenta resolver. “Estamos fazendo o levantamento de todos os casos”, declarou o prefeito.

A resposta da atual administração para tentar resolver os problemas herdados é criar normatizações para regulamentar os procedimentos e evitar que esses problemas se repitam. Segundo o prefeito, “esse ambiente solto [sem uma normatização] cria margem para tudo que nós não concordamos”. (SILVEIRA, 26/07/2013, p. 4)

No caso da referida loja Havan, somente para esclarecer e confirmar a força do poder econômico, houve completo desprezo a um dos elementos da memória londrinense, pois nenhum projeto de preservação do local foi posto em prática, perdendo-se completamente as referências do então Hotel Berlim, construído nas primeiras décadas de existência da cidade, em 1944 e posto abaixo, completamente, sessenta e sete anos depois.

Entre as estações ferroviária e rodoviária de Londrina, uma quadra inteira de acomodações. O *Hotel Berlim*, fundado em 1944 por Waldemar Hauer, fez história. Demolido em julho de 2011, o estabelecimento, nos seus últimos anos, era alugado a um estacionamento privado e a uma igreja evangélica. E mesmo com esses locatários, grande parte do imóvel ainda permanecia fechada, ou seja, o *Berlim* era enorme.

(...)

Em 1976, Waldemar Hauer vendeu o hotel ao comendador Jacob Zweckwer, de São Paulo. Londrina já não vivia mais a “era do ouro verde”, porém o plano do comendador ainda era ambicioso: “hotel de cinco estrelas e um *Shopping Center* no lugar do *Hotel Berlim*” – conta Widson Schwartz em matéria intitulada *Sofisticação e galistas no maior hotel*, publicada no *Jornal de Londrina* de 6 de agosto de 1997. Os anos foram se seguindo, a economia declinou e as ideias e Zweckwer ficaram no papel. O prédio passou por novas reformas, alguns quartos foram desmanchados, mas, a essência permaneceu a mesma – o estabelecimento continuava a abrigar viajantes, loteadores, mecânicos de manutenção e comerciantes. (TEIXEIRA, 2013, p. 97 e 101)

Em sua chamada de capa o *Jornal de Londrina*, datado de 19 de janeiro de 2014, destaca em letras garrafais: “COMPLEXO MARCO ZERO ENTRA NA MIRA DO MP” e resume a matéria que será tratada nas páginas seguintes:

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público abriu um inquérito para investigar supostas irregularidades nos processos de concessão de alvarás e Habite-se de três empreendimentos do Complexo Marco Zero: *Shopping Center Boulevard*, *Leroy Merlin* e Hotel Ibis. A Prefeitura de Londrina anunciou que também abrirá sindicância para identificar se houve envolvimento dos servidores na liberação de obras com suspeitas de irregularidades. No caso do Hotel Ibis, a construção foi iniciada sem alvará. (SILVEIRA, 2014, p. 1)

A reportagem do Jornal de Londrina, conta que as irregularidades apontadas nas obras do Complexo Marco Zero levaram o Ministério Público Estadual a instaurar inquérito civil³⁵ com o objetivo investigativo, para apuração dos processos de concessão de alvarás e habite-se para três dos empreendimentos então em andamento, conforme indicado na transcrição acima. (SILVEIRA, 2014, p. 4)

Em 05 de fevereiro de 2014 a notícia apresentada pelo jornalista Fábio Silveira atesta que “o pedido de abertura de uma CEI³⁶ para apurar possíveis irregularidades na liberação de alvarás e Habite-se foi protocolado ontem na Casa; o caso já é objeto da Prefeitura e do MP.” (SILVEIRA, 2014, p. 5)

A procuradoria da Câmara, segundo a matéria, deverá se manifestar e a criação da comissão pode ser votada na sequência. Assinou o requerimento o vereador Jamil Janene, que protocolou o pedido, acompanhado dos vereadores Douglas Pereira, Mário Takahashi, Gustavo Richa, Joaquim Donizete do Carmo, Péricles Deliberador e José Roque Neto.

No dia anterior, a matéria de Fábio Luporini publicada no Jornal de Londrina, atesta atrasos nas obras, cuja construção está sob a responsabilidade da prefeitura. “As obras do Teatro Municipal sofreram dois aditivos: um no ano passado de 60 dias e R\$ 85 mil. Outro, agora em janeiro, de 130 dias e sem valor adicional.” (LUPORINI, 2014, p. 27).

³⁵ **Inquérito Civil** – Constitui procedimento investigatório, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais. (MILARÉ, 2013, p. 1372)

³⁶ **Comissão Especial de Investigação** – se assemelha à Comissão Parlamentar de Inquérito. “É a espécie de comissão legislativa, de caráter temporário, que se destina a apuração de fato determinado, prevendo a Constituição de 1988 que a CPI tem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais.” (SILVA, 2014, p. 317)

As primeiras estruturas do Teatro Municipal de Londrina erguidas dão alívio para Solange Batigliana, secretária de Cultura. “Ver que ele não se tornou um buraco é um alívio. Havia receio de que a obra parasse, de que ficasse só na primeira fase”, revela. Por enquanto a licitação da segunda fase depende de trâmites burocráticos. “Enviamos a documentação para o ministério e dependemos da tramitação.” De acordo com Solange, o tempo a mais de obra é natural. “É uma obra grande e prefiro não dizer atraso, mas uma acomodação natural das atividades. Fui lá no fim do ano passado, quando anunciamos o recurso, e voltei lá sexta-feira passada. Em um mês algumas estruturas foram erguidas.” (LUPORINI, 2014, p. 27)

As marcas do Teatro Municipal, ainda hoje, permanecem como que uma carcaça de um monstro pré-histórico que faz o Complexo Marco Zero ficar com um aspecto de inacabado, pois ainda não é visível o avanço das obras de responsabilidade do município, se é que existiram depois da data da matéria acima. Pior que não observar a marcha da construção, é observar que nada mais se modificou decorridos tantos meses. A obra permanece mais tempo paralisada do que em andamento. A ação do tempo, certamente, representará prejuízos ao que já foi investido se a obra não for retomada em breve. Esta conta será da sociedade.

Os três empreendimentos privados – *Shopping Center Boulevard*, *Leroy Merlin* e Hotel Ibis – já iniciaram atividades, apesar de percalços burocráticos e supostas irregularidades e descumprimentos de comandos legais. Outros, ainda não saíram do papel, mas é uma questão de tempo ou mesmo de momento econômico que exige, sobretudo na área imobiliária, certo cuidado para alcançar, efetivamente, os rendimentos previstos e evitar prejuízos.

Em menos de dez dias “uma emenda apresentada pelo vereador Roberto Fu (PDT) pode ampliar o foco da “Comissão Especial de Investigação (CEI) do Marco Zero” cuja abertura seria analisada ontem na Câmara de Londrina.” É o que conta a matéria de autoria de Luís Fernando Wiltenburg publicada na data e 14 de fevereiro de 2014.

Relata, ainda, que “O pedido original de Jamil Janene (PP) focava na situação dos alvarás e Habite-se dos empreendimentos do Marco Zero.” Já o vereador Roberto Fu disse que propôs a emenda por considerar que focar a investigação em apenas um empreendimento feriria o princípio da isonomia. Além disso, lembrou, “há vários outros estabelecimentos que passam pelo mesmo problema.” (WILTENBURG, 2014, p. 3)

A sessão da Câmara contou com o acompanhamento de diversos setores públicos e privados, como o presidente da Associação Comercial e Industrial de

Londrina – ACIL, Flávio Balan, e pelo ex-presidente Nivaldo Benvenho, além dos secretários Sandro Nóbrega (Obras) e Paulo Arcoverde (Governo), e dos presidentes da Companhia Habitacional de Londrina (Cohab) José Roberto Hoffmann e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul), Igues Dequech.

Presente ontem na Câmara, o presidente da ACIL, Flávio Balan, disse que a entidade queria entender o motivo de “mais uma CEI” em Londrina. “A justificativa do Jamil é que há funcionários na prefeitura que barram o lançamento do alvará. Se for isso, somos a favor”. disse. Por outro lado, Balan afirma que seria melhor que a Câmara tivesse dados mais consistentes para iniciar a investigação. “Talvez não seja hora de mais uma CEI. Queremos saber o que é a denúncia para que não passemos por mais um processo doloroso em vão”, afirma, admitindo que a Acil recebe constantes reclamações de empresários sobre a dificuldade na obtenção de documentos na Secretaria de Obras. (WILTENBURG, 2014, p. 3)

Embora a demora na emissão de alvarás e Habite-se seja do poder público municipal, a matéria publicada na Folha de Londrina de 16 de fevereiro de 2014, informa que caberá aos próprios empresários apurar os motivos que ensejam tal procrastinação. Assim a proposta de CEI, por pressão de alguns setores da sociedade, foi retirada pelo vereador José Janene que também exigiu “que o empresário Raul Fulgêncio se prontifique a explicar para esse grupo quais as dificuldades pela qual passou.” (sic) Em resposta o empresário informou que se pronunciaria após se inteirar a respeito do assunto. (WILTEMBURG, 2014, p. 4)

Em 21 de fevereiro de 2014, matéria publicada na Folha de Londrina expõe que em virtude do parecer da procuradoria jurídica a Mesa Executiva da Câmara de Londrina, arquivou a emenda apresentada pelo vereador Roberto Fu, pois o “pedido não preenche os requisitos de admissibilidade por não haver caracterização que a justifique.” (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Ao que parece a propositura da emenda consubstanciou uma manobra do vereador que serviu para retirar o projeto de CEI de pauta para que membros do Poder Legislativo e seguimentos empresariais se compusessem no sentido de evitar a abertura de uma CEI.

Também ontem a ACIL encaminhou à Câmara documento em que se compromete, em conjunto com outras entidades que compõem o fórum “Destrava Londrina”, fazer uma “profunda investigação” dos fatos apontados. Além disso, pede a indicação de parlamentares que possam compor o fórum. O pedido foi encaminhado para o colégio de líderes, que decidirá se cabe à Câmara a participação. (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Enquanto isto, ainda que reprovado pelo vereador Jamil Janene a vereadora Sandra Graça, informou que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, cuja função, segundo ela, é fiscalizar o andamento dos serviços prestados pela prefeitura, “faria um pente-fino nos empreendimentos instalados em Londrina nos últimos cinco anos referente à documentação.” (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Em matéria de autoria do jornalista Marcelo Frazão, publicada pelo Jornal de Londrina em 25 de fevereiro de 2014, com interregno de quatro dias em relação à reportagem anterior, observa-se uma reviravolta nos acontecimentos ligados ao Complexo Marco Zero e à mata, pois é noticiado no artigo que cabe ao empresário Raul Fulgêncio apresentar à Prefeitura um Plano de Recuperação de Área Degradada (Prad)³⁷.

A prefeitura revelou que o prazo se encerraria em 26 de fevereiro de 2016, ao participar de reunião na Câmara de Vereadores. Novamente, reforçou o então procurador do município Paulo Valle, a doação da mata não se concretizou, portanto o proprietário continua sendo o imobiliário Raul Fulgêncio.

Desta vez, porém, além da permanência do senhor Pedro da Mata e da reclamatória promovida por ele contra o empresário, foi trazida uma nova questão:

Durante a reunião de ontem, as autoridades também apontaram uma nova irregularidade, até então desconhecida: segundo a Prefeitura, a mata do Marco Zero foi doada como praça, como parte dos 35% exigidos do empreendedor. “A mata é área de preservação onde nunca poderá ser construída uma praça”, ressaltou a vereadora Sandra Graça (PP). O caso será estudado e Raul Fulgêncio pode ser obrigado a doar novas áreas para compensar o erro. (FRAZÃO, 2014, p.5)

Corroborando a informação acima, em matéria publicada pelo Jornal de Londrina dois dias depois – em 28 de fevereiro de 2014 – de autoria de Marcelo Frazão, “o empresário Raul Fulgêncio enviou um documento à Secretaria Municipal do Ambiente (Sema) pedindo mais 60 dias de prazo e reconhecendo o local como de propriedade da empresa Marco Zero Empreendimentos Imobiliários, da qual é sócio”.

Além do reconhecimento, a matéria anuncia a existência de pessoa

³⁷ **PRAD** – Tecnicamente, refere-se ao conjunto de medidas que propiciarão à área degradada condições de estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, com solo apto para uso futuro e paisagem esteticamente harmoniosa. <http://ima.al.gov.br/gestao-florestal/plano-de-recuperacao-de-areas-degradadas-prad/> Acesso em 24/11/2016

jurídica na área imobiliária e que, assim como o empreendimento batizado de Complexo Marco Zero, também se apropriou da denominação Marco Zero. (FRAZÃO, 2014, p. 6)

A Folha de Londrina, por sua vez, em matéria assinada por Luís Fernando Wilteburg, publicou em 11 de março de 2014, a cobrança feita à administração pública, por parte de um grupo de vereadores que discute a situação do Marco Zero, solicitando “uma definição da natureza do fragmento florestal que é prometida à prefeitura como contrapartida ao empreendimento comercial levantado no local.” (sic)

Afinal o que se constata, não raras vezes, dentro do próprio poder público, inclusive neste caso, é que “O desencontro de repartições dentro da própria prefeitura pode ter provocado uma dificuldade na contrapartida. O motivo é a ausência de estudos sobre a área.” (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

O projeto passou pelas secretarias de Obras e Meio Ambiente, além da Procuradoria Jurídica e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul). Em alguns momentos, ficou clara a dificuldade entre representantes de cada repartição em esclarecer, por exemplo, quem deu determinado parecer e se havia corroboração. (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Para a promotora Solange Vicentim “houve várias falhas que estão se evidenciando agora.” Entretanto, afirmou que “do ponto de vista dos trâmites, o empresário Raul Fulgêncio seguiu as regras determinadas pela prefeitura.” (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Mais uma vez, a questão do morador do Marco Zero, o senhor Pedro da Mata, foi trazida como impeditiva da transferência de propriedade, principalmente em virtude da ação trabalhista movida por ele contra o empresário.

Nova tentativa de abertura de Comissão Especial de Inquérito, por parte do vereador Jamil Janene acabou sendo rejeitada por dez votos contra sete. Alegando fato novo a reapresentação aconteceu a despeito do acordo com a Associação Comercial e Industrial de Londrina prever um prazo de noventa dias e tendo decorrido pouco mais de trinta. É o que conta a matéria publicada pela Folha de Londrina em 28/03/2016. Na mesma data o Jornal de Londrina em matéria de Fábio Silveira e Juliana Gonçalves comentam o arquivamento do requerimento e a mudança de voto de vereadores. (SILVEIRA e GONÇALVES, 2014, p. 8)

Segundo o vereador Jamil Janene houve interferência “do Executivo”. Outros vereadores negaram que tenham sofrido qualquer pressão ou influência. O Chefe de

gabinete do prefeito, Márcio Stamm, por sua vez, negou qualquer interferência. (WILTEMBURG, 2014, p. 5)

Destaca-se na notícia a instauração de sindicância por parte da Corregedoria Geral do Município. “O procedimento foi iniciado a pedido da promotora de Justiça do Patrimônio Público Sandra Koch, que já tem inquérito aberto sobre o caso.” (WILTEMBURG, 2014, p. 5). O objetivo do procedimento é “apurar possíveis irregularidades no processo de implementação dos empreendimentos.” (WILTEMBURG, 2014, p. 5)

Após reconhecer a propriedade do Marco Zero, o imobiliário Raul Fulgêncio, reforçando a mudança de seu discurso, além da apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) disponibilizou à Câmara de Vereadores o primeiro estudo hidrológico da área que constatou a existência de seis nascentes³⁸, conforme indica a matéria do Jornal de Londrina de 13 de maio de 2014. Na mesma data a Folha de Londrina em matéria assinada por Luís Fernando Wilteburg corrobora o conjunto de informações relativas “a impossibilidade de repassar a região ao município como contrapartida do loteamento em que foram levantados os empreendimentos do Complexo Marco Zero”. (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Conforme o estudo feito pela CMB Consultoria, do geólogo Cleuber Moraes, ex-secretário municipal do Ambiente, dos cerca de 40 mil metros quadrados da área onde fica a mata do Marco Zero, metade é APP. A outra metade poderia ter “qualquer destinação”. Na conversa com os vereadores, Fulgêncio afirmou que seu grupo não é “obrigado a doar a mata do Marco Zero” e que “é possível usar boa parte dela”. “Não é 100% APP”, argumentou. Ele disse, no entanto, que isso não quer dizer que ele não esteja disposto a fazer doação. “Isso não interfere em nada, [o empreendimento] tem área superior aos 35% que a lei determina”, declarou Fulgêncio, referindo-se ao Complexo Marco Zero. (SILVEIRA, 2014, p. 5)

Quanto ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) cabe aos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, segundo a secretária Maria Sílvia Cebulski apreciar e se manifestar sobre seu conteúdo.

³⁸ O estudo hidrológico apontou a existência de seis nascentes, quantidade diferente de outros documentos pesquisados. A preferência será dada a tal informação, pois se trata de levantamento técnico feito recentemente.

Sobre o estudo hidrológico, a secretária disse ter ficado tranquila porque a conclusão é semelhante à dos técnicos da SEMA. “Vamos estudar, avaliar e faremos uma vistoria no local”, declarou. A vereadora Sandra Graça (SDD), relatora da Comissão de Trabalho, ressaltou que “a legislação não permite a doação de áreas de preservação [como contrapartida ao parcelamento do solo]”. Segundo a relatora os vereadores vão analisar como poderia ser feita a compensação. “Vamos analisar para chegar à conclusão sobre o que é melhor para Londrina.” (SILVEIRA, 2014, p. 5)

A elaboração de um termo de ajuste de conduta (TAC) foi o assunto da matéria publicada na Folha de Londrina na data de 27 de maio de 2014. A proposta foi apresentada como uma solução para o desfecho das discussões relativas à mata do Marco Zero e seu entorno próximo que congrega um complexo de empreendimentos. Ainda na matéria, Luís Fernando Wilteburg menciona que “a prefeitura elabora um projeto de lei para simplificar a aprovação de obras, eliminando o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) quando for considerado desnecessário.” (WILTEBURG, 2014, p. 3)

As negociações para a efetiva assinatura do termo de ajustamento de conduta – TAC³⁹ foram mediadas pelo Ministério Público estadual, com o apoio de entidades ambientais. A vereadora Sandra Graça mencionada na matéria do Jornal de Londrina de 10 de junho de 2014, também participou das discussões, assim como representantes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL. Em resumo, segue a proposta colocada em discussão:

Aos empreendedores:

- Recuperar a mata do Marco Zero e doá-la posteriormente, ao Município;
- Repassar o *Boulevard* (calçadão que passa entre os empreendimentos que compõem o Complexo Marco Zero) à Prefeitura e arcar com a manutenção dele;
- Construir uma infraestrutura, que ainda será definida pelo grupo de discussão, para visitação pública.

À Prefeitura:

- Liberar os alvarás e os documentos de Habite-se ao empreendimento, colocando-o em regularidade com a legislação. (SILVEIRA, 2014, p.8)

A representante do Ministério Público, Solange Vicentim, lembrou, entretanto, “que Pedro Dias Barbosa, conhecido como Pedro da Mata, que mora na mata do Marco Zero há décadas, está instalado sobre uma área de preservação

³⁹ **TAC** – Termo ou Compromisso de Ajuste de Conduta é um mecanismo de solução extrajudicial de conflitos pautado pela negociação entre as partes e tem por finalidade fazer cessar ou buscar indenização pelas lesões aos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos. (SILVA, 2014, p. 1383)

permanente (APP)". Ele acionou empreendedores do complexo na justiça para requerer direitos trabalhistas. "É importante também ouvi-lo". (SILVEIRA, 2014, p. 8)

Tanto a Folha de Londrina, como o Jornal de Londrina apresentaram matérias, novamente, sobre as negociações relativas ao termo de ajustamento de conduta que foi entabulado com a intervenção do Ministério Público estadual junto ao município e empreendedores.

No Jornal de Londrina sob autoria do jornalista Fábio Silveira, em 12 de junho de 2014, a matéria traz o posicionamento do então presidente da agora instaurada Comissão Especial de Inquérito (CEI), Jamil Janene, que apura as supostas irregularidades cometidas relativamente à emissão de alvarás e Habite-se. Para ele o TAC não deveria ser assinado antes do fim da investigação na Câmara Municipal. Afinal "A CEI dos Alvarás deve concluir os trabalhos em agosto. O Marco Zero é um dos objetos da investigação." (SILVEIRA, 2014, p. 11)

Na Folha de Londrina a matéria datada de 10 de junho de 2014, que trata sobre o termo de ajustamento de conduta expõe que "O empresário se prontificou a fazer benfeitorias que ainda serão estudadas, para transformar o local em um ponto de visitação de valor histórico, cultural e ambiental, antes de escriturar para o município." Caberá à Câmara de Vereadores promover as negociações para a saída do senhor Pedro da Mata e sua família do local." (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

Colocados frente a frente em reunião organizada pela vereadora Sandra Graça por solicitação do Ministério Público, Pedro da Mata e Raul Fulgêncio não se compuseram, pois o primeiro move contra o segundo uma reclamatória trabalhista. "A presença de Pedro da Mata na área do complexo é considerada um dos nós para doar o terreno à Prefeitura como área institucional, o que liberaria o loteamento." (SILVEIRA, 2014, p. 10). Em 17 de julho de 2014, o Jornal de Londrina e a Folha de Londrina noticiaram o encontro, porém de poucos avanços. Entretanto

Para Sandra, o grupo de trabalho trouxe grandes avanços, como a definição da posse do Marco Zero, o estudo hidrogeológico que reconheceu quais pontos são APP, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) e uma possível conclusão para o impasse, que viabilize a recuperação e entrega daquele espaço para visitação. (WILTEMBURG, 2014, p. 4)

Continuando o trabalho investigativo da Comissão Especial de Inquérito, os vereadores solicitaram informações junto à prefeitura. A matéria do Jornal de Londrina de 26 de junho de 2014 de autoria do jornalista Marcelo Frazão

apresenta mais um questionamento, desta vez em relação às avenidas que circundam o empreendimento:

A CEI quer avaliar como as avenidas Dez de Dezembro (Via Expressa) e Theodoro Victorelli, que margeiam o complexo, foram classificadas em relação ao empreendimento, já que fazem parte, segundo o vereador Jamil Janene (PP), do acervo de vias da Prefeitura desde 1973. “Queremos entender se as duas avenidas entraram ou não no percentual exigido dos 35%, explicou ele, que preside a comissão. Para avaliar o caso a CEI aguarda a resposta, que deverá vir da Secretaria Municipal de Obras. “Temos dúvidas que só a Prefeitura pode responder. Assim que os documentos chegarem, vamos marcar os depoimentos da investigação”, afirmou o vereador. (FRAZÃO, 2014, p. 10)

As matérias de 04 de julho e 16 de julho de 2014, ambas do jornal Folha de Londrina, dão conta de possíveis irregularidades envolvendo doações de áreas que já pertenciam ao município. “Mais especificamente, as indagações pairam sobre os repasses utilizados para arruamento.” (WILTEMBURG, 2014, p. 3)

A comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura irregularidades na concessão de alvarás e Habite-se em Londrina identificou a doação de cerca de 18 mil metros quadrados de ruas entre as avenidas Theodoro Victorelli e Dez de Dezembro como contrapartida do Complexo Marco Zero que já pertenciam ao município. De acordo com o presidente da CEI, Jamil Janene (PP), a área entra nos cerca de 90 mil metros quadrados que são exigidos na contrapartida do loteamento.

A lei exige repasses de 35%, dirigidos 25% para arruamento, 7% para áreas de praças e 3% para equipamentos públicos. Porém, segundo levantamento da própria CEI, duas leis aprovadas em 1967 e 1970, repassam, respectivamente, 9.440 metros quadrados e 3.215 metros quadrados para execução de ruas. Os textos excluem dos doadores anteriores a responsabilidade pela execução da pavimentação.

A CEI ainda não identificou a doação anterior de outros 5,3 mil metros quadrados já municipalizados que também entraram nas diretrizes do Complexo Marco Zero. Essas áreas identificadas incluem o cruzamento entre as duas avenidas e parte da rotatória onde está o monumento “O Passageiro”.

Segundo Jamil, não há lei municipal autorizando a doação pelo complexo empresarial de áreas já municipalizadas. A comissão também identificou que os terrenos da Mata do Marco Zero e dos empreendimentos foram considerados um único lote, mesmo havendo uma avenida separando os dois terrenos. (WILTEMBURG, 2014, p. 4)

As mencionadas leis de 1967 e 1970 norteiam o loteamento do solo urbano e configuram desde então o arruamento da região.

Contou em sua matéria, publicada em 17 de agosto de 2014 pelo Jornal de Londrina, o jornalista Fábio Calsavara, que para encerrar o processo de investigação

a CEI ouviu o depoimento de seu principal interessado, o imobiliário Raul Fulgêncio “para esclarecer dúvidas relativas à doação de parte das áreas devidas pelo complexo Marco Zero ao Município.” (CALSAVARA, 2014, p. 7)

Exatamente um mês após o depoimento acima mencionado, em 17 de setembro de 2014, a jornalista Loriane Comeli, em sua matéria para o jornal Folha de Londrina, destaca a finalização e os argumentos do relatório apresentado pela CEI. “A conclusão é que a anexação representou uma vantagem grande, um favorecimento para o empreendedor, disse Jamil Janene (PP) que presidiu a CEI.” (COMELI, 2014, p. 5)

Outras informações foram solicitadas pela CEI “ao Executivo quanto ao recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), para saber qual foi efetivamente a área comprada pelo empresário, porém, o pedido foi negado com o argumento de que tal informação está protegida pelo sigilo fiscal”⁴⁰ (COMELI, 2014, p. 5)

Ainda sobre o mencionado relatório, o jornalista Fábio Silveira apresenta em sua matéria publicada pelo Jornal de Londrina, os resultados da investigação produzida pela Comissão Especial de Inquérito que apurava irregularidades apontadas na concessão de alvarás e Habite-se no Jardim Colúmbia e no caso do Complexo Marco Zero. O relatório ainda não havia sido aprovado.

O caso mais polêmico é o do Marco Zero. No relatório, os vereadores apontam três supostas irregularidades, que estão inter-relacionadas: são problemas na anexação dos lotes parcelados pelos empreendedores; no zoneamento adotado com a anexação; e na doação de 35% da área ao poder público.

O que diz respeito à anexação, a CEI afirma que os empresários anexaram dois lotes, o A1, que é a área na qual foi construído o *Boulevard Shopping Center* e outros empreendimentos, com 1772 mil metros quadrados, e o A2 que é a mata do Marco Zero, com 39 mil metros quadrados. Em cima disso, a comissão faz alguns questionamentos.

⁴⁰ **Sigilo Fiscal** – (...) é o sigilo administrativo, que proíbe a Fazenda Pública de divulgar informações acerca da situação econômica ou financeira dos contribuintes, cumprindo assinalar que a inobservância desse preceito configura ilícito administrativo e criminal, nos termos do art. 198 do CTN. (JARDIM, 2005, p. 265)

O primeiro está baseado no fato de que as duas áreas estão “separadas por uma via pública”, que é a Avenida Theodoro Victorelli, e, por isso, a anexação seria impossível. Os vereadores alegam que essa medida só foi permitida para que os 39 mil metros quadrados da mata do Marco Zero compusessem parte substancial dos 35% de doação obrigatória ao Município.

Outro questionamento é com relação ao zoneamento que deveria ser adotado depois da unificação. O lote A1, onde foi construído o *Shopping Center*, é Zona Comercial 3 (ZC3); o lote A2, o da mata, é Zona Residencial 3 (ZR3). Na junção das duas áreas deveria prevalecer o zoneamento mais baixo, o ZR3. Mas para o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) prevaleceu o ZC3, que permite um coeficiente maior de construção.

O terceiro questionamento é quanto ao uso de áreas que já seriam do Município para se chegar aos 35% de doação. A conclusão da CEI mostra que o complexo incluiu 18 mil metros quadrados de áreas que já eram do município no repasse. Desses 12 mil metros quadrados são do local por onde passa a Avenida Theodoro Victorelli, que existe há quatro décadas, e os outros 5 mil metros quadrados fazem parte da Avenida Dez de Dezembro.

No depoimento que prestou a CEI, o empresário Raul Fulgêncio alegou que trata-se de “doação antecipada”. Os vereadores não aceitaram esse argumento. “As leis municipais de 1967 e 1970 não mencionaram essa função de antecipação, muito menos para um loteamento iniciado 40 anos depois”, escrevem no relatório. (SILVEIRA, 2014, p. 4)

No dia seguinte – 18 de setembro de 2014 – no Jornal de Londrina, foi publicada uma matéria, sem autoria, em que o empresário Raul Fulgêncio rechaça veementemente os resultados do relatório, argumentando que “a anexação dos lotes onde ficam a mata do Marco Zero e o complexo que leva o mesmo nome foi feita 16 meses antes de os empreendedores terem comprado a área.” (JORNAL DE LONDRINA, 2014, p. 10)

Na mesma data aconteceu a aprovação do relatório da CEI, por unanimidade, dentre os 14 vereadores presentes. Na matéria do Jornal de Londrina publicada em 19 de setembro, o jornalista Fabio Silveira afirma que “Os vereadores comprovaram irregularidades no parcelamento da área do Complexo Marco Zero, com o objetivo de atingir os 35% de doação obrigatória de terrenos ao Município.” (SILVEIRA, 2014, p. 6)

O jornal Folha de Londrina, em matéria sobre o mesmo assunto, ressalta que a Procuradoria Jurídica da Câmara, dentre outros esclarecimentos, informou que a CEI “é apenas investigatória e não julgadora. Neste procedimento não se aplicam sanções, existindo apenas o encaminhamento de suas conclusões para que se promova a apuração de eventuais responsabilidades.” (COMELI, 2014, p. 5)

Acresce ainda a matéria que “o relatório da CEI será encaminhado ao prefeito Alexandre Kireeff (PSD), à Controladoria Geral do Município para apurar eventuais irregularidades praticadas por servidores, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.” (COMELI, 2014, p. 5)

Decorridos três meses após a aprovação do relatório da CEI do Marco Zero, que apontou uma série de irregularidades, seis entidades de classe – representativas de seguimentos empresariais – publicaram um manifesto criticando o parecer apresentado pelo Poder Legislativo, embasadas na recente análise do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL) que “mostra que os empreendedores fizeram uma revolução naquela área e ofereceram muito mais que a lei exigia (...). O Marco Zero só trouxe benefícios, como um novo sistema de captação de água e uma rede pluvial que acabou com o alagamento em nove bairros.” (ELORZA, 2014, p. 11)

Matéria sem autoria, publicada no jornal Paz Árabe em janeiro de 2015, expõe sobre a carta aberta da Câmara Municipal. Os vereadores que encabeçaram os trabalhos da CEI – Jamil Janene, Padre Roque e Gustavo Richa expressaram que longe de inviabilizar os empreendimentos, a tarefa do Poder Legislativo é contribuir para o desenvolvimento da cidade, mediante o exercício de suas atribuições legais, inclusive com a fiscalização dos atos da Administração Municipal. Concluem os vereadores afirmando que “é importante lembrar que o desrespeito à ordem legal também é terreno fértil à criação de muralhas. Defendemos transparência e regras claras.” (PAZ ÁRABE, 2015, p. 5)

A discussão sobre as irregularidades do empreendimento permanecem e em 20 de maio de 2015 a reportagem de Marcos César Gouvea para o Jornal de Londrina revela que os empreendedores deverão “começar do zero”, sendo que o termo de ajustamento de conduta, intermediado pelo Ministério Público não será mais necessário. “Segundo a empresa, o projeto prevê mais 14 torres, duas comerciais e 12 residenciais, “e um amplo *Boulevard* urbanizado com mais de 12 mil metros quadrados de área de passeio e lazer.” (GOUVEA, 2015, p. 9)

Apesar das projeções de recuperação e preservação da área da mata do Marco Zero, a matéria da Folha de Londrina datada de 24 de maio de 2015, de autoria de Micaela Orikasa, mostra a condição de abandono do local. Foi realizado pela primeira vez, um mutirão de limpeza que retirou três caminhões de lixo. A ação encabeçada por agentes das secretarias de Saúde, Assistência Social e a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU obteve o apoio da

sociedade mediante voluntários, e tinha por objetivo a limpeza de toda a área, “retirando resíduos e objetos que possam servir para a proliferação de doenças (...) a ideia desse mutirão não era localizar as larvas do *Aedes Aegypti*, mas eliminar possíveis criadouros.” (ORIKASA, 2015, p. 6)

Depois da notícia acima, diretamente ligada a mata do Marco Zero, nada mais foi publicado na imprensa escrita, a respeito dela e do complexo empresarial que leva o mesmo nome. Entretanto, em 13 de janeiro de 2017, a obra do Teatro Municipal foi tema de matéria jornalística veiculada nacionalmente, pela RPC, emissora paranaense afiliada da Rede Globo.

Na matéria de mais de 4 minutos, produzida pelo jornalista Wilson Kirsche, disponível em site, veiculada pela televisão e intitulada **Sem previsão de retomada de obras, teatro municipal está abandonado – Projeto do teatro de Londrina foi escolhido em 2007 em concurso nacional. Se estivesse pronto, espaço poderia receber 2.400 espectadores**, é possível ter uma ideia das condições em que se encontra a obra⁴¹.

A obra do Teatro Municipal de **Londrina**, no norte do Paraná, está parada por falta de dinheiro. A construção teve início em 2013, mas, já na primeira fase, foi paralisada. Não há previsão e nem perspectiva de quando a obra será retomada.

Quem olha para a obra enxerga só abandono e desperdício. “Os impostos saem do bolso de todos nós”, diz uma moradora.

O projeto de construção do teatro foi escolhido em 2007 em um concurso nacional. A obra teria 22 mil metros quadrados, 2.400 lugares, e o custo total estimado em R\$ 80 milhões. As obras começaram há quatro anos e a prefeitura pagou a parte dela, que era de R\$ 2 milhões. Mas, o **Ministério da Cultura** liberou apenas a primeira parcela de R\$ 3 milhões. Por esse motivo, a construção do teatro parou. Como consequência, o matagal avançou por todos os lados.

Sem vigilância, abandonada, a obra virou abrigo de moradores sem-teto, e também foi invadida por vândalos que picharam as paredes. Além disso, as estruturas que foram erguidas já sofrem com a ação do tempo, o concreto está se soltando e há muitas estruturas metálicas enferrujadas.

O presidente do Clube de Engenharia de Londrina, José Fernando Garla, percorreu as obras do teatro a pedido da RPC. O engenheiro diz que parte das estruturas terá que ser refeita quando e se as obras forem retomadas.

⁴¹ Do G1 PR, com informações da RPC Londrina. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2017/01/sem-previsao-de-retomada-de-obras-teatro-municipal-esta-abandonado.html> - Acesso em 28/01/2017

“Isso é falta de capricho na execução. Precisava vibrar melhor o concreto para que ele assentasse de forma mais homogênea. Com o tempo, isso acaba comprometendo a qualidade da estrutura como um todo. Como ela tem muito ponto exposto, vai ter que reavaliar depois para ver até que ponto ela está comprometida ou não. Obra parada é prejuízo na certa, ou pela ação do tempo ou pela ação do vandalismo”, pontuou Garla.

O dono da construtora contratada para a primeira fase de construção do Teatro Municipal contestou o apontamento de má qualidade da obra. Segundo ele, o projeto foi fielmente executado e seguiu todas as normas de segurança e de qualidade. Ele salientou ainda que a obra foi fiscalizada e recebida pela prefeitura.

Sobre a necessidade de proteção das estruturas, principalmente a metálica, o dono da construtora disse ter alertado a prefeitura quando a obra foi paralisada, mas foi informado de que a não haveria recurso para executar essa proteção.

Em nota, o Ministério da Cultura informou que as segundas e terceiras parcelas para a construção do teatro foram empenhadas no orçamento, mas só devem ser liberadas quando ocorrer mudanças no plano de trabalho e quando for analisada a prestação de contas do município. (KIRSCHE, 2017, S/P)

Todavia outros empreendimentos privados, nas proximidades da área estão previstos. O potencial da região leste vem sendo atrativo para uma diversidade enorme de realizações, além do Complexo Marco Zero.

Enquanto aconteciam discussões relativas às irregularidades e a continuidade do empreendimento que estava apenas se iniciando, novas propostas de negócios foram projetadas para a região por outros grupos interessados.

É o caso da aquisição de terreno feita pelo Centro Universitário Cesumar (Unicesumar), perto da Vila Santa Terezinha, localizada, também na zona leste e bem próxima da remanescente mata histórica, do complexo Marco Zero e do Córrego Água das Pedras e, portanto, não muito distante do centro da cidade.

A região é residencial e foi proposto um projeto de lei de número 168/2014, que pretende a alteração do zoneamento de 32 mil metros quadrados. Afirmou o Reitor do Unicesumar e senador Wilson de Matos Silva, que a instituição só trará benefícios para a cidade.

O projeto de autoria do vereador Rony Alves (PTB), tenta antecipar a criação de um Zoneamento Especial (ZE), que está previsto na Lei de Uso e Ocupação de Solo, em tramitação no Legislativo. O texto também exige o empreendimento de cumprir o artigo 86 da Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigor, que determina a preservação de uma faixa de 120 metros perpendiculares em relação ao fundo de vale – a área é próxima ao fundo de vale do Córrego Água das Pedras.

Os pareceres da assessoria técnica da Câmara destacam uma série de ressalvas, como “prejuízos ao sistema viário do município” e “descompasso na malha urbana com o adensamento populacional”, além de impacto ambiental que precisa ser estudado com maior profundidade e que “não foi analisado no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)”.

Esses apontamentos levaram as comissões de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a pedir mais informações a órgãos como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul), a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Consemma). (SILVEIRA, 2015, p. 9)

Apenas para se ter uma ideia da força do poder econômico, em reportagem publicada pelo Jornal de Londrina, na data de 28 de novembro de 2014, de autoria do jornalista Fábio Silveira, que conta que naquela época se aguardava a votação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo e a aprovação, para o futuro, do novo Plano Diretor. Em pouco mais de um ano, em evidente demonstração da força política e econômica, a serviço de interesses de alguns seguimentos e a exemplo de outros empreendimentos, deu-se início a construção do novo empreendimento.

O Centro Universitário Cesumar (Unicesumar) iniciou as obras do campus de Londrina, previsto em seu plano de expansão da educação presencial para o Estado do Paraná lançado em 2014 e que contempla também a instalação de unidades em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava e Arapongas. O primeiro prédio, com 8.300 metros quadrados, já está em construção e a previsão de entrega é para dezembro deste ano.

Localizado na Avenida Santa Mônica, próximo à rodoviária, o campus contará inicialmente com instalações de 26 salas de aula, 15 laboratórios, biblioteca, anfiteatro, cantina e setores administrativos, além de áreas de estacionamento, espaços esportivos e de convivência universitária. Dentre os laboratórios estão os que contemplam as áreas da saúde, exatas e humanas.

Investimentos da ordem de R\$ 30 milhões serão feitos na implantação do campus, cujo projeto prevê área total de construção de 27 mil m². Segundo o vice-reitor Wilson de Matos Silva Filho, "estamos mantendo o nosso cronograma de obras no Estado porque acreditamos que a educação, como indutora do desenvolvimento, deve estar pronta para atender à demanda de formação de mão-de-obra quando a economia voltar a crescer no país".

Posicionado hoje como o 10º maior grupo educacional do Brasil, conforme pesquisa da Hopper Educacional, a Unicesumar, com 26 anos de história na educação superior, projeta crescimento de 75% em seu número de alunos até o ano de 2018, incluindo também a expansão da Educação a Distância (EAD) com a implantação de 186 novos polos. A instituição conta hoje com 80 mil estudantes na educação presencial e a distância e planeja chegar a 140 mil alunos nos próximos dois anos.
(<http://www.cesumar.br/imprensa/noticia.php?idNoticia=3402> – acesso em 29/11/2016)

A matéria acima foi publicada no site da instituição de ensino superior pela Assessoria de Imprensa do Departamento de Marketing e Comunicação, na data de 26 de junho de 2016. A Figura 29 abaixo apresenta o terreno onde está sendo construída a Unicesumar na Rua Santa Mônica. Embora não faça parte, está bem próximo das localidades objeto de estudo.

No jornal Folha de Londrina, na data de 19 de fevereiro de 2017, foi publicada nova matéria, de autoria da jornalista Mie Francine Chiba, expondo o plano de expansão da instituição.

Ao mesmo tempo, a instituição pleiteia com a prefeitura um terreno em frente à universidade para a expansão do campus, localizado na zona leste. Em contrapartida, está sendo estudada a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pela instituição de ensino na cidade naquela região. (CHIBA, 2017, p. 8)

Figura 29 – Prédio em construção da Unicesumar



Localizado na zona leste de Londrina, próximo da área objeto de estudo. Ao fundo um conjunto de prédios, construídos recentemente e que se localizam na área da UP 3, Subunidade 1, próximo a área do Complexo Marco Zero. PINHEIRO, 2017

Afirma a matéria intitulada “UniCesumar faz plano de expansão com novos campi e polos de EAD” que as aulas em Londrina devem começar em março com a oferta de 14 cursos. Assim, a instituição inicia suas atividades em 2017, e é mais um empreendimento que certamente provocará grande transformação na zona leste de Londrina, numa demonstração da força do poder econômico.

A legislatura ao longo de quatro anos, não teve o condão de solucionar as questões relacionadas às modificações impostas pelos empreendimentos que fazem parte do Complexo Empresarial do Marco Zero. Nas discussões feitas pelo Poder Legislativo, em poucas oportunidades se mencionou a importância de criar políticas públicas que contribuíssem para a minimização dos problemas sociais decorrentes das disparidades econômicas típicas de um país subdesenvolvido.

Eventualmente, quando o tema era colocado em pauta, ainda que de forma subliminar, a principal estratégia para debelar as disparidades sociais, evidenciadas de forma escancarada no dia a dia da cidade, era, principalmente de viés capitalista,

com os reflexos óbvios da luta de classes e jogos de poder. Com interesses de alguns preponderando sobre o interesse e direitos de muitos. Castells, no capítulo A política Urbana, em sua obra intitulada A Questão Urbana destaca:

Definiremos as relações de poder como as relações entre classes sociais e as classes sociais como combinações de posições contraditórias definidas no conjunto das instâncias da estrutura social, sendo então o poder a capacidade de uma classe ou fração de classe de realizar seus interesses objetivos à custa das classes ou conjunto de classes contraditórias. (CASTELLS, 2014, p. 349)

No jornal Folha de Londrina de 11 de julho de 2016, a matéria do jornalista Edson Ferreira noticia:

O Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina (PDPML), ou simplesmente Plano Diretor, cujas últimas leis complementares – Uso e Ocupação de Solo e Sistema Viário – foram sancionadas no ano passado, recebeu na atual administração, ao menos, 30 propostas para alterações pontuais, principalmente em matérias que dizem respeito ao zoneamento da cidade e ao Código de Posturas. A maior parte dos projetos de lei foi apresentada pelos vereadores.

Instituído em 2008 com base no Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é apontado como solução para evitar alterações localizadas que atendam demandas específicas, em prejuízo ao restante da população. No entanto, levantamento feito pela FOLHA junto à Câmara Municipal com projetos apresentados desde 2013, primeiro ano do mandato, mostra que as tentativas para remendar o texto continuam sendo feitas. (FERREIRA, 2016, p. 3)

A matéria traz, ainda, as opiniões opostas de representantes do Poder Legislativo. Estão os vereadores no último semestre do mandato. Para a vereadora Elza Correia (PMDB) não se pode legislar no varejo. E continua afirmando que “a instituição não poderia aceitar isso, pois já fizemos audiências, amplos debates sobre essas questões, e os projetos que alteram essa situação definida pelo Plano não poderiam passar”. Para o vereador Rony Alves (PTB) “não podemos esquecer que o Plano Diretor é uma lei viva e, assim como a cidade, vai tomando um novo formato, afinal a lei não previu algumas questões que precisam ser discutidas agora”. (FERREIRA, 2016, p. 3)

Ao finalizar, a matéria destaca os apontamentos da professora Eliane Tomiasi Paulino, representante do Conselho Municipal da Cidade (Concidade) que afirmou “o que deve prevalecer nesse debate é o espaço urbano como garantidor da função social e não como mercadoria, ou então a cidade vai ficando cada vez mais

excludente e feia”. Complementou ainda, professora “Esse é o princípio da mercadoria, que atende quem tem poder de compra. A valorização imobiliária só beneficia quem comercializa.” (FERREIRA, 2016, p. 3)

Antes de terminar o ano de 2016, e com ele encerrar os mandatos dos vereadores e prefeito, a Folha de Londrina publicou em 21 de novembro, matéria da jornalista Loriane Comeli que ressalta a pauta sobrecarregada do Poder Legislativo com apenas dez sessões ordinárias para serem realizadas até o fim do ano legislativo. Há chance, conta a jornalista, de convocação de sessões extraordinárias.

São projetos diversificados e até polêmicos, conforme atesta a matéria:

Substituição do Conselho Municipal da Cidade pelo CONCIDADE, protocolado em 2014; das ZEIS protocolado em 2013; o orçamento para 2017; a doação de uma área avaliada em R\$ 6 milhões para empresa do setor alimentício; alteração de leis do Plano Diretor; como a de Uso e Ocupação do Solo e do Perímetro Urbano; alteração da Lei do Perímetro Urbano; ampliação do perímetro urbano para a construção de residências pelo programa Minha Casa Minha Vida; previsão de parcelamento compulsório de áreas para fins de cobrança do IPTU progressivo; alteração da Lei de Zoneamento que exige a reserva de áreas para centros de educação infantil e não apenas de escola; alteração do perímetro urbano e área de amortecimento da Mata dos Godói; criação de zonas especiais de interesse social (Zeis). (COMELI, 2016, p.3)

Dentre as diversas matérias publicadas antes de terminar o primeiro trimestre de 2017, já com novos representantes compondo o Poder Legislativo municipal, referentes aos temas acima citados, destaque especial para a notícia apresentada no jornal Folha de Londrina de 13 de março, de autoria da jornalista Loriane Comeli, intitulada Ippul prepara revisão decenal do Plano Diretor. O artigo informa que “o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippu) começou a preparar o Plano Direito, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”. A matéria ainda destaca que a “atualização da lei visa desburocratizar normas, deixando-as mais simples e ágeis, além de cumprir regra do Estatuto das Cidades”. (2017, p. 3) Em breve deverão ser realizadas as audiências públicas determinadas por lei.

Além de destacar alguns dos artigos do Estatuto das Cidades, a matéria informa as leis municipais que decorrem do Plano Diretor:

Lei 11.188/2011 – Preservação do Patrimônio Cultural; Lei 11.381/2011 – Código de Obras e Edificações; Lei 11.468/2011 – Código de Posturas; Lei 11.471/2012 – Código Ambiental; Lei 11.661/2012 – Perímetro Urbano; Lei 11.672/2012 – Parcelamento do Solo Urbano; Lei 12.236/2015 – Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo; Lei 12.237/2015 – Sistema Viário Básico.

Ressalte-se ainda, que foi entrevistado o coordenador geral da revisão do Plano Diretor, José Antônio Bahls Santos, titular da Diretoria de Projetos do Ippul que informou que as faculdades e universidades foram convidadas a designar representantes da área de planejamento urbano para compor a comissão técnica que será formada com o objetivo de revisar o atual Plano Diretor. Afirmou que contam com a “cooperação acadêmica das referidas instituições de ensino superior, pois o Objetivo é democratizar e ouvir opiniões de outras pessoas qualificadas dessa área e oxigenar a discussão.” (2017, p. 3). Aspecto positivo o convite feito aos representantes da academia e espera-se que a participação de estudiosos possa contribuir para a melhoria das condições urbanas.

Enfim, diversos são os sites e blogs que noticiam os fatos narrados até aqui, além de jornais. Facilmente encontrados, porém, nenhum deles menciona os resultados alcançados a respeito dos conflitos observados, relativamente ao empreendimento que leva o nome de Complexo Marco Zero. Enfim, possivelmente haverá novos desdobramentos e espera-se que mais do que interesses políticos e econômicos que influenciam a dinâmica urbana, a lei seja respeitada em benefício de todos.

6 ANÁLISE HEMERÓBICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após definir o objeto de estudo e as perspectivas geográficas e jurídicas a ele ligadas e consideradas relevantes para a pesquisa, foi necessário delimitar os procedimentos metodológicos e o conjunto de materiais e métodos mais adequados para todas as etapas previstas e que permitiram alcançar o objetivo proposto, qual seja, a análise, por meio da metodologia denominada de hemerobia, das transformações paisagísticas por meio de imagens feitas de parte da zona leste do município de Londrina, na área compreendida pela mata do Marco Zero, pelo Complexo Empresarial Marco Zero e pelo Córrego Água das Pedras.

Toda a pesquisa se desenvolveu sob a perspectiva das duas áreas de conhecimento – Geografia e Direito – apresentando conceitos que se complementam, tendo como pano de fundo, elementos históricos que permitiram apurar e compreender a sucessão de acontecimentos ocorridos ao longo do século e que adentraram ao novo milênio. A hemerobia, de certa forma promoveu tais interações.

O trabalho apoiou-se na Geografia Física a partir da análise e apontamento de alguns dos elementos naturais mantidos ou modificados na região, bem como a identificação de áreas em que se sobrepõe a ação antrópica e tanto no primeiro quando no segundo caso, consideradas importantes para a delimitação das Unidades de Paisagem e respectivas Subunidades analisadas sob a perspectiva da hemerobia que neste ponto deve ser delimitada.

Hemerobia pode ser entendida como a dependência energética ou tecnológica para a manutenção da paisagem. Paisagens com a mais baixa hemerobia são as que apresentam capacidade de auto regulação, sem influência humana direta e as de mais alta hemerobia são aquelas criadas pelo ser humano e caracterizadas pelo intenso domínio de estruturas e processos técnicos. Medidas que classificam e ordenam as paisagens para que tenham uma menor hemerobia colaboram para a solução dos problemas oriundos da atual crise ambiental. (BARBARA, VALASKI e NUCCI, 2014, p. 159)

A Geografia Humana, outra vertente da Geografia, por sua vez, sedimentou a discussão dos múltiplos aspectos que contribuíram para as incessantes transformações no decorrer da história da cidade e que resultaram na paisagem atual e influenciadas que foram no passado, hoje influenciam o modo de vida e a dinâmica da sociedade urbana e certamente sofrerão e exercerão influências no futuro. Ambas, Geografia Humana e Geografia Física somam forças notadamente a partir da

apresentação dos resultados da análise e que apontam, dentre tantos elementos, para a ação antrópica motivada por incontáveis interesses que interferem na dinâmica da sociedade urbana tanto positivamente quanto negativamente.

As intervenções antrópicas no funcionamento natural da paisagem podem provocar um conjunto de mudanças sequenciais e sucessivas. Atualmente, há uma variedade de métodos de classificação de paisagens contemporâneas fundadas em diferentes princípios (RODRIGUEZ, SIVA, CAVALCANTI, 2004).

O mapeamento das unidades de paisagem juntamente à avaliação do grau de hemerobia (alteração antrópica) é muito útil ao se iniciar o planejamento ambiental, pelo tratamento holístico do conjunto (FAVERO, NUCCI, DE BIASI, 2004). (ALMEIDA, CHIMIN JUNIOR, RITTER, ORNAT, MORO, p. 15, 2007)

A partir das evidências de transformação na região objeto de pesquisa, desde 1929 até 2017, fez-se necessário apresentar a evolução da cidade, as causas e as consequências das modificações impostas ao longo do tempo, não apenas na sua região leste, mas em outras localidades numa sucessão de acontecimentos que tiveram influência na dinâmica urbana e culminaram com a realidade atual.

Assim Londrina, sua história e trajetória, com suas múltiplas realidades, foi apresentada até que a pesquisa se concentrou nas áreas objeto de estudo, a partir do ano de 1984 até o ano de 2017, e sempre levando em consideração o alcance da ação humana e o conhecimento das condições locais para impor tantas e irreversíveis modificações.

Wulf (2016, p. 102) na obra intitulada *A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*, ao discorrer sobre o cientista, menciona a intensa troca entre todos os elementos que compõem o universo:

Humboldt, entretanto, alertou que a humanidade precisava compreender como as forças da natureza funcionavam, como os diferentes fios estavam todos interligados. Os seres humanos não poderiam simplesmente alterar o mundo natural a seu bel-prazer e para proveito próprio. Mais tarde, Humboldt escreveu: “O homem não pode agir sobre a natureza e não pode apropriar-se de nenhuma de suas forças para uso próprio se ele não conhecer as leis naturais”. A humanidade alertou Humboldt, tinha o poder de destruir o meio ambiente, e as consequências talvez fossem catastróficas. (WULF, 2016, p. 102)

O estudo dos registros fotográficos concentrou esforços no período que compreende um interregno de pouco mais de 32 anos, quando das comemorações do Jubileu de Ouro do Município de Londrina, até meados de 2017, pouco depois de

volumosos empreendimentos privados e que em virtude da apropriação da denominação dada à mata do Marco Zero, despertaram certa atenção para aquela região que, na verdade, sempre esteve em permanente transformação, muitas das quais positivas, outras, porém, resultaram maléficas ao ambiente urbano, tanto em decorrência de investimentos públicos como particulares.

Eventualmente como se pode observar, estão colacionados no desenvolvimento do texto, registros de outras épocas, por serem considerados interessantes e de relevância ao progresso do estudo, considerando-se, para tanto, a relação entre a Geografia, a História e o Direito. Tal correlação de acontecimentos históricos mundiais, nacionais e locais é ratificada em diversas oportunidades e, afinal, serve de pano de fundo para o desenvolvimento da análise hemeróbica, metodologia de rara utilização nos trabalhos até agora desenvolvidos na região. “A utilização do conceito de hemerobia em paisagens urbanizadas ainda não é recorrente”. (BELEM e NUCCI, 2014, p. 39).

(...) estudos como os de Kröker, Nucci e Moletta (2005), Kröker (2008), Garcia (2008), Belem e Nucci (2011), Peixer (2013), dentre outros apontam esse conceito como uma ferramenta útil para o diagnóstico, monitoramento ambiental e, por conseguinte, para o planejamento da paisagem, preferencialmente utilizando escalas cartográficas grandes, como 1:5.000, 1:10.000, 1:15.000. (BELEM e NUCCI, 2014, p. 39)

Ao discutir sobre as condições e a importância dos espaços verdes na cidade de Coimbra, Pego, Simões e Almeida (2010) apresentam pertinente reflexão que, de certa forma, se coaduna com a discussão que se pretendeu realizar:

A tomada de consciência de que, nas grandes matrizes urbanas, a maior riqueza em biodiversidade se encontra localizada em pequenas manchas de vegetação, algumas ordenadas, mas por norma, desprezadas pela maior parte dos cidadãos, dos decisores e dos estudos técnicos e científicos, motivou a análise ecológica da paisagem como instrumento fundamental na definição de modelos de preservação, conservação e ordenamento destas áreas como parte integrante do sistema urbano. (sic) (PEGO, SIMÕES E ALMEIDA, 2010, p.1)

O desenvolvimento da pesquisa exigiu análise apurada por intermédio da metodologia denominada de hemerobia, pois se evidencia a ação humana, interferindo na dinâmica cotidiana por todos os lugares analisados, alguns mais do que outros e, por muitas vezes em desprezo à conservação da natureza e da paisagem advinda com o tempo e em desrespeito a um meio ambiente equilibrado e

saudável como direito fundamental.

É importante lembrar que ao modificar a paisagem, as inserções humanas não modificam as leis da natureza, elas interferem nos fluxos de energia e matéria, forçando a natureza a encontrar novos pontos de equilíbrio (ROSS, 2009).

Deste modo “as sociedades humanas não devem ser tratadas como elementos estranhos à natureza e aos ambientes onde vivem, mas precisam ser vistas como parte fundamental dessa dinâmica de fluxos energéticos que fazem funcionar o sistema” (ROSS, 2009, p.54)

Sendo assim, é de fundamental importância considerar a estrutura, a dinâmica e a evolução da natureza, mesmo em paisagens muito transformadas pelos seres humanos, como as urbanizadas. (BARBARA, VALASKI e NUCCI, 2014, p. 163)

Kröker, Nucci e Moletta (2005, p. 8) ao discutir sobre a importância da natureza na paisagem urbana destacam que “para SUKOPP & WERNER (1991), expoentes no reconhecimento da importância da conservação da natureza nos assentamentos humanos, a cidade deve mostrar as condições ideais para a conservação da natureza e da paisagem.”

Segundo Belem e Nucci, referido termo hemerobia “vem sendo utilizado muito mais com o objetivo de apontar o grau de alterações antropogênicas nas paisagens do que apontar o grau de dependência tecnológica e energética.” (2011, p. 206) Na realidade as referidas circunstâncias abarcam situações de verdadeira modificação ao cenário.

Ainda que não se possa descartar a importância da análise do nível de alterações antropogênicas, é salutar indicar que é preciso ir mais além e considerar no ambiente urbano pesquisado, o grau de dependência tecnológica que as alterações paisagísticas revelam, pois “(...) as relações entre a sociedade e o espaço são mutáveis (...) uma vez que há questionamentos, relativos ao passado e ao presente que ainda não foram investigados.” (VASCONCELOS, CORRÊA e PINTAUDI, 2013, p.10)

Afirmam Belem e Nucci colacionando as lições de outros estudiosos do tema quando discutem a respeito da *vida urbana separada dos processos naturais*, que:

Um termo capaz de sintetizar essas questões é “hemerobia” (JALAS, 1955 apud TROPMAIR, 1989), que pode ser entendido como a totalidade de alterações nas paisagens, classificadas, assim, de acordo com graus de naturalidade (SUKOPP, 1972), bem como o grau e dependência tecnológica e energética para a manutenção das paisagens (HABER, 1990). (BELEM e NUCCI, 2011, p. 206).

Indicam, ainda, os autores, a existência de estudos que apontam a utilização da metodologia em discussão, porém com algumas particularidades diferentes da proposta pioneira. Afirmam que “Jalas (1955) é o proponente do termo “Hemerobia”” e,

atribui ao mesmo o significado de “dominação e/ou alteração das paisagens” assim institui quatro graus hemeróbicos, do mais preservado ao mais antropizado: a-hemerobiótico; oligo-hemerobiótico; meso-hemerobiótico; eu-hemerobiótico.

Mateo Rodrigues et al.(2007) apresentam (...) uma proposta de classificação das paisagens com utilização do termo hemerobia, semelhante a proposição de Jalas.

O conceito de hemerobia utilizado por Mateo Rodrigues et al. (2007) é entendido como o grau de “mudança e intensidade de modificação” da paisagem, considerando as paisagens naturais e semi-naturais como não modificadas ou levemente modificadas. Porém, torna-se muito difícil diagnosticar o grau de modificação de uma paisagem, já que por ser dinâmica, está sempre se modificando e tentando alcançar um clímax, ou seja, um nível máximo de desenvolvimento de acordo com as condições limitantes do meio. (BELEM e NUCCI, 2011, p. 210)

Discutindo os diversos autores que tratam o tema, afirmam que “não existem limites escalares para se delimitar a hemerobia das paisagens” (BELEM E NUCCI, 2011, p. 212). Tecem críticas a algumas propostas conceituais e destacam:

O conceito de hemerobia desenvolvido por SUKOPP (1972) está mais adaptado para o uso em escalas maiores e também em paisagens urbanizadas. Sukopp (1972) define hemerobia como a totalidade dos efeitos do ser humano nos ecossistemas/paisagens, sendo esses efeitos voluntários ou não. Na proposição de Sukopp (1972), uma das questões que causam certo desconforto é a classificação segundo “graus de naturalidade”; as paisagens são classificadas desde “natural” até “cultural”. A crítica surge ao se considerar uma paisagem como natural. Considerando que o ser humano influencia direta ou indiretamente todas as paisagens da Terra, poder-se-ia dizer que sempre há natureza nas paisagens culturais e sempre há cultura nas paisagens naturais. (BELEM e NUCCI, 2011, p. 213)

Continuando a discussão metodológica, Belem e Nucci apresentam diversos outros autores como Kowrik, Bentrup, Dueñas, Steinhardt, Monteiro, cujas teorias, por vezes, se coadunam ou se complementam e afirmam que “apesar dos problemas apontados, vários autores entendem a hemerobia da mesma forma proposta por Sukopp” (2011, p. 213):

Kowarik (1999) *apud* BENTRUP *et al.*, 2002) utiliza o termo hemerobia como desvio de naturalidade causado pelo ser humano de acordo com o tipo de uso da terra. Segundo Bentrup *et al.* (2002), aplica-se o termo hemerobia para “to investigate the level of naturalness of specific landscapes and ecosystem”⁴²; os autores propõem onze classes de hemerobia pautadas no uso da terra e seus impactos nos ciclos de vida e justificam que o conceito hemerobia não se baseia em um único indicador aliás, pelo contrário, possibilita uma análise integrada da paisagem.

Dueñas (2004) também valoriza o conceito hemerobia em estudos da paisagem como um todo de maneira qualitativa e cita os trabalhos de Steinhardt *et al.* (1999) em que o termo é usado para fazer “referencia al impacto de las intervenciones humanas en los ecosistemas (medida de la influencia antrópica)”⁴³.

Monteiro (1978), escrevendo sobre a ação humana nas paisagens, apresenta o termo “Derivações Antropogênicas”, e explica que os efeitos das alterações do ser humano na paisagem podem ser benéficos ou não, para contrapor à noção de que o ser humano sempre provocaria impactos negativos ao alterar a paisagem. Nesse caso, o ser humano poderia ter por objetivo a recuperação da naturalidade de uma paisagem quando executada, por exemplo, um plano de recuperação de áreas degradadas por reposição florestal. (BELEM e NUCCI, 2011, p. 213 e 214)

O detalhamento minucioso, o rigor descritivo, os instrumentos utilizados fazem parte da metodologia que, concomitantemente, tomou para si a incumbência de analisar os registros fotográficos sob sua própria perspectiva incorporando a dependência tecnológica e respectivo grau antropogênico no estudo proposto, tendo como referência a totalidade da paisagem, cujas diferenças estão pontuadas nas especificidades das unidades de paisagem e nas subunidades que serão tratadas a seguir.

6.1 As Unidades de Paisagem

Antes de identificar e definir as Unidades de Paisagens importa contextualizá-las teoricamente no estudo da paisagem propriamente, a ser procedido e que, por sua vez, diz respeito às condições ambientais das localidades sob análise. Guerra e Marçal (2016) lembram:

⁴² "Investigar o nível de natureza de uma paisagem e ecossistemas específicos"

⁴³ "Referência ao impacto das intervenções humanas nos ecossistemas (medida da influência humana)".

O dimensionamento territorial da paisagem é discutido por vários autores devido à grande importância que o assunto ganha frente às metodologias utilizadas de divisão e classificação da paisagem visando ao planejamento ambiental (BERTRAND,1971; TRICART, 1976 E 1977; BOLÓS,1981; JARDI,1990; ROSS, 1990; ROSS, 1990; TROLL, 1997; VENTURI, 1997 E 2004; MARTINELLI E PEDROTTI, 2001).

(...) A necessidade de estabelecer a dimensão da área a ser investigada levou à definição de sistemas de classificação em unidades, que representam o dimensionamento ou atribuições escalares ao conceito de paisagem (Bolós,1981; Soares, 2001). (GUERRA e MARÇAL, 2016, p. 116 e 117)

Diversos são os sistemas de classificação de paisagem, porém para Guerra e Marçal (2006, p. 118), “talvez os mais conhecidos e trabalhados atualmente sejam as propostas apresentadas pelos geógrafos franceses Georges Bertrand (1971) e Jean Tricart (1977), que abordam o conceito de paisagem com caráter dinâmico e em contínua evolução”.

A realidade encontrada nos cenários em questão, bem demonstra a constante transformação e os impactos decorrentes e muitas vezes em desfavor do panorama urbano e sem dúvida “o estudo da paisagem surge como uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental.” (PEREIRA, SILVA VEIGA, 2011, p. 127)

Para identificar as condições e graus de transformação, na medida do progresso imposto à região tendo por parâmetro a sustentabilidade, é que se verificou a possibilidade de realizar a análise hemeróbica da área objeto de estudo, composta pela mata do Marco Zero, pelo Complexo Empresarial Marco Zero e pelo Córrego Água das Pedras. O estudo desenvolveu-se, a partir, primeiramente, da identificação por imagens de satélite, definindo e demarcando a totalidade do universo a ser estudado, em segundo lugar partiu-se para a identificação das Unidades de Paisagem (UPs) e suas características, como parâmetros para mensuração das transformações paisagísticas.

A definição em Unidades de Paisagem se deu em razão das características observadas no local demarcado para a realização do estudo, ou seja, a análise apontou as diferenças substanciais existentes na região relativamente aos aspectos apresentados em todo o território que compreende os pontos principais do objeto do estudo formado pela mata o Marco Zero, pelo complexo empresarial e pelo Córrego Água das Pedras. Fazendo parte da análise o entorno próximo das áreas mencionadas, incluindo-se a área da Estação Rodoviária José Garcia Villar e o Estádio Vitorino Gonçalves Dias, por se localizarem próximos da nascente do Córrego

Água das Pedras. A divisão das áreas das Unidades de Paisagem considerou basicamente dois elementos: as condições naturais – mantidas ou não ao longo do tempo e as interferências antrópicas impostas.

Em seguida, o estudo continua com a análise imagética via registro fotográficos, com a classificação dos graus de transformação impostos aos locais já identificados e subdivididos em Unidade de Paisagem e estas em Subunidades, bem como o grau e o nível de dependência tecnológica identificado nas paisagens escolhidas para análise.

As características do bairro objeto de estudo permitiram a instalação, a partir da década de 1970, de uma série de equipamentos públicos que acabaram por compor a paisagem junto com o adensamento populacional preponderantemente residencial, e com uma área comercial bem desenvolvida com perspectivas de atender a demanda local e expandir-se atendendo também a população flutuante. Algumas atividades lá existentes são consideradas impactantes ao meio ambiente como ferros velhos, postos de combustíveis, oficinas automotivas dentre outras, porém, são permitidas devido ao zoneamento.

Inegavelmente, os equipamentos públicos levaram progresso ao local e ao município como um todo, tornando a região atrativa, com o tempo, aos empreendimentos privados que, posteriormente, foram projetados e executados. “No entanto, não podemos nos restringir ao crescimento, porque ele não é um fim em si mesmo.” (BOFF, 2015, p. 135). É necessário progredir com desenvolvimento, em busca de um objetivo maior, que vá mais além, e possa apontar, também, para a sua sustentabilidade e, portanto acessibilidade a todos, na medida de suas diferenças e potencialidades e nas condições individuais de superação em prol de todos.

Não se trata apenas da superação sempre necessária da miséria e da pobreza, nem só atender à nutrição e à saúde, condições de base para qualquer desenvolvimento. Para Amathya Sen e para Arruda, são fundamentais a educação e a democracia. A educação não para ser sequestrada como um item de mercado (profissionalização), mas como a forma de se fazer desabrochar e desenvolver as potencialidades e capacidades do ser humano, cuja “vocação ontológica e histórica é ser mais [...] o que implica superar-se, um ir além de si mesmo, um ativar os potenciais latentes em seu ser” (ARRUDA, M. *Educação para uma economia do amor*, 2009, p. 103) (*apud* BOFF, 2015, p. 136)

A região leste como um todo e, também, nas três localidades apontadas como objeto de estudo, possui realidades antagônicas a exemplo de muitas outras cidades.

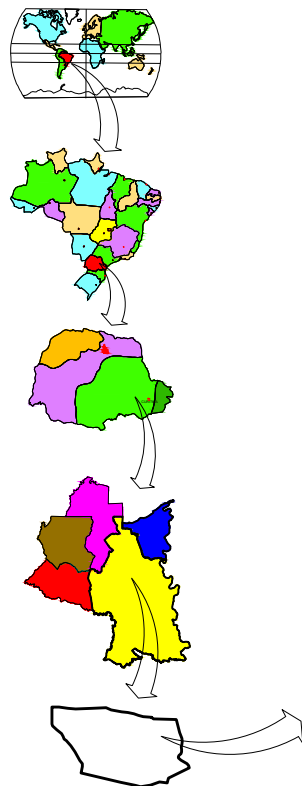
O processo de urbanização apresenta dessemelhanças que permitem afirmar certa falta de planejamento por vezes, que tem como consequência inviabilizar ainda mais ações sustentáveis como afirmam Pereira, Silva e Veiga (2011, p. 130):




(...) o que é notável em um grande número de centros urbanos é a ausência de controle sobre o uso e ocupação do solo, fator que prejudica o desenvolvimento de ações voltadas a um planejamento urbano dito sustentável, o qual teoricamente promoveria um equilíbrio entre as questões sociais, ambientais e econômicas locais.

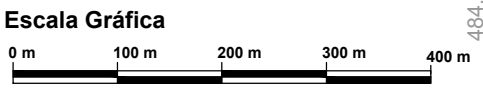
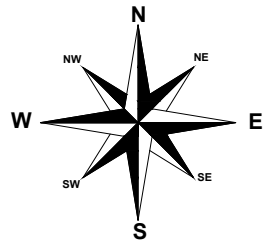
É importante, primeiramente, delimitar a área de estudo, identificando as Unidades de Paisagem – UP que a compõem de maneira a oferecer melhor condição de clareza e compreensão das atuais condições paisagísticas impostas às localidades para, a partir daí, apresentar os resultados e nortear futuras discussões que tenham por objetivo contribuir para a proposição de políticas públicas que se pautem pela sustentabilidade do desenvolvimento urbano e em prol do meio ambiente.

Elaboraram-se as cartas (MAPAS) a seguir com o objetivo de se identificar em destaque específico, cada uma das Unidades de Paisagem definidas para o desenvolvimento da análise hemeróbica. Primeiramente apresentam-se as Unidades de Paisagem (UPs), e após tal definição segue a fotografia da região com destaque para o perímetro composto pelas áreas objeto de pesquisa a partir da imagem retirada do GOOGLE EARTH PRO.

FIGURA 30: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ
 CARTA GERAL DAS UNIDADES DE PAISAGENS



Unidades de Paisagens - UP	
	UP 1 - Vegetação 97.257 m ²
	UP 2 - Circulação Pública 377.889 m ²
	UP 3 - Residencial/Comercial 513.206 m ²



COORDENADAS = UTM
 SIRGAS 2000 - MC 51°

FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
 ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
 ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

Na Figura 30 é apresentado uma carta geográfica composta por todas as Unidades de Paisagem (UPS) com uma área total de 98.352,86 m², sem, contudo, destacar as subunidades que fazem parte da UP2 e a UP3 que serão apresentadas nos mapas subsequentes, com análise especialmente elaborada para apontar suas características e particularidades.

Para a UP 1 identificada na cor verde formada por vegetação em processo de regeneração, não há subunidades na sua composição e informa-se que possui uma área total de 97. 257 m². Trata-se da menor de todas as áreas em análise.

Para a UP2 expressa na cor alaranjada e cujas suas duas subunidades não estão destacadas no mapa, informa-se que o montante de sua área é de 377.889 m², com preponderância de circulação pública que, importa ressaltar, envolve tanto empreendimentos públicos como empreendimentos de iniciativa privada no espaço em questão.

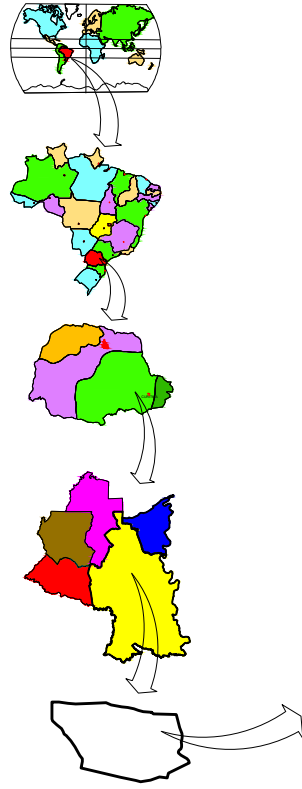
Quanto a UP3, indicada pela cor vermelha e que também não se apresentam suas três subunidades, informa-se o total de sua área em 513.206m², ou seja, a maior de todas as unidades de paisagem sob estudo na qual se aponta como características principais a existência de empreendimentos residenciais e comerciais.

A carta, portanto, reflete, por meio das cores e legendas um pouco das diferenças existentes nas diversas áreas da região objeto de estudo, todas localizadas na zona leste de Londrina e próximas do centro da cidade. A principal característica em evidência na referida carta é a área de cada uma das unidades de paisagem. A diversidade das características será apresentada ao longo da explanação sobre as unidades de paisagem.



A Figura 30, entretanto, não retrata a zona leste em toda a sua extensão. É uma região de significativa importância para o município de Londrina e para outros que fazem ou não parte da região metropolitana, pois agrega equipamentos de grande relevância para a população, como Hospital Universitário, Universidade Federal Tecnológica, Aeroporto e Terminal Rodoviário. De todos mencionados, apenas o último encontra-se localizado no perímetro delimitado para o estudo. Apesar disso, os demais que não fazem parte da análise, mesmo assim, influenciam na dinâmica da região tornando-a uma das mais movimentadas da cidade, com reflexos em toda a área objeto de estudo.

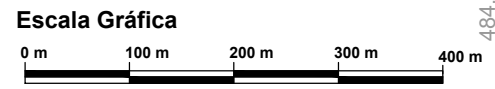
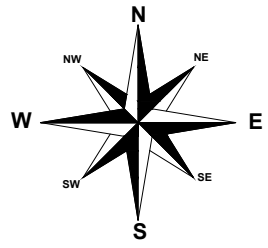
FIGURA 31: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ

CARTA DE DETALHAMENTO DA UNIDADE DE PAISAGEM 1 - VEGETAÇÃO NATIVA EM REGENERAÇÃO



Unidades de Paisagens - UP

	UP 1 - Vegetação 97.257 m ²
	Demais Unidade de Paisagens



COORDENADAS = UTM
SIRGAS 2000 - MC 51°

FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

A Figura 31 apresenta o detalhamento da Unidade de Paisagem 1 – UP1 indicando duas áreas na cor verde, para as quais se aponta a existência de vegetação nativa em regeneração apenas nos dois pontos de toda a extensão do perímetro relativo à área em estudo e pertencente à região demarcada como zona leste na cidade de Londrina.

As duas áreas juntas somam 97.257m² fazendo com que a UP1 tenha o menor percentual que é de 9,84% das áreas sob análise. Das duas áreas em destaque na Figura 28 a que representa maior interesse em virtude dos desdobramentos e repercussões, políticas, econômicas e jurídicas é a que corresponde à mata do Marco Zero com 39.000 m². Na carta é a que está delimitada num formato que lembra um quadrado.

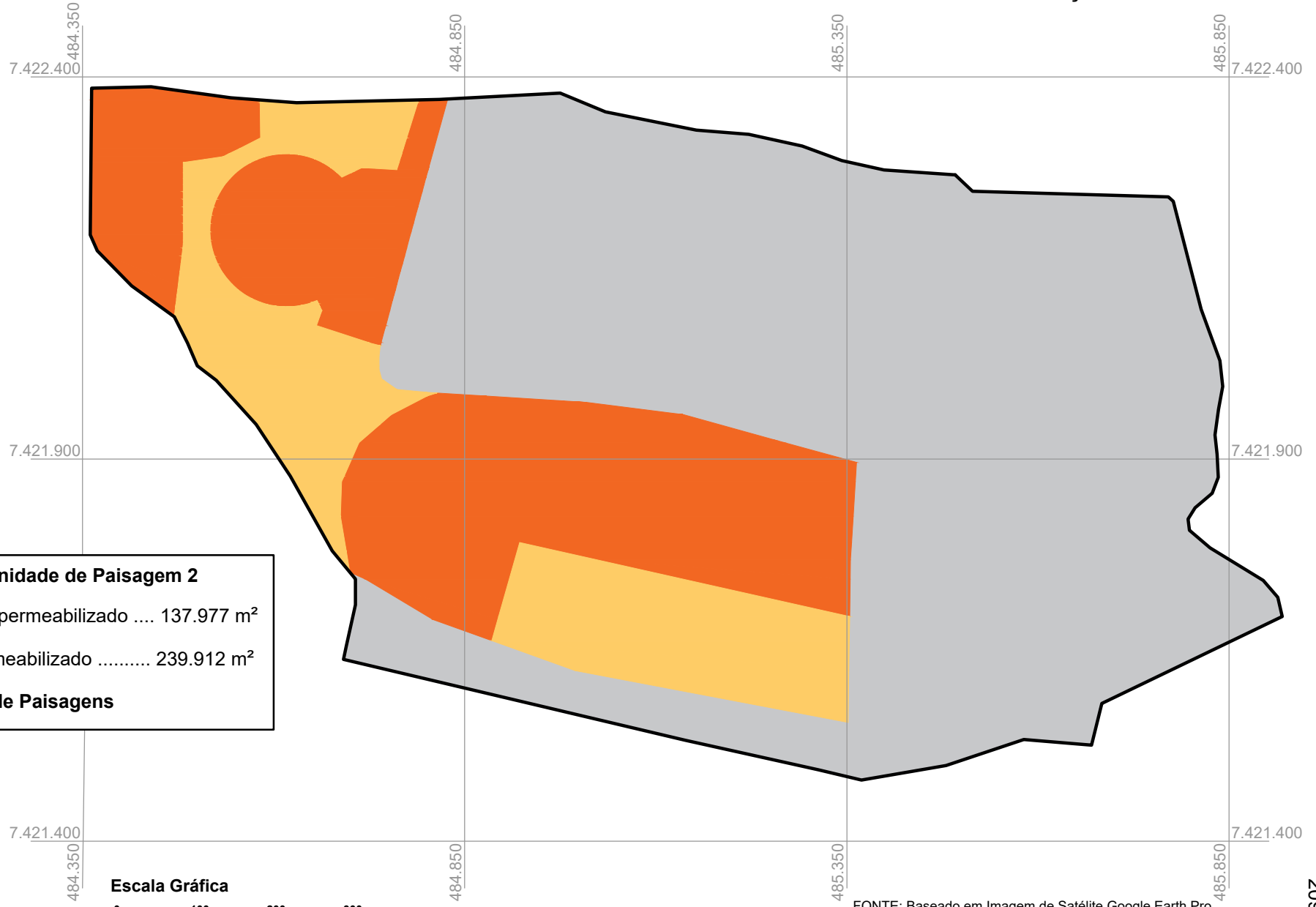
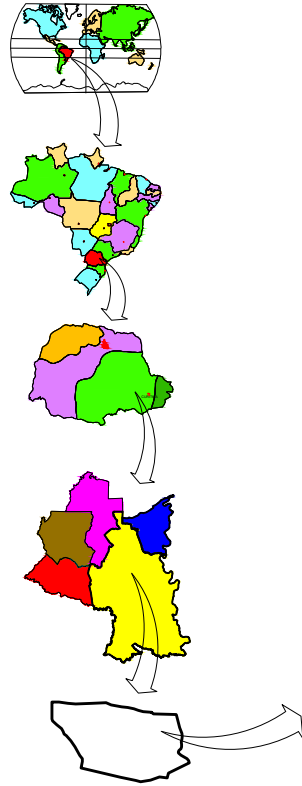
Tais áreas sofreram e na atualidade ainda convivem com a ação antrópica, sendo consideradas em regeneração por manterem suas características nativas apesar da intervenção humana, sobretudo na localidade denominada de mata do Marco Zero onde reside uma família, cujo patriarca, conforme mencionado em matéria jornalística, informou que realiza o plantio de algumas das espécies nativas e também exóticas.




Referida mata possui em seu interior, seis nascentes o que reforça a sua condição de área de preservação permanente, devendo ser protegida pelos empreendedores que detêm a propriedade de todo o cenário composto também pelo Complexo Empresarial. Ao Poder Público resta a incumbência de assegurar a sua manutenção contra eventuais distorções relativas às responsabilidades inerentes aos proprietários, assim como a todos que de alguma forma intervenham naquele espaço. À sociedade cabe o esforço de exigir de proprietários e do Poder Público a implementação de ações e esforços para oferecer as melhores condições possíveis de proteção e preservação, bem como contribuir com a sua parcela de responsabilidade no sentido de evitar danos e prejuízos.

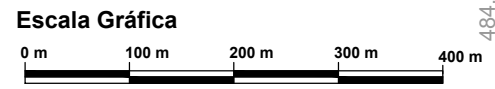
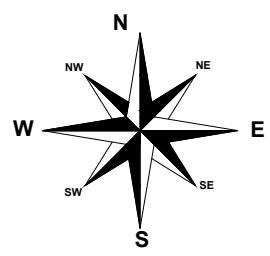
Todos têm sua parcela de responsabilidade com relação ao meio ambiente. Aquele é um espaço que deveria ser considerado um santuário, pois tem relevância histórica em virtude das origens da região e, especialmente, da cidade.

Infelizmente o próprio site mantido pela Prefeitura do Município de Londrina, não atualizou algumas das informações relativas à Mata do Marco Zero e a área, embora seja destaque turístico, não tem recebido o reconhecimento que merece.

FIGURA 32: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ
CARTA DE DETALHAMENTO DA UNIDADE DE PAISAGEM 2 - ÁREAS DE CIRCULAÇÃO PÚBLICA



Detalhamento da Unidade de Paisagem 2	
	Predomínio não impermeabilizado 137.977 m ²
	Predomínio impermeabilizado 239.912 m ²
	Demais Unidade de Paisagens



COORDENADAS = UTM
 SIRGAS 2000 - MC 51°

FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
 ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
 ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

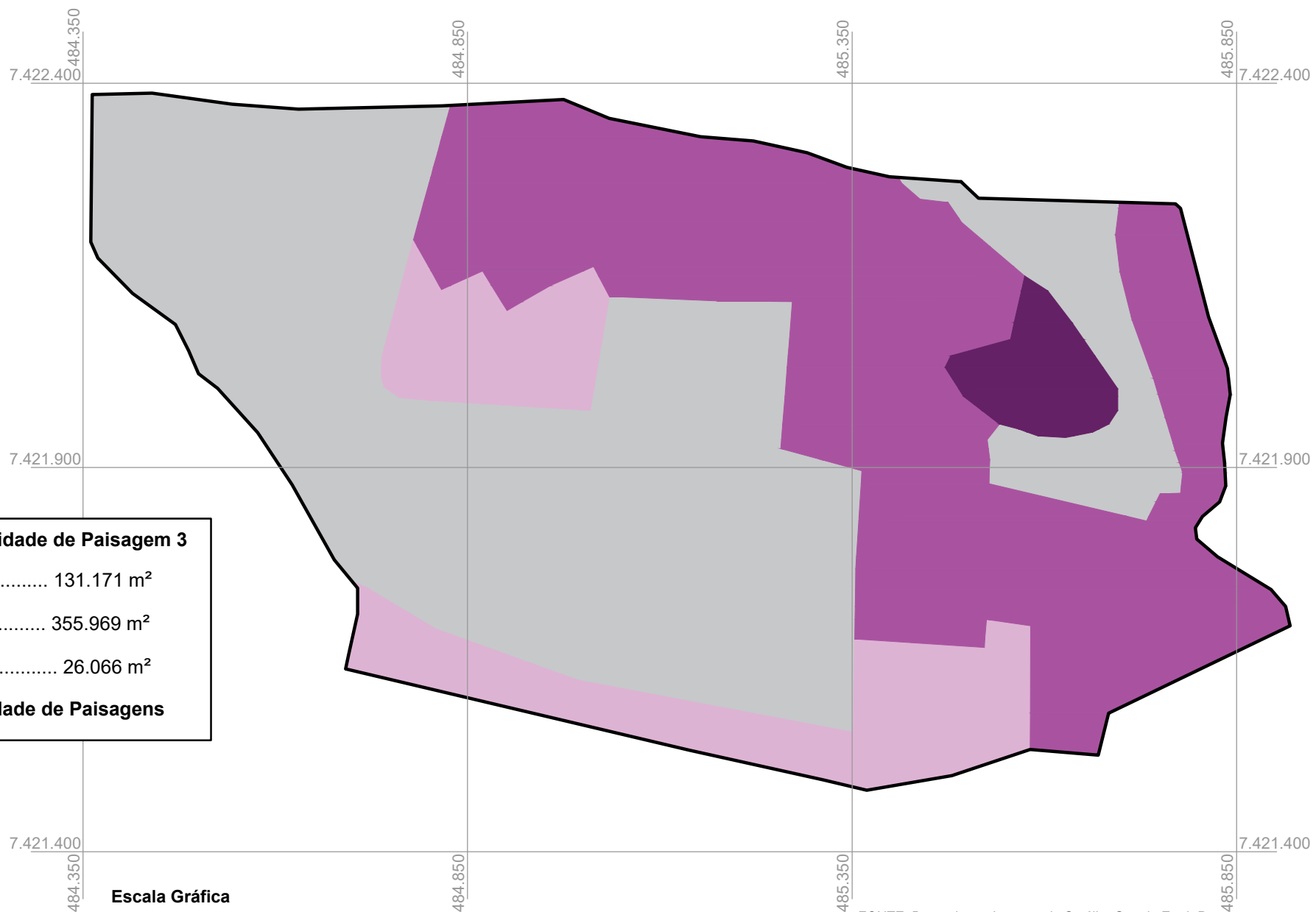
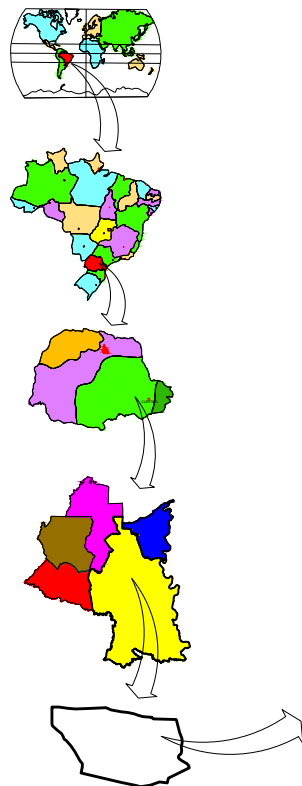
Na Figura 32 está em destaque a UP2, com duas subunidades. O detalhamento expressa a subunidade 1 na cor marrom com 137.977 m² e a subunidade 2 na cor rosa com 239.912 m². A UP 2 abarca a região do Complexo Empresarial, a Rotatória da Avenida Dez de Dezembro com Avenida Theodoro Victorelli, o Terminal Rodoviário José Garcia Villar e o Estádio Vitorino Gonçalves Dias. Sua área é de 377.889,26 m² e 38,23% da área total do perímetro.

Conforme se observa, há o predomínio de área impermeabilizada – subunidade 2 sobre a área não impermeabilizada – subunidade 1, porém verifica-se a existência de integração entre as subunidades que estão localizadas mais próximas da região central da cidade, porém com certo estigma de periferia.





A metamorfose da zona leste da cidade tomou consistência com a construção das avenidas Dez de Dezembro e Theodoro Victorelli na década de 1970 e, posteriormente, do Terminal Rodoviário na década de 1980. Outras obras anteriores como Hospital Universitário, ou posteriores como Universidade Federal Tecnológica, ainda que distanciadas da área objeto de estudo, merecem destaque por sua importância para a transformação regional que ainda não está finalizada.

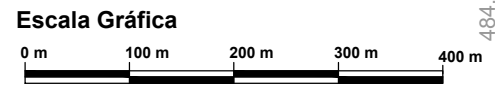
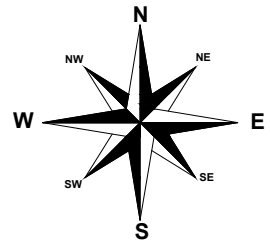
É possível verificar a existência de locais passíveis de aproveitamento para novos empreendimentos urbanos a partir da expansão dos limites territoriais do município e, no caso da área sob estudo, de substituição, ainda que lentamente, das antigas construções residenciais e comerciais, por novos empreendimentos, como aconteceu em relação ao Complexo Empresarial Marco Zero.

FIGURA 33: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ
CARTA DE DETALHAMENTO DA UNIDADE DE PAISAGEM 3 - RESIDENCIAL / COMERCIAL



Detalhamento da Unidade de Paisagem 3

	Comercial	131.171 m ²
	Residencial	355.969 m ²
	Favela	26.066 m ²
	Demais Unidade de Paisagens	



COORDENADAS = UTM
 SIRGAS 2000 - MC 51°

FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
 ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
 ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

A carta apresentada na Figura 33 refere-se à maior das áreas objeto de estudo com 513.206,32 m² e representando 51,93% do perímetro delimitado. Trata-se da UP3, composta de três subunidades. A subunidade 1 na cor rosa com uma área de 131.171 m² e predominantemente comercial. A subunidade 2 na cor rosa escuro, com uma área de 355.969 m², com preponderância residencial e, por fim, a subunidade 3 na cor roxa com 26.066 m², também área residencial, mas diferenciada na medida em que é considerada área de ocupação irregular e designada por favela.

A cidade de Londrina possui aproximadamente 545 bairros, com cerca de 5000 ruas. Entretanto as ocupações irregulares, por sua própria condição de segregação, nem sempre são computadas nas informações de sites oficiais o que inviabiliza a apuração de certas informações. Conforme se verifica, na carta geográfica destacada pela Figura 33 prepondera a área residencial sobre a área comercial.

Referida favela, que representa apenas 5,08% da área da UP3, está localizada bastante próxima da região central e é circundada por vários conjuntos habitacionais populares de classe média-baixa ou baixa. Destaca-se dentre eles o que se encontra mais próximo e leva o mesmo nome. Trata-se de Conjunto Pindorama, que possui apenas cinco ruas.

A Favela Pindorama está localizada às margens do Córrego Água das Pedras e sua área é menor do que a área da mata do Marco Zero que é de 39.000 m². A favela e os conjuntos habitacionais que a circundam formam uma importante área residencial com alto adensamento populacional.

A seguir apresenta-se um conjunto de quadros que oferecem o detalhamento das Unidades de Paisagem – já demonstradas nas cartas geográficas – que indicam numericamente as áreas e respectivos percentuais. É válido ressaltar que a UP1 não possui subdivisões em toda a sua extensão. A UP2 está subdividida em Subunidade 1 e Subunidade 2 e a UP3 subdivide-se em Subunidade 1, Subunidade 2 e Subunidade 3.

No detalhamento dos mencionados quadros, além dos apontamentos numéricos é feita a descrição pormenorizada das áreas em estudo indicando os detalhes diferenciadores de uma área para outra não apenas entre as Ups 1, 2 e 3, mas também entre as Subunidades que compõem a UP2 e a UP3 respectivamente.

Tabelas de Áreas de Unidades de Paisagens – ZONA LESTE DE LONDRINA –
Mata do Marco Zero – Complexo Marco Zero – Córrego Água das Pedras

As tabelas 1 e 2 expressam, em grandezas numéricas as metragens e percentuais que compõem cada uma das Unidades de Paisagem e suas respectivas Subunidades.

Tabela 1 – Apresenta a área total com as Unidades de Paisagem nela inseridas

Unidade de Paisagem	Área (m²)	Percentual
UP 1	97257,28	9,84
UP 2	377889,26	38,23
UP 3	513206,32	51,93
TOTAL	988352,86	100,00

Fonte: Gomes, UEL. 2017 Org. PINHEIRO, 2017

A tabela 1 apresenta a metragem total da área objeto de estudo, detalhando as Unidades de Paisagem – sem as subunidades – com respectiva metragens de suas áreas correspondentes. Para referida tabela segue abaixo a descrição da **Unidade de Paisagem 1- UP1** que não possui subunidades em sua área.

Descrição das Unidades de Paisagem – Unidade de Paisagem 1

Composta de:

- Vegetação nativa em regeneração
- ➔ Mata do Marco Zero
- ➔ Parte das margens do Córrego Água das Pedras

Tabela 2 – Apresenta o detalhamento da Unidade de Paisagem 2 com suas duas Subunidades

Detalhamento UP 2	Área (m²)	Percentual
SUB 1	137977,49	36,51
SUB 2	239911,77	63,49
TOTAL	377889,26	100,00

Fonte: Gomes, UEL. 2017 Org. PINHEIRO, 2017

A **Unidade de Paisagem 2 – UP 2** com 377.889,26 m², possui a **subunidade 1 – SUB 1** com 137.977,49 m², compondo um percentual de 36,51% da área total da referida Unidade de Paisagem, enquanto que a **subunidade 2 – SUB 2**, tem um total de 239.911,77 m², cujo percentual é de 63,49% da referida área da UP2.

Descrição das Unidades de Paisagem – Unidade de Paisagem 2

Composta de:

Subunidade 1 – com predomínio de áreas não impermeabilizadas

- ➔ Parte do Terreno do Entorno do Terminal Rodoviário José Garcia Vilar
- ➔ Parte de trás – NORTE – do terreno do Complexo Marco Zero

Subunidade 2 – com impermeabilização total

- ➔ Estádio Vitorino Gonçalves Dias – VGD
- ➔ Terminal Rodoviário José Garcia Vilar
- ➔ Complexo Empresarial Marco Zero

Tabela 3 – Apresenta o detalhamento da Unidade de Paisagem 3 com suas três Subunidades

Detalhamento UP 3	Área (m²)	Percentual
SUB 1	131170,68	25,56
SUB 2	355969,16	69,36
SUB 3	26066,48	5,08
TOTAL	513206,32	100,00

Fonte: Gomes, UEL. 2017 Org. PINHEIRO, 2017

A **Unidade de Paisagem** – 3 UP 3 está dividida em três subunidades. A **subunidade 1 – SUB 1** possui um total de 131.170,68 m², com um percentual de 25,56% da área da UP3. A **subunidade 2 – SUB 2** com área de 355.969,16 m², representa o percentual de 69,36% da área da mesma Unidade de Paisagem. A menor área encontra-se na **subunidade 3 – SUB 3**, com 26.066,48 e um percentual de 5,08% do total da UP3.

Descrição das Unidades de Paisagem – Unidade de paisagem 3

Composta de:

Subunidade 1 – área comercial

➔ Parte do lado esquerdo – SUL – da mata do Marco Zero

Subunidade 2 – área residencial

➔ Parte atrás – NORTE – da mata do Marco Zero

➔ Parte que contorna as margens do Córrego Água das Pedras

➔ Parte que contorna o lado direito – LESTE – do Complexo Marco Zero

Subunidade 3 – favela

➔ Parte que margeia o Córrego Água das Pedras, próximo de área residencial

Tabela 4 – Apresenta o detalhamento de todas as Unidades de Paisagem com suas respectivas Subunidades

Detalhamento Total	Área (m²)	Percentual
UP 1	97257,28	9,84
UP 2 - SUB 1	137977,49	13,96
UP 2 - SUB 2	239911,77	24,27
UP 3 - SUB 1	131170,68	13,27
UP 3 - SUB 2	355969,16	36,02
UP 3 - SUB 3	26066,48	2,64
TOTAL	988352,86	100,00

Fonte: Gomes, UEL. 2017 Org. PINHEIRO, 2017

A área objeto de estudo tem uma abrangência total de 988.352,86 m², e divide-se em **Unidade de Paisagem 1 – UP 1**, com 97.257,28 m², que representa um percentual de 9,84% da área total e não possui subunidades. Já a **Unidade de Paisagem 2 – UP 2**, conta com 377.889,26 m², o que representa 38,23% da área total, com duas subunidades. A **Unidade de Paisagem 3 – UP 3**, possui 513.352,32 m² totalizando um percentual de 51,93% da área pesquisada, com três subunidades.

Conforme se verifica, as **Unidades de Paisagens – UP1 e UP2** perfazem menos da metade da área de abrangência para o estudo proposto, ao passo que a **UP 3** possui pouco mais da metade da referida área de estudo.

6.2 Resultados da Análise

Por intermédio da hemerobia e com o objetivo de demonstrar a ação antropogênica observada em cada uma das Unidades de Paisagem e respectivas Subunidades, se pontuou os diferentes graus de transformação paisagística, bem como de intervenção e dependência tecnológica para então gerar as cartas geográficas expressas nas Figuras 30, 31, 32 e 33 que identificam as características

das áreas sob análise e que foram descritos de forma pormenorizada nas tabelas 1, 2, 3 e 4.

6.2.1 Classificação geofotográfica

Primeiramente demonstram-se a área de abrangência da pesquisa devidamente demarcada e que em seu conteúdo apresenta as três localidades objeto de estudo: a mata do Marco Zero, o Complexo Empresarial do Marco Zero e o Córrego Água das Pedras, cuja nascente encontra-se entre o Terminal Rodoviário José Garcia Villar e o Estádio Vitorino Gonçalves Dias.

Verifica-se pelo destaque da área objeto de estudo, a existência de realidades paisagísticas diferenciadas dentro da mesma região estudada, o que justifica a demarcação em três Unidades de Paisagens distintas, sendo que duas delas (Unidades de Paisagem 2 e 3) estão compostas por duas e por três subunidades respectivamente.

Antes de apresentar a tabela de Unidades de Paisagem, resta esclarecer que foram elas estabelecidas a partir de cada uma das localidades que compõem uma parte da zona leste de Londrina – Mata do Marco Zero, Complexo Empresarial Marco Zero e Córrego Água das Pedras – e suas características atuais, relativas ao grau de dependência tecnológica e ao nível de hemerobia referentes a utilização do solo, permeabilidade ou impermeabilidade, permanência das condições naturais, existência de vegetação nativa e exótica, conservação e regeneração da paisagem natural, conservação e degradação da paisagem urbana, área residencial, área comercial, ocupação irregular, condições de conservação do manancial hídrico, localização de nascente.

A seguir apresentam-se os quadros referentes à área total de estudo e, na sequência, a área referente a cada uma das Unidades de Paisagem e suas Subunidades e os percentuais de tais localidades em comparação com a área total. Atribuiu-se para as Unidades de Paisagem e para as Subunidades a descrição de suas características individuais que permitem diferenciá-las entre si, bem como possibilitam o reconhecimento das peculiaridades indicadoras dos níveis hemeróbicos que foram definidos com níveis alto, médio e baixo, conforme quadro 2 apresentado a seguir.

Quadro 2 – Classificação Hemeróbica – Grau de Dependência Tecnológica

ALTO NÍVEL DE HEMEROBIA	MÉDIO NÍVEL DE HEMEROBIA	BAIXO NÍVEL DE HEMEROBIA
<p>Maior dependência de tecnologias para manter seu funcionamento, além de expressivo adensamento urbano.</p>	<p>Certa dependência das tecnologias, porém não há efetiva necessidade de manutenção regular e pode funcionar sem a ação antrópica direta.</p>	<p>Pouca dependência das tecnologias e funciona sem nenhuma ação antrópica no meio.</p>

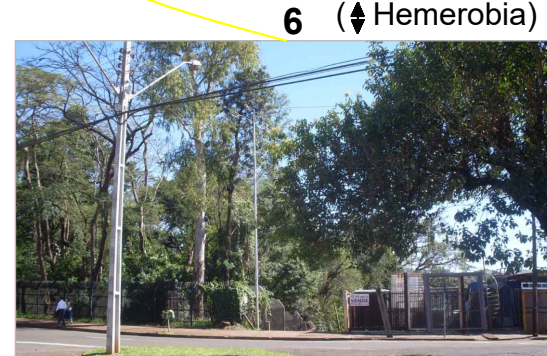
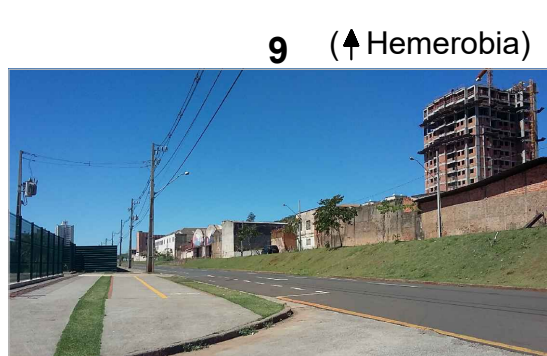
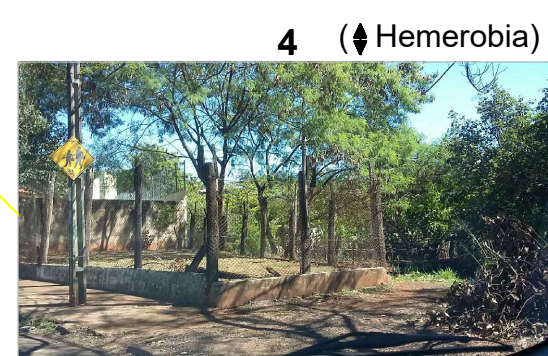
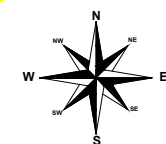
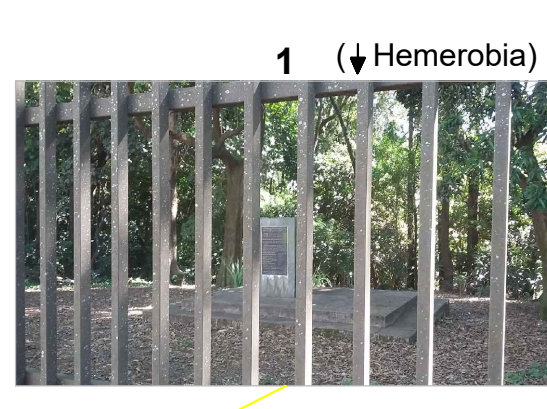
Quadro formulado com base nos estudos de Belem e Nucci (Jun/2014) e nos estudos de Barbara, Valaski e Nucci (set/2014). Organização, PINHEIRO, 2017

Ao longo do trabalho, foram acrescentados ao texto, registros imagéticos do acervo pessoal e especialmente confeccionados a título de ilustração do trabalho e muitos deles permitem uma visualização mais abrangente da realidade de cada uma das Unidades de Paisagem e respectivas subunidades, conforme delimitação exposta anteriormente. Em muitas das fotografias foram feitos destaques com flechas para facilitar a visualização dos pontos mais importantes no contexto imagético.

Para o presente momento analítico, outras imagens serão disponibilizadas, também oriundas do acervo próprio da pesquisadora, cujos registros foram feitos especialmente para a análise pretendida e com intenção de “melhor visualização e observação das mesmas e seus níveis de hemerobia” (PEREIRA, SILVA e VEIGA, 2011, p. 133).

A partir das imagens expostas e carreadas ao presente estudo, foi elaborada e, na sequência apresentada a tabela de Classificação das Unidades de Paisagens e o Correspondente Nível Hemeróbico. Conforme exposto, foram delimitadas três Unidades de Paisagem, sendo que a UP 2 possui duas subunidades e a UP 3 possui três subunidades. As Unidades e respectivos níveis hemeróbicos estão descritos no quadro 3 a partir da Figura 34 composta da geofotografia das três áreas de estudo e de um conjunto imagético com quatorze fotografias.

FIGURA 34: GEOFOTOGRAFIA DA REGIÃO DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ



Para o desenvolvimento do estudo da “Região do Marco Zero” em destaque na Figura 30 são abrangidos os três pontos sem destaques especiais e apenas com a demarcação das áreas correspondentes: a Mata do Marco Zero, o Complexo Empresarial Marco Zero e o Córrego Água das Pedras. Tais pontos são apresentados, posteriormente, mediante geofotografia. São quatorze fotografias que compõem o conjunto da Figura 34 e estão identificadas por numeração, que segue a ordem horária, descritas conforme Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Classificação Geofotográfica das Unidades de Paisagem e Subunidades

UP1	Fotografia 1: UP 1 – mata do Marco Zero	Fotografia 6: UP 1 – Avenida Theodoro Victorelli em frente à mata do Marco Zero	Fotografia 7: UP 1 – viela ao lado da mata do Marco Zero		
UP2-SUB1	Fotografia 2: UP 2-SUB1 – Parte frontal do Complexo Empresarial Marco Zero – entre o <i>Shopping Center Londrina Boulevard</i> e a <i>Loja Leroy Merlin</i>	Fotografia 11: UP2-SUB1 – parte frontal do Complexo Empresarial em direção à mata do Marco Zero. Ao fundo adensamento residencial	Fotografia 12: UP2-SUB1 – parte da Estação Rodoviária - lado direito de quem olha do centro da cidade em direção à zona Leste	Fotografia 13: UP2-SUB1 – parte da Estação Rodoviária – lado esquerdo de quem olha do centro da cidade em direção à zona Leste	Fotografia 14: UP2-SUB1 – parte frontal do Complexo Empresarial – Entrada principal do <i>Shopping Center Londrina Boulevard</i>
UP2-SUB2	Fotografia 8: UP 2-SUB2 – parte de trás do Complexo Empresarial Marco Zero	Fotografia 10: UP2-SUB2 – parte frontal do Complexo Empresarial em direção ao Monumento O Passageiro			
UP3-SUB1	Fotografia 4: UP 3-SUB1 – Conjunto Pindorama – CEI Abdias do Nascimento				
UP3-SUB2	Fotografia 9: UP3-SUB2 – parte de trás do Complexo Empresarial Marco Zero				
UP3-SUB3	Fotografia 3: UP 3-SUB3 – Favela Pindorama	Fotografia 5: UP 3-SUB3 – margens do Córrego Água das Pedras			

Fonte e Org. PINHEIRO, 2017

A totalidade da área de estudo, expressa detalhadamente no Quadro 3, demonstra significativas diferenças decorrentes do uso e parcelamento do solo urbano que refletem, muitas vezes, vantagens individuais e, também, as relações sociais daí decorrentes.

6.2.2 Classificação dos níveis hemeróbicos

A proposta de realizar o estudo hemeróbico, parte justamente da “mensuração dos níveis de artificialidade e ou naturalidade do espaço”, que, conforme mencionado anteriormente, são institutos que compõem “a definição do conceito de hemerobia” (PEREIRA, SILVA e VEIGA, 2011, p. 127).

Importante apontar a reflexão de Tuan (2013, p. 11) sobre a percepção que tem de espaço e lugar em que o primeiro congrega uma ideia de abrangência que transcende a compreensão que se tem do segundo, que por sua vez, embora não seja restrito, representa certa concretude para mensuração dos parâmetros a serem analisados, relativamente à forma de ocupação do solo urbano. Afirma que tanto um quanto o outro estão irremediavelmente ligados a nossa existência.

“Espaço” e “lugar” são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As Grandes Planícies dão a sensação e espaciosidade. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. (...) (TUAN, p.11)

“Espaço” é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, e elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida e todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distante) entre as pessoas. O homem, como resultado de uma experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. (TUAN, 2013, p. 49)

Além das fotografias distribuídas ao longo de toda a exposição no corpo do trabalho escrito, muitas das quais localizadas nas áreas delimitadas das Unidades de Paisagem e suas Subunidades, o conjunto de quatorze fotografias, registradas durante a visita de campo, foi selecionado para compor a análise hemeróbica com base na classificação apresentada na sequência de quadros.

Prosseguindo no Quadro 4 coloca-se em destaque o conjunto das

quatorze fotografias utilizadas, indicando o grau de hemerobia nelas verificado.

Quadro 4 – Classificação Geofotográfica e Descrição Hemeróbica

UP1	Fotografia 1: Baixa Hemerobia	Fotografia 6: Média Hemerobia	Fotografia 7: Média Hemerobia		
UP2- SUB1	Fotografia 2: Alta Hemerobia	Fotografia 11: Alta Hemerobia	Fotografia 12: Média Hemerobia	Fotografia 13: Média Hemerobia	Fotografia 14: Alta hemerobia
UP2- SUB2	Fotografia 8: Média Hemerobia	Fotografia 10: Alta Hemerobia			
UP3- SUB1	Fotografia 4: Média Hemerobia				
UP3- SUB2	Fotografia 9: Alta Hemerobia				
UP3- SUB3	Fotografia 3: Baixa Hemerobia	Fotografia 5: Baixa Hemerobia			

Fonte e Org. PINHEIRO, 2017

O Quadro 5 a seguir em destaque, apresenta a descrição das Unidades de Paisagem e as Subunidades apontando o respectivo nível hemeróbico. Deste modo, em que se identificam de forma minuciosa as características de cada área, é possível relacionar os dados dos quadros com as informações contidas nos mapas.

Quadro 5 – Classificação Descritiva das Unidades de Paisagens e Subunidades e o Correspondente Nível Hemeróbico

UNIDADE DE PAISAGEM	CARACTERIZAÇÃO DA UP	NÍVEL DE HEMEROBIA
UP 1 – Mata do Marco Zero.	Vegetação preservada, porém sem atuação do Poder Público e pouco valorizado pela população.	BAIXO – pouca dependência tecnológica, funcionando com mínima ação antrópica no meio.
UP 1 – Margens do Córrego Água das Pedras.	Manancial hídrico desvalorizado pelo Poder Público e pela população do entorno. Altamente poluído.	BAIXO – pouca dependência tecnológica, funcionando com mínima ação antrópica no meio.
UP 2 SUB 1 – Entorno do Terminal Rodoviário.	Grande área permeável de jardins conservados pelo Poder Público. Pouco movimento de pedestres.	MÉDIO – Tem certa dependência de tecnologias, mas não há necessidade de manutenção regular. Pode funcionar sem ação antrópica.
UP 2 SUB 1 – parte atrás do Complexo Marco Zero.	Área ainda não edificada. Permeável.	BAIXO – pouca dependência tecnológica, funcionando com mínima ação antrópica no meio.
UP 2 SUB 2 Estádio VGD e Terminal Rodoviário.	Edificação esportiva medianamente conservada pelo Poder Público. Pouco utilizada para a prática desportiva. Prédio Público, com utilização popular significativa. Áreas impermeáveis.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 2 SUB 2 – Complexo Marco Zero.	Edificação Privada. Bem conservada. Com acesso ao público consumidor. Empreendimento ainda em construção. Área impermeável.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 3 SUB 1 – Área Comercial ao lado esquerdo da mata do Marco Zero.	Prédios térreos de alvenaria com comércio pouco sofisticado e um posto de gasolina	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 3 SUB 1 – Área Comercial na parte de trás do Zero Complexo Marco Zero.	Antigos barracões de alvenaria, com frente para a Av. Celso Garcia Cid e fundos para o Complexo marco Zero e Hotel Ibis.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 3 SUB 2 – Área Residencial no entorno da mata do Marco Zero em oposição à Av. Theodoro Victorelli.	Área densamente povoada, com residências de classe média-baixa. Algumas edificações de até três andares.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 3 SUB 2 – Área residencial no entorno do Córrego Água das Pedras e mais próximo do Complexo Marco.	Edificações térreas sendo substituídas por edifícios de mais de dez andares para população de classe média.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para se manter funcionando.
UP 3 SUB 3 – Área da Favela Pindorama.	Entorno do Córrego Água das Pedras e próximo de escola municipal.	ALTO – área urbanizada, com dependência tecnológica e ação antrópica para funcionamento.

Fonte e Org. PINHEIRO, 2017

Em virtude de algumas das localidades objeto de estudo encontrarem certa semelhança entre si, nas diferentes Unidades de Paisagem, apresenta-se a seguir o agrupamento pormenorizado de acordo com as referências de cada uma das áreas no Quadro 6.

Quadro 6 – Classificação das Unidades de Paisagens e Subunidades por Semelhança de Nível Hemeróbico em diferentes localidades

Unidade de Paisagem 1	Unidade de Paisagem 2	Unidade de paisagem 3
Vegetação nativa em regeneração Mata do Marco Zero. Parte das margens do Córrego Água das Pedras.		
	Subunidade 1 – com predomínio de áreas não impermeabilizadas. Parte do Terreno do Entorno do Terminal Rodoviário José Garcia Vilar. Parte de trás do terreno do Complexo Marco Zero.	Subunidade 1 – área comercial Parte do lado esquerdo da mata do Marco Zero.
	Subunidade 2 – com impermeabilização total. Estádio Vitorino Gonçalves Dias – VGD. Terminal Rodoviário José Garcia Vilar. Complexo Empresarial Marco Zero.	Subunidade 2 – área residencial. Parte atrás da mata do Marco Zero. Parte que contorna as margens do Córrego Água das Pedras. Parte que contorna o lado direito do Complexo Marco Zero.
		Subunidade 3 – favela Parte que margeia o Córrego Água das Pedras, próximo de área residencial.

Fonte e Org. PINHEIRO, 2017

A imagem obtida por meio do registro de satélite contém um complexo de cenários que nem sempre evidencia com clareza e profundidade o conjunto de especificidades e relações comuns à organização urbana. Portanto, necessário

expor os registros fotográficos e a correspondente análise hemeróbica que demonstrarão os níveis e graus de transformação da área objeto de estudo.

Merece destaque as palavras da autora Ermínia Maricato na obra *Para Entender a Crise Urbana*, na medida em que discute justamente as características da urbanização contemporânea:

Nunca é demais lembrar, como já fizeram numerosos autores, que a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. Especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos. Em algum momento da primeira década do século XXI o mundo passou a ser predominantemente urbano e essa crescente concentração da população nas cidades traz novas características para as sociedades e para a humanidade. (MARICATO, 2015, p. 17)

Muitas das cenas urbanas captadas em um momento específico, por vezes especial, inclusive, poderão conceder a visibilidade que no dia a dia, não se capta com tanta facilidade. O cotidiano nem sempre se expõe diante dos incontáveis interesses resultantes de um mundo cada vez mais coletivo na busca por soluções e mais individualista na obtenção dos lucros.

Ao discorrer sobre a importância do detalhamento do espaço físico territorial, as autoras Fernanda Pereira, Raquel Silva e Aline Veiga afirmam a necessidade “de dados e levantamentos a respeito da região de estudo.” (2011, p. 128) Para mencionadas autoras:

O estudo da paisagem surge como uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e ser indicador da necessidade de mudança nos espaços urbanos, especialmente quando estes colocam em risco a saúde e o bem estar humano devido à exposição diária aos altos níveis de artificialidades presentes nas grandes cidades. (PEREIRA et al, 2011, p.128)

Um olhar preparado poderá captar com maior presteza os detalhes inerentes ao quadro de peculiaridades que nem sempre são observadas e reconhecidas para o “reconhecimento e detalhamento do espaço físico territorial” (2011, p. 128).

Na atualidade todos os ambientes já apresentam algum grau de hemerobia e a dependência do controle de manejo humano em determinadas atividades que envolvem tecnologia, como exemplo, os sistemas de internet e a produção de bens e serviços, tornam o ser humano praticamente escravo destas tecnologias por ele mesmo criadas. Esta situação é visível, principalmente, no meio urbano quando ocorre a falta de energia elétrica, mesmo que temporária, o caos se estabelece, começando pelo trânsito, e alcançando todos os locais de compra e venda de produtos e serviços.

Antes de partir para a próxima análise, mediante a seleção das imagens fotográficas, é importante ressaltar que nem todas as fotografias que ilustram o trabalho estão localizadas em Unidades de Paisagem e respectivas subunidades. Tais fotografias não são analisadas metodologicamente uma vez que se prestam a mera ilustração.

Entretanto, necessário esclarecer que há um conjunto ilustrativo de imagens que se identificam com os cenários delimitados para os estudos. Portanto, para melhor esclarecimento, o Quadro 7 apresenta tais registros imagéticos e respectiva localização no trabalho e segundo as Unidades de Paisagem e Subunidades.

Quadro 7 – Roteiro das Fotografias Utilizadas no Texto e que Pertencem às Respectivas Unidades de Paisagem

P. 57- Figura 2 – <i>Unidade de Paisagem 1</i> – Mata do Marco Zero
P. 80 - Figura 10 – <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidade 2</i> – Terminal Rodoviário José Garcia Villar – vista panorâmica
P. 83 - Figura 11 – Confluência entre a <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidade 1</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1</i> – Rotatória onde se encontra o monumento O Passageiro
P. 83 - Figura 12 – Confluência entre a <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidades 1 e 2</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1</i> – A partir da rotatória da Avenida Dez de Dezembro com Avenida Theodoro Victorelli
P. 96 - Figura 13 - Confluência entre a Unidade de Paisagem 1 e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 3</i> – Ponte sobre o Córrego Água das Pedras
P. 96 e 97 - Figura 14 e 15 – Confluência entre a <i>Unidade de Paisagem 1</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidades 2 e 3</i> – Escola Municipal Abdias do Nascimento
P. 98 - Figura 16 – <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidade 2</i> , Proximidade com <i>Unidade de Paisagem 1</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidades 1 e 2</i> – Parte frontal do <i>Boulevard Londrina Shopping Center</i>
P. 104 e 105- Figuras 17 e 18 – <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidades 2 e 3</i> – Vista parcial do Córrego Água das Pedras a partir da ponte
P. 125 e 126 - Figuras 20, 21, 22 e 23 – Confluência entre a <i>Unidade de Paisagem 1</i> , a <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidade 2</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1</i> Proximidade com <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 2</i> – Viela ao lado da mata do Marco Zero, Mata do Marco Zero e Viela, Mata do Marco Zero e Avenida e Mata do Marco Zero e Complexo Empresarial
P. 130 - Figura 24 – Confluência entre a <i>Unidade de Paisagem 2-Subunidades 1 e 2</i> e <i>Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1</i> – Vigas Estruturais do Teatro Municipal

Fonte e Org. PINHEIRO, 2017

6.2.3 Seleção das imagens fotográficas e respectivos níveis hemeróbicos

Formada por uma conjunção de treze bairros e conjuntos habitacionais – Aeroporto, Cidade Industrial 2, Conjunto Ernani Moura Lima, Gleba Lindóia, HU, Jardim Antares, Jardim Brasília, Jardim Califórnia, Jardim Ideal, Jardim Interlagos, Jardim Lon Rita, Parque das Industrias Leves, Vila Fraternidade – muitos dos quais criados a partir das décadas de 1970 e 1980, a zona leste de Londrina, é uma das regiões mais movimentadas da cidade, senão em virtude do alto adensamento populacional, em razão, também, da existência, em suas proximidades, do Hospital Universitário – um pouco mais distante da área de pesquisa e do Terminal Rodoviário localizado na Avenida Dez de Dezembro e bem próximo das localidades objeto de estudo.

Uma vez identificadas, de forma pormenorizada as Unidades de Paisagem de parte da zona leste da cidade de Londrina, pela descrição dos quadros acima em que se apresentou a respectiva análise hemeróbica, completa-se, a partir deste momento, a análise do nível de hemerobia da região, em cada uma das Unidades de Paisagem e Subunidades delimitadas, tendo por base os registros fotográficos, com ênfase na dependência tecnológica. Para tanto, apresenta-se a seguir a classificação hemeróbica utilizada com base na proposta discutida por Pereira, Silva e Veiga (2011, p. 129) que ressaltam:

O conceito de hemerobia tem como base a definição da naturalidade e artificialidade da paisagem, o qual divide os ecossistemas em dois grupos: tecno-ecossistemas e bio-ecossistemas, e enfatiza que o entendimento sobre a dependência de tecnologias pelos indivíduos pode determinar como uma paisagem funciona (HABER, 1990, apud FÁVERO, NUCCI e DI BIASI, 2004).

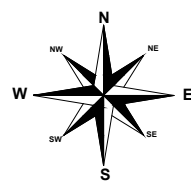
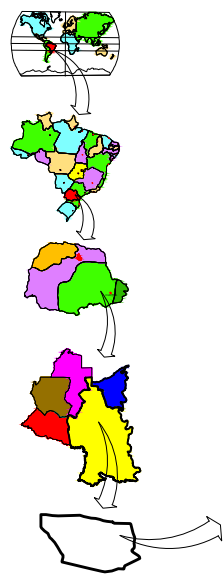
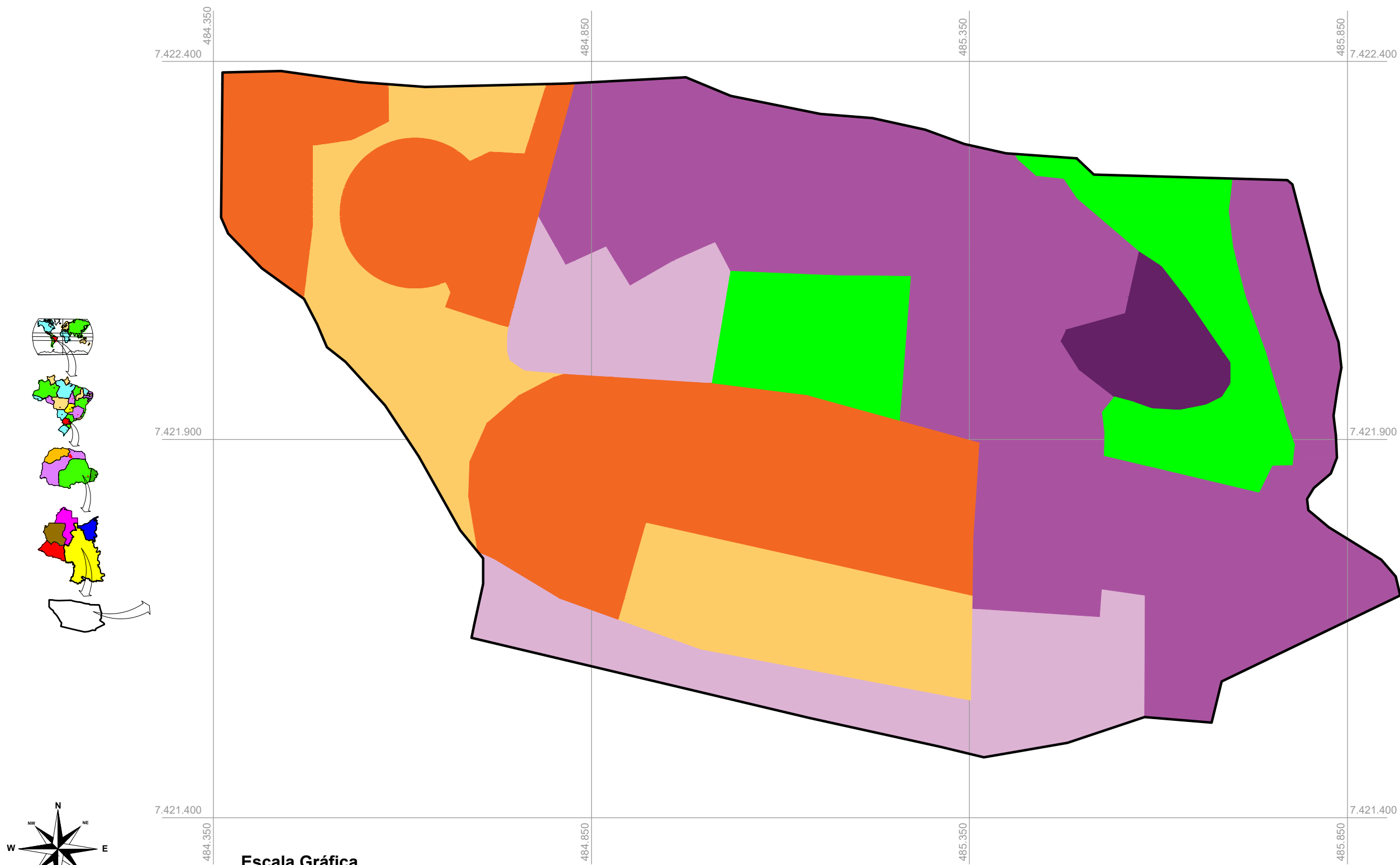
Os bio-ecossistemas são divididos em quatro tipos: ecossistemas naturais, ecossistemas próximos de naturais, ecossistemas seminaturais e ecossistema (biótico) antropogênico (dependente do controle e manejo humano). Os tecno-ecossistemas são caracterizados pelo domínio de estruturas e processos técnicos, criados intencionalmente pelo homem para atividades industriais, econômicas ou culturais com bio-ecossistemas dispersos em sua malha e no entorno (HABER, 1990, apud FÁVERO, NUCCI e DI BIASI, 2004).

Em face da metodologia escolhida para o desenvolvimento dos estudos relativos às transformações paisagísticas de uma parte da zona leste de Londrina - Córrego Água das Pedras, a mata do Marco Zero e o Complexo Empresarial Marco Zero – necessário foi tecer algumas considerações a título de esclarecimento,

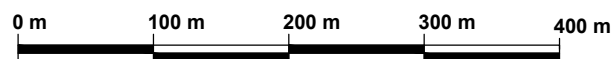
referentes aos elementos teóricos e aos diversos fatores que preponderam na análise hemeróbica desenvolvida a partir dos mencionados cenários, para então discorrer sobre os resultados obtidos a partir da análise hemeróbica das fotografias que seguem.

A Figura 35 encerra, de forma detalhada as Unidades de Paisagem e Subunidades, com respectivas características descritas. As Figuras 36 a 46 são novas opções de seleção fotográfica que apresentam o registro imagético das Unidades de Paisagem e das Subunidades com receptivas descrições.

FIGURA 35: ÁREA DO MARCO ZERO - LONDRINA - PARANÁ
CARTA DE DETALHAMENTO DAS UNIDADES DE PAISAGEM E SUBUNIDADES E CLASSES DE HEMEROBIA



Escala Gráfica



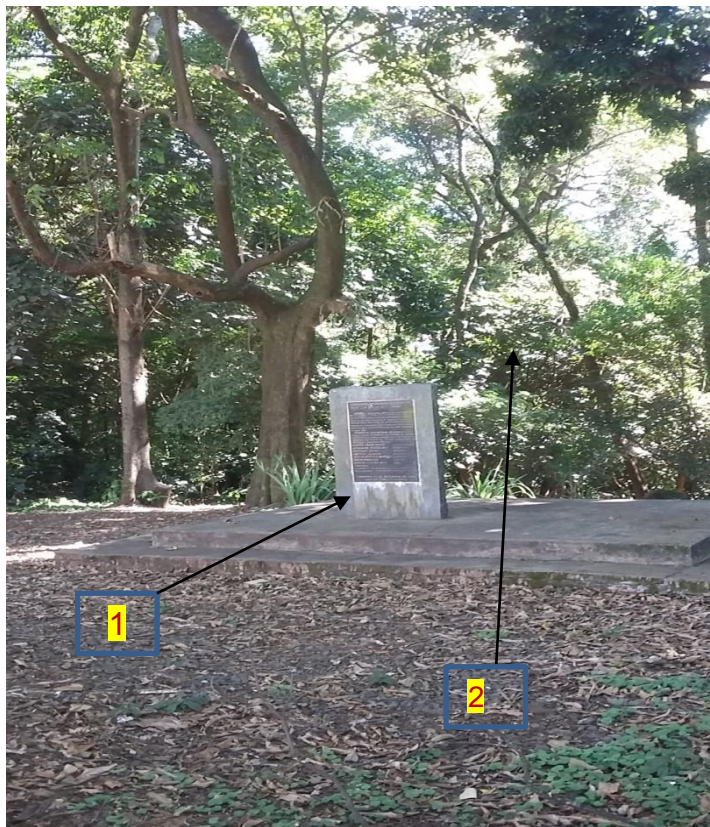
UNIDADES DE PAISAGENS - UP	
UP 1	Vegetação 97.257 m ²
UP 2	Sub 1 - Predomínio de áreas não impermeabilizadas 137.977 m ²
	Sub 2 - Predomínio de áreas impermeabilizadas 239.912 m ²
UP 3	Sub 1 - Comercial 131.171 m ²
	Sub 2 - Residencial 355.969 m ²
	Sub 3 - Favela 26.066 m ²

CLASSES DE HEMEROBIA	
UP 1	Vegetação BAIXA
UP 2	Sub 1 - Predomínio de áreas não impermeabilizadas MÉDIA
	Sub 2 - Predomínio de áreas impermeabilizadas MÉDIA
UP 3	Sub 1 - Comercial ALTA
	Sub 2 - Residencial ALTA
	Sub 3 - Favela ALTA

COORDENADAS = UTM
 SIRGAS 2000 - MC 51°
 FONTE: Baseado em Imagem de Satélite Google Earth Pro
 ELABORAÇÃO E ADAPTAÇÃO : GOMES, L.N. - 2.017
 ORGANIZAÇÃO : PINHEIRO, A. C. D. - 2017

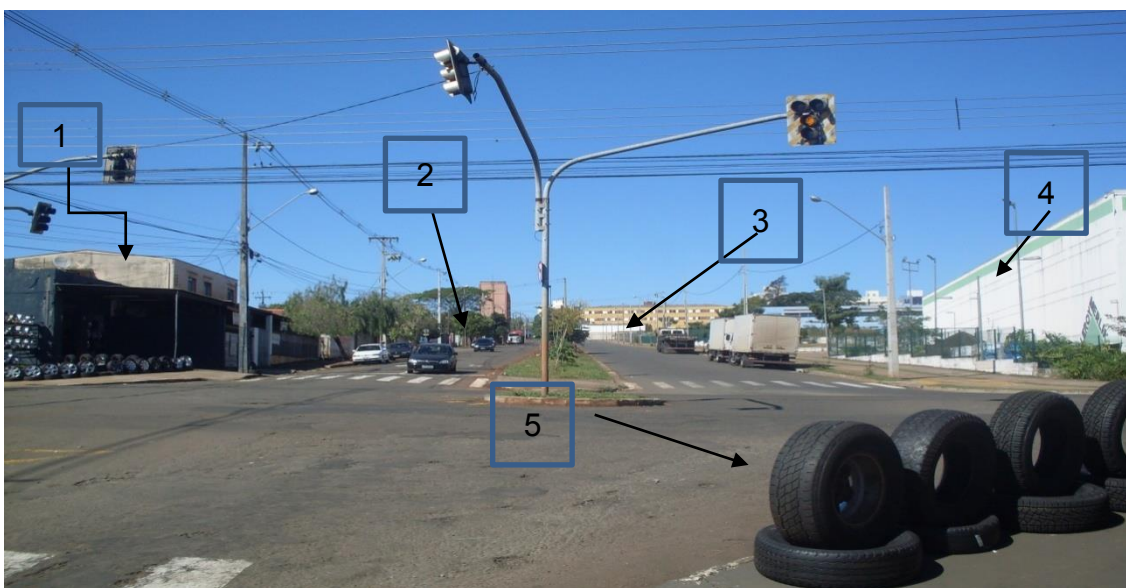
Seleção e Descrição Fotográfica conforme a Classificação Hemeróbica – 1

Figura 36 – UP1. Mata do Marco Zero



Parte da frente para a Avenida Theodoro Victorelli. Local em que foi colocada a lápide comemorativa do Jubileu de Ouro. PINHEIRO, 2016.

Figura 37 – UP1 e UP3-SUB1 – Entorno da Mata do Marco Zero



No entorno da mata do marco Zero há residências maiores e bem conservadas. Comércio de peças de veículos próximo ao complexo empresarial – parte leste da loja *Leroy Merlin*. A duplicação da Rua Santa Terezinha, em direção à Avenida Celso Garcia Cid. PINHEIRO, 2016.

Descrição Hemeróbica: A vegetação nativa e exótica convivendo em ambiente preservado com baixa ação antrópica e pouca dependência tecnológica. A presença do poder público é rara e a área carece de maior interferência para melhor preservação. Internamente a mata sofre com poluição e erosão, além de ser utilizada como esconderijo por usuário de drogas, traficantes e bandidos e, também, para prostituição. Poderia ser aproveitada pela população como área de lazer, além de ser utilizada para desenvolver a cultura preservacionista por meio da educação ambiental.

Com a distância de uma quadra apenas, mais em direção a leste, verifica-se uma realidade bastante diferente da anterior, pois apresenta diversos estabelecimentos comerciais, com ruas pavimentadas e equipamentos como semáforo e calçamento com pouca arborização.

Descrição Imagética conforme a Classificação Hemeróbica – 1

Figura 36 – UP1. Mata do Marco Zero – Descrição

- 1 – Lápide comemorativa das Bodas de Ouro do Município de Londrina
- 2 – Mata: em parte nativa, em parte preservada, em parte regenerada e em parte não original

Figura 37 – UP1 e UP3-SUB1 – Entorno da Mata do Marco Zero – Descrição

- Destaques: 1 – Comércio de Auto Peças, 2 e 3 – Duplicação da Rua Santa Terezinha, 4 – Parte leste da loja *Leroy Merlin*, 5 – Comércio de Pneus

Seleção e Descrição Fotográfica conforme Classificação Hemeróbica – 2

Figura 38 – UP1 e UP3-SUB3. Ponte sobre o Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama



A partir da ponte sobre o Córrego Água das Pedras, margem bem próxima da cerca de casas da Favela Pindorama. PINHEIRO, 2016.

Figura 39 – UP1 e UP3-SUB1 e 3. Conjunto Pindorama, margens do Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama



Parte frontal da Escola Municipal Abdias do Nascimento, com possibilidade de visualizar por trás do alambrado a ponte sobre o Córrego Água das Pedras em direção à Favela Pindorama. PINHEIRO, 2016.

Descrição Hemeróbica: Margens do Córrego Água das Pedras, proximidade com a área da Favela Pindorama. Vegetação nativa e exótica em ambiente preservado com pouca dependência tecnológica. A ação antrópica é baixa e a área mostra-se degradada, sem a presença do poder público e com falta de educação da população que vive em condições de pobreza em seu entorno. Possibilidade de transbordamento em época de chuva e risco constante para a população, principalmente crianças e adolescentes.

Descrição Imagética conforme Classificação Hemeróbica – 2

Figura 38 – UP1 e UP3-SUB3. Ponte sobre o Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama – Descrição

Destaques: 1 – Cerca precária de balaústre que separa as casas da Favela Pindorama do Córrego Água das Pedras, 2 – Ponte sobre o Córrego Água das Pedras

Figura 39 – UP1 e UP3-SUB1 e 3. Conjunto Pindorama, margens do Córrego Água das Pedras e Favela Pindorama – Descrição

Destaques: 1 – Alamedado da Escola Municipal Abdias do Nascimento, 2 – Ponte sobre o Córrego Água das Pedras

Seleção e Descrição Fotográfica conforme a Classificação Hemeróbica – 3

Figura 40 – UP2-SUB 1. *Boulevard Londrina Shopping Center*



Parte frontal, voltada para o norte, do Londrina *Boulevard Shopping Center*. Avenida Theodoro Victorelli PINHEIRO, 2016.

Figura 41 – UP2-SUB 1. Antigos Galpões e Novas Construções



Parte sul do Complexo Empresarial Marco Zero. Uma das saídas do Londrina *Boulevard Shopping Center*. Os galpões e prédios em construção estão localizados na Av. Celso Garcia Cid. PINHEIRO, 2016.

Figura 42 – UP2-SUB 2. Vigas Estruturais do Teatro Municipal



Composição em que se observa parte do Londrina *Boulevard Shopping* e as vigas estruturais do Teatro Municipal à direita e Monumento O Passageiro ao fundo à esquerda. PINHEIRO, 2016.

Figura 43 – UP2-SUB 2. Antiga Chaminé



Parte sul do *Boulevard Shopping Center* – Contorno do Complexo Empresarial Marco Zero. Av. Martiniano do Valle Filho. Preservação da chaminé que fazia parte da composição da antiga indústria. PINHEIRO, 2016.

Descrição Hemeróbica: Complexo Marco Zero. Empreendimento comercial e residencial. Área impermeabilizada com alguns espaços permeáveis. À frente a Avenida Theodoro Victorelli, em direção à rotatória com a Avenida Dez de Dezembro e final da Rua Benjamin Constant. Tráfego intenso e comércio

desenvolvido. Áreas permeáveis e impermeáveis. Aos fundos dos galpões da Avenida Celso Garcia Cid, à esquerda, edifícios em construção, à frente e à direita, obra paralisada do Teatro Municipal. Ao lado direito, foi deixada uma chaminé da antiga indústria, preservada como valorização histórica.

Descrição Imagética conforme a Classificação Hemeróbica – 3

Figura 40 – UP2-SUB 1. *Boulevard Londrina Shopping Center* – Descrição

Destaques: 1 – Entrada do Londrina *Boulevard Shopping* – para pedestres, 2 – Região central do Município de Londrina a partir da direção a oeste

Figura 41 – UP2-SUB 1. Antigos Galpões e Novas Construções – Descrição

Destaques: 1 – Antigos Galpões localizados na Av. Celso Garcia Cid – lado sul do Complexo Empresarial, 2 – Saída sul do Londrina *Boulevard Shopping Center*

Figura 42 – UP2-SUB 2. Vigas Estruturais do Teatro Municipal – Descrição

Destaques: 1 – Monumento “O Passageiro” na rotatória da Avenida Dez de Dezembro, 2 – Parte oeste do Londrina *Boulevard Shopping Center*, 3 – Vigas Estruturais do Teatro Municipal

Figura 43 – UP2-SUB 2. Antiga Chaminé – Descrição

Destaques: 1 – Prédio da Vigilância Sanitária do Município de Londrina – antiga sede da RFFSA, 2 – Chaminé mantida como preservação histórica das indústrias Anderson Clayton S.A. e Coimbra S.A.

Seleção e Descrição Fotográfica conforme a Classificação Hemeróbica – 4

Figura 44 – UP3-SUB2. Avenida Theodoro Victorelli



Avenida Theodoro Victorelli sentido bairros da zona leste. Vista do terraço na parte da frente do *Boulevard Londrina Shopping Center*. À frente parte da mata do Marco Zero e ao fundo área residencial. PINHEIRO, 2016.

Figura 45 – UP3-SUB2. Empreendimentos



Rotatória da Avenida Dez de Dezembro com Avenida Theodoro Victorelli. Sentido centro da cidade (Rua Benjamin Constant) em direção à zona leste. Uma parte do *Boulevard Shopping Center* e do Teatro Municipal ainda em construção e que fazem parte do complexo empresarial. Ao fundo

edifícios em construção em estágio mais avançado do que a Figura 11. PINHEIRO, 2017.

Figura 46 – UP3-SUB2. Avenida Dez de Dezembro



Vista panorâmica da Av. Dez de Dezembro a partir o viaduto da Avenida Celso Garcia Cid em direção ao Terminal Rodoviário. À direita da imagem é possível observar uma parte do *Boulevard Londrina Shopping Center*. PINHEIRO, 2017.

Descrição Hemeróbica: Avenida Theodoro Victorelli. Vista a partir do terraço do *Boulevard Londrina Shopping Center*, parte frontal em direção à mata do Marco Zero e aos bairros residenciais. Parte impermeabilização e área com vegetação nativa em regeneração. Avenida Dez de Dezembro em duas perspectivas. Vista da rotatória com o *Boulevard* à frente e as obras inacabadas do Teatro Municipal com suas vigas estruturais a mostra e mais ao fundo obras de edifícios em construção em fase adiantada. Visão panorâmica à distância. Áreas impermeabilizadas predominando com alguns locais permeáveis, o que impede alagamentos. Obras inacabadas paralisadas – Teatro municipal (de responsabilidade do poder público municipal em parceria com o Governo Federal) e em andamento – edifícios (responsabilidade da iniciativa privada), cujas obras estão adiantadas. Tráfego intenso.

Descrição Imagética conforme a Classificação Hemeróbica – 4

Figura 44 – UP3-SUB2. Avenida Theodoro Victorelli – Descrição

Destaques: 1 – Avenida Theodoro Victorelli em direção aos bairros da Zona Leste, 2 – Mata do Marco Zero, 3 – Área residencial – bairros da Zona Leste

Figura 45 – UP3-SUB2. Empreendimentos – Descrição

Destaques: 1 – Rotatória da Av. Dez de Dezembro, 2 - Londrina *Boulevard Shopping Center*, 3 – Edifício recém construído localizado na Av. Celso Garcia Cid, 4 – Vigas estruturais do Teatro Municipal

Figura 46 – UP3-SUB2. Avenida Dez de Dezembro – Descrição

Destaques: 1 – Viaduto da Av. Matiniano Valle Filho, 2 – Rotatória da Av. Dez de Dezembro com o monumento “O Passageiro”, 3 – Avenida Dez de Dezembro a partir do Viaduto da Av. Celso Garcia Cid, 4 – Londrina *Boulevard Shopping Center*, 5 – Vigas estruturais do Teatro Municipal

Apresentadas as fotografias designadas para o estudo hemeróbico, seguem as considerações teóricas relativas e imprescindíveis à compreensão dos resultados obtidos. A região objeto de estudo é, na atualidade e desde muitas décadas, bastante populosa e movimentada. A partir da chegada da primeira caravana liderada por George Craigh Smith sofreu significativos impactos, típicos do capital e da atividade de especulação e comercialização que se iniciava, perdendo logo no início, boa parte de suas características naturais e incorporando ao longo do tempo, novas configurações até chegar ao cenário atual.

Assumindo características altamente urbanas, a região lembra a descrição de Pego, Simões e Almeida (2010, p. 1) que afirmam que “o verde urbano está hoje muitas vezes confinado a áreas isoladas por edificações e vias de comunicação, numa dinâmica ditada pelo uso do automóvel”.

A descrição dos autores acima se coaduna com parte das localidades em estudo e de certa forma com as reflexões de Nucci e Belém (2011, p. 205) ao discutirem sobre o planejamento da paisagem como estratégia de valorização dos recursos e funções da natureza. Afirmam:

Apesar de sua importância, os ecossistemas naturais, até bem pouco tempo atrás, foram considerados como áreas improdutivas nas quais benefícios só poderiam ser alcançados se houvesse uma conversão para outros usos. Como resultado, muitas áreas naturais foram e ainda são alteradas para servir a outros propósitos pelo simples motivo de que seus valores para a sociedade não podem ser adequadamente demonstrados. (BELEM E NUCCI, 2011, p. 205)

Assimilou, referida região, ao longo do tempo, as transformações que lhe

foram impostas e atravessou o século XX chegando à segunda década do terceiro milênio com importantes modificações em sua paisagem tanto natural no início, como artificial posteriormente. Sempre decorrentes dos múltiplos empreendimentos tanto de natureza pública quanto de interesses privados.

A economia é a grande influência nas relações do mundo contemporâneo provocando violentas crises sociais, talvez sem precedentes na história da humanidade e a temática ambiental inclusive na vertente urbanística, tem sido relegada ao segundo, terceiro ou último plano.

Karl Polanyi (2012, p. 256) afirmou em 1944 que a sociedade e suas complexas relações não se impõem mais perante o mercado que se sobrepõe com seus interesses mercantis. Neste passo é possível entender que as relevantes questões ambientais permanecem secundárias. A influência da economia com suas leis próprias e seus jogos de poder e dominação, não se subjugam a vontade social e é de tal modo dramático que a vida, de quem quer que seja e sejam quantos forem, perde completamente seu valor.

A realidade observada a olho nu, nem sempre evidencia a rede de relações construídas naquela paisagem periférica e que impactam sobremaneira sua configuração. Ainda que as características locais tivessem sido consideradas importantes para a instalação de empreendimentos públicos como Terminal Rodoviário, Hospital Universitário, Universidade Federal, a população moradora da região com suas características e primordialmente formada por classe média e média-baixa – certamente foi mais um elemento relevante quando gestores públicos definiram a escolha dos serviços que lá seriam prestados aos moradores de toda a cidade e, ainda, de outros 250 dentre os 399 municípios do Estado do Paraná e outro tanto do interior de São Paulo além de outras localidades.

Posteriormente, todo aquele panorama formado pelo conjunto de obras públicas em que foram agregadas, ao longo do tempo, boas via de acesso, novos bairros de classe média e uma população crescente atraída pela proximidade com a região central, foi preponderante para a chegada de novos empreendimentos, no início do milênio, uma obra de iniciativa privada, porém, com certo apoio do poder público a partir da previsão da construção de um teatro pelo município, cujas obras, como foi possível observar, permanecem paralisadas. Aliás, o principal chamariz de campanha promocional do empreendimento privado foi, sem dúvida, a obra pública que contemplava o teatro municipal.

Todavia, ainda que tenham imprimido significativas mudanças nas características do bairro, os empreendimentos privados não se adequaram completamente, nem tão pouco, promoveram modificação no perfil socioeconômico local. Vale lembrar, continua sendo periferia onde persistem as ocupações e bairros de poder aquisitivo precário ou pouco relevante e, apesar de os empreendimentos pouco apontarem para a segregação que se evidencia, destinam-se a um público melhor posicionado econômica e socialmente e com condições de consumo. A fachada suntuosa típica de empreendimentos desta natureza e localizados na área destinada ao complexo empresarial e comercial, bem demonstram a clientela preferencial a ser atendida.

Possivelmente um dos principais fatores de atração para novos investidores, tenham sido as promessas de grandes mudanças que ali seriam implantadas e que continuariam contando com os serviços públicos já existentes, além de ter sido agregado ao projeto a construção por parte da parceria entre o Município e a União, via Ministério da Cultura, do mencionado Teatro Municipal.

As mudanças paisagísticas ocorreram de fato, embora não completamente, e não apenas em decorrência das obras já realizadas dos empreendimentos do Complexo Empresarial, pois a dinâmica da sociedade impõe constantes alterações no ambiente urbano. No entanto, como ressaltado, verifica-se que o perfil socioeconômico e as condições de periferia permanecem com poucas alterações apesar das transformações evidenciadas.

Número reduzido de edifícios, na região, ultrapassava três pavimentos e somente pouco antes da inauguração do *Boulevard Londrina Shopping Center* é que a região passou a ter edificações acima de dez andares. O avanço de novas edificações é tímido, porém significativo, refletindo, mais uma vez, as características típicas da exploração econômica que é altamente excludente, feroz e selvagem. A mudança de perfil imobiliário, não necessariamente reflete desenvolvimento, nem tampouco assegura a sustentabilidade, mas, certamente modifica o cenário e alguns dos atores.

Foram grandes as modificações provocadas no panorama natural, da localidade objeto de estudo e decorrentes originalmente da chegada da primeira caravana e logo em seguida dos primeiros desbravadores, muitos dos quais se tornaram pioneiros, pois com ânimo definitivo permaneceram na cidade e nos bairros da região em estudo, impondo-se um ritmo ao desenvolvimento que por

muitas vezes foi considerado surpreendente.

Merece destaque para a discussão, reconhecer que a civilização humana alcançou um desenvolvimento jamais imaginado e que surpreende a maioria – alguns, por quase não acreditarem nos avanços alcançados, outros por mal entenderem como foi possível, um dia, o ser humano viver sem os recursos hoje existentes e chegar até aqui. Entretanto, vale lembrar que o custo do progresso e do desenvolvimento foi e continua sendo, muito alto para o Planeta.

A evolução humana mostrou-se especialmente vital à transformação do planeta Terra. Com inegável segurança é possível afirmar que a custa de sacrifício da natureza e de todos os seus recursos o homem mudou completamente o seu modo de vida e algumas das características mais marcantes do Planeta. O desenvolvimento da Humanidade deve ser avaliado sob diversas perspectivas: científica, tecnológica, cultural, histórica, política, social, econômica. (...)

As mudanças, provocadas pela dinâmica do desenvolvimento, ao longo da História, revelam o antagonismo existente entre a deterioração ambiental, provocada pelas atividades decorrentes do avanço científico e tecnológico e ao mesmo tempo, os recursos criados pelo conhecimento e inteligência humana e que oferecem significativo progresso à sociedade. (PINHEIRO, 2004, p. 52)

A crescente transformação paisagística decorrente dos interesses econômicos imposta à zona leste da cidade de Londrina desde antes da existência do Município até a segunda década do século XXI, revelou a importância de desenvolver estudos que possam contribuir com a recuperação e preservação das áreas que se encontram em processo de degradação ou que não reflitam, urbanisticamente, as necessidades da população que nem sempre se apercebe de tal realidade. Ao discutir sobre a contemporaneidade da obra a Grande Transformação de Karl Polanyi, Boff (2012, p.11) afirma:

Essa forma de organizar a sociedade ao redor dos interesses econômicos do mercado cindiu a humanidade de cima abaixo: um fosso enorme se criou entre os poucos ricos e os muitos pobres. Gestou-se uma espantosa *injustiça social* com multidões feitas descartáveis, consideradas zeros econômicos, óleo gasto, não mais interessante para o mercado: produzem irrisoriamente e consomem quase nada. (BOFF, 2012, p.11)

De certa forma as obras do complexo empresarial expressam a existência de uma sociedade de consumo influenciada pelo processo globalizante que impõe um modo de vivenciar a felicidade, descrito por Henri Lefèbvre (2011, p. 32):

O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim *urbanismo*. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada (...) A cotidianidade parece um conto de fadas. “Deixar seu casaco no vestiário a entrada e, mas leve, dar suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim da infância da galeria encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar”. (...) E eis a imagem realizada da alegria de viver. A sociedade de consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião de pegar a felicidade que lhe é oferecida para fazer dela a sua felicidade é que... inútil insistir! LEFÈBVRE (2011, p. 32):

Enquanto isto, localidades como o Córrego Água das Pedras e a mata do Marco Zero, são exemplos das poucas ações promovidas em prol da melhoria das condições ambientais e a falta de visibilidade para os graves problemas decorrentes e que atingem de forma brutal as populações mais carentes, quase sempre ignoradas neste contexto. Neste sentido vem a calhar uma reflexão, ainda que singela e que reporta à discussão sobre a expressão justiça ambiental, pois muitos entendem que os danos causados ao meio ambiente são suportados indistintamente por todos, o que não se traduz em verdade absoluta. “Tende-se assim a não considerar a desigualdade na distribuição dos riscos e danos ambientais”. (ASCELRAD, 2015, p. 501)

Por justiça ambiental entende-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais nas quais operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.
(...)

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, sendo “meio ambiente” considerado em sua totalidade de modo a incluir suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se às condições em que tal direito pode ser livremente exercido preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. (ASCELRAD, 2015, p. 501)

O mérito de ambos – Córrego Água das Pedras e mata do Marco Zero – se intensifica na medida do reconhecimento da importância de um recurso vital à

existência e permanência de vida sobre a face da terra: a água. Sua dignidade é tal que Fachin e Silva (2012, p. 83) afirmam tratar-se da “sexta dimensão de direitos fundamentais. (...) A crise da água gera a necessidade de um novo direito fundamental”.

A concepção de nova dimensão dos direitos fundamentais (no caso, a sexta) não desmerece as dimensões anteriores nem os direitos que as compõem. Ela significa um acréscimo (não substituição) aos direitos fundamentais existentes, visto que estes nascem, a cada passo, no longo caminhar da Humanidade. O acesso à água potável, alçado agora a direito fundamental de sexta dimensão, necessita de tratamento prioritário das instituições sociais e jurídicas, bem como da parte de cada pessoa. (FACHIN e SILVA, 2012, p. 85)⁴⁴

Considerado, portanto, o direito fundamental à água, é importante ressaltar que não se pode reduzi-lo a simples recurso a ser utilizado ao bel prazer de qualquer um. É preciso cuidar, preservar e garantir a sua potabilidade, sob pena de prejudicar o exercício de tal direito e inviabilizar a própria existência humana e das demais criaturas. Para tanto o poder estatal, assim como a sociedade devem ter seus papéis definidos assim como é necessário exercê-los com a responsabilidade que se espera de cada qual.

Embora não se tenha a intenção de enveredar por discussões aprofundadas na área da Economia e do Direito Econômico, as anotações sobre a temática da justiça ambiental levam a refletir sobre a obra *A Tragédia dos Comuns* do ecologista americano Garrett Hardin, escrita em 1968. Pavon Filho (2017, p. 75) afirma que o autor de certa forma critica a subjugação da economia em prol da ideologia ao analisar, embasado no referido discurso, o alcance da intervenção estatal na seara econômica e a sustentabilidade. Afirmou a importância de limitar a atuação estatal “a fim de evitar que o Direito deixe de ser uma ferramenta de Estado para se transformar em uma arma de governo”. (PAVON FILHO, 2017, p. 75)

Ao mesmo tempo, Pavon Filho (p. 77) afirma, com base em outra obra, porém mais antiga, do século XVIII, *A Riqueza das Nações* de Adam Smith que “a única força que rege a sociedade e que dita quais mudanças ocorrerão, e em que

⁴⁴ Os Direitos fundamentais podem ser compreendidos em várias dimensões. A primeira é composta por direitos civis e políticos (liberdade). A segunda por direitos sociais, econômicos e culturais (igualdade). A terceira traduz direitos relativos ao meio ambiente, à paz, ao desenvolvimento, ao patrimônio comum da humanidade e à comunicação. A quarta pode ser identificada com a democracia, o pluralismo, e a informação, mas também diz respeito a novas tecnologias no campo da pesquisa biológica. A quinta, segundo Paulo Bonavides, Consiste na paz. (FACHIN e SILVA, 2012, p. 85)

velocidade, é a economia”.

Em sua reflexão, Pavon Filho reconhece a importância da atuação estatal, na medida em que lembra o comportamento humano e sua veia insaciável. “Uma economia de mercado não necessariamente exclui a atuação pública”. (PAVON FILHO, 2017, p. 79). Aliás, necessária é a intervenção estatal para preservação dos recursos ambientais, tanto em razão do modelo econômico adotado, como em virtude do comportamento da população em geral. Segundo o autor, “o Direito tem o condão de propiciar um ambiente estável de negócios, com regras claras e limites à exploração indiscriminada de bens”. (PAVON FILHO, 2017, p. 79) Além do mais, tal controle, permite de certa forma, a proteção das populações mais vulneráveis e sujeitas aos malefícios e prejuízos decorrentes dos danos ambientais, discussão vibrante entre os teóricos que tratam de temáticas como justiça ambiental e direitos humanos.

Resgatando algumas das ideias de Henri Lefèbvre, o autor David Harvey (2014, p. 27), menciona o paradoxo contemporâneo:

Vivemos em uma época em que os ideais dos direitos humanos passaram para o primeiro plano tanto política quanto eticamente. Dedicamos muita energia política na promoção, defesa e articulação de sua importância na construção de um mundo melhor. Na maior parte, os conceitos em vigência são individualistas e baseados na propriedade, e, como tais, em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Afinal, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar. (HARVEY, 2014, p. 27)

A Ciência do Direito, portanto, no que se refere aos desafios que lhe são impostos pela evolução da sociedade e das relações e reações que lhes são intrínsecas, contribui com sua reflexão e assume a existência de antagonismos e paradoxos na era contemporânea, bem como novos paradigmas. Indica Wolkmer (2102, p.3):

(...) as necessidades, os conflitos e os novos problemas colocados pela sociedade no final de uma era e no início de outro milênio engendram também “novas” formas de direito que desafiam e põem em dificuldade a dogmática jurídica tradicional, seus institutos formais e suas modalidades individualistas de tutela. Impõe-se a construção de novo paradigma para a teoria jurídica em suas dimensões civil, pública e processual, capaz de contemplar o constante e o crescente aparecimento histórico de “novos” direitos. Esses “novos” direitos que se desvinculam de uma especificidade absoluta e estaque assumem caráter relativo, difuso e metaindividual... (WOLKMER, 2003, p. 3)

Das localidades que fazem parte da área objeto de estudo, observou-se que a Unidade e Paisagem 1 – mata do Marco Zero, encontra muitos exemplares remanescentes da mata nativa existentes até o início do século XX. No local foi possível verificar a coexistência com diversas espécies que podem ser consideradas exóticas, ainda que comuns em toda a região.

Além disso, na área reside uma única família que convive com uma população que em nada contribui para a melhoria das condições da mata, ao contrário, muitas vezes denigre a imagem local, gerando insatisfação e medo entre os moradores dos bairros localizados nas proximidades, servindo de esconderijo para malfeitores, para traficantes e até para usuários de substâncias ilícitas. Há uma interferência antrópica na área, imposta pela família – que apesar das dificuldades, mantém a área conservada – e pela população flutuante, que ainda que interfira na dinâmica do local, não foi suficiente para modificar a paisagem remota, ainda que tenha sido observada certa degradação.

Em tais condições não apenas os moradores do entorno – Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1, mas toda a população da cidade acaba sendo prejudicada por estar impossibilitada de usufruir de uma área que, apesar da baixa intervenção antrópica, poderia ser recuperada naquilo que fosse necessário, para utilização de todos, nas mais diversas finalidades, como lazer, educação ambiental, contemplação etc.

É preciso mencionar os incontáveis problemas relacionados à saúde e segurança pública oriundos da utilização e tráfico de substâncias ilegais, cujas consequências são nefastas para os próprios envolvidos, suas famílias e para a sociedade como um todo. Trata-se de um dos problemas sociais mais devastadores! E que por se manifestarem no local, além de provocar sua deterioração, afastam a população.

Na área onde se localiza o Córrego Água das Pedras – Unidade de Paisagem 1 e Unidade de Paisagem 3-Subunidade 1, as condições são de precariedade ainda mais gritante, pois sociedade e poder público pouco ou nada fizeram até agora para recuperar e preservar o local que se encontra extremamente degradado. É evidente e cristalina a falta de educação e de conscientização de todos, especialmente da população que vive em seu entorno uma das mais carentes econômica e socialmente e que, em sua maioria, pouco pode contar com o poder público. Tudo isto representa uma série de riscos.

A microbacia analisada por ser uma área de ocupação irregular apresenta uma série de situações de estudo, como: ocupação irregular, área de preservação permanente, lixões a céu aberto, fundo de vale e área de várzea, uso do solo, erosão e assoreamento – elementos que também aparecem na análise de Vizintim et al. (2008): “por estar localizado na área urbana também sofre constante degradação. Atualmente seu leito encontra-se desmatado e suas margens ocupadas por conjuntos habitacionais.”

Locais como este em questão, não devem constituir moradias urbanas por se tratarem de encostas com solos suscetíveis a erosão ou escorregamentos, possuindo também características de várzea inundável, até mesmo em função da incapacidade de escoamento total das águas pluviais pelo sistema de esgoto (que se encontra defasado em função da maior ocupação e pavimentação do solo) e a própria absorção natural inerente ao solo que, muitas vezes não comporta o volume de água oriundo das chuvas de alta densidade pluviométrica.

Outra questão bastante relevante (...) relativa a ocupação inadequada do solo, é a proximidade em que as moradias se encontram dos veios d'água; que claramente impossibilitam a constituição de mata ciliar, produzem e alocam resíduos que comprometem as condições de vida de toda biosfera da microbacia tornando não só a água imprópria para o consumo, mas também agregando matéria poluidora ao montante de resíduos que esta recebe, enquanto escoadouro de toda uma região urbana de alta densidade demográfica que a circunda. (sic) (OLIVEIRA, 2012, p.4 e 5)

Descrever as condições em que se encontra o Córrego Água das Pedras, sem uma política de recuperação e manutenção, é repetir uma realidade que se encontra em muitas outras localidades, semelhantes em desrespeito à legislação vigente e em desfavor primeiro daqueles que habitam irregularmente em seu entorno assim como da sociedade que perde mais um importante recurso ambiental. Souza, Barbosa e Silva Filho (2011, p. 1438) mencionam:

Para manutenção da qualidade nas bacias hidrográficas, têm-se nas florestas um importante papel no equilíbrio natural dos ecossistemas e na dinâmica do ciclo hidrológico. Sendo assim, há uma necessidade de implementação de programas e/ou projetos que visem a recuperação das matas ciliares das bacias, que estão fortemente degradadas. O elevado grau de antropização alerta para problemas ambientais diversos, cujo cenário se repete em muitas bacias estaduais, especialmente as que se localizam em regiões ao longo da BR 364. (SOUZA et al, 2011, p. 1438)

Falta, porém, muitas vezes, a vontade política – uma das maiores ignorâncias que se pode mencionar e que vitimiza incalculável número de pessoas – para, planejar, e realizar projetos de educação ambiental, como parte de um programa maior de políticas públicas que promovam e disseminem o conhecimento e uma nova visão sobre o meio ambiente, inclusive urbano, e sua importância vital

para todos os seres vivos além de oferecer novas perspectivas para o exercício efetivo da cidadania. Falta, ainda, a ação do poder público no sentido de recuperar toda a área e protegê-la como se espera, respeitando a população local e criando mecanismo para a sua permanência de forma digna, saudável e sustentável, para que aproveite do local com suas belezas e encantos típicos, bem como os demais habitantes da cidade, além de promover o cuidado necessário com o recurso hídrico.

Importante destacar a contribuição de estudos acadêmicos e científicos no sentido de viabilizar o conhecimento para promover uma melhor gestão da qualidade ambiental como um todo. O estudo sobre a zona leste de Londrina e suas transformações paisagísticas, permitiu identificar a complexidade de relações existentes na paisagem urbana e que pontuam os destinos do desenvolvimento da cidade na sua totalidade e não apenas local. Assim, a escolha metodológica para o estudo proposto “pode auxiliar no planejamento e na gestão ambiental da área.” (FREITAS e CARVALHO, 2007, p.5)

Para estudar os efeitos das ações humana sobre o meio, Dueñas (2004) afirma que é necessário um método sistemático, comparativo e qualitativo, que estabeleça os efeitos da antropização sobre os diferentes elementos dos ecossistemas.

Sendo assim, alguns conceitos surgiram para servir de base no acompanhamento da evolução e das modificações causadas no uso da terra por intervenções humanas. Um dos conceitos foi o de hemerobia introduzido na ecologia por Jalas (1953) que determina o grau de artificialidade e naturalidade do meio, ou seja, as alterações ocorridas na paisagem. (FREITAS e CARVALHO, 2007, p.1)

O Complexo Empresarial Marco Zero marcado pela Unidade de Paisagem 2-Subunidade 1 e 2, por sua vez, delimita mais um momento de desenvolvimento da região, desta vez em decorrência de empreendimentos privados, após várias oportunidades promovidas pela iniciativa pública. Todavia, as obras já realizadas aproveitaram como marco histórico, somente uma chaminé lá existente, remanescente das indústrias que permaneceram por pouco mais de meio século no local.

Kröker, Nucci e Moletta, sintetizam os fatores que preponderam nas alterações urbanas:

Tratando-se da paisagem urbanizada, o professor Felisberto Cavalheiro, no prefácio de NUCCI (2001), coloca que apesar do relato histórico das inferências dos antigos romanos nas alterações da natureza que se imputavam à Roma Imperial, é somente depois da década de 1970 que as pesquisas que procuram entender as alterações provocadas pela urbanização, tomaram vulto, principalmente na antiga República Federal da Alemanha, onde pesquisadores tentam fazer estudos integrados sobre o assunto, ressaltando que as cidades têm que ser enfocadas tanto nos estudos sociais e de engenharia como nos de ecologia de forma integrada, evitando-se entender somente as partes de uma forma cartesiana absoluta; e afirma, também, que a intensidade da derivação da natureza pela urbanização é ainda muito pouco pesquisada no Brasil.

MARCUS e DETWYLER (1972) afirmam que tradicionalmente, os fatores econômicos têm decidido o uso da terra sem levar em consideração os fatores ecológicos e que as cidades crescem bem acima de sua capacidade natural de suporte, graças ao uso da tecnologia, tornando-se muito dependentes do *aparatus* tecnológico, o que significa que uma falha mecânica pode trazer sérias repercussões ao ecossistema urbano.

Para muitos, cidade e natureza são conceitos opostos. A cidade representaria um meio adaptado às necessidades da espécie humana, sendo que a urbanização se caracterizaria pela substituição dos ecossistemas naturais por centros de grande densidade criados pelo homem, onde a espécie dominante seria a humana e o meio estaria organizado para permitir a sua sobrevivência. (KRÖKER, NUCCI e MOLETTA, 2005, p. 8)

Tudo foi inteiramente modificado, matas no entorno próximo foram derrubadas, animais foram retirados e alguns dos empreendimentos previstos, como é o caso do Teatro Municipal, Unidade de Paisagem 2-Subunidade 2 – cuja responsabilidade em construir é do Município – está com as obras paralisadas, deixando uma interrogação a todos: até quando mais um empreendimento público permanecerá praticamente abandonado até que seja retomado?

Localizada na zona leste de Londrina no conjunto do Complexo Empresarial Marco Zero, a obra como um todo – tanto aquelas sob a responsabilidade de empreendedores privados como o Teatro Municipal que está sob o manto do poder público – fazem parte de um planejamento urbano que “deveria se preocupar em fornecer aos cidadãos oportunidades de se vivenciar a natureza, evitando-se uma artificialização excessiva das paisagens urbanizadas.” (KRÖKER, NUCCI e MOLETTA, 2005, p. 8) E aí, basta olhar, literalmente para frente e ver a mata e percebê-la como uma oportunidade.

O diagnóstico da região, partindo da análise dos registros imagéticos, deixa claro, em diversas oportunidades, que a urbanização nos moldes até agora impostos, tem sido, quase sempre, perniciososa aos elementos da natureza que na

imensa maioria das vezes não consegue reagir e se proteger sem a sensibilidade e preocupação humana. Ao discutir os tipos de riscos Veyret (2015, p. 63) afirma:

As decisões políticas estão na origem dos riscos geopolíticos, os quais se exprimem em escalas muito variadas. As migrações, o crescimento urbano, fazem nascer riscos sociais: insegurança, violência urbana. Tal tipologia é necessariamente muito esquemática. Os diferentes fatores de risco evocados interagem uns com os outros, de modo que alguns riscos pertencem simultaneamente a diversas categorias. (VEYRET, 2015, p. 63)

Azevedo (2014, p. 136), discute o paradoxo das desigualdades e injustiças numa era globalizada que se destaca pela presença do termo “desenvolvimento” na legislação brasileira ao mesmo tempo em que alerta para uma visão meramente economicista em seu conteúdo. Entende, portanto, o autor a importância de incorporar a sustentabilidade como uma possível saída para a existência uma vez que,

A situação do ambiente demanda um repensar do sistema econômico, o que exige uma revalorização da civilização atual em seus múltiplos aspectos, de modo que sejam presididos *por uma ética atenta do ponto de vista complexo, em conformidade com a complexidade da vida.* (AZEVEDO, 2014, p. 136)

Vale ressaltar que são incontáveis os estudos multidisciplinares sobre o município de Londrina e seu surpreendente desenvolvimento. Assim como em muitas outras cidades brasileiras, os resultados e as propostas oriundas de tais pesquisas, sequer são aproveitados pelo poder público, e até pela sociedade. Ambos ignoram tais conhecimentos como norteadores para a recuperação e preservação do meio ambiente – inclusive urbano – abrindo mão de um desenvolvimento sustentável.

Fica implícito que as alterações antrópicas sobre o meio, refletidas de forma ordenada e desordenada, têm modificado as paisagens fazendo com que os elementos naturais sejam cada vez mais raros e há necessidade de planejamento das paisagens. As paisagens urbanas são um exemplo de modificações, pois demonstram inúmeras formas de degradação da natureza, provocada, principalmente, pelo uso e ocupação do espaço de maneira aleatória e inconsequente. (...) A paisagem urbana resume-se a ambientes artificializados, onde a natureza apresenta-se excluída ao seu limite máximo possível, com uma desordenada ocupação do solo, uma deficiência de saneamento básico, uma carência de habitação adequada, falta de espaços verdes, etc. (PRICHOA e FREITAS, 2011, p. 119)

No Brasil já existem alguns estudos sob a metodologia denominada de

hemerobia. Alguns dos quais foram colacionados ao relato dos resultados com o objetivo de oferecer um caráter elucidativo à análise das imagens apresentadas. Importante, porém, ressaltar que,

O uso do conceito de hemerobia aqui sugerido, com o significado de dominação e/ou alteração das paisagens, ou também, como a totalidade dos efeitos das ações, voluntárias ou não, do ser humano sobre o ecossistemas/paisagens, pode ser utilizado para classificar as paisagens urbanizadas em relação aos graus de naturalidade ou artificialidade, o que forneceria base para a formulação de princípios para o planejamento e gestão urbana ambientalmente sustentável. (KRÖKER, NUCCI e MOLETTA, 2005, p. 14)

Para além dos apontamentos oriundos dos estudos acadêmicos, a sensibilidade da sociedade e dos gestores públicos é fundamental para buscar e incorporar o conhecimento acadêmico e científico desenvolvido ao longo de décadas de estudos e aproveitar em prol do desenvolvimento ambiental urbano.

Ressaltamos que os estudos de diagnósticos ambientais podem adquirir grande importância, pois através de seus resultados podemos identificar os problemas e facilitar a busca de soluções e a elaboração de políticas a fim de propiciar o desenvolvimento que compatibilize as atividades econômicas com os recursos naturais e o atendimento das condições de vida da população. (AGUIAR, 2016, p. 22)

Somente a partir de tal conteúdo, há uma possibilidade de oferecer melhor qualidade de vida a todos na medida em que seja possível identificar e classificar os elementos naturais e de artificialidade de determinado lugar, bem como os fatores que preponderam sobre a vital relação entre o meio ambiente e o ser humano.

O aumento crescente dos problemas ambientais tem levado a comunidade científica a conduzir seus trabalhos na busca de soluções para os impactos ambientais provocados pela sociedade sobre o espaço ocupado. Por conta disso, talvez um dos maiores desafios para as ciências, na atualidade, seja o de ajustar suas metodologias, ou redirecionar suas ações, na tentativa de apontar mecanismos e possíveis respostas que possam levar a soluções, que, no mínimo, orientem a forma adequada de planejar, recuperar ou conservar as diversidades de paisagens da superfície terrestre. (GUERRA e MARÇAL, 2006, p. 93)

O conjunto normativo deve se pautar nesta mesma linha de planejamento, protegendo e tutelando os interesses da sociedade como um todo. O que se espera da iniciativa privada, assim como do poder público por sua vez, é a atuação responsável em prol do bem de todos. “O planejamento surge da necessidade de

ordenar ações, constitui-se em ato intencional para atingir determinados fins.” (AGUIAR, 2016, p. 86)

É imprescindível reconhecer a importância do estudo multidisciplinar que demonstre o impacto da urbanização sobre a natureza local e a partir daí propor ações de recuperação e preservação que viabilizem, de forma efetiva e planejada, a sustentabilidade do desenvolvimento das cidades.

Para além dos apontamentos oriundos dos estudos acadêmicos e científicos, a sensibilidade da sociedade e dos gestores públicos é fundamental para buscar e incorporar o conhecimento desenvolvido ao longo de décadas de estudos. Talvez a partir da ciência, haja uma possibilidade de estimular o planejamento e a criação de políticas públicas que oportunizem melhor qualidade de vida a todos, promovendo uma cidade mais humanizada e uma população mais feliz.

A ideia que permeou o pensamento e foi o fio condutor, durante todo o tempo de pesquisa, embasando a construção textual que se apresentou e sem a pretensão de esgotamento temático, está consubstanciada na pretendida contribuição da ciência para a melhoria das condições da vida em sociedade como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio de se empreender estudo em três áreas de conhecimento, com preponderância da Geografia, sem desprezo ao Direito, sendo ambas permeadas pela História, e complementadas por outras, necessário foi estabelecer os parâmetros imprescindíveis ao objeto da pesquisa proposta convergindo e complementando-se mutuamente com um conjunto de informações que permitiram compreender a direção dos acontecimentos ao longo do tempo, bem como entender as importantes modificações paisagísticas operadas e as condicionantes do progresso imposto à região norte do Paraná, inóspito do começo do século XX, até a segunda década do século XXI, então altamente desenvolvido.

Daí a necessidade da reflexão conceitual apresentada na segunda secção, sob a perspectiva preponderante da Geografia com as contribuições do Direito, quando se discutiu a importância da paisagem e sua dinâmica geral e inclusive no território urbano. A fotografia, por sua vez, destacada como importante instrumento de registro da diversidade existente nos três cenários escolhidos, foi utilizada para delimitar aspectos considerados relevantes, referentes à realidade urbana das localidades eleitas como objeto de estudo.

Etapa, portanto, de natureza teórica e antecedente das tarefas que seguiriam, quando oportunamente foram definidas as Unidades de Paisagem e Subunidades, fundamental delimitação para posterior registro imagético, imprescindível à consecução do objetivo estabelecido e necessária ao estudo metodológico que se sucedeu.

Iniciada muito antes da elaboração da tese, a pesquisa consubstanciou na terceira secção, os procedimentos metodológicos em momentos distintos, primeiro no que se refere ao extenso e intenso levantamento bibliográfico que se firmou em três importantes vertentes, a histórica, referente a trajetória da cidade desde suas origens considerando os fatores externos e internos que influenciaram a criação e o desenvolvimento do Município de Londrina. Inserido nesta etapa com maior aprofundamento investigativo, se encontra a denominada área do Marco Zero.

As vertentes, geral e específica, tratadas em concomitância entre si e com o levantamento geral, se realizaram mediante uma extensa lista de obras e autores que discutem os temas aqui tratados, às vezes de modo transversal, outras diretamente. Em algumas oportunidades buscando dar consistência ao conhecimento, foi

necessário investigar as discussões de outros seguimentos e temas e que muito contribuíram para a reflexão. Embora importantes para o desenvolvimento do raciocínio, é importante ressaltar que não se pretendeu o aprofundamento de algumas das temáticas trazidas ao contexto, sob pena de ultrapassar os limites impostos ao trabalho.

Já o segundo momento, refere-se aos materiais e métodos quando se discorreu objetivamente sobre as condições necessárias para a consecução metodológica da pesquisa, cujo levantamento exigiu a confecção de cartas e tabelas que permitissem delimitar a área de estudo de forma pormenorizada, apresentando e descrevendo suas características e peculiaridades em oportunidade posterior, quando iniciada a análise imagética sob a perspectiva da hemerobia.

No estudo proposto e realizado na região objeto de pesquisa, composta por três localidades cujas realidades são completamente díspares entre si, todas pertencentes à zona leste e muito próximas da área central do Município de Londrina, tornou-se relevante apurar primeiramente, e após a contextualização histórica geral, as origens da denominação Marco Zero, tanto da mata, quanto do complexo empresarial.

No primeiro caso verificou-se apenas a singela homenagem de um grupo de pessoas que reunidas pensaram numa forma de perpetuar a história das origens da cidade em virtude das comemorações das Bodas de Ouro do Município. Já no que se refere ao complexo empresarial a apropriação do nome vinte anos após aquela comemoração, se mostrou apenas como uma jogada publicitária para auferir rápido reconhecimento por parte da população e atrair investidores interessados em novos negócios.

Foi agregado ao conjunto objeto de estudo, o Córrego Água das Pedras, primeiramente por ser um recurso hídrico altamente degradado. A importância de preservação da água foi expressamente ressaltada. Além disso, sua proximidade com os outros dois objetos de estudo e, ainda, com a região central do município foram condições relevantes para ser incluído no conjunto estudado. Em virtude de tais características compõe uma realidade social importante para a investigação, sobretudo quando comparada à área do complexo empresarial.

Reunidas as três localidades, apura-se a relevância do estudo. Dentro do objetivo proposto, observou-se que as transformações realmente ocorreram, entretanto não ficaram restritas às condições paisagísticas. Ultrapassando os limites

inicialmente estabelecidos, a pesquisa alcançou outros aspectos e não se furtou ao dever científico de apontá-los. As modificações evidenciaram que, mesmo depois de significativa valorização imobiliária, a região permaneceu sob as marcas indeléveis das condições periféricas impostas desde sempre. Além do que, muitas vezes as referidas alterações se deram em desfavor das melhores condições urbanísticas.

Os estudos iniciais identificaram as influências que impactaram de forma absoluta a criação da cidade, apontando as contradições que se revelaram e os elementos preponderantes na estrutura urbana em formação e que tiveram o condão de se perpetuar no tempo e chegaram aos dias atuais – segunda década do terceiro milênio, incorporados ao processo de desenvolvimento, sofrendo os impactos típicos da contemporaneidade.

Mereceu destaque, portanto, as origens históricas do Município de Londrina como um todo, desde o local onde foram fincadas as estacas da primeira caravana que aportou na região e que tinha a tarefa de comercializar as terras para desenvolver a atividade rural e, concomitantemente, dar origem aos municípios – até a atualidade, com as mudanças que lhe foram impostas ao longo do tempo e mais precisamente nas três localidades mencionadas. Daí a necessidade de aprofundar os aspectos históricos, por vezes retomando com maior precisão, conteúdo mencionado anteriormente.

Assim, enfatizando a história de Londrina resgatou-se, por meio de informações jornalísticas a memória da homenagem feita durante as comemorações do cinquentenário da cidade, quando a denominação Marco Zero foi dada à mata ainda existente naquele pedaço da zona leste. Cunhada sem grandes pretensões, aquele local até então pouco destacado na história municipal, permaneceu quase que esquecido e somente aproximadamente vinte anos depois – iniciando o milênio – é que serviu de mote de uma campanha privada que resultou em transformações pontuais, que aumentou a especulação imobiliária e potencializou as disparidades sociais e econômicas existentes na região, e inclusive, em comparação com o restante da cidade.

Ao traçar o percurso normativo, também sob as evidências históricas, desde as primeiras regras, não oficiais, de organização urbana até as inovadoras propostas legislativas da década de 1950 até as que estão em vigor em 2017, destacou-se o raso cumprimento das leis e, em alguns casos, o seu descumprimento. O jogo político e econômico com seus interesses por vezes escusos e mesquinhos permitiu a

utilização da norma infraconstitucional local como balizadora da ilicitude ao mesmo tempo em que se justificam ações que desfavoreceram as populações fragilizadas econômica e socialmente numa perspectiva que tem aumentado ainda mais o fosso que separa as realidades sociais e econômicas que convivem lado a lado nas localidades objeto de estudo.

Na etapa, em que foram colacionadas as matérias jornalísticas, foi possível desvendar não apenas a trajetória da região do Marco Zero em relação à cidade como um todo, mas as peculiaridades que caracterizam a própria zona leste com apontamentos que permitiram entender a sucessão de acontecimentos que culminaram com a realidade tão complexa e conflituosa em diversas oportunidades e que a mantiveram na condição de periferia.

O material coletado e que foi amplamente relatado restringiu-se aos últimos trinta e dois anos. A descrição pormenorizada identificou as transformações ocorridas recentemente, dentro do período designado, bem como as influências políticas e econômicas e as divergências que lhes são inerentes e que afetaram, muitas vezes sem que se evidenciassem de forma cristalina no dia a dia da cidade. O Registro imagético para a análise metodológica está restrito aos anos de 2016 e 2017. Esta etapa foi fundamental para a análise hemeróbica que se procedeu e cujos resultados encerram o estudo proposto.

Ao longo do trabalho foram apresentadas diversas imagens de localidades que de alguma forma interagiram com aqueles cenários em estudo. Muitas das imagens recentes, porém, referem-se a aspectos específicos dos referidos locais e as transformações impostas foram registradas pessoalmente pela pesquisadora em trabalho de campo e ao serem apresentadas o foram com respectivos comentários elucidativos, uma vez que representaram mudanças paisagísticas de grande relevância para o entorno, contribuindo, deste modo para alcançar o objetivo da pesquisa que se referia a análise das transformações paisagísticas ocorridas na região do Marco Zero em Londrina sob a perspectiva da hemerobia.

O conjunto imagético repercutiu os fenômenos sociais e econômicos, permanecendo como parâmetros de cada momento histórico. Tais imagens foram analisadas por meio de metodologia denominada hemerobia, estabelecida para o estudo desenvolvido no presente trabalho que tinha por objetivo – e que foi plenamente alcançado – elucidar o grau de alterações antropogênicas e a respectiva intensidade, viabilizando identificar nas transformações paisagísticas observadas a

condição de dependência tecnológica, a naturalidade e a artificialidade que compõe o cenário das Unidades de Paisagem e Subunidades estudadas e que foram pormenorizadas nas cartas e tabelas que compuseram os resultados da análise.

A definição de tais localidades e respectivas Unidades de Paisagem e Subunidades, ainda que diferenciada – ora sutilmente, ora significativamente – embasada nos estudos dos diversos autores colacionados, oportunizou que a pesquisa se desenvolvesse no plano teórico no sentido de identificar que, nas localidades sob investigação, ao mesmo tempo em que se verificou o desenvolvimento por um lado, permaneceu a estagnação e o abandono por outro.

Realidades díspares, portanto, ficaram evidenciadas na medida em que a discussão evoluiu para a apresentação de aspectos econômicos e sociais, identificados em diferentes momentos do texto e que expressaram mais do que apenas evolução histórica e transformações paisagísticas, pois remeteram e confirmaram a cidade como um universo de relações e influências mútuas.

A pesquisa que se empreendeu, além dos argumentos jurídicos e geográficos, postulados ao longo da explanação, foi pontuada por importante investigação histórica, permeada por fundamentação das áreas consideradas afins e necessárias tanto para a Geografia, quanto para o Direito como Economia, Sociologia, Filosofia, Jornalismo, Educação e Serviço Social dentre outras e que, apesar de nem sempre ser possível o aprofundamento, certamente, contribuíram para elucidar um sem número de dúvidas além de provocar muitos questionamentos que se prestaram a nortear a construção teórica empreendida.

Portanto, importante ressaltar, autores dos mais diversos seguimentos científicos contribuíram com sua reflexão para a consecução das discussões levadas a cabo e que permeiam o trabalho como um todo. Sem dúvida a tarefa de construir o pensamento e a partir dele delinear a fundamentação teórica mediante tantos matizes diferentes, foi uma das tarefas mais difíceis e, ao mesmo tempo, profícuas na medida em que solidificou conceitos direcionados à compreensão da realidade estudada.

Tal conjunto de elementos foi apresentado também com a intenção de estimular a discussão, a reflexão e a ação dos poderes públicos e da sociedade na busca por melhorias ambientais na área urbana. Sem dúvida é uma das contribuições da academia e da ciência para a sociedade que o estudo envidou esforços em desvendar ao apresentar, na sequência e antes de encerrar as reflexões, os resultados obtidos com a análise metodológica proposta.

As tantas situações que afetam negativamente o meio ambiente têm exigido a intervenção das mais diferentes áreas de conhecimento. Dentre elas, o Direito sobressai como um elemento de conexão entre os variados temas e uma enorme diversidade de interesses. Aí está a contribuição que se pretendeu demonstrar ao descortinar uma realidade tão complexa e paradoxal, também sob o viés jurídico.

O caminho quase sempre árduo trilhado pelo Direito, nem sempre é coerente com as demandas sociais. Portanto é preciso atenção para que, mais do que um instrumento de Estado, seja um instrumento de defesa e proteção social tanto na sua condição de ciência desenvolvendo e ampliando o conhecimento e promovendo o saber para consolidação de valores éticos, quanto como disciplina, quando se aproveitando do saber, oportuniza o desenvolvimento de uma consciência voltada para a importante temática ambiental e urbanística e com isto influenciar e direcionar para a criação de regras jurídicas que permitam a proteção do meio ambiente, ou minimização e até extinção de problemas ambientais, alcançando, inclusive, a responsabilização por meio do Poder Judiciário com suas decisões e sentenças.

Foi um desafio de natureza teórica na medida em que exigiu a aproximação de conceitos de tantas áreas de conhecimento e que na Geografia e no Direito se conectaram permitindo alcançar o objetivo proposto. O intercâmbio de ideias, a apropriação das linguagens e conceitos, o conhecimento histórico dos fatos e dos acontecimentos, contribuíram para confirmar a importância das escolhas pontuadas desde o início e somente foram possíveis a partir da discussão multidisciplinar encabeçada e realizada ao longo da exposição pela Geografia.

A partir de uma série de discussões e de conceitos estudados foram delimitadas as paisagens segundo as classes de hemerobia pertinentes a cada uma das UPs analisadas. Para tanto, levou-se em conta o uso e cobertura do solo bem como as interferências sobre o funcionamento de cada uma das Unidades de Paisagem.

Necessário, para a convalidação dos níveis obtidos, selecionar os pontos de confrontação dos dados técnicos com a realidade durante os trabalhos de campo, de forma que ao se comparar as imagens com a paisagem *in loco* fosse possível ajustá-las para uma melhor representação do ambiente. Esse trabalho permitiu elucidar dúvidas, confirmar a interpretação e atualizar os dados das imagens conforme a demanda.

Levantamentos de campo, portanto, foram realizados, por diversas oportunidades, para o registro de fotografias das diferentes Unidades de Paisagem a fim de produzir a geofotografia (Figura 34) que contribuiu para a compreensão da classificação hemeróbica, bem como para entender a dinâmica de desenvolvimento das localidades em estudo.

Posteriormente, a partir da delimitação das UPs e mediante a classificação dos níveis de hemerobia definidos em três escalas – nível alto, nível médio e nível baixo – os dados foram transportados para uma base georreferenciada na qual se realizou a vetorização e que permitiu a compreensão das diferentes características de cada uma das áreas das referidas UPs e SUBs.

Compondo a zona leste de Londrina o perímetro da área estudada é de 988352,86 m², divididos em três Unidades de Paisagem. Retratada na Figura 31 está a UP1, composta de vegetação nativa em regeneração, localizada na área da mata do Marco Zero e em parte das margens do Córrego Água das Pedras. Possui 97257,28 m², correspondendo a um percentual de 9,84% do total acima. Sendo a menor das áreas estudadas observou-se que as duas localidades indicam baixo grau de hemerobia com pouca dependência das tecnologias tais localidades funcionam sem nenhuma ação antrópica no meio.

Entretanto, a despeito das condições que se aproximam das naturais serem de relevante importância, referidos pontos devem ser considerados problemáticos na medida em que a ação do poder público é pouco consistente tanto no que se refere à preservação e cuidados, como no que diz respeito ao seu aproveitamento como área de refúgio para o lazer e educação ambiental. As consequências que se observam de tal desinteresse são, a degradação facilmente detectada em ambas as áreas e os problemas sociais decorrentes do descaso político.

Com sua condição periférica, a área de estudo como um todo sofre o avanço da problemática social que tem estreita relação com questões de natureza econômica que se potencializam ainda mais na área da Favela Pindorama localizada as margens do Córrego Água das Pedras e na mata do Marco Zero, com suas seis nascentes, que servem de esconderijo para a marginalidade.

A UP2 está retratada na Figura 32 e corresponde a uma área de circulação pública que conta com 377889,26 m² e um percentual de 38,23% da área total e subdividida em Subunidade 1 com 137977,49 m² o que representa 36,51% da área

da UP. A Subunidade 2 com 239911,77 m², igual ao percentual de 63,49% da referida UP. Na composição da Subunidade 1, há o predomínio de áreas não impermeabilizadas e refere-se a parte do terreno do entorno do Terminal Rodoviário José Garcia Villar e a parte posterior do terreno do Complexo Marco Zero. Na composição da Subunidade 2 ocorre a impermeabilização total, onde se encontra o Estádio Vitorino Gonçalves Dias e a área construída do Terminal Rodoviário, além da área construída do Complexo Empresarial. As localidades delimitadas nas subunidades são consideradas de médio grau hemeróbico na sua integralidade, com certa dependência de tecnologias para manter seu funcionamento. Sem necessidade, portanto, de manutenção regular, podendo funcionar sem interferência da ação antrópica.

Tal cenário retrata o distanciamento das condições naturais anteriormente existentes no início da colonização. Apesar de subsistirem áreas não impermeabilizadas, como o entorno do Terminal Rodoviário, as características observadas não se coadunam com as circunstâncias do início do século XX, antes das modificações impostas pelo processo de colonização.

Nesse sentido, embora haja certa valorização do espaço ecológico, sua relevância para o contexto do município se dá por concentrar no local importante atividade em função do serviço prestado com o transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, pouco importando os benefícios ambientais que uma área verde e bem arborizada oferece para a população num dos locais de maior movimento da cidade, aliviando o estresse do dia a dia, bem como reduzindo os índices de poluição.

Quanto à área localizada na parte de trás do complexo empresarial, embora não seja totalmente impermeável, não há arborização, e o gramado é mal conservado, deixando o solo descoberto. Portanto os cuidados com a área, se comparada com o entorno do Terminal Rodoviário, são pouco significativos. Além do mais, há projeções para a construção de novos empreendimentos – torres comerciais e residenciais – que certamente provocarão mudanças naquele cenário, levando ainda mais impermeabilização para o local.

Tais projeções, sem o devido planejamento e sem políticas públicas adequadas, provocarão um aumento do adensamento populacional que já é intenso na região, tendo como consequência maior trânsito de veículos, maior índice de

poluição, potencializando os problemas sociais já existentes.

A UP3, está retratada na Figura 33, com características comercial e residencial, representa a maior parte com 513206,32 m² e um percentual de 51,93% da área delimitada, subdividida em Subunidade 1 com 131170,68 m² e um percentual de 25,56% da área da UP, trata-se da área comercial, localizada à esquerda da mata do Marco Zero. A Subunidade 2 com 355969,16 m² e um percentual de 69,36% em relação à respectiva UP, refere-se a uma área residencial atrás da mata do Marco Zero, ao contorno do Córrego Água das Pedras e contorno do lado direito do Complexo Empresarial.

Por fim a Subunidade 3 com 26066,48 m², ou seja apenas 5,08% do total da UP, que se refere à margem do Córrego Água das Pedras, onde se localiza a Favela Pindorama de um lado e ao Conjunto Pindorama do outro lado. As localidades que compõem as subunidades 1, 2 e 3 são de alto grau hemeróbico, com maior dependência de tecnologias para manter seu funcionamento, além de expressivo adensamento urbano, formado por atividades econômicas e por conjuntos habitacionais e ocupações.

Na área comercial, são desenvolvidas atividades diversificadas, muitas das quais poluentes, como postos de combustíveis, ferros velhos, oficinas de veículos e comércio de peças automotivas, dentre outras. E muito próximas da área residencial. Convivendo a pouca distância entre si – comércio e residências – representam alto percentual de ocupação, que vem se intensificando estimulados com muitos empreendimentos que estão chegando à região e que certamente resultarão em maior modificação paisagística.

Embora o poder aquisitivo da região seja considerado abaixo da média, os imóveis possuem lotes que permitem quintais grandes com a metragem dos primeiros terrenos comercializados no início da colonização. As vias são arborizadas e as ruas largas possuem boa conservação asfáltica e calçamento também preservado. Há em algumas das ruas do entorno certo ar nostálgico quando se verifica a existência de remanescentes casas de madeira, típicas dos anos 1940, quando predominavam as construções feitas das árvores extraídas da região. Contudo, já tem sido bastante significativa, tanto no comércio quanto nas residências, as construções de alvenaria.

Mesmo com as características de certo planejamento, advindas principalmente dos primeiros tempos da cidade, quando de sua planejada colonização, o alto grau de hemerobia observado demonstra que, ao longo do tempo, mais se valorizou a

ocupação e o adensamento populacional do que a qualidade ecológica da paisagem. O que de certa forma não chega a surpreender, quando analisadas as circunstâncias da criação do município e as condições de seu desenvolvimento.

Para encerrar a reflexão sobre a importância do desenvolvimento científico merece destacar que é no plano acadêmico que se abre a possibilidade de discussões que contribuem para a compreensão da interface entre a Geografia e o Direito. Sendo, portanto, áreas de conhecimento que, somadas às demais, promovem o saber e podem influenciar a construção e o desenvolvimento de uma sociedade alicerçada em um novo comportamento em termos de sustentabilidade do planejamento ambiental urbano.

A partir dos resultados da pesquisa obtidos com a aplicação da metodologia hemeróbica espera-se que possam servir de subsídio para aprofundamento das discussões, bem como demonstrar a importância da valorização temática e oportunizar que se consubstanciem propostas de políticas públicas que se conduzam muito além do que já existe e que foi apresentado, não apenas para a região especificamente estudada, mas para a cidade inteira.

Há neste sentido uma transcendência dos objetivos que justificam a realização de qualquer tese. Sem dúvida é a busca constante e incessante por uma formação integral e humanística que irá promover uma nova visão de mundo e consciência crítica, que tenham o seu embasamento pautado pelo indispensável conteúdo axiológico e ético, e cujo reconhecimento somente a reflexão e o permanente estudo são capazes de oportunizar.

REFERÊNCIAS

ADLER, Frederick R. e TANNER, Colby J. **Ecosistemas Urbanos: princípios ecológicos para o ambiente construído**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Oficina de Textos. 2015 ISBN 978-85-7975-165-3

AGUIAR, Tereza Coni. **Planejamento ambiental: o desafio da interação sociedade/natureza**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2016 ISBN 978-85-69437-12-3

ALCÂNTARA, Denise Pinheiro. **Educação Ambiental para coibir a injustiça ambiental consequente do uso de agrotóxicos no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, 20 fls. 2017.

ALMEIDA, Cristina Guilherme de; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; RITTER, Lia Maris Orth; ORNAT, Márcio José e MORO, Rosemeri Segecin, **Hemerobia nas Unidades de Paisagem do Parque Nacional dos Campos Gerais, Ponta Grossa, Pr**. I Encontro IALE-BR – 17 a 21 de abril de 2007 Rio de Janeiro, Vale do Paraíba do Sul, São Paulo. 2007

ALVARENGA, Luciano J. **Direito e conservação da Geodiversidade: Paisagens, Inspirações Poéticas e Conceitos para p programa de Geoparques no Brasil**. In Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. v.67 (ago/set. 2016).p.115 a 138 ISSN 2175-1994

ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência aos pobres em Londrina: 1940/1980**. Londrina: Eduel, 2013. (pág. 9 a 372) ISBN 978-85-7216-664-5

AMORIM, Wagner Vinicius. **A produção social do espaço urbano em Londrina - PR: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana**. Presidente Prudente. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2011.

Disponível em http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/wagner.pdf Acesso em 19/12/2016

ANGRISANI, Vera. **Direito Ambiental e Urbanístico: política urbana e parcelamento do solo**. In CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da, NERY, Ana Rita de Figueiredo, ARAUJO, Alexandre Fuchs de. **Direito Urbanístico – Ensaios por uma cidade sustentável – Da formulação de políticas à sua aplicação**. São Paulo: Quartier Latim. 2016 ISBN 85-7674-829-0

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Comentários ao Novo Código Florestal**. Atual de acordo com a Lei nº 12.727/12. São Paulo: Atlas. 2013. ISBN 978-85-224-7582-7

ARRUDA, Gilmar. **Transformações da natureza, urbanização e o abastecimento de água potável em Londrina, Paraná, Brasil (1970 – 1980)**, in Klanovicz, Jó, ARRUDA, Gilmar e CARVALHO, Ely Bergo de (orgs). **História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural**. São Paulo; alameda, 2012 (p. 63 a 88) ISBN 978-85-7939-107-1

ASCELRAD, Henri. **Justiça Ambiental**. In DI GIOVANNI, Geraldo e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Dicionário de Políticas Públicas. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP. FUNAP, 2015, p. 501 a 504 ISBN 978-85-393-0577-3

ASSIS, Mara Lúcia Diniz de. **Elementos urbanos utilizados em fotografias históricas como produtores de sentido na comunicação institucional**. in BONI, Paulo César e OLIVEIRA, Michel de (orgs.). Londrina: Midiograf. 2016. ISBN 978-85-8396-054-6

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização**. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014. ISBN 978-85-203-5287-8

BAENINGER, Rosana. **O Brasil na rota das migrações internacionais no século XXI**. in **Revista Consulex**. 15 de dezembro de 2014, nr 430. P. 29 ISSN 1519-8065

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. ISBN 978-85-02-09126-9

BENACH, Núria. **Da desigualdade social à justiça espacial**. in CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória, PADUA, Rafael Faleiros de. (orgs) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto. 2017 ISBN 978-85-520-0003-7

BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. **Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de Cincão à Zona Norte - 1970-2000**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) 2009, p. 1 a 223.

BOFF, Leonardo. **A grande transformação: na economia, na política e na ecologia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014 ISBN 978-85-326-4755

_____. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 4. ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2015 ISBN 978-85-326-4298-1

BONI, Paulo Cesar. **Retratos da Cidade: o uso da fotografia para recuperação de fragmentos históricos de Londrina**. org. Paulo César Boni. Londrina: Midiograf. 2014, p.9 a 226 ISBN 978-85-8396-010-2

_____. **Fincando estacas!:** a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Ed. do Autor. 2004, p.11 a 393 ISBN 978-85-9050-791-8

_____ e PIVETA, Patrícia Rosana, **TV Coroados de Londrina: resgate histórico e visual da primeira emissora de televisão do interior do Brasil**, 2008, p.1 a 16 <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/TV%20Coroados%20de%20Londrina.pdf>. Acesso em 10/09/2016

BORTOLO, Carlos Alexandre. **Produção e apropriação de Espaço Livre Público: O lago Igapó – Londrina – Pr**. Dissertação (Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço Ambiental).UEL. Londrina, 2010, p. 1 a 211.

_____ e FRESCA, Tania Maria. **O espaço público e a produção da cidade: o Lago Igapó em Londrina-Pr**. in. **Sociedade-natureza: uma visão geográfica**. Barros,

mirian Vizintim Fernandes et al. Org. Londrina: UEL. 2012, p.12 a 26. ISBN 978-85-7846-175-1

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf. 2007, p.9 a 203 ISBN 978-85-907201-0-2

BOST, François. **Risco Econômico e Social**. In VEYRET, Yvette. **Os Riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. (org.) Tradução Dilson Ferreira da Cruz. 2.ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto. 2015. ISBN 978-85-7244-354-8

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo e ALVAREZ, Isabel Pinto. (orgs) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto. 2105 ISBN 978-85-7244-914-4

_____, Ana Fani Alessandri, ALVES, Glória, PADUA, Rafael Faleiros de. (orgs) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto. 2017 ISBN 978-85-520-0003-7

CALSAVARA, Fábio. **Fulgêncio fecha depoimentos**. Jornal de Londrina, 17/08/2014, p. 7

CARDOSO, Fernanda Lousada. **Direito Urbanístico**. Coordenador Leonardo de Medeiros Garcia. 7.ed. rev., ampl. e atua. Salvador: Juspodivm. 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo por artigo. 17.ed. atual. e ampl.. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010, p.1 a 550 ISBN 978-85-326-1966-2

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução Arlene Caetano. 6.ed. São Paulo:Paz e Terra. 2014 ISBN 978-8507753-080-9

CASTELNOU, Antonio. **Arquitetura londrinense**: expressões de intenção pioneira. Londrina. 2002 ISBN 85-903020-1-6

_____. **Arquitetura Art. Déco em Londrina**. 2002. ISBN 85-903020-2-4

CASTRO, Rui da Fonseca e. **Revisão da Legislação Migratória – prioridade do Estado brasileiro**. in **Revista Consulex**. 15 de dezembro de 2014, nr 430. p. 31 ISSN 1519-8065

CHIBA, Mie Francine. **UniCesumar faz plano de expansão com novos campi e polos de EAD**. Folha de Londrina, pág. 8. Folha Economia. 18 e 19 de fevereiro de 2017. ISSN 1516-4454

COMELI, Loriane. **Para CEI, loteamento do Marco Zero foi irregular**. Folha de Londrina, 19/09/2014, p. 5. ISSN 1516-4454

_____. **CML aprova relatório da CEI dos Alvarás**. Folha de Londrina, 19/09/2014, p. 5. ISSN 1516-4454

_____. **Ano legislativo chega ao final com pauta cheia**. Folha de Londrina, 21/11/2016, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Ippul prepara revisão decenal do Plano Diretor**. Folha de Londrina, 13/03/2017, p. 3. ISSN 1516-4454

COSTA, Everaldo Batista. **Paisagem-Memória e função social da fotografia**. in STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM. Unb. 2014. ISBN 978-85-68437-01-8

COSTA, Fábio Rodrigues da e ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares**. **Revista Geoma- Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Vol. 1. Nr. 2. 2º Semestre/2010 Campo Mourão. Paraná p. 25 a 56. ISSN 2178-3306

COSTA, Osmani Ferreira da. **A formação da TV no Paraná: notas e avaliações da imprensa (1954-1964)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p. 1 a 12

CUNHA, Ana Beatriz Gambarini. **O novo marco zero**. Revista Casa JL. Setembro 2013. Gráfica Posigraf. Londrina

DMITRUK, Erika Juliana. **Sobre o povo de humanas**. Jornal Folha de Londrina de 03 de junho de 2016. Sessão Espaço Aberto, p. 2. ISSN 1516-4454

ELORZA, Telma. **Entidades publicam manifesto contra CEI do Marco Zero**. Jornal de Londrina. 19/12/2014, p. 11

FACHIN, Zulmar e SILVA, Deise Marcelino. **Acesso à água potável: direto fundamental de sexta dimensão**. Campinas, SP: Millenium Editora, 2012 ISBN 978-85-7625-275-7

FELIZARDO, Celso e MONTEIRO, Paulo. **Londrina tem uma morte violenta a cada três dias**. Folha de Londrina - Geral, 30 de janeiro de 2017. ISSN 1516-4454

FERNANDES. Edésio. **Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica**. Pág.99 a 128. In Francisco Mendonça (org.) **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba Pr. Editora UFPR. 2004 ISBN 85-7335-241-8

FERRARI, Bruno. **Uma nova revolução industrial**. Revista ÉPOCA. 18 julho de 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Folha de São Paulo. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Edson. **Mudanças pontuais investem sobre Plano Diretor**. Folha de Londrina. 11/07/2016, p. 3. ISSN 1516-4454

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Tradução Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru. SP: EDUSC. 2004 (p. 11 a 506). Tradução de: La historia de los hombres. ISBN 85-7460-200-0

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. ISBN 978-85-203-3965-7

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 1ª ed. Blumenau: Hemisfério Sul. 2010, p. 10 a 155 ISBN 978-85-86857-40-9

FRAZÃO, Marcelo. **Prazo para plano vence amanhã**. Jornal de Londrina, 25/02/2014, p. 5

_____. **Fulgêncio pede mais prazo para recuperar mata**. Jornal de Londrina, 28/02/2014, p. 6

_____. **CEI quer saber se avenidas foram doadas à Prefeitura**. Jornal de Londrina, 26/06/2014, p. 10

FRESCA, Tania Maria. **Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina**. in **Geografia-Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina** – vol. 1. n.1. Pág. 241 a 264. Jul/Dez Londrina: Ed. EDUEL. 2002 ISSN 01002-3888

_____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: EDUEL. 2004. ISBN 85.7216.379-4

GALIOTTO, Fábio. **Contra a tendência da urbanização**. Folha de Londrina. p. 4. Caderno Folha Rural. 18 e 19 de fevereiro de 2017. . ISSN 1516-4454

GIOVANNI, Geraldo Di e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Orgs. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap. 2015 ISBN 978-85-393-0577-3

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. 1. ed. São Paulo: Globo. 2013, p. 10 a 415 ISBN 978-85-250-5446-3

GOMES, Sérgio Alves. **Hermenêutica jurídica e constituição no estado de direito democrático**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 1 a 78 ISBN 85-309-1143-1

_____. **Hermenêutica constitucional**: um contributo à constituição do Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá. 2008 – ISBN 978-85-362-1963-9

GOMES, Luciano Nardini. Produção dos dados dos quadros e dos mapas. Org: PINHEIRO, Ana Cláudia Duarte. 2017. Londrina – Paraná.

GONÇALVES, Juliana. **Vocação Universitária** – UTFPR transforma a zona leste. Folha de Londrina. Folha Especial. Pág. 9. 10 e 11 de dezembro de 2016. ISSN 1516-4454

GOUVEA, Marcos César. **Legalização do Marco Zero será administrativa**. Jornal de Londrina. 20/05/2015, p. 9

GUERRA, Célia. **Complexo Marco Zero tem novos parceiros**. Jornal Folha de Londrina. 27/05/2012, p. 1. ISSN 1516-4454

HARA, Tony. **Oitenta vezes Londrina: cotidiano, história e trajetória de vida**. Londrina: Kan, 2014, p. 11 a 403 ISBN 978-85-62586-47-7

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobra e Maria Stela Gonçalves. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013 ISBN 978-85-15-00679-3

HEDGECOE, John e FORD, Leonard. **Manual do Fotógrafo**. Tradução de Gabriel Tranjan, Norma Freire e Sílvio Rolim. Rio de Janeiro: JB. 1982 ISBN 85-85018-06-2

HENRIQUES, Edson Luiz. Fotografia 11, p. 83 e fotografia 28, p. 158. 2017. Londrina – Paraná.

JALAS, J. (1955) Hemerobe und hemerochore Pflanzenarten. Ein terminologischer Reformversuch. *Acta Societatis Pro Fauna et Flora Fennica*, **72**, 1–15.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Dicionário jurídico tributário**. 5ª ed. São Paulo: Dialética. 2005 – ISBN85-7500-123-X

JESUS, Jordane Trindade de e RESENDE, Vitor Lopes. **A Televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia**. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Audiovisual e Visual, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. ISSN 2175-6945 in <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-sua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>, acesso em 30/08/16

JODAS, Natália. **Entre o direito e a Economia: pagamento por serviços ambientais no âmbito do projeto “Conservador das Águas”**. Série – Direito Ambiental para o Século XXI. Coordenadores (da série) José Rubens Morato Leite, Antônio Herman Benjamin. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde. 2016. ISBN 978-85-63522-31-3

JOFFILY, José. **Londres – Londrina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. CDD – 981.62

KLINTOWITZ, Jaime. **A história do Brasil em 50 frases**. Rio de Janeiro: LeYa, 2014, p. 17 a 461 ISBN 978-85-8044-908-2

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LIMA, Antônio klévisson Viana. **Lampião... era o cavalo do tempo atrás da besta vida**. Uma história em quadrinhos de Klévisson. São Paulo: Hedra. 1999.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. katálysis vol.10 no.spe Florianópolis 2007 ISSN 1982-0259 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004 Acesso em 19/12/2016

LIVORATTI, Pedro. **Marco Zero simboliza história de londrina e tem guardião fiel.** Jornal Folha de Londrina, 10/12/1996, p. 1. ISSN 1516-4454

LOSANO, Mario Giuseppe. **Direito e Geografia: O espaço do direito e o mundo da geografia.** Tradução Alfredo de J Flores. Revista Direito e Justiça. V.40, n. 1, p.84 a 93. Jan./Jun. Porto Alegre. 2014 PUCRS. ISSN: 0100-9079 e-ISSN: 1984-7718

LOPES, Letícia de Souza. **O combate à segregação sócio-espacial: uma análise sobre os instrumentos previstos no plano diretor participativo do município de Londrina-Pr.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, 18 fls. 2017.

LUPORINI, Fábio. **Aditivo prorroga prazo para terminar 1ª fase do Municipal.** Jornal de Londrina. 4/02/2014, p. 27

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 23. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Malheiros Editores. 2015. ISBN 978-85-392-0279-9

MARÂNDOLA JUNIOR, Eduardo. **Mapeando “londrinhas”: imaginário e experiência urbana.** Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente HOMENAGEANDO LÍVIA DE OLIVEIRA. Londrina, 2005

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais.** 2.ed. São Paulo: Atlas. 2009. ISBN 978-85-224-5595-9

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, infraestrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-Pr.** Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento). UEL. Londrina, 2007, p. 1 a 175

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O Brasil e o mundo na segunda guerra mundial.** in Revista Consulex. 1º de janeiro de 2015, nr 431, p. 14 ISSN 1519-8065

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015 ISBN 978-85-7743-258-5

MASCARENHAS, Camila Freres Dorotheu. **Conflito de uso de solo e hemerobia da microbacia do Ribeirão do Engenho de Ferro – Município de Ibiporã, PR no período de 1980 a 2014, em conformidade com a legislação vigente.** 100 pgs.(Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Geografia em Dinâmica: Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina)Londrina-Paraná. 2014

MASSA, Michely. **O renascimento do Marco Zero de Londrina- O passado, presente e futuro de uma região histórica, 85 anos depois da caravana que deu origem à cidade.** **Revista Mercado em Foco da Associação Comercial e Industrial de Londrina.** Agosto de 2014. www.acil.com.br acesso em 17/07/2016

MENDONÇA, Francisco. **S.A.U. – Sistema Socioambiental Urbano: Uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade.** P. 185 a 208. In Francisco Mendonça (org.) **Impactos socioambientais urbanos.** Curitiba Pr. Editora UFPR. 2004 ISBN 85-7335-241-8

MEDEIROS, Daniel. **Violência das guerras e a importância de se contar histórias.** Espaço Aberto. Folha de Londrina, p.2. 07 de março de 2016. ISSN 1516-4454

MENEGHEL, Stella. **Marco Zero da cidade sofre com abandono.** Jornal de Londrina, 04/04/2004, p. 4.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. ISBN 85-06-02759-4 (standard). ISBN 85-06-02788-8 (luxo). ISBN 85-06-02860-4 (EMEC)

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente.** 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2013 – ISBN 978-85-203-4751-5

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** 9ª reimpr. da 14ª ed. de 1994. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 7 a 113 ISBN 85-11-01048-3

MORAES, Fernanda Verruck de e PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. **Londrina: a cidade clandestina a serviço da cidade legalizada.** Artigo apresentado ao I Encontro de Tecnologias Geográficas e Contemporaneidades e XXXII Semana de Geografia da UEL. De 07 a 10 de junho de 2016. UEL. Londrina – Paraná. P.448 a 461 ISSN 1884-929-X

MORIN, Edgard. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** Trad. de Edgard de Assis Carvalho. 6. ed. São Paulo. Cortez. 2013 ISBN 978-85-249-2018-9

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reformar, reformar o pensamento.** Trad. de Eloá Jacobina. 20. ed. Rio de Janeiro. Bertrand. 2012 ISBN 978-85-286-0764-2

NAKASHIMA, Sandra Yoshimi. **Aspectos ambientais decorrentes da ocupação humana a microbacia hidrográfica do córrego Água das Pedras.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. Londrina

NAVOLAR, Jossânia. **Pedro, o guardião da mata.** jornal Folha de Londrina. 16/07/1998, p.1. ISSN 1516-4454

NOVAES, Carlos Eduardo e RODRIGUES, Vilmar. **Capitalismo para Principiantes.** Editora ÁTICA. 2002 (Pág. 1 a 208) ISBN 85 08 01935 1

NUNES, José Luiz Alves. **Londrina! cidade de braços abertos: o olhar de um pé-vermelho de segunda geração.** Londrina: Ed. do autor, 2010, p. 5 a 152 ISBN 978-85-911423-0-9

_____. 1963: **O Paraná em chamas.** Londrina: Ed. do autor. 2013, p.1 a 203 ISBN 9788591142316

OGAWA, Vitor. **Do Jubileu de Ouro à ocupação do Flores do Campo.** Folha Cidades, Jornal Folha de Londrina. 03/01/2017. ISSN 1516-4454

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Disponível em: <www.pnud.org.br/faq.atlas2013> Acesso em: 26 Set. 2017.

ORIKASA, Micaela, **Mutirão no Marco Zero recolhe três caminhões de lixo**. Folha de Londrina, 24/05/2015, p. 6. ISSN 1516-4454

PAIVA, Melquíades Pinto. **Lições do Cangaço**. Revista Rotary Brasil. Dez. 2016. Ano 92. Nº 1134, p. 24 e 25

PAPA FRANCISCO, **Carta Encíclica Laudato Si' – sobre o cuidado da casa comum**. 1 ed. Libreria Editrice Vaticana. São Paulo: Paulinas. 2015

PARODI, Aline Machado. **População Indígena – Casa de passagem não saem do papel**. Folha Cidades, Folha de Londrina. 27 de agosto de 2016 ISSN 1516-4454

PASSOS, Viviane Rodrigues de Lima. **A verticalização de Londrina: 1970/2000 – A ação dos promotores imobiliários**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento). UEL. Londrina, 2007, p. 1 a 2003

PASSOS, Messias Modesto dos, **A paisagem do Pontal de Paranapanema – uma apreensão Geofotográfica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. v.26. no.1, p.177-189. Maringá. 2004

_____. **Geo-Foto-Grafia da Fronteira Agrícola ao Longo da BR-163 – de Cuiabá-MT a Santarém-Pa**. Universidade de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005.

PAVON FILHO, João Ricardo de Oliveira. **O exercício das Liberdades Econômicas Individuais no Mundo Globalizado que Justificam a Intervenção Estatal e sua Relação com a Tragédia dos Comuns**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito. Universidade Estadual de Londrina.

PEGO, António José; SIMÕES, João P.R. e ALMEIDA, António Campar, **A rede ecológica da cidade de Coimbra – Contributo para uma paisagem urbana sustentável**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, maio de 2010

PEDRIALI, José Antonio. **Dalton Paranaguá e a construção do futuro**. Biografia. Londrina: [o autor]. 2008

_____. Revista Helena. **Um estado de espírito**. Obra coletiva. Secretaria de Estado da Cultura o Paraná. Departamento de Imprensa Oficial do Estado. Ano 1. Nr. 1. Outubro de 2012.

PERANDRÉA JÚNIOR. Carlos Augusto. **A efetividade das normas aplicadas nos loteamentos industriais da cidade de Londrina de 1998 a 2015**. Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2015.

PIRES, Matheus Colli. **Governança Corporativa Sustentável e Compliance Ambiental: uma análise do rompimento de Barragem em Mariana/MG**. Trabalho

de Conclusão de Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, 83 fls. 2017.

PIMENTA, Daniel Veiga Ayres. **Mudança Climática e movimento populacional: propostas para o enfrentamento do problema dos deslocados ambientais.** São Paulo: Editora Max Limonad. 2016, p.1 a 213 ISBN 978-85-7549-083-9

PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. **Do Regime Jurídico Tributário Ambiental: Instrumento de positivação de valores em âmbito de Mercosul.** Dissertação (Mestrado em Direito Negocial). Universidade Estadual de Londrina – UEL Londrina. 2004.

_____, Ana Claudia Duarte e PELLENS Priscila Carolina. **Da *patria potestas* romana ao poder familiar: considerações acerca da evolução histórica do instituto. Anais do VII Congresso de Direito da Universidade Estadual de Londrina Tema: Democracia Comunicações de Trabalhos Científicos.** Pág. 172 a 186. Universidade Estadual de Londrina 20 a 22 de setembro de 2016 ISSN 1982-3452

_____. **A interface entre a geografia e o direito: estudos preliminares sobre o marco zero em Londrina.** Anais do VII SIMPGEO realizado em de 30 de outubro a 1º de Novembro de 2014. Universidade Estadual de Maringá – Paraná. **P. 979 a 996 ISSN 2175 – 232X**

_____. **Meio Ambiente: O Paradigma para o Desenvolvimento em tempos de Regionalização e Globalização. Anais do XI Encontro Nacional da Anpege. A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.** De 08 a 12 de outubro de 2015. UNESP. Presidente Prudente – São Paulo, p.4897 a 4908. ISSN 2175-8875

_____. **Economia e meio ambiente: a globalização num cenário de conflitos bélicos. Anais do II SENGES – Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social e XXXVI SEMAGEO – Semana da Geografia da UFSC. “Formação Sódio-Espacial: O que é isto?” Por uma reflexão da atual conjuntura da sociedade.** De 08 a 11 de dezembro de 2015. Realização Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Instituto Ignácio Rangel. Florianópolis – Santa Catarina, p. 94 a 106. ISSN 2358-5242

_____. **A Educação Ambiental como tema de Direitos Humanos em Prol de uma Cidade Sustentável. Anais do I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito à Cidade de Justiça Ambiental.** De 09 a 12 de junho de 2015. Realização do departamento de Serviço Social e colaboração dos departamentos de Geografia e Direito. UEL. Londrina – Paraná, p. 1 a 10 ISBN 978-85-7846-337-3

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (coords.), **Manual e Economia.** Obra coletiva. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2003, p. 1 a 606 ISBN 85-02-03781-1

PONGELUPE, Margareth de Almeida. **Regulamentação do Instrumento “Transferência do Direito de Construir” como mecanismo de proteção ambiental**

em Londrina. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, 35 fls. 2017.

POLANYI, Karl. **A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: as origens da nossa época.** Trad. Fanny Wrobel. Rev. Tec. Ricardo Benzaquen de Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. **Sociologia Ambiental do Direito: análise sóciojurídica, complexidade ambiental e intersubjetividade.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2015 ISBN 978-85-326-5081-8

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná.** Londrina: Grafmarke. 2006, p.1 a 224 ISBN 85-906880-0-3

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. **Perfil Socioassistencial-** Londrina-Paraná 2012. Disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Perfil%20Socioassistencial_set.%202012_vers%C3%A3o%20preliminar.pdf Acesso em 19/12/2016

PUSTILNIK, Francisleide Ribeiro. **A relação de condicionantes da licenças ambientais com os princípios do Direito Ambiental: análise de empreendimentos licenciados em Londrina.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, 33 fls. 2017.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**, 27 ed. ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva. 2002, p. 1 a 391 ISBN85-02-04126-6

REIS JUNIOR, Dante Flávio. **Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia.** in STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos.** Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM. Unb. 2014. ISBN 978-85-68437-01-8

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1.ed. São Paulo: Boitempo. 2015 ISBN 978-85-7559-460-5

SACCANI, Romeu. Folha de Londrina:69 anos. Folha de Londrina, 18 e 19denovembrode 2017, p. 2. ISSN 1516-4454

SANTA, Amanda de. **Um mercado independente e em crescimento.** Folha de Londrina – Classificados Imobiliária. 11 e 12 de fevereiro de 2017. ISSN 1516-4454

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada.** São Paulo. Pioneira Thomson Learning. 2004 ISBN 85-221-0276-7

SANT'ANNA, Vanya. **Planejamento.** in. **Dicionário de Políticas Públicas.** Organização Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap. 2015

SANTOS, César Ricardo Simoni, **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: PPGH – USP/ FAPESP / Annablume. 2012 ISBN 978-85-391-0720-9

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: **Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5 ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2013 ISBN 978-85-314-1049-9

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2.ed. 1.reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012. ISBN 978-85-314-1120-5

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3.ed. 1.reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012. ISBN 978-85-314-1076-5

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7.ed. 1.reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012. ISBN 978-85-314-0971-4

_____. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5.ed. 1.reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2013. ISBN 978-85-314-1121-2

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2 ed., 2. reimpr. Coleção Milton Santos; 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2011, p. 7 a 204 ISBN 978-85-314-0773-4

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed., Rio de Janeiro: Editora Record. 2012, p. 5 a 475 ISBN 978-85-01-05939-0

_____. **Pobreza Urbana**. 3 ed., 1. reimpr. Coleção Milton Santos; 16. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013, p. 7 a 135 ISBN 978-85-314-1158-8

_____. **Globalização, território e política em debate**. Org. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral e PROVESI, José Roberto. Itajaí: Universidade do Vale do Itajá. 2007 - Palestra proferida na Semana de Estudos Políticos e Sociais realizada de 19 a 23 de outubro de 1988, na UNIVALI. Itajaí Tema Central: Política, cidadania e desenvolvimento sustentável – Agenda para o próximo milênio.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008 – Coleção Milton Santos ISBN 978-85-314-0713-0

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvido**. 3. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2010. ISBN 978-314-1261-5

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. in **Por um modelo público de água**. Tradução Renato Pompeu. São Paulo: Editora Casa Amarela. 2007. ISBN 978-85-86821-74-5

SANTIN, Wilhan. Acolhimento: **Cidade de Braços Abertos**. Pág. 1 e **Acolhimento: A cidade é linda, organizada, grande**. P. 2. Folha Cidades, Folha de Londrina. 15 de setembro de 2016 ISSN 1516-4454

_____. **O guardião do Marco Zero**. Folha de Londrina, 30/11/2006, p. 1

_____. **O protetor do Marco Zero**. Folha de Londrina, 27/01/2010, p. 1

SARIS, Simoni. **Prefeitura avalia Marco Zero, que deve ser aberto ao público**. Jorna de Londrina, 15/03/2007, p. 7

_____. **Projeto avalia bacias hídricas em Londrina**. Folha de Londrina. 28/06/2016. Pág.1. ISSN 1516-4454

SARLET, Ingo Wolfgang e FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2013 ISBN 978-85-203-4775-1

SARMENTO, Daniel. **O lado ruim de esquecer**. Página Aberta: Revista Veja. Edição 2.495. Ano 49. Nº 37. 14 de setembro de 2016

SCALCO, Adriano Vinícius *et al.* **Diagnóstico da ocupação irregular das áreas de APPs no entorno dos Lagos Igapó I e II e suas consequências para a população de Londrina-PR**. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, XVI, 2013, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu:INPE, 2013. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p1709.pdf>. Acesso em 15 fev. 2016

SCHWARTZ, Widson. **Rio tibagi nas águas da história: navegando pelo patrimônio, cultura e paisagem**. Ponta Grossa: ABC Projetos. 2014 ISBN 978-85-66488-01-2

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta, revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. ISBN 85-7164-978-2

SILVA, Catia Antónia da, FREIRE, Desirée Guicherd; OLIVEIRA, Floriano José Godinho. (orgs.) **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A:Faperj, 2006 ISBN 85-7490-300-0

SILVA, Pedro Paulo de Lima e. (et.al). **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. 2002, p.1 a 251 ISBN 85-85575-84-0

SILVA, De Plácido e, **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 31 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014 ISBN978-85-309-5202-0

SILVA José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros. 2006. ISBN 85-7420-674-1

SILVA, William Ribeiro da. **Londrina e a Reestruturação Urbana: Atividades Econômicas, Papéis, Agentes e Escalas in Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional. Campina Grande e Londrina**. Denise Elias, Maria Encarnação Beltrão Spósito e Beatriz Ribeiro Soares (orgs.) 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013 (pág. 1 a 336) ISBN 978-85-64421-45-5

SILVEIRA, Fábio. **Sem alvará de construção, obra de hotel está na reta final.** Jornal de Londrina, 26/07/2013, p. 4

_____. **Marco Zero no limbo.** Jornal de Londrina, 13/11/2013, p. 4

_____. **Marco Zero também entra na mira da Câmara.** Jornal de Londrina, 5/02/2014, p. 5

_____. **TAC é articulado para regularizar Marco Zero.** Jornal de Londrina, 10/06/2014, p. 8

_____. **TAC deve aguardar investigação, defende Jamil.** Jornal de Londrina, 12/06/2014, p. 11

_____. **CEI confirma irregularidades no Marco Zero e no Colúmbia.** Jornal de Londrina, 17/09/2014, p. 4

_____. **Por ‘unanimidade’, Câmara aprova relatório.** Jornal de Londrina, 19/09/2014, p. 6

_____. **Projeto quer mudar zoneamento para centro universitário.** Jornal de Londrina, 28/11/2014, p. 9

SILVEIRA, Fábio e GONÇALVES Juliana. **Prefeitura abre sindicância e Câmara enterra CEI.** Jornal de Londrina, 28/03/2014, p. 8

_____. **Empresário sinaliza interesse por mata.** Jornal de Londrina, 13/05/2014, p. 8

SOUZA, Camila Guandeline Ribeiro de, **Plano Diretor Participativo: caminho para o exercício da cidadania.** Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito. Universidade Estadual de Londrina. 2012.

SOUZA, Jonas Dias de. **A Geografia do Direito no Brasil: contribuições de Nicolau dos Santos. I Simpósio Mineiro de Geografia – Das Diversidades à Articulação Geográfica.** Universidade Federal de Alfenas- Minas Gerais 26 a 30 de maio de 2014. ISBN 978-85-99907-05-4

_____. **A Relação entre a Geografia e o Direito: Notas bibliográficas.** *Revista do Departamento de Geografia – USP.* V.25. P. 263 a 285.2013 ISSN 2236-2878

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013 ISBN 978-85-286-1732-0

SOUZA, Rodolfo Rodrigues. **As Novas Configurações Territoriais e Espaciais da Região Leste de Londrina/PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em http://www.uel.br/cce/geo/tcc/144_asnovasconfiguracoesterritoriaiseespaciaisdaeregiaoledelondrinapr.pdf Acesso em 19/12/2016

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 1 a 245 ISBN 978-85-375-1047-6

SUZUKI, Juliana. **Idealizações de Modernidade: arquitetura dos edifícios verticais em Londrina 1949-1969**. Londrina: KAN. 2011, p. 1 a 177 ISBN 978-85-62586-17-0

STEINKE, Valdir Adilson. in STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Date Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. **Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM**. Unb. 2014. ISBN 978-85-68437-01-8

TAKAHASHI, Jéssica Fernanda Lourenço. **A função socioeconômica da propriedade e preservação cultural da cidade de Londrina**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Especialização em Direito Ambiental da Universidade Estadual de Londrina. 25 fls. 2017

TAKEDA, Marcos. **As transformações da área central de Londrina: uma outra centralidade**. Monografia (Bacharelado em Geografia). UEL. 2004, p.1 a 166

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **Hotel Berlim: o moderno e o tradicional se contrastam na década e 40**. In **Hotéis históricos do norte do Paraná**. Organizadores Paulo César Boni e Juliana de Oliveira Teixeira. Londrina: Midiograf. 2013. ISBN 978-85-60591-90-9

THOMÉ, Cynthia. **Evolução do direito à moradia no Brasil**. in CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da, NERY, Ana Rita de Figueiredo, ARAUJO, Alexandre Fuchs de. **Direito Urbanístico – Ensaio por uma cidade sustentável – Da formulação de políticas à sua aplicação**. São Paulo: Quartier Latim. 2016 ISBN 85-7674-829-0

TORRES, Eloiza Cristiane. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem nas microbacias dos Ribeirões: Santo Antônio – SP, São Francisco – Pr e Três Barras – MS**. Tese apresentada ao Programa e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003

_____. **Um território em busca de suas paisagens: O ribeirão Biguaçu em Apucarana-PR-Brasil**. Pará de Minas, MG: Virtual Books Editora, Publicação 2014. ISBN 978-85-434-0299-4

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência**. Tradução Lívia Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013 ISBN 978-85-7216-662-1

UGEDA, Luiz. **Direito administrativo geográfico: fundamentos na geografia e na cartografia oficial do Brasil**. Brasília: Geodireito, 2017 ISBN 978-85-64533-02-8

VALERA, Carlos Alberto. **Constituição Federal interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. Costa Machado (organizador) e Anna Candida da Cunha Ferraz (coordenadora). 7. ed. Barueri. São Paulo: Manole. 2016 ISBN 978-85-204-4693-5

VEYRET, Yvette. **Os Riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. (org.). Tradução Dilson Ferreira da Cruz. 2.ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto. 2015. ISBN 978-85-7244-354-8

VIEIRA, Edgar Arantes. **Estes homens construíram uma metrópole**. Londrina. Atrito Arte. 2014 (pág.1 a 151) ISBN 978-85-62586-40-8

VICENTINO, Cláudio. **História geral**: volume único: ensino médio. Coleção Novos Tempos São Paulo: Scipione. 2000, p. 1 a 495. ISBN 85-262-3609-1 = AL ISBN 85-262-3620-2 = PR

VIDOTTO, Wilson. **“Marco Zero”, o coração de Londrina**. Jornal Paraná Notícias, 14/09/1997, p.3.

ZACHARIAS, Andréa Aparecida. **A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010 ISBN 978-85-393-0017-4

ZANON, Erika. **Marco Zero é um campo de obras**. Jornal de Londrina. 20/08/2008, p. 3

_____. **Imobiliária apresenta pré-projeto do Marco Zero**. Folha de Londrina, 14.07.2006, p. 6. ISSN 1516-4454

ZARZUELA, José Lopes. A importância da fotografia judiciária na perícia. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 87, p. 253-261, jan. 1992. ISSN 2318-8235.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67177/69787>>. Acesso em: 02 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v87i0p253-261>

WILTEMBURG, Luís Fernando. **Emenda pode ampliar foco da CEI do Marco Zero**. Folha de Londrina. 14/02/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Jamil recua após reunião com ACIL**. Folha de Londrina. 16/02/2014, p. 4. ISSN 1516-4454

_____. **Mesa Executiva ‘enterra’ emenda do Marco Zero**. Folha de Londrina. 21/02/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Comissão cobra definições sobre contrapartida no caso Marco Zero**. Folha de Londrina. 11/03/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Câmara rejeita ‘CEI do Marco Zero’**. Folha de Londrina. 28/03/2014, p. 5. ISSN 1516-4454

_____. **Só metade do Marco Zero poderia ser doada para praça**. Folha de Londrina. 13/03/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Tac para o Marco Zero pode sair em duas semanas**. Folha de Londrina. 28/03/2014, p. 5. ISSN 1516-4454

_____. **Empresário vai recuperar mata para obter alvarás.** Folha de Londrina. 10/06/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **CEI dos alvarás mira nas ruas do Marco Zero.** Folha de Londrina. 04/06/2014, p. 3. ISSN 1516-4454

_____. **Empreendimento doou ruas que já eram do município, diz CEI.** Folha de Londrina. 16/07/2014, p. 4

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos.** In WOLKMER, Antônio Carlos e LEITE, José Rubens Morato. (organizadores) Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva. 2003